76

UNIVERSITÉ DU QUÉBEC À MONTRÉAL

DISSERTAÇÃO APRESENTADA COMO EXIGÊNCIA

PARCIAL DO MESTRADO EM EDUCAÇÃO

CONSULTA

BIBLIOTECA CENTRAL DA
012 (T)
UNEB

por

Lícia Queiroz Flavo

CRESCIMENTO DO ENSINO SUPERIOR ESTADUAL NA BAHIA, NA DÉCADA DE 80, E SEU SIGNIFICADO SÓCIO - POLÍTICO

dezembro, 1989

BIBLIOTECA CENTRAL
R 048
UNEB
MAR/2001

UNEB/FEPI

Dedico este trabalho à minha Mãe, de 92 anos (pelo tempo subtraído do nosso convívio), e a todos aqueles que compartilham da esperança em ver uma educação séria e emancipada.

AGRADECIMENTOS

Deo Gratias !

Inúmeras são as pessoas que estão, definitivamente, ligadas às lembranças deste trabalho. Algumas, pela colaboração mais diretamente a ele emprestada, outras, pelo estímulo e/ou promoção dos meios necessários à sua realização.

Assim, gostaria de agradecer ao meu Orientador - Professor Delmar Schneider - por suas pertinentes críticas e sugestões no sentido de aperfeiçoar o estudo, e também, por seu incentivo durante todo o processo de elaboração. Com ele divido os méritos (se existentes) deste trabalho.

Endereço, também, agradecimentos muito especiais:

- Ao Professor Marcel Lavallée (Coordenador do Mestrado) e aos Professores Convidados - Inaiá Carvalho e Alberto Albergaria - por suas minuciosas análises, em diferentes momentos, suscitando dúvidas e questionamentos que importaram em grande auxílio, na decisão dos rumos metodológicos adotados;

- Ao corpo de Entrevistados (de quem subtraí muitas horas do seu tempo), pela solicitude no atendimento e relevante contribuição dada ao trabalho;

- A Nadya Castro, pelo empenho na liberação de minhas atividades na UFBA, para realização do Mestrado, como também, pela análise e discussão, juntamente, com Antônio Sérgio Guimarães, sobre pontos específicos da dissertação.

Especiais agradecimentos pela solidária ajuda, em diferentes momentos, devo dirigir a:

- Augusta Emília Vianna Bandeira, em que destaco a inestimável colaboração, na revisão do texto, e de Teco, minha irmã , na trabalhosa revisão datilográfica e constante disponibilidade em auxiliar-me.

- A Lígia, pela permanente ajuda e pela minuta elaborada, o que lhe exigiu decifrar, pacientemente, os meus rascunhos, facilitando, desse modo, os trabalhos de datilografia.

- A Praxedes, pela responsabilidade assumida na datilografia do texto final, e toda a carga dela decorrente.

- A Liana, pelo grande auxílio no levantamento de dados secundários e a Veralúcia, pelo tempo que me concedeu, liberando-me de tarefas domésticas.

Não poderia deixar, também, de estender agradecimentos aos diversos tipos de colaboração ou incentivo recebidos de colegas, amigos e parentes, dentre os quais incluo: Celma Borges, Guaraci Adeodato, Neuza, Diva (do CRH); Tereza, Marita, Marinalva Denise, Edina (da UNEB);

Solange (do SATE); Justiniano, Lêda Barros (da UEFS), além do Tico, Vute, Marta (filha), Lêucio (marido) que, de formas diversas, contribuiram em muito, para levar a termo essa tarefa.

Desejo, igualmente, externar agradecimentos aos órgãos públicos com os quais contei, na fase de coleta de dados. Cito dentre estes, o TRE - Tribunal Regional Eleitoral, Assembléia Legislativa do Estado da Bahia, Secretaria da Educação do Estado da Bahia, Fundação IBGE, entre os quais, incluo as Universidades Estaduais.

Finalmente, desejo agradecer à Université du Québec à Montréal, pela oportunidade desse Mestrado e ao INEP, pela aprovação e apoio financeiro a esta pesquisa.

R E S U M O

O presente estudo tem como objeto de análise o crescimento/interiorização do ensino superior estadual na Bahia, na década de 80.

Toma como universo o subsistema estadual de ensino superior, particularizando o crescimento que, nesse período, se realiza através da Universidade do Estado da Bahia - UNEB, destacando, nesse processo, a cena política nacional e baiana, bem como, a ação dos atores sociais nela envolvidos.

Seu objetivo é o de buscar uma compreensão mais nítida e particularizada do significado sócio-político da ênfase conferida pelo Governo da Bahia ao crescimento/interiorização do ensino superior estadual, tentando apreender esse fenômeno, na dinâmica das relações sociais do Estado capitalista, no momento histórico considerado.

Perseguindo esse objetivo, toma como ponto de partida algumas características do fenômeno, em sua dimensão quantitativa, aprofundando os estudos através de mais duas vias de análise, expressas no exame das políticas governamentais previstas para o período 1980/87 e na apreensão do significado atribuído a esse fenômeno, por segmentos profissionais ligados ao sistema educacional baiano e à sociedade em geral.

Os elementos resultantes dessas análises possibilitaram a composição de um quadro de referência que, problematizado em sua dimensão social, permitiu arrolar algumas hipóteses sobre o significado sócio-político desse crescimento na Bahia.

RÉSUMÉ

L'objet de la présente étude concerne l'analyse de la croissance de l'enseignement supérieur, durant la décade de 1980, dans l'état de Bahia.

L'univers de l'analyse comprend le sous-système de l'enseignement supérieur de l'état, mettant en évidence la croissance qui, durant cette période, se réalise à l'Universidade do Estado da Bahia - UNEB, tout en tenant compte, à la fois, du contexte politique national et bahianais, et des comportements des acteurs sociaux de cette croissance.

L'objectif est de chercher à comprendre, particulièrement, avec plus de clarté, la signification socio-politique et l'importance accordée par le gouvernement de Bahia à cette croissance, en tentant d'évaluer ce phénomène selon la dynamique des relations sociales de l'Etat capitaliste, à un moment determiné de l'histoire.

Continuant selon cet objectif, l'auteur part de quelques caractéristiques quantitatives de ce phénomène, approfondit les études selon deux voies différentes a) l'examen des politiques gouvernamentales prévues pour les années 1980/87 et b) l'appréhension de la signification attribuée a ce phénomène, par des segments professionnels liés au système éducatif bahianais et à la société, en général.

Ce qui résulte de ces analyses permettra de composer un cadre de référence, tourné vers une dimension sociale, qui soulevera quelques hypothèses de la signification socio-politque de cette croissance dans l'état de Bahia.

A B S T R A C T

The present study visualises an analysis of the inland growth of high grade teaching in the state of Bahia, during the decade of the 80's.

Taking as universe the statal sub-system of high grade education individualizing the growth, during the period, realised through the University of the State of Bahia - UNEB, accentuating, in the process, the national and Bahia political aspect, as also the action of the social actors involved.

The aim is to encounter a clearer and individual understanding of the social political meaning of the emphasis given by the Government of Bahia to the inland growth of high grade statal education, attempting to understand this phenomenon, in the dynamics of social relations of the capitalist state, in the historical moment under consideration.

Pursuing the objective, take as starting point some characteristics of the phenomenon, in its quantitative dimention, making a profound study by methods of analysis, expressed in examination of the govermental politics forseen for the period 1980/87 and of the apprehension of the meaning of the phenomenon, by professional segments attached to the Bahia educational system and to society in general.

The elements consequent of these analysis permit the composition of an image of reference which put in doubt by its social dimention, permits the inscription of some hypothesis of the social political meaning of this growth in Bahia.

SUMÁRIO

Página

AGRADECIMENTOS iii

RESUMO vi

RESUMÉ vii

ABSTRACT viii

SUMÁRIO ix

LISTA DE QUADROS xii

LISTA DE SIGLAS xv

LISTA DE ANEXOS xvii

APRESENTAÇÃO 1

INTRODUÇÃO 7

CAPÍTULO I. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA 22

1. Expansão/interiorização do ensino superior no Brasil e na Bahia 21

1.1. Antecedentes históricos 21

1.2. Movimento de expansão/interiorização do ensino superior estadual na Bahia 1960-1979 29

2. Estado e educação no Brasil 47

2.1. Estado - alguns elementos teóricos e concepção adotada 47

2.2. Educação em contextos capitalista - alocação de serviços educacionais pelo poder público 66

Página

CAPÍTULO II. METODOLOGIA - VIAS DE EXPLORAÇÃO DO OBJETO 76

1. Pressupostos e caracterização do estudo 76

2. Entrevistas 86

2.1. Informantes (procedimentos para a escolha) . 89

2.2. Instrumentos 92

3. Realização e tratamento das entrevistas 93

4. Considerações sobre o método da análise dos dados 95

CAPÍTULO III. CENÁRIO SÓCIO-POLÍTICO 99

1. Crise política do governo autoritário 100

2. Crise econômico-financeira do país 108

CAPÍTULO IV. CRESCIMENTO DO ENSINO SUPERIOR ESTADUAL NA BAHIA NA DÉCADA DE 1980 - TENTATIVA DE SUA CARACTERIZAÇÃO 125

1. Algumas características demográficas e educacionais apresentadas pelo Estado da Bahia no ano de 1980 127

1.1. Aspectos demográficos 127

1.2. Aspectos educacionais 130

1.2.1. Níveis de instrução da população do Estado da Bahia 130

1.2.2. Atendimento ao ensino pré-universitário 133

2. Dimensão jurídico-institucional 136

Página

2.1. UNEB - Marco de crescimento 142

2.2. Criação UNEB - motivos declarados . . . 147

3. Dimensão quantitativa 151

3.1. Subsistema estadual de ensino superior . . 151

3.2. UNEB - Universidade do Estado da Bahia . . 159

4. Alguns considerações 175

CAPÍTULO V. POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR - BAHIA - UNEB 187

1. Níveis de abordagem 190

1.1. Nível federal 190

1.1.1. Linhas prioritárias de ação 193

1.1.2. Prioridades regionais 194

2.1. Nível estadual 205

2. Resumo e algumas considerações 255

CAPÍTULO VI. PROBLEMATIZAÇÃO DOS ACHADOS DA PESQUISA EM SUA DIMENSÃO SÓCIO-POLÍTICA - CONCLUSÃO 265

BIBLIOGRAFIA 300

ANEXOS . . . . . .

1. Instrumentos . . . . . .

2. Quadros . . . . . .

3. Relação das faculdades criadas e/ou ativadas a partir de 1980 . . . . . .

4. Leis e nota jornalística . . . . . .

5. Matrizes analíticas . . . . . .

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Despesas realizadas em educação com recursos do tesouro federal, (União/Ministério da Educação e Cultura)

QUADRO 2 - Dispêndio em educação e cultura como porcentagem da receita de impostos - dados de balanços

QUADRO 3 - Despesa realizada por função do Governo (valores reais).

QUADRO 4 - Acréscimo populacional registrado na Bahia, Nordeste e Brasil - 1970/80.

QUADRO 5 - Distribuição espacial da população do Estado da Bahia - 1980.

QUADRO 6 - Características demográficas e educacionais das microrregiões do Estado da Bahia, com indicação das que acolhem instituições estaduais de ensino superior.

QUADRO 7 - População de 15 anos e mais, segundo condições de analfabetismo nos Estados do Nordeste - 1980.

QUADRO 8 - População de 15 anos e mais, segundo anos de estudos - 1980.

QUADRO 9 - Bahia - Taxas de atendimento do 1º e 2º graus (nas faixas etárias específicas) - 1970/80.

QUADRO 10 - Posição da Bahia no contexto brasileiro, quanto ao atendimento do 1º grau à população de 7 a 14 anos - 1980.

QUADRO 11 - Estrutura da matrícula no ensino de 1º grau na Bahia - 1970/75/80.

QUADRO 12 - Ampliação do subsistema estadual de ensino superior na Bahia - 1980/87.

QUADRO 13 - Tipo de curso por faculdades oferecido pelo subsistema estadual de ensino superior, segundo as suas respectivas universidades, em 1987.

QUADRO 14 - Bahia - Matrícula no ensino superior por dependência administrativa - 1985.

QUADRO 15 - Comportamento evolutivo da oferta de ensino superior, segundo as regiões brasileiras e Bahia

QUADRO 16 - Crescimento % da oferta do ensino superior na Bahia, segundo as dependências administrativas - 1970/85.

QUADRO 17 - Evolução do número de instituições de ensino superior, por período e dependência administrativa, segundo as regiões do País.

QUADRO 18 - Crescimento das matrículas X crescimento das IES estaduais na Região Nordeste e na Bahia - 1975/85

QUADRO 19 - Evolução dos segmentos Discente, Docente e Não-Docente do subsistema estadual de ensino superior na Bahia - 1981/87.

QUADRO 20 - Ampliação do subsistema estadual de ensino superior na Bahia - 1980/87.

QUADRO 21 - Distribuição das matrículas da UNEB, segundo os campi em funcionamento, em 1987.

QUADRO 22 - Distribuição espacial das matrículas da UNEB - 1987.

QUADRO 23 - Vagas oferecidas - 1980/87

QUADRO 24 - Dinâmica das matrículas da UNEB - 1980/87

QUADRO 25 - Comparativo entre crescimento de matrículas e faculdades da UNEB - 1980/87

QUADRO 26 - Cursos do subsistema estadual total de ensino superior e da UNEB, segundo áreas de conhecimento - 1987.

QUADRO 27 - Evolução dos segmentos Discente, Docente e Não-Docente da UNEB - 1981/87

QUADRO 28 - Crescimento comparativo de segmentos universitários da UNEB com o subsistema estadual de ensino superior - 1987/81.

QUADRO 29 - Relação aluno/professor e aluno/funcionário do subsistema estadual - 1981/87

QUADRO 30 - Nível de qualificação do pessoal docente da UNEB, um ano após a sua criação - 1984.

QUADRO 31 - Qualificação do pessoal docente da UNEB em confronto com as demais universidades do subsistema estadual - 1987.

LISTA DE SIGLAS

ARENA	-	Aliança Renovadora Nacional
CETEBA	-	Centro de Educação Técnica da Bahia
CEE	-	Conselho Estadual de Educação
CFE	-	Conselho Federal de Educação
CIA	-	Centro Industrial de Aratu
DESAP	-	Departamento de Ensino Superior e Aperfeiçoamento do Professorado
FAMESF	-	Faculdade de Agronomia do Médio São Francisco
FCETEBA	-	Fundação Centro de Educação Técnica da Bahia
FINEP	-	Financiadora de Estudos e Projetos
FIBGE	-	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
FESPI	-	Federação de Escolas Superiores de Ilhéus e Itabuna
IAT	-	Instituto de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira
MDB	-	Movimento Democrático Brasileiro
MEC	-	Ministério da Educação e Cultura
PDS	-	Partido Democrático Social
PIB	-	Produto Interno Bruto
PMDB	-	Partido do Movimento Democrático Brasileiro

RMS	-	Região Metropolitana do Salvador
SEC	-	Secretaria da Educação e Cultura
UCSal	-	Universidade Católica do Salvador
UEFS	-	Universidade Estadual de Feira de Santana
UESB	-	Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
UFBA	-	Universidade Federal da Bahia
UNEB	-	Universidade do Estado da Bahia

LISTA DE ANEXOS

ANEXO 1 - INSTRUMENTOS

ANEXO 2 - QUADROS

ANEXO 3 - RELAÇÃO DAS FACULDADES CRIADAS E/OU ATIVADAS A PARTIR DE 1980

ANEXO 4 - LEIS E NOTA JORNALÍSTICA

ANEXO 5 - MATRIZES ANALÍTICAS

APRESENTAÇÃO

O estudo em pauta busca discutir algumas questões, relacionadas à ênfase conferida pelo Governo da Bahia, na década de 80, ao crescimento do ensino superior estadual, calcado em um discurso de interiorização, como tentativa primeira de desenvolver algumas hipóteses e argumentos, que dêem conta, ainda que em caráter preliminar, do significado sócio-político desse crescimento.

Com esse intuito, centra a atenção nas formas de atuar do Estado e do uso que o mesmo faz da educação, partindo do exame do quadro de realidade da educação superior, em sua dimensão quantitativa e da análise das políticas governamentais previstas para o período, clarificadas por depoimentos de segmentos profissionais ligados ao sistema educacional baiano e à sociedade em geral.

Dispensando hipóteses iniciais e sistema de variáveis, o objetivo do trabalho foi, na verdade, o de fornecer um quadro de referência que facilite o processo de dedução de questões pertinentes à investigação do fenômeno, visando detectar possíveis relações entre fatos observados e, sobretudo, o desenvolvimento de hipóteses que possam vir a ser operacionalizadas em pesquisas subsequentes.

A tentativa de captar o significado do crescimento/interiorização do ensino superior estadual na Bahia, na década de 80, revelou-se uma tarefa árdua, tendo em vista a impossibilidade desse esforço vir a esgotar-se, através de uma única via de análise, dada a própria natureza do tema considerado, exigindo um esforço analítico mais abrangente.

Esse esforço foi, ainda, ampliado por exigências, configuradas no âmbito do trabalho, quanto a definições teórico-metodológicas imprescindíveis à condução da pesquisa.

A primeira dessas definições diz respeito à forma de abordagem da problemática em questão, concluindo-se pela necessidade de adotar-se uma perspectiva de análise, que tenta apreender o fenômeno na própria dinâmica da realidade, portanto, no conjunto das relações políticas, econômicas e sociais do contexto que o envolve, encarando-a, assim, não como algo isolado ou à parte do tecido social, mas entrelaçada ao contexto social mais amplo. Isso ao considerar, conforme Goldmann (1986), que os acontecimentos históricos devem ser estudados não apenas no plano da consciência dos seus agentes e/ou pessoas envolvidas mas, ainda, no plano dos fatores sociais, econômicos e políticos a que estão submetidos e que os influenciam. Daí porque se tornou importante, nessa análise, captar o fenômeno na sua singularidade, enquanto construção de sujeitos políticos, sob a influência de condicionantes objetivos, expressos no contexto social-econômico e cultural, ao lado dos condicionantes subjetivos, ligados aos

comportamentos dos atores sociais.

Essa abordagem ou recurso interpretativo tornou-se inevitável por entender-se, também, que nenhum fenômeno se processa isoladamente, por mais fragmentário que possa parecer à primeira vista, havendo sempre interdependência e conexão com a totalidade. Daí só poder ser compreendido e conhecido, no conjunto de sua relação com o todo, não só pela influência que exerce como pela que recebe, determinando ou sendo por ele determinado. Nesse sentido, tornou-se essencial, não apenas analisar o fato em si, mas também ir além, ou seja, tentar discuti-lo, a partir da estrutura da realidade sob a qual se esconde ou se manifesta, problematizando-o em sua dimensão social.

Uma outra definição teórico-metodológica que se impôs, diz respeito ao modo de entender o caráter e forma de ação do Estado, no contexto do País, onde se leva em conta não só a própria conjuntura do período analisado, como também traços característicos e elementos de ordem mais estrutural, que podem exercer influência e, portanto, elucidar certas determinações sobre o fenômeno analisado.

O tipo de estudo indicado, aliado à própria natureza do tema, "significado sócio-político do crescimento/interiorização do ensino superior estadual", conduziu, portanto, a que se extrapolasse os limites empíricos, postos inicialmente à sua execução.

O espaço considerado para a realização da pesquisa circunscreve-se ao subsistema estadual de ensino superior, particularizando, nesse âmbito, a Universidade do Estado da Bahia - UNEB, no período de 1980-1987, estendendo-se ao conjunto de suas unidades de ensino.

Os focos de investigação, que emergem das questões da pesquisa, exigiriam, em verdade, que algumas análises fossem estendidas a toda a rede do Estado, envolvendo para tanto as suas três Universidades: Feira de Santana (UEFS), Sudoeste da Bahia (UESB), além da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Contudo, restrições de tempo, que envolveram a realização da pesquisa, impostas por condições institucionais ligadas ao próprio Mestrado, limitaram o raio de abrangência contextual da pesquisa em favor de uma maior verticalização da análise e melhor captação da realidade. Pesa, ainda, o fato de ter sido necessário associar-se ao estudo um tratamento de cunho mais particularizado, para exploração dos diversos ângulos da questão, permitindo esse tratamento, uma maior aproximação do objeto de análise, fato que concorreu para a redução do seu nível de abrangência.

A opção pela Universidade do Estado da Bahia - UNEB - deve-se às suas peculiaridades em termos das características de distribuição espacial de suas Unidades, como do significativo crescimento e amplitude alcançados, por sua rede, no Estado, no período considerado.

A estrutura do trabalho inclui seis capítulos, além da parte introdutória, onde se discute e delimita a problemática e questões da pesquisa.

O capítulo I tenta situar, historicamente, a questão da expansão/interiorização do ensino superior no Brasil e na Bahia, introduzindo elementos teóricos, essenciais à compreensão do fenômeno.

O capítulo II caracteriza o estudo e discute os procedimentos metodológicos utilizados para exploração do objeto de conhecimento.

O capítulo III faz referência ao cenário social, político e econômico, que emoldura o fenômeno, na fase de transição democrática, destacando contingências, que se colocam para o quadro brasileiro e baiano, dado o seu potencial explicativo para muitas questões levantadas.

Os capítulos IV e V são dedicados à descrição de manifestações específicas do fenômeno, reveladas a partir de vias intercomplementares de análise.

Assim, o capítulo IV tenta mostrar como se expressa o fenômeno em sua dimensão quantitativa, buscando caracterizar a natureza e direção desse crescimento na Bahia, confrontando-o com outros contextos-regional e nacional; o capítulo V tenta definir como se expressa o fenômeno, a nível das políticas governamentais, associando-se nessa discussão, depoimentos de profissionais ligados ao sistema de educação

e à sociedade em geral, coletados através de entrevistas.

Finalmente, no capítulo VI, conclusivo, busca-se, a partir de um esforço de integração dos elementos e questões levantadas sobre o fenômeno, mediante as vias de análise indicadas, problematizá-lo em sua dimensão social, à luz da cena sócio-política e econômica nacional e baiana, buscando, a partir daí, discutir algumas idéias e/ou hipóteses sobre o significado sócio-político do crescimento/interiorização do ensino superior estadual na Bahia, na década de 80.

O estudo pareceu oportuno sob vários ângulos: Primeiro, por constituir-se em campo ainda não explorado e, portanto, desconhecido, podendo trazer à superfície elementos elucidativos, quanto às especificidades desse processo na Bahia; segundo, pela perspectiva, que se abre, quanto a oferecer subsídios para reflexão acerca da estadualização e interiorização da educação superior.

INTRODUÇÃO

A primeira metade da década de 80, na Bahia, é palco de intensa ação do Governo do Estado para com a educação superior, em estabelecimentos mantidos por sua própria rede.

Essa ação ou bandeira (em um sentido mais preciso) é desfraldada sob o lema de "interiorização da educação superior", passando a figurar, de forma permanente, nos discursos e documentos oficiais do governo estadual.

A ênfase conferida ao ensino superior, sob a ação governamental e, mais especificamente, a forma e intensidade com que se orienta esta ação, dirigida a certas áreas do interior do Estado, é algo que desperta a curiosidade do observador mais atento.

De uma Universidade, cinco faculdades isoladas e alguns poucos cursos, no limiar de 1980, a rede estadual passa a contar, em meados dessa década, com nada menos que três Universidades, 24 faculdades integradas a duas delas, e um total de 54 cursos.

A Universidade do Estado da Bahia - UNEB, criada nesse período e alvo maior de interesse nesse estudo, parece ter sido a eleita para viabilizar esse crescimento na Bahia.

Como justificar a disseminação do Ensino Superior num Estado com o (maior) 2º índice de analfabetismo?

Essa expansão tem suscitado um grande número de discussões nos meios acadêmicos, estudantis e na comunidade baiana, em geral, frente à conhecida situação de crise que perpassa o setor educacional, evidenciada pelas carências dos graus precedentes de ensino (1º e 2º graus) e, sobretudo, pelas altas taxas de analfabetismo que campeiam no Estado.

A caracterização, a seguir, oriunda do artigo de Soares (1986), publicado em um número da Revista da Universidade do Estado da Bahia, confirma a crise indicada, para não dizer a falência da educação no Estado:

Procurar os nºs desta revista.

> A progressiva deterioração da oferta quantitativa e qualitativa dos 1º e 2º graus fez da Bahia, para tristeza nossa, o penúltimo Estado em oferta de Educação;
>
> A persistência do analfabetismo beira a 50% da população e Deus tenha, longe de nós, o MOBRAL;
>
> Não chegamos a atender à demanda de 1º grau senão em 48%. o 2º grau encontra-se completamente achatado, mesmo comparado com a inexpressiva oferta de 1º grau;
>
> O ensino normal, mais difundido no interior, é atípico. O ensino agrícola, nas 10 unidades, padece de uma crise crônica ... (p. 6).

Dados do Censo Demográfico de 1980 incluem a Bahia no agrupamento dos Estados de mais baixo nível de escolaridade média da população de 15 anos e mais do País [1]. No meio rural, as taxas registradas colocam-na em penúltimo lugar entre os Estados do Nordeste e do Brasil [2]. Toda-

---

1 WILLADINO Gildo. (1985) Atlas da educação no Brasil. Rio de Janeiro: FAE, Secretaria de Ensino de 1º e 2º graus do MEC.

2 Id., Ibid., p. 20.

via, esse Estado passa a ocupar, na década de 80, posição privilegiada, no que diz respeito à expansão quantitativa de ensino superior estadual, em relação à Região Nordeste.

Essa posição de destaque da Bahia, dentro do contexto regional, é apontada pela Profª Joselice Macêdo, ex-Conselheira de Educação do Estado, em artigo publicado no jornal "A Tarde". É muito significativo o seu texto, principalmente o conteúdo relativo à parte inicial do mesmo, cuja importância para este trabalho obriga a transcrevê-lo:

> (...) não estaremos exagerando ao afirmar que a Bahia detém um recorde no Nordeste, uma vez que mantém cerca de 54 cursos de 3º grau distribuídos entre suas três Universidades: a de Feira de Santana, a do Sudoeste do Estado da Bahia, a do Estado da Bahia, esta mais conhecida pela Sigla UNEB, até então, em pleno processo de expansão [3].

Mesmo admitindo, de início, o valor das iniciativas referentes à interiorização do ensino superior como indicador positivo da promoção do desempenho do sistema educacional público baiano, "apesar da qualidade duvidosa do seu padrão", o quadro parece sensibilizar a própria Conselheira, ao reportar-se à grave situação do 1º e 2º graus no Estado, como também aos requisitos e exigências, que se fazem indispensáveis ao funcionamento dos cursos superiores, conforme se deduz de suas próprias observações, ainda no referido artigo:

> É evidente que esse elevado número de cursos de 3º grau, sob a exclusiva responsabilidade do Estado,

---

[3] MACÊDO, Joselice. Universidades estaduais. Uma visão crítica, A Tarde. Salvador, 29.04.1987.

> pode suscitar preocupação ou restrições de natureza econômica financeira, pelo alto custo de sua manutenção. Basta pensar na extrema precariedade com que funcionam cursos de 1º e 2º graus, na capital e interior na qual pesa significativamente o percentual de recursos para eles destinados. Preocupações de natureza pedagógica, também podem surgir ligados ao corpo docente, ao acervo das bibliotecas, às necessidades de equipamentos específicos para alguns cursos, etc.

Face a esse quadro, uma questão de fundo se coloca logo de saída: Qual o real significado da intensidade de ações relativas à expansão do ensino superior estadual, liderada pela ação governamental em direção ao interior baiano, na década de 80?

Embora seja essa, apenas, uma primeira questão, tem o mérito de mostrar que a dúvida levantada, longe de ser banal, parece representar forte indício de questões maiores, que se entrelaçam no emaranhado do tecido social, escondendo, sob o véu de aparente normalidade, uma realidade certamente problemática.

É importante ressaltar que esse incremento vai de encontro às próprias recomendações contidas no Plano de Educação para o período, quanto a não inclusão do 3º grau entre as suas prioridades[4].

A Secretaria da Educação e Cultura do Estado - SEC, por seu turno, apesar de reconhecer não ser prioritária a expansão do ensino superior, decide-se por incrementá-la

---

[4] BAHIA. Secretaria da Educação e Cultura. (1984), Plano de educação e cultura do Estado da Bahia. 1984-1987 - Secretaria da Educação e Cultura. Salvador, p. 63-7.

alegando: a) constatação de atendimento diferenciado entre as regiões administrativas na Bahia, em consequência da desigualdade na distribuição geográfica das unidades de ensino superior; b) a função dessas unidades, como estimuladora do desenvolvimento econômico e social e como suporte a instituições de outros níveis de ensino, sendo, portanto, importante para a capacitação dos recursos humanos, argumentos esses que se incluem em seu último Plano de Educação[5].

Contrariando essa determinação, estatísticas relativas ao período revelam substancial aumento de unidades de ensino superior/cursos da rede estadual, especialmente, no interior do Estado.

O interesse, por parte do Estado, nesse programa é de tal ordem, que se efetiva à revelia, tanto de recomendações contrárias a essa política como à de um quadro de obstáculos e limitações conjunturais, imposto, inicialmente, à sua expansão, o que vai qualificar esse empreendimento como um verdadeiro desafio à situação apresentada.

Com efeito, a expansão de faculdades, na década de 80, parece contrariar, também, recomendações explícitas, oriundas de estudos, que merecem, ao que tudo leva a crer, grande credibilidade, não só pelas pessoas ou grupos que encabeçaram esses estudos, mas pelas metodologias e dados apresentados.

---

[5] BAHIA. Secretaria da Educação e Cultura. (1984) Plano de educação... op. cit., p. 38.

O primeiro desses estudos refere-se ao relatório de autoria da Profª Gizelda Santana Morais, (ex-Coordenadora do Mestrado em Educação da Universidade Federal da Bahia), apresentado, no limiar de 1980, ao DESAP - Departamento de Ensino Superior e Aperfeiçoamento de Pessoal. Esse estudo encerra uma análise bastante consistente sobre a situação do ensino superior estadual na Bahia, frente ao contexto econômico e social, com vistas a avaliar, dentre outros objetivos, as possibilidades de sua expansão.

A análise chama a atenção para pontos bastante significativos: Um deles diz respeito à questão da produtividade do subsistema do ensino superior estadual, que, a despeito das matrículas crescentes, apresentava, já na primeira metade da década de 70, consideráveis taxas de evasão em, praticamente, todos os cursos e turmas, suscitando emergência na adoção de medidas capazes de garantir a permanência daqueles que neles ingressavam. Mostra que as faculdades servem quase que à própria sede, considerando que o alunado procede do próprio local onde estão instaladas e que, em geral, concentram uma população de 2º grau mais expressiva; reconhece a importância das faculdades de formação de professores, quanto ao seu papel em equacionar a problemática de qualificação de pessoal para o ensino de 1º grau, porém defende um melhor aproveitamento da capacidade das já existentes, visando a qualificação do enorme contingente de leigos no ensino público, o que, no seu entender, seria a política de expansão mais coerente com o

interesse de desenvolvimento do ensino como um todo. Do contrário, salienta, essas faculdades continuariam: a) servindo, apenas, à população da sede onde estão implantadas; b) não exercendo motivação para os jovens, inclusive para aqueles que estariam na iminência de se deslocarem para outros centros; c) aumentando a evasão de ano para ano, com risco de redução dos ingressos, por falta de candidatos e não aprovação mínima nos exames vestibulares.

Advoga, assim, o fortalecimento das faculdades, a partir de sua transformação em verdadeiros centros de formação e aperfeiçoamento de docentes de 1º e 2º graus, voltando toda a sua estrutura física e acadêmica para a realidade dos professores e alunos, afirmando, também, que:

> antes da criação de outras faculdades, constantemente requisitadas para sedes de outras regiões, talvez mais como um sinal de prestígio, poderia ser testado o desenvolvimento de uma experiência de expansão, dentro dos moldes expressos (p. 38).

Aponta, ainda, como caminho à expansão do ensino, uma política que enfatize ações preventivas ao analfabetismo, com ampliação de oportunidades de acesso ao 1º grau e injeção de recursos nesse grau de ensino. Propõe, também, um maior estímulo ao 2º grau, como forma de melhor assegurar a fixação do indivíduo à sua terra, propiciando-lhe uma preparação profissional de nível médio, mais condizente com as necessidades locais, regionais e de ganhos salariais compatíveis.

Esse ponto de vista, aliás, é, igualmente, esposado por Trigueiro Mendes ao atentar, a nível de Brasil, para

aquilo que seriam os mecanismos mais adequados de expansão honesta do ensino superior. Destaca a necessidade de ampliar e explorar, até os últimos limites, as possibilidades de utilização dos núcleos de ensino superior qualitativamente sólidos, tornando-os, cada vez mais consistentes, para que possam ampliar os seus serviços. (Mendes, 1967).

Um outro fato, que leva o autor a adotar essa posição, diz respeito ao Corpo Docente, peça fundamental dentro dessa questão e que, em geral, não se leva em conta. Frente à escassez de quadros qualificados, a dispersão de professores significaria esgaçar, ainda mais, o que já é tênue, senão recair na improvisação de profissionais.

O segundo desses estudos, realizado já num momento subsequente (1981), diz respeito a diagnóstico realizado por grupo da própria Secretaria de Educação e Cultura, o qual, igualmente, conclui pela não prioridade de expansão desse grau de ensino no Estado.

Afora os pontos indicados, um outro aspecto a se antepor à pretendida expansão diz respeito às restrições financeiras impostas ao setor educacional, com nítido impacto sobre o ensino superior, deixando claro que essa expansão, procedida na década de 80, não tem como fator explicativo a entrada de novas verbas.

Estudos realizados por órgãos da própria Secretaria de Educação e Cultura - IAT (Instituto de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira) - sobre receita e despesa para com a

educação superior estadual, na primeira metade da década de 80, demonstra uma acentuada queda no nível de recursos financeiros a ela destinados, com substancial declínio de 1981 para 1984.

A propósito, vale ressaltar observação contida nesse estudo, elaborado pelo citado Instituto de Educação e Pesquisas em Ciências, Educação e Cultura Anísio Teixeira - IAT (1986):

> Com exceção da Universidade Estadual do Sudoeste em 1981, os dispêndios com a educação superior não conseguem repor o poder de compra do dinheiro, corroído pela inflação verificada nos exercícios financeiros de 1980, 81, 83 e 84. Equivale dizer que, quando constantes os gastos em ensino superior, realizados diretamente pelas Universidades Estaduais, virtualmente declinam, com exceção para o ano atípico de 1982 (p. 96).

Apesar de toda sorte de empecilhos, o Estado rompe com as amarras, na virada dos anos 80 e opta não pelo fortalecimento do sistema já existente, mas por intensa dissemina ção de cursos e faculdades, em diversas áreas do Estado, ampliando, consideravelmente, em curto espaço de tempo, a rede de ensino superior mantida pelo Estado.

Diante do quadro apresentado, as opiniões se dividem, ora em aprovação ao esforço governamental, quanto a estimu lar esse nível de ensino, reconhecendo a sua oportunidade e benéfica influência aos graus precedentes e áreas a que se destinam, ora em acirradas críticas à ação do Governo, pelo crescimento prematuro e atropelado de cursos e faculdades e, particularmente, do processo com que se dá a inte riorização desse grau de ensino na Bahia, com risco de am-

pliar, impunemente, o rol de instituições de ensino dispenseiras, apenas, de ritos simbólicos.

Nessa controvérsia, o Estado ampara-se na própria Constituição Federal de 1969, a qual afirma no seu artigo 177, que:

> Os Estados e o Distrito Federal organizarão os seus sistemas de ensino, e a União, os dos Territórios, assim como o sistema federal, que terá caráter supletivo e se estenderá a todo o País, nos estritos limites das deficiências locais.

Estribados nesse artigo, muitos são os que advogam, a exemplo de Boaventura (1984), que

> (...) se supletivo é o sistema federal de educação, consequentemente, os sistemas estaduais e do Distrito Federal são efetivamente os que sustentam a educação brasileira (p. 131).

Um outro argumento frequentemente apresentado e tão convincente, à primeira vista, quanto o anterior, refere-se à contenção de vagas imposta pela Universidade Federal da Bahia, desde 1973, e que vem reprimindo uma demanda crescente de acesso ao ensino superior. Utilizando-o, também, como suporte para justificar a expansão, Boaventura (1984) argui que,

> (...) se cotejarmos o crescimento do ensino de primeiro e segundo graus com a rigidez da oferta de vagas na educação superior federal - a Universidade Federal da Bahia fixou em 3.000 vagas, há mais de doze anos - há explicações para o grande esforço estadual de crescimento do segmento educação superior no sistema educacional da Bahia (p. 31).

Assim, o Estado, ao expandir a rede de escolas superiores, estaria contribuindo, naturalmente, para a absorção dessa demanda. Além disso, ainda, conforme Boaventura

(1984), em seu livro Pela Causa da Educação e Cultura, (...) o esforço estadual em estabelecer cursos e faculdades e mesmo criar Universidades só fará retroalimentar os demais níveis do sistema educacional" (p. 31) pois, sistematicamente, parte dos produtos do sistema educacional retorna ao mesmo, sob a forma de professores e especialistas para o ensino de primeiro e segundo graus.

É forçoso, no entanto, afirmar que tais argumentos não são suficientes para explicar a densidade dessas ações, senão de modo parcial, frente à realidade contraditória que a envolve, submersa que se acha, ainda, num mar de interrogações e questionamentos, tais como:

. Há, de fato, uma política de interiorização do ensino superior?

. Como ela se manifesta nos termos legais e na prática?

. Em que implica a existência ou não dessa política, e qual o grau de comprometimento com a qualidade de ensino oferecido?

. Quais os aspectos contextuais que determinam a decisão de interiorizar o ensino superior e acelerar o seu processo?

. Que significa a liderança da rede estadual nesse processo?

. Os cursos oferecidos atendem de fato às necessidades regionais?

A quem e a que interesses respondem essas ações, no Estado da Bahia, sob o prisma:

. do seu atendimento (com relação aos setores econômico, político e/ou social);

. do seu direcionamento regional (com benefício de certas áreas, em detrimento de outras),

. da tipologia organizacional adotada (em termos das influências que conformam a sua estrutura);

E, além disso:

. Quais os fatores que presidem a forma de aglutinação de suas unidades?

. Qual tem sido o verdadeiro papel dos seus órgãos responsáveis pelo delineamento e ordenação dessas ações no Estado?

. Qual o grau de articulação do processo deslanchado pelo sistema estadual com as demais agências promotoras do ensino superior no Estado?

. Qual o sentido das sucessivas reformas de estrutura por que tem passado?

. Quais os objetivos implícitos à pulverização de unidades do ensino superior, no interior do Estado e o seu impacto no que concerne ao atendimento de matrículas?

O elenco de questões envolvidas pelo fenômeno do crescimento/interiorização do ensino superior estadual na Bahia, na década de 80, a sinalizar para diversas pistas de investigação, comprova, pelo menos, dois pontos: a) A área inexplorada, em que se constitui, até então, esse campo de análise na Bahia, motivada pela ausência de estudos e pesquisas nesse sentido; b) A amplitude do tema em foco, im

pondo-se, desse modo, um esforço de síntese das indagações postas para delimitação do estudo.

QUESTÃO CENTRAL DA PESQUISA:

Qual o significado da ênfase conferida pela esfera estadual à expansão do ensino superior e seu direcionamento ao interior baiano, na década de 80, num Estado em que o próprio sistema reconhece a não prioridade dessas ações, frente à crise que assola os graus precedentes de ensino?

SUBQUESTÕES

a) Que funções cumpre o crescimento do ensino superior estadual, especialmente a sua interiorização, através da UNEB - a quem e a que interesses responde?

b) Como se dá esse crescimento, de forma aleatória, imediatista, ou respaldado por critérios que o fundamente?

Imaginou-se que respostas a essas questões poderiam ser buscadas: a) no exame das características do fenômeno, em sua dimensão quantitativa, buscando investigar a natureza e direcionamento dessas ações; b) na análise das políticas governamentais, relativas à questão, previstas para o período, buscando identificar a existência, ou não, de uma proposta básica de ação e de critérios, que demonstrem a sua consistência quanto a objetivos, prioridades, formas de organização e localização espacial; c) na apreensão do sentido atribuído a esse crescimento/interiorização, por segmentos profissionais da sociedade, direta ou indire

tamente envolvidos com a questão, frente à análise do próprio contexto social, político e econômico, que emoldura o fenômeno e no qual essas questões se entrelaçam e ganham sentido.

A partir dessas vias de aproximação sucessivas do fenômeno ou direções de análise, busca-se compor um quadro de referência que permita chegar-se a uma maior compreensão da lógica que preside a questão do crescimento/interiorização do ensino superior, liderado pela rede do Estado, inclusive no que toca ao seu direcionamente local/regional, à tipologia organizacional adotada e às possíveis consequências sobre a qualidade do ensino.

CAPÍTULO I

FUNDAMENTAÇÃO TEÒRICA

1. Expansão/Interiorização do Ensino Superior no Brasil e na Bahia

1.1. Antecedentes Históricos

A rigor, não se pode falar no fenômeno da expansão/interiorização do ensino superior estadual na Bahia, sem que se tenha, necessariamente, de fazer uma remissão ao passado.

A literatura sobre o assunto, embora escassa, permite trazer à discussão alguns elementos informativos para uma maior aproximação do fenômeno. Torna-se, no entanto, necessário situá-lo historicamente, dentro do âmbito maior de que faz parte, ou seja, no próprio movimento de origem e expansão geral do ensino superior no País.

Ao lançar mão desse recurso metodológico, não se está pretendendo, tão somente, iluminar o presente pelo passado, através da identificação de características e/ou regularidades, que se revelem no decurso da história, mas, so

bretudo, poder explicitar divergências que se coloquem no presente em relação ao passado, e que, por isso mesmo, carecem de uma maior reflexão ou de novos recursos interpretativos.

Nessa restrospectiva histórica em que se fixa a atenção sobre o período anterior a 80 e, essencialmente, sobre o fenômeno da expansão/interiorização ocorrida, nos anos 1960/70, dois pontos se tornam centrais: A origem da demanda, entendida aqui como "procura exteriorizada de bens e serviços em certos setores ou segmentos do todo comunitário"[1], e o significado das medidas governamentais postas em prática para atendê-la.

O ingresso formal do ensino superior no país é normalmente associado ao início do século passado, com a chegada da Família Real ao Brasil, época em que as primeiras faculdades, efetivamente, aqui se instalam, tendo sido fundados 14 estabelecimentos de ensino superior, durante todo o Império.

Referindo-se à institucionalização do ensino superior, no início do século passado (sec. XIX), Fávero (1980) faz menção ao seu caráter pouco inovador, dentro da realidade brasileira, organizando-se formalmente como um serviço público, mantido e controlado pelo governo e voltado, sobre

---

[1] Cf. BRITTO, Luiz Navarro de. Políticas de ensino superior- autonomia universitária (1986). In: Leopoldianum - Revista de Estudos e Comunicação (1): 11-20, Universidade: Sociedade Visconde de S. Lourenço. Faculdades Católicas de Santos, S. Paulo, p. 11.

tudo, para a preparação de profissionais liberais-médicos, advogados, engenheiros, dada a sua importância como instrumento de ascensão social, manutenção e consolidação do regime.

Corroborando esse ponto, Cunha (1980) ressalta o sentido utilitário dado ao ensino superior pelo Estado, considerando a sua subordinação às funções próprias deste.

Com o início da 1ª República, segue-se um período de maior intensidade de ações de ensino superior, quando ocorre o primeiro surto de escolas superiores no País, "com a multiplicação de escolas isoladas nas três décadas que se seguiram à instituição do regime republicano" (Cunha, 1983, p. 15).

A despeito do ingresso formal do ensino superior ocorrer no Império, o início das primeiras ações desse grau de ensino no país remete ao Brasil Colônia. Cunha (1983) refere-se às instituições de ensino superior, nos colégios jesuitas do século XVI e sua destruição, em meados do séc. XVIII, pela política educacional pombalina.

Ao que parece, são dessa época as primeiras iniciativas de interiorização do ensino superior. Conforme indicam Rocha e Duarte (1986), há os que creditam aos jesuítas, ainda no período colonial, a responsabilidade pelo começo da interiorização do ensino superior no País.

Contudo, só a partir do século passado, iniciativas mais concretas, nesse sentido, seriam efetivamente materiali

zadas. Ao que tudo indica, a Bahia vai ser o berço da primeira experiência brasileira de interiorização do ensino superior.

É no período do Império que se vai encontrar iniciativa pioneira, em solo nacional, com a instalação na Bahia, da primeira Escola Agrícola do Brasil.

Segundo Tourinho (1982), essa Escola foi localizada, no Engenho das Lages (propriedade da Ordem de São Bento), nas proximidades da cidade de São Francisco do Conde, sendo inaugurada no dia 15 de fevereiro de 1877.

De acordo com dados da mesma fonte, a origem e funcionamento dessa Escola estão intimamente ligados ao Imperial Instituto Bahiano de Agricultura, Instituição que a construiu e que a manteve até o ano de 1904, quando seus bens são transferidos ao Estado.

Essa Escola, após várias etapas de sua trajetória, conforme aponta Boaventura (1984), vai finalmente resultar na Escola de Agronomia de Cruz das Almas, mantida pelo Estado e, mais tarde, incorporada à Universidade Federal da Bahia. Tal incorporação, porém, somente vai ocorrer em 1967, através do Decreto-Lei nº 250, de 28 de janeiro, vinte e um anos, portanto, após a fundação da Universidade Federal da Bahia.

Analistas do assunto afirmam que a expansão do ensino superior constitui-se em fenômeno recente na sociedade brasileira, podendo aí serem identificados dois momentos:

O primeiro momento corresponde à fase da 1ª República, quando mudanças se operam na estrutura social brasileira, em que as oligarquias do café e a emergente burguesia industrial passam a compor a classe dominante e os militares, intelectuais e burocratas, a classe média. Dá-se, então, nesse período, o primeiro surto de escolas superiores do País, "com a multiplicação das escolas isoladas nas três décadas que se seguiram à instituição do regime republicano" (Cunha, 1983, p. 15). Em 1939, registram-se 111 unidades de ensino superior no Brasil. Vale ressaltar que, apenas, 33% concentravam-se no interior. Por outro lado, vale considerar que 75% daquele total estavam situados nas regiões sul e sudeste, portanto, nas regiões mais desenvolvidas do País.

O segundo momento corresponde, justamente, ao movimento recente de interiorização do ensino superior ocorrido no Brasil, com sua fase aguda no período 1968/74, e que se engaja no movimento geral de expansão do sistema escolar, que, a partir dos anos 50, tem lugar nesse País.

O período do pós-guerra vai representar um marco quanto a mudanças de atitude com relação à educação. Sob a égide da teoria do capital humano, que se fortalece nesse período, estendendo-se até o Brasil, cresce em todos os países a faixa da população que tem acesso ao ensino secundário.

Acentua-se também, a crença quanto a existência de relação entre o ensino universitário (especialmente o científico e o tecnológico) com a prosperidade econômica e a su-

premacia no campo da tecnologia e da conquista do espaço, surgindo, então, em diversos países, iniciativas destinadas a organizar os sistemas do ensino superior (Santana, 1976).

Os reflexos desse processo, atuando em escala mundial, incidem fortemente sobre o sistema educacional brasileiro, em todos os seus níveis, coincidindo com o acelerado crescimento da indústria que se processa nesse período.

Dados comparativos mostram que a taxa de crescimento do ensino superior, no Brasil, passa de 86%, na década de 1950/60, para 514%, no período 1965/75 (igualmente de 10 anos), recebendo a sociedade brasileira o maior impulso de sua história, no que toca a esse grau de ensino, ao elevarem-se as matrículas de 155 mil estudantes, em 1965, para 951.264, em 1975 (Santos, 1978).

Estudos realizados por Navarro de Brito (1976) corroboram esta afirmativa, atestando, ainda, que os índices alcançados pelo Brasil superam, nesse período, não só o aumento, na América Latina, mas, em todo o mundo, o que vai configurar a explosão universitária brasileira como um fato excepcional.

Esta explosão do ensino superior passa a apresentar uma feição nova, expressa na tendência à interiorização/privatização, configurando nítido processo de desconcentração espacial, com notório aumento de vagas, no setor particular, que passa de 43,0%, em 1960 para 77,1%, em 1972. Uma ou-

tra característica evidenciada é que esse acréscimo de matrículas ocorre pela expansão da oferta nos núcleos ou centros já existentes, e não tanto pela criação de novos. Esse ponto é confirmado por Santana (1976), ao apontar que "o acréscimo representado, pela criação de novos centros corresponde apenas a 16,23%, em todo o período 70/77", o que demonstra, a seu ver, que a expansão/interiorização se deu através dos centros pré-existentes.

Até os anos 50, à exceção de uma maior concentração dessas unidades, na região sudeste, o ensino superior constituia-se de pontos rarefeitos no território nacional. Além de Cruz das Almas (na Bahia), as cidades de Pelotas, Caxias do Sul e Areia eram os únicos exemplos de descentralização geográfica de oportunidades educacionais a nível de 3º grau (Santana, 1976).

De um total de 245 unidades existentes, até então, 82% concentravam-se em capitais, percentual esse que cai vertiginosamente, no final dos anos 60, passando para 37%.

Acompanhando esse processo, reverte-se, igualmente, o quadro de vagas e matrículas.

Em 1970, por exemplo, 54% das vagas passam a ser oferecidas por unidades situadas no interior do Estado, muito embora, o Sudeste congregasse a grande maioria, ou seja, cerca de 75%, seguindo-se do Sul, com 20%, daí ser inexpressiva a oferta nas demais regiões do país.

De 1970 a 1974, as unidades localizadas no interior respondem por um aumento de 68%.

A forma como se tem processado a expansão/interiorização da educação superior no país, tem suscitado inúmeras críticas. Assim, Mendes (1987) ressalta que os países do terceiro mundo deixam-se envolver por uma frívola euforia expansionista, sem tomar consciência do que isto deve custar como empreendimento. Aponta que "tudo é feito na educação, dentro do 'status quo' disfarçado por uma política aumentativa, que muda os números, mas não muda as coisas numeradas". E diz mais:

> o que se pretende tradicionalmente no Brasil é fazer pouco esforço (criativo) e no entanto muitas escolas. Apenas com atos formais: autorizações, nomeações e efetivação (p. 60-8).

Ressalta, por outro lado, que existe a questão bastante corrente da submissão do Estado ao jogo de forças tumultuárias, que acaba por interferir na liderança do processo, deixando-se conduzir, ao invés de conduzi-lo.

Freitag (1979), criticando a forma como se deu a expansão do ensino superior no Brasil, aponta como um dos seus motivos a formação

> de um exército de reserva sui generis mas que não pode deixar de realizar as duas funções clássicas que caracterizam o mesmo: servir de reservatório de mão-de-obra qualificada para o setor moderno da economia e deprimir os salários (p. 134).

Mendes (1987) denuncia o caráter falacioso da inte

riorização do ensino superior no Brasil, traduzido na decisão de transformar algumas cidades do interior em micro-centros artificiais, sem dispor das mínimas condições para garantir suporte cultural ao seu funcionamento, e muito menos propiciar sua irradiação cultural. Essa decisão baseava-se na "crença formada em uma opinião pública, mal conduzida por elites despreparadas, de que o desenvolvimento local dependia de escolas superiores" (apud. Horta, p. 457). Sem querer condenar as comunidades menores à estagnação, ressalta que, nas condições negativas em que muitas escolas foram criadas, não haverá qualquer possibilidade de impulsionar-lhe o desenvolvimento.

Chama a atenção para o efeito em contrário da pretendida fixação local do egresso de muitas dessas escolas, implantadas em localidades que não oferecem suporte de funcionamento e possibilidade de irradiação, que acabam por estimular a emigração, quando não resultam na proletarização e em alto custo social para as comunidades. Isto porque

> cada comunidade tem os quadros que pode absorver sua estrutura social, econômica e consequentemente ocupacional (...) daí não se tornar possível a retenção compulsória de profissionais onde eles estejam impedidos de exercer convenientemente a sua profissão (p. 457).

1.2. Movimento de Expansão/Interiorização do Ensino Superior Estadual na Bahia - 1960-1979

Na Bahia, o impulso inicial de expansão do ensino su-

perior, em direção ao interior do estado, articula-se com o movimento geral de expansão/interiorização do ensino superior no País.

Estudos realizados pela Secretaria de Educação e Cultura, CLAN/FINEP, confirmam o marco de 60 como o início das ações de ensino superior na Bahia.

Nesse Estado, a interiorização do ensino superior vai ocorrer pela via dos setores particular e público estadual.

Assim, em 1960, pela iniciativa privada, são criadas as faculdades de Direito, em Ilhéus, e de Filosofia em Itabuna, que no seu conjunto vão colocar até 1971, seis cursos em funcionamento: Direito, Filosofia (Bacharelado e Licenciatura) Letras (Bacharelado e Licenciatura) Pedagogia (habilitação em Supervisão Escolar e Orientação Escolar). Estudos Sociais e Ciências - 1º grau, praticamente todas da área de Ciências Humanas.

Essas duas faculdades, às quais vem associar-se, em 1970, a de Ciências Econômicas de Itabuna, vão ser, subseqüentemente, reunidas na FESPI - Federação de Escolas Superiores de Ilhéus e Itabuna. Observa-se, assim, que as ações do setor particular dirigem-se para áreas, que se destacam, no cenário da época, pelo seu desenvolvimento, ficando, no entanto, restritas a essas ações de interiorização, as iniciativas do setor particular.

Quanto ao setor público (estadual), observa-se que

a maioria das ações expansionistas, anteriores a 1980, concentra-se, praticamente, na década de 60, quando seis faculdades estaduais são criadas.

Assim, no início dessa década, tem lugar a criação das faculdades de Agronomia do Médio São Francisco (FAMESF) e as faculdades de Filosofia Ciências e Letras de Juazeiro e de Caetité, (estas últimas somente ativadas na década de 80).

No final da década, surgem as faculdades de Formação de Professores de Feira de Santana (1968), bem como as de Alagoinhas e Vitória da Conquista (1969), oferecendo Licenciaturas curtas, nas áreas de Letras, Estudos Sociais e Ciências, além do curso de Agronomia em Juazeiro.

A partir dessa década, referências expressas à interiorização do ensino superior vão fazer-se presentes, nos planos e diretrizes de ação governamental, para a área da Educação na Bahia.

Na década de 70, tem lugar a criação da Faculdade de Formação de Professores de Jequié e o início, propriamente dito, do funcionamento das unidades criadas anteriormente. É, também, nesse período que se dá a criação da primeira universidade estadual na Bahia, Universidade Estadual de Feira de Santana - UESF, autorizada em 1976, em município interiorano, cujo embrião foi a própria Faculdade de Formação de Professores de Feira de Santana.

A fase aguda do crescimento/interiorização do ensino superior no Brasil (1968/74), vai coincidir com o período de expansão de sua economia, do chamado "milagre brasileiro", em que a indústria se reorganiza, entrando em nova fase com a importação de "know-how" e de modernas tecnologias, intensificando a produção dos setores dinâmicos da economia moderna (indústria química, eletrônica e automobilística).

Na Bahia, muito embora os cursos criados não mantenham nenhuma relação direta com as demandas específicas do setor indicado, a expansão/interiorização do ensino acompanha, igualmente, a trajetória do processo de desenvolvimento industrial iniciado em 1960 com o CIA - Centro Industrial de Aratu, com a implantação de distritos industriais, inclusive no sul do Estado, e, subseqüentemente, já na década de 70, com a implantação do Pólo Petroquímico de Camaçari.

Há, assim, uma conjunção de fatores favoráveis, no cenário nacional e local, entrelaçados a ideologias desenvolvimentistas que perpassam a sociedade, sustentados por teorias, que se propagam nessa época como a de pólos de desenvolvimento, interiorização do desenvolvimento, teoria do capital humano, reforçadoras da crença de que a educação é fator de desenvolvimento, aspectos esses que, no seu conjunto, vão ser tomados para legitimar as ações que passam a ser adotadas na área da Educação.

A concomitância dos processos de expansão da economia e da educação superior, identificada claramente, nesse período, não só na Bahia mas, em todo o Brasil, tem levado muitas análises a um reducionismo economicista, ao resumir a fatores econômicos as causas da expansão educacional.

Ao se tentar entender a problemática da expansão/interiorização do ensino superior, ocorrida no Brasil - período 1960/70 - referindo-a à Bahia, objetivando iluminar o presente, depara-se com um certo número de dificuldades: Primeiro, a amplitude do seu campo de análise, ao envolver, desde as formas institucionais, nas quais se corporifica esse fenômeno, passando pelo tipo e volume da oferta, até o seu direcionamento e endereçamento social/regional. Segundo, a complexidade do tema, cuja natureza, entrelaçada à própria dinâmica da realidade social, torna mais difícil o seu grau de objetivação. Terceiro, a área inexplorada, no caso da Bahia e, portanto, desconhecida, face à inexistência de estudos críticos sobre esse fenômeno, neste Estado, que subsidiem algum ponto de partida para as análises que se pretende efetivar. Uma quarta dificuldade, que vem juntar-se às anteriores, diz respeito aos limites impostos pelo próprio referencial analítico disponível, sob o qual se tem pautado, até então, a maioria dos estudos sobre expansão do ensino superior no Brasil.

Estruturando-se tais estudos, em torno da relação linear de oferta/demanda, elitização/massificação, quantidade versus qualidade, buscam, em geral, explicar o fenômeno da expansão do ensino superior, sob lentes tecnicistas, ao examiná-lo frequentemente sob a ótica da expansão tecnológica e da modernização do processo produtivo.

Nesse sentido, vários estudos, conforme aponta Santos (1978), associam a problemática da expansão do ensino superior ao sistema produtivo e às transformações ocorridas nas relações de produção. O sistema produtivo seria, assim, o verdadeiro condicionante tanto da quantidade, como da qualidade de recursos humanos, em termos das mudanças na estrutura do emprego.

Nesse caso, a expansão do ensino superior, ocorrida no Brasil, seria uma resultante do processo de desenvolvimento industrial, que passou a repercutir na demanda de quadros profissionais para as diversas funções exigidas por esse setor e correlatos, como o terciário, que se amplia, igualmente, em função daquele.

Esse enfoque, meramente economicista, peca por ser unilateral para uma análise da expansão de cursos superiores, ao ignorar as dimensões sócio-políticas, envolvidas nesse processo, diretamente relacionadas a interesses que perpassam o Estado em relação à sociedade, em um dado momento histórico, em termos de sua transformação ou manutenção.

É bem verdade, conforme esclarece K. Roberts, que, a cada estágio de crescimento correspondem exigências educacionais, diretamente, relacionadas às necessidades do sistema econômico ou às influências que aquele sistema exerce sobre o comportamento de indivíduos e grupos. Assim,

> (...) das necessidades de recursos humanos qualificados e das teorias que ressaltam a importância do capital humano na produtividade econômica, resultaram técnicas de planejamento que, apoiadas no postulado da existência de um forte vínculo entre economia e educação, visam a regular a oferta educacional, através das características daquele setor. Argumentos recentes procuram evidenciar que, embora estes dois aspectos dos sistemas não sejam independentes, existe pouca influência direta da economia sobre a educação.
>
> Um desses argumentos introduz a hipótese de que, antes de incidirem sobre o sistema educacional, os processos econômicos são transformados, através de mecanismos subsistentes, em outros setores do sistema social. O sistema político, a estratificação social e as ideologias exercem importante função de mediação entre a economia e a educação (K. Roberts apud. Santana, 1976, p. 49-50).

É, porém, através do sistema político, que as necessidades da economia são transformadas em práticas educacionais, razão por que aquele sistema é considerado um importante canal de mediações entre economia e educação.

Esse ponto remete ao exame da questão de relativa separação entre o político e o econômico nas sociedades capitalistas, frente a determinadas conjunturas ou regimes de governo.

O uso de categoria analítica, para explicar essa separação, torna-se essencial, recorrendo-se para tanto a con

ceitos inclusos na obra de Nicos Poulantzas (1977).

A despeito das críticas que são dirigidas à Poulantzas, contando, dentre elas, as de Ernesto Laclau (1978), reforçadas por argumentos apoiados em Etienne Balibar, os conceitos por ele utilizados, para explicar aquela separação, são bastante auxiliares no caso considerado.

Poulantzas busca determinar o caráter autônomo do político dentro do modo de produção capitalista. Ressalta, assim, a separação entre o político e o econômico, que, no seu modo de entender, é específico do sistema capitalista. Esta separação se deve ao despojamento dos produtores diretos do seu meio de produção, que é característico do capitalismo. Define, então, por modo de produção não o que é, geralmente, caracterizado como o econômico, e sim, como uma combinação específica de várias estruturas e práticas ou níveis que, combinados, apresentam configurações específicas, sendo determinadas, em última instância, pelo econômico.

Afirma, assim, que embora a estrutura do conjunto seja determinada, em última instância, pelo econômico, isso não significa que o econômico desempenhe o papel dominante na estrutura.

Os conceitos de determinante e dominante carecem de ser esclarecidos. Entende-se, assim, por determinação, em última instância pelo econômico, que este decide que

nível haverá de desempenhar o papel dominante. O conceito de dominante implica que cada modo de produção tem uma instância dominante.

Para tornar mais entendível essa questão, o althusserianismo recorre a três realidades ou instâncias, que estariam presentes em todos os modos de produção e cuja articulação constitui a especificidade do modo da produção - instância política - econômica e ideológica.

A unidade constituída pela estrutura implica, assim, que cada modo de produção tenha um nível ou instância dominante, mas o econômico só é efetivamente dominante, na medida em que atribui o papel dominante a uma instância ou outra, ou seja, na medida em que exerça controle sobre a mudança de dominância.

Portanto, o que distingue um modo de produção de outro e, conseqüentemente, especifica um modo de produção é a forma particular de articulação mantida por seus níveis. Daí o político, em dadas circunstâncias históricas, poder vir a ser o dominante.

Várias análises têm demonstrado a validade dessa tese, sobretudo em regimes capitalistas autoritários que, no caso específico do Brasil, tem tido peso considerável.

Corroborando essa tese, no que toca à educação, Rodrigues (1984) deixa transparecer que o póder de manipulação da educação tem sido amplamente favorecido pela ascensão do poder político na sociedade brasileira, o qual

se fortalece, frente ao poder econômico, a partir dessa fase. Há como que uma transposição de papéis, onde o econômico perde a força de ditar as regras, submetendo-se ao jogo do poder político. Nesse processo, fica patenteada a vulnerabilidade da educação, em seus diversos níveis, cujos papéis ou funções flutuam ao sabor dos interesses dominantes, ora assumindo configurações específicas, no processo econômico, ora sendo destituída dessa vinculação direta ou aparentemente inespecífica, ora como mero recurso articulador de dominação e hegemonia política junto às massas. Esta última função torna-se clara, à medida que se detecta, dentro da esfera política, o fortalecimento do poder executivo, o qual passa a ser moderador e normativo de todo o processo econômico, social e político.

Portanto, a importância dada às forças produtivas

> não pode ser vista como uma opção técnica que condicionará a demanda do ensino superior e cuja relação poderá ser equacionada tecnicamente através da análise de oferta, demanda (Santos, 1978, p. 50).

Assim, a opção por esse ou aquele nível de ensino, pelo maior ou menor grau de qualificação da força de trabalho é, antes de tudo, uma opção política, considerando o papel que a educação está sendo chamada a cumprir no interior da sociedade, em um dado momento histórico.

Buscando aprofundar as análises sobre o fenômeno da expansão/interiorização do ensino superior, ocorrido no passado recente, 1960/70, Cunha (1975), relacionando sua o-

rigem às transformações da economia brasileira, vai mostrar que a expansão do ensino superior encontra sua explicação no processo de deslocamento dos canais de ascensão social para as camadas médias. Esta ascensão, que, anteriormente, se processava através de mecanismos de poupança/investimento/reprodução de capital pela constituição e expansão dos pequenos negócios, foi sendo inviabilizada, dentro do novo modelo econômico brasileiro, a partir da introdução de mecanismos de concentração de capital, renda e mercado, resultantes da implantação das grandes empresas, que acabaram por sufocar os estabelecimentos de pequeno e médio porte. Em conseqüência, as alternativas da ascensão das camadas médias passaram a ser buscadas nas hierarquias ocupacionais para o que a escolarização/qualificação profissional se afigura a essa classe como a única saída, engrossando as fileiras dos que batem à porta da universidade. Acentuou-se, assim, nas classes médias, o temor diante da perspectiva de proletarização que, após 1964, passou a se agravar com o rebaixamento dos salários e exclusão dos trabalhadores dos benefícios do crescimento econômico.

Cada vez mais subordinada aos grupos dominantes, a classe média transfere para a obtenção de um diploma a sua esperança de ascensão social. Passa, a partir daí, a dirigir sua insatisfação para a rigidez do sistema de ensino (apud Oliven, 1981).

Essa insatisfação alcança seu limite máximo com a

defasagem entre número de aprovados no vestibular e número de vagas oferecido , gerando, no final da década de 60, vários protestos da classe estudantil, sobretudo de grupos de excedentes, com apoio e cobertura das famílias e da imprensa. Cabe, então, a questão: Que medidas governamentais decorrem desse fato, e qual a sua significação?

Essa é também a questão central que se coloca em relação ao passado para iluminar o presente.

A reforma universitária e o estímulo à privatização do ensino superior parecem resumir as respostas do Governo à questão.

Que significado pode ser extraído dessas medidas?

As análises correntes deixam transparecer o sentido contraditório e dissimulador das ações governamentais, na medida em que não havia interesse real pela educação, dentro do novo modelo de desenvolvimento econômico que se consolidava.

Esse sentido fica bem evidenciado, por exemplo, ao resgatar-se o fato de que, justamente no período em que tanto se enfatizou, a nível das políticas e discurso do Governo, o papel da educação para o desenvolvimento do País, (período pós-64), verifica-se um acentuado decréscimo, na parcela do orçamento nacional destinado à educação. Colocando-se abaixo dos 10% em 1980, quando esse percentual, segundo Frigotto (1980), já teria sido atingido em governos anteriores ao regime autoritário, houve, nos últimos dezessete anos que precedem a década de 80, uma redução de

quase 60% na dotação orçamentária nacional para a educação.

Um recorte analítico daquele período, em que parecia haver de fato interesse do governo para com a educação, aparentemente demonstrado, através de ampla mobilização dessa área, concretizada nas reformas do ensino superior (Lei 5.540/68) e do 1º e 2º graus (Lei 5692/71) e da elaboração das Leis Orgânicas de Ensino a nível dos Estados, inclusive da propalada ampliação das oportunidades educacionais, é contraditoriamente, onde mais se retraem os recursos destinados à educação.

Estudos realizados por Antônio Emílio Marques sobre despesas federais em educação, tomando como base o Balanço Geral da União, para o período apontado (1965/74), revelam um forte declínio das despesas com educação, com notável estrangulamento nos anos 1970 e 1974.

Quadro 1. Despesas realizadas em educação com recursos do tesouro federal, (União/ Ministério da Educação e Cultura)

ANO	UNIÃO	MEC	%
1965	4.414.920	396.424	8,98
1966	6.138.559	456.518	7,44
1967	8.172.971	587.433	7,19
1968	11.542.897	824.061	7,14
1969	18.651.501	1.150.053	6,17
1970	28.115.660	1.337.094	4,76
1971	26.142.516	1.528.841	5,85
1972	38.198.339	2.243.784	5,87
1973	50.766.873	2.537.288	5,00
1974	71.749.814	3.495.503	4,87

FONTE: Balanço Geral da União. In: Antônio Emílio Marques - Despesas Federais com Educação - CNRH / IPEA. 1981.

Usando uma outra base de cálculo, que consistiu na análise de balanços e na comparação dos dispêndios em educação e cultura com a receita de impostos, José Carlos de Araújo Melchior chega a resultados equivalentes, ou seja, da drástica redução dos dispêndios com educação no período.

Quadro 2. Dispêndios em educação e cultura como porcentagem da receita de impostos - dados de balanços

ANO	%
1965	13,1
1966	9,6
1967	11,8
1968	8,3
1969	8,0
1970	7,3
1971	6,3
1972	6,4
1973	5,5
1974	5,2

FONTE: José Carlos de Araújo Melchior, Apud. Costa, Messias. Financiamento do Ensino Superior: argumentos e contra-argumentos. In: Cadernos Cedes (5): 13-42, S. Paulo. s/d.

A ausência de prioridade da educação, no quadro político brasileiro é ainda comprovada, quando se verifica ter o País alcançado, nesse período, elevado crescimento do Produto Interno Bruto, além do fato de que o incremento do PIB brasileiro, a partir de 1970, é, sensivelmente, supe

rior, tanto ao incremento médio do PIB mundial como ao dos países desenvolvidos e subdesenvolvidos e ao da América Latina, ultrapassando-os, ao ano de 1976, em mais de 2 vezes (Marques, 1981).

O efeito dissimulador das ações governamentais para com a educação superior, fica patente, no momento em que, ao deflagrar a reforma universitária, propondo-se a expansão desse ensino, dentro do padrão de universidade, retira-se o apoio financeiro à educação e aciona-se o setor particular, abrindo-se precedente, para que a privatização do ensino ocorresse em todo país, através da pulverização de estabelecimentos isolados (conforme é do conhecimento geral), com repasse de gastos para a comunidade e sem dispêndios para os cofres públicos.

A reforma universitária assume, assim, um caráter simbólico, configurando-se, ainda, conforme as análises realizadas sobre o período, em um ato de outorga, na medida em que se processa sem a participação da comunidade.

O sentido político dessas medidas encontra eco nos interesses voltados para a consolidação do próprio modelo capitalista associado e dependente. Nesse modelo, baseado na internacionalização da economia e importação de tecnologias avançadas, as exigências de qualificação, ao contrário do anunciado, tornam-se restritas a pequenas frações da população, e o ensino de 3º grau passa a ter um papel, meramente, dissimulador, cuja função implica dinamização da estrutura capitalista da produção.

A forte explosão quantitativa, expressa na expansão/interiorização do ensino superior, coincidindo com a aceleração do crescimento da indústria, nessa época, vai fornecer um quadro ilusório quanto às exigências educacionais suscitadas pelo desenvolvimento tecnológico, sobretudo, no que diz respeito ao aspecto qualitativo.

A interiorização do ensino superior aparece, assim, com duplo sentido:

De um lado, foi a forma encontrada pelo Governo para resolver o impasse expresso pelas exigências restritas de pessoal altamente qualificado, imposto pela economia nacional, bem como as pressões sociais (principalmente de classe média) por maiores oportunidades educacionais A solução foi, então,

> o divórcio entre expansão qualitativa, que ocorre principalmente nas grandes universidades públicas e a expansão meramente quantitativa, que se dá através de multiplicação de estabelecimentos privados do ensino de terceiro grau, que brotam em várias cidadezinhas do interior (Oliven, 1981, p. 43).

Pode ter sido também uma forma de desconcentrar a pressão estudantil, evitando a formação de grandes conglomerados de estudantes e os possíveis problemas políticos daí decorrentes (Horta, 1975, p. 43).

Resumindo, a reforma universitária passa a ser entendida como resposta simbólica (vale que se repita, às pressões da classe média por mais lugares na Universidade).

Assim, através de medidas de racionalidade interna, nas instituições federais, propicia-se, nos primeiros anos que se seguem à reforma, a entrada de novos estudantes, sendo depois sufocada, quase que de imediato, pelo estancamento do número de vagas como veio ocorrer na Bahia. Nesse Estado, após um impulso inicial nos dois primeiros anos, as vagas estacionam, por anos seguidos, em 3.055 ingressos novos.

A função explícita, conforme as interpretações correntes, era a de atender às exigências deste grupo quanto a oportunidades educacionais e cuja função implícita era de esvaziar o conteúdo político de suas reivindicações.

A privatização também ganha sentido, ao se evocar o contexto (autoritário) em que tais medidas tomam corpo.

Por influência desse contexto, reduz-se o poder de barganha dos municípios [2], passando o Estado, a partir desse momento, a depender menos de legitimação junto às bases municipais. Assim, torna-se desnecessário ao Estado tentar aprofundar e/ou ampliar os seus vínculos com os municípios, através da prestação de serviços públicos, inclusive educacionais. Nesse sentido, retrai-se a ação estadual, em termos de criação de novas escolas, em praticamen

---

[2] O grau de autonomia do governo municipal, em cada etapa de desenvolvimento brasileiro, variou a depender de interesses de poder central em canalizar recursos dos municípios, ou, em utilizar a capacidade dos mesmos de elaborar bens e serviços (apud, Santana, 1976, p. 65).

te toda a década de 70, transferindo-a para os setores particular e municipal. As poucas ações do setor estadual aparecem ligadas a regiões menos desenvolvidas do País, como no caso do Nordeste e da Bahia, permitindo arrolar a hipótese de que esse fato se deve ou à incipiência dos sistemas municipais nessas regiões ou às condições econômicas locais, que não conseguiram atrair investimentos do setor particular. Não se descarta, também, a possibilidade de que, em alguns casos, essas ações do setor estadual apareçam muito associadas a interesses ampliados pelas ideologias de desenvolvimento e de pólos regionais, em benefícios de certas áreas interioranas, cuja potencialidade despontava no cenário dos estados, como parece ter sido o caso na Bahia, à época. Sem desprezar a hipótese de que algumas dessas medidas podem encontrar sua razão nos vínculos pessoais ou de origem dos próprios dirigentes (Governador ou Secretário de Educação) com os municípios contemplados, o que parece explicitar-se é que, nesse período, as ações do setor educacional mantêm um certo desatrelamento de interesses meramente político-partidários ou, pelo menos, reduz-se a sua ênfase nesse sentido.

Resta saber se essa racionalidade que se expressa, no início da década de 70, na chamada "fase dura" do regime autoritário no Brasil, inclusive na Bahia, vai prevalecer na década de 80, frente ao novo contexto, que aí se apresenta, marcado pela fase da chamada transição democrática do País, ou

que sentido novo se pode extrair, nesse novo período, para as ações governamentais na área de educação.

Esse entendimento passa, obviamente, pelo exame das características do fenômeno de expansão/interiorização do ensino superior na Bahia, em sua relação com o contexto local/nacional e, sobretudo, pelo entendimento das características do Estado brasileiro, dentro do qual, ele ganha sentido.

2. Estado e Educação no Brasil

Seria problemático tentar entender a questão da expansão/interiorização do ensino superior estadual na Bahia, sem referí-la ao âmbito maior, no qual se inscreve e lhe dá sentido, ou seja, o Estado capitalista brasileiro.

Acredita-se, portanto, que a recorrência a essa categoria torna-se indispensável para a explicitação de muitas questões que englobam o fenômeno considerado, face às fortes ligações que a educação mantém com o poder público na sociedade (no caso brasileiro, reafirmadas nos seus diversos textos constitucionais, como dever do Estado). Nesse sentido, é lícito admitir-se que o caráter e ação do Estado vão imprimir especificidades no trato da questão educacional, inclusive nas formas de sua distribuição no Brasil.

2.1. Estado - Alguns Elementos Teóricos e Concepção Adotada

Sem descurar a importância das categorias empíricas

que se põem sobre a realidade para compreensão do Estado e, no caso particular, do brasileiro, considera-se fundamental trazer à baila alguns elementos teóricos, como base explicativa do papel que esse joga dentro das formações sociais capitalistas, essenciais a um posicionamento teórico-metodológico sobre a questão do Estado, dentro desse estudo.

O objetivo dessa análise é, sobretudo, o de buscar uma linha interpretativa para o fenômeno de expansão/interiorização do ensino superior na Bahia, dentro da dinâmica das relações capitalistas do Estado brasileiro.

A pretensão, no entanto, não é a de realizar uma análise extensiva das diversas teorias do Estado, porém, tão somente, entender a feição que assume o Estado capitalista brasileiro, a partir da análise da concepção nele subjacente, relativa ao período que envolve o fenômeno considerado e o tipo de relação que estabelece com a sociedade.

Torna-se necessário, no entanto, situar essa análise dentro de uma perspectiva teórica determinada, para o que alguns elementos de compreensão vão fazer-se, inicialmente, importantes.

De Maquiavel, passando por Rousseau e Lenin, até a época atual, as concepções sobre Estado têm variado amplamente, em função da realidade específica e processos históricos distintos. Modernamente, o Estado tem sido analisado por duas vertentes principais dentro da Sociologia: A ver

tente de inspiração weberiana e a vertente de inspiração marxista.

Essas duas vertentes de pensamento sociológico dão lugar a desdobramentos, que vêm a configurar-se, nos tempos atuais, em novas linhas de pensamento, ou seja, a neo-marxista ou pós-estruturalista e a linha neo-weberiana.

Nas correntes neo-marxistas, as análises se firmam no entendimento das mudanças estruturais da sociedade, determinando formas de Estado, e essas determinando, por sua vez, mudanças na sociedade.

As correntes neo-weberianas, por sua vez, desvinculando-se do paradigma marxista clássico (estado de classe) identificam o Estado como ator político, como uma entidade, que tem interesses específicos e que procura estabelecer alianças na sociedade.

Vários estudos recentes como os de Block (1980), Evans (1982), Skocpol (1982 e 1986) e Stepan (1985), rompendo com o estruturalismo, explicam que os governos desenvolvem ações que explicitam esses interesses.

O Estado aí é visto como ator e organização, como influência sobre grupos da sociedade civil, e, portanto, com certa autonomia em relação aos grupos de pressão da sociedade e não como seu simples reflexo.

Nesse sentido, o Estado, segundo Skocpol, não só detém uma lógica particular como reconhece sua oposição em

relação aos interesses das classes proprietárias a despeito dos laços de mútua dependência mantida entre eles, estabelecendo-se, assim, uma tensão constante entre esses dois atores sociais - administradores do Estado (AE's) e capitalistas (apud. Lucas, 1982).

Essa concepção repousa no pressuposto de que o Estado assume um poder político na sociedade, independentemente das classes sociais que o elegem. Fato que se deve, substancialmente, à incipiente organização da sociedade civil.

Nesse sentido, o Estado passa a desenvolver uma ação conflituosa, senão contraditória, uma vez que deve promover condições para a acumulação do capital e, ao mesmo tempo, tentar legitimar-se perante à sociedade.

A autonomia do Estado ocupa lugar central nessa concepção, que vai considerar, sobretudo, a análise do modo de funcionar e as especificidades da organização estatal aproximando-se aí de alguns conceitos weberianos.

De acordo com Skocpol (1982) e Block (1980), a noção de autonomia remete à existência do capitalismo como um sistema mundial composto de um mercado mundial e de estados competitivos. Essa estrutura se encarregaria de conformar, prioritariamente, a lógica de ação do Estado e a própria questão da autonomia. Daí que essa autonomia torna-se possível, na medida em que ela se define, primariamente, a nível dessa própria estrutura transnacional, onde os vários estados comparecem competitivamente, enquanto atores

distintos e individuais. As exigências que se põem no plano internacional, definidas pela própria forma particular de inserção do Estado no sistema internacional, resultam, não raro, em medidas que, ao serem implementadas pelo Estado, a nível interno, chocam-se com os interesses sociais dominantes no País, essencialmente, os das classes empresariais. Esse fato vai gerar constante tensão e/ou conflito entre Estado e capitalistas.

Alguns autores salientam a posição de afastamento dos AE's em relação às classes, como se fosse grupo à parte, com interesses próprios. Esses interesses só têm limites, quando se trata de privilegiar questões relacionadas à sua própria manutenção no poder (Block, 1980) decorrendo daí preocupação com a busca de legitimação.

Os períodos ditatoriais são vistos como os de maior autonomia, embora o grau dessa autonomia possa variar em função de outros elementos que podem influenciá-lo.

O Estado capitalista brasileiro parece guardar grande relação com vários pontos esposados por essa teoria. Vale, pois, situá-lo, no contexto dessas idéias, trazendo à discussão, algumas características que a ela tocam mais de perto.

Nesse sentido, cabe considerar, sobretudo, o papel crescente do Estado na sociedade brasileira e sua relação com a sociedade civil, buscando salientar os traços característicos que se colocam sobre esses pontos.

Estado Capitalista Brasileiro - Algumas Características

A feição do estado capitalista brasileiro adquire contornos bem definidos com a arrancada industrial que se processa a partir de 1930.

Uma tendência cada vez mais crescente de sua participação nas diversas esferas da economia é observada a partir de então, quando o Estado passa a atuar, não só de forma indireta, através de iniciativas à expansão das atividades produtivas, como assumindo funções econômicas, ao investir em áreas não privilegiadas pela iniciativa do setor privado.

Essa participação inicial, requerida pelas próprias condições de transição da economia para uma nova estrutura apoiada na indústria, vai sendo, no entanto, gradativamente ampliada com a interferência, cada vez maior, do Estado na economia.

O caráter intervencionista, propriamente dito, do Estado brasileiro assume feição plena com a internacionalização de sua economia, fato que vai coincidir com a organização do capitalismo de tendência liberal para o tipo monopolista.

Essas mudanças, no plano internacional, repercutem nas sociedades que integram o bloco capitalista, inclusive sobre a forma de atuar dos Estados-Nação, refletindo-se no

crescente aumento do poder político dos Estados, em relação às diversas esferas da sociedade, acentuado, por seu turno, em função de peculiaridades culturais e/ou acontecimentos internos a cada país.

No caso do Brasil, o marco mais acentuado das condições que se abrem para essa nova lógica de ação, está associado à subida dos militares ao poder, em 1964, com instalação de regime do tipo autoritário e introdução do novo modelo de desenvolvimento associado-dependente, em que o Estado torna-se instrumento centralizador e poderoso, passando a assumir o duplo papel de reorientar a economia, visando a assegurar o processo de acumulação e o avanço do capitalismo e de reprimir as classes subalternas.

A partir daí, algumas características vão tornar-se evidentes. Assim, nítida disputa vai estabelecer-se, subseqüentemente, entre Governo e classes empresariais, agravando-se os problemas de legitimação do Governo, ao tentar assumir esse, cada vez mais, um poder autônomo independente das classes que o sustentam. Estas passam a exercer-lhe oposição sistemática, lançando, já em 1975, protestos contra a estatização. Esses protestos se avivam com o episódio do jornal Gazeta Mercantil, ao promover a escolha de líderes empresariais, e, subseqüentemente, (em 1978), ao instituir o "forum" permanente (Forum Gazeta Mercantil), para discussão e debate das questões nacionais mais polêmicas, pelos líderes empresariais eleitos. Deste forum, resul

tou o conhecido "Documento dos oito", que advoga uma alternativa para o desenvolvimento, centrado na consolidação e diversificação da base produtiva existente, com ênfase na indústria de base e enaltece a democracia liberal.

Por outro lado, uma outra característica do Estado brasileiro, torna-se evidente, ou seja, a grande separação que se estabelece entre essas elites (Estado e classes empresariais) e o povo.

A análise deste ponto torna-se fundamental, dada à base da compreensão, que vai oferecer sobre o quadro das relações políticas, que se estabelecem, no Brasil, entre Estado e Sociedade, face a implicações político-administrativas, que daí decorrem, para a educação.

Estado/Sociedade no Brasil

Análises empreendidas por Guillermo O'Donnell sobre regimes autoritários, a partir da noção, que desenvolve de Estado Burocrático Autoritário (BA), aplicado ao contexto da América Latina, realça como uma de suas especificidades, inclusive no Brasil, a grande distância entre Estado e sociedade (apud. Soares, 1975).

Esse ponto vai ser confirmado, igualmente, por outros analistas do quadro brasileiro, a exemplo de Cardoso (1980) que aponta, ademais, como característica fundamental do novo período governamental, a ausência de setores populares da cena política brasileira. Assim, durante longo tempo,

a oposição vai expressar-se de forma mais concreta, exclusivamente, através dos partidos políticos, os quais segundo O'Donnell (1988) vão refletir, também, a fragilidade da sociedade civil.

Ainda para O'Donnell, as grandes desigualdades, que ocorrem no plano econômico-social, entre dominantes e dominados, repetem-se, também, no plano político, expressando-se no enorme hiato ou distância entre elite e povo no Brasil.

Essa separação entre elite e povo (em que não há reconhecimento do outro) demonstra o acentuado autoritarismo das relações da burguesia e do aparato estatal para com todos aqueles que aparecem como "socialmente inferiores", impedindo que se desenvolvam mecanismos necessários para obter e consolidar a democracia, ou seja, a emergência de instituições políticas próprias da democracia.

A raiz dessa questão, segundo O'Donnell, estaria na própria formação sócio-cultural de distância nas relações entre as classes. Valendo-se de conceitos, que se aproximam do instrumental de inspiração weberiana, ele mostra que, no caso do Brasil, esse desconhecimento do "outro" decorre, em grande parte, de suas raízes escravagistas, que pouparam a burguesia de passar pela experiência civilizatória de se defrontar e ter de negociar com a sua contraparte de classe, gerando como conseqüência:

a) Reprodução das relações de trabalho arcaicas e repressivas com benefício para a burguesia;

b) reprodução da debilidade organizativa e das difusas identidades sócio-políticas do conjunto dos trabalhadores.

Esse tipo de relações arcaicas de trabalho, que se verificam no Brasil, baseia-se, pois, no desconhecimento da identidade coletiva e de seus interesses, os quais se colocam na dependência de mecanismos representativos para a sua mobilização.

Essa distância ou hiato entre as classes, que subjaz até os dias atuais na sociedade brasileira, gera, segundo O'Donnell, a presença de uma burguesia, que se constitui como sujeito social e político, quase sem interlocutores, uma vez que o seu relacionamento é, praticamente, com o aparato estatal, bem como a ausência de um setor popular como sujeito coletivo, com identidade própria, organizado através de sindicatos e partidos políticos.

Usando conceitos que se aproximam do instrumental de inspiração weberiana, O'Donnell salienta, que, uma outra implicação é que o elitismo, próprio da política brasileira, produz o patrimonialismo como estilo político predominante, (o qual se mostra incapaz para se propor à constituição da institucionalidade democrática e de impulsionar a modernização e democratização das relações sociais), e o clientelismo como modo preponderante de vinculação com o setor popular, criando um mundo sem mediações, ao impedir que se avance na criação e fortalecimento das instituições, cuja ação viria exterminar o patrimonialismo.

Schwartzman (1988) aponta o patrimonialismo e o clientelismo como traços marcantes da política brasileira e que, segundo seu ponto de vista, se avivam durante o período autoritário.

A elucidação desses dois conceitos torna-se fundamental no contexto desse trabalho, ao serem tomados para entendimento do Estado brasileiro e de sua relação com a sociedade.

Patrimonialismo

Segundo Schwartzman (1988), o uso sistemático da noção do patrimonialismo, para análise do sistema político brasileiro, deve-se a Raimundo Faoro em sua obra, Os Donos do Poder.

O termo patrimonialismo, no entanto, remete a Max Weber e quer significar um certo tipo ou forma de dominação política.

Por dominação, Weber entende como sendo "a possibilidade de encontrar obediência dentro de um grupo determinado para mandatos específicos (para toda classe de mandatos)" (Weber, 1944, p. 170).

Associando-o ao termo "autoridade", mostra que a dominação repousa, nos mais diversos motivos de submissão, sendo que a natureza desses motivos é que vai determinar o tipo de dominação. Contudo, o que dá base de sustentação à dominação é o caráter de legitimidade de que a subordina

ção se reverte aos olhos dos próprios dominados.

Schwartzman (1988), interpretando o pensamento de Weber, mostra que o patrimonialismo, assim como o feudalismo, são linhas de desenvolvimento histórico, originadas dos sistemas políticos tradicionais. Porém, enquanto o feudalismo conduz a sociedades capitalistas ocidentais modernas e desenvolvidas de hoje, o patrimonialismo conduz

> a um tipo radicalmente distinto de sociedades contemporâneas: algumas subdesenvolvidas, outras socialistas, outras, com uma vivida experiência de autoritarismo e fascismo (p. 35).

No patrimonialismo, não há divisões entre as esferas pública e particular. Caracteriza-se ainda, pela nítida distinção que se estabelece entre governantes e súditos, qualificando-se, ainda, pela existência de "um corpo administrativo ligado ao seu chefe por laços de fidelidade pessoal" através do qual exerce a autoridade (Giddens, 1984, p. 219).

Conforme Weber (1944), uma administração patrimonial distingue-se por certas peculiaridades, como por exemplo, a dificuldade de se ter disposições legais racionais de duração confiável pela ausência típica de um quadro administrativo profissional formal, cujos sócios do Príncipe, segundo Faoro (1958), "obedece a seu capricho e não à especialização e às habilidades técnicas" (p. 13); por um amplo arbítrio material e de atos discricionários puramente pessoais do soberano e do quadro administrativo.

Assim, "os mantenedores da delegação patrimonial tendem a receber seus postos como prebendas políticas e usá-los como propriedades particulares" (Schwartzman, 1988, p. 64).

Em sociedades, onde impera o patrimonialismo, as instituições políticas da sociedade, para fazerem valer os seus reais interesses e demandas, são fracas ou não existem. Pesa, ainda, o fato de que muitas dessas demandas são absorvidas por mecanismos clientelísticos, enquanto outras se desfazem, sem se corporificarem em sujeitos coletivos organizados, com identidade própria (O'Donnell, 1988).

Desse modo, o jogo político, que se processa no seio da sociedade, não pode ser encarado como um jogo natural de representantes de setores da sociedade, junto ao Estado, mas numa espécie de negociação permanente entre o Estado e setores sociais mais diversos, em termos de inclusão (via cooptação, sobretudo) ou exclusão nas vias de acesso aos benefícios e privilégios que se colocam sob o controle do Estado. A sociedade é percebida, assim, "como composta de partes, que se relacionam através de um centro patrimonial e simbólico, antes que diretamente umas às outras" (Richard, Morse 1964, apud Schwartzman 1988, p. 67).

Realçando esse traço do Estado brasileiro, Schwartzman (1988), denomina-o de patrimonialismo moderno ou neo-patrimonialismo, querendo significar, não apenas uma

> forma de sobrevivência de estruturas tradicionais em sociedades contemporâneas, mas uma forma bas-

> tante atual de dominação política por um estrato social sem propriedades e que não tem honra social por mérito próprio (p. 59).

ou seja, "pela burocracia e a chamada classe política" (p. 59/60). Caracteriza a dominação neo-patrimonial como uma forma de dominação política, gerada no processo de transição para a modernidade, em que tem lugar uma burocracia administrativa pesada e uma sociedade civil desarticulada e fraca.

Mostra, assim, que o Estado brasileiro constitui-se, historicamente, por um sistema burocrático e administrativo, ao qual denomina para seguir a tradição weberiana de "neo-patrimonial" e, "que se caracteriza pela apropriação de funções, órgãos e rendas públicas por setores privados, que permanecem, no entanto, subordinados e dependentes do poder central" (p. 14). Daí que o principal problema do Estado de base neo-patrimonial não é que ele mantenha o povo em situação de dependência e alienação, "mas principalmente, que todas as formas de organização social que eles geram, tendem a ser dependentes do poder público e orientados pela obtenção dos seus favores" (p. 20).

Sobre esse ponto, vale a referência de Faoro (1950)

> de que os cargos públicos no Brasil, distribuíam-se para compensar serviços prestados aos Reis. Era um prêmio e um favor usando-se doá-los para amparar viúvas que os alugavam ou vendiam, ou para adotar órfãos que os levavam como dotes aos maridos (p. 105).

No caso brasileiro, reavive-se fortemente esse tra-

ço histórico, no período autoritário, encontrando eco, segundo alguns analistas, em um contexto de repressão e desmobilização no qual o Governo busca obter legitimidade política e ideológica. O período governamental, correspondente à gestão Figueiredo, é visto por Schwartzman (1988), por exemplo, como a fase em que mais se exacerba a apropriação privada da coisa pública. Apontam os analistas que, não obstante as demandas para modernizar as relações sociais e políticas sejam crescentes, a lógica de representação só opera, quando não há meio de evitá-la. O sistema político parece, assim, ter uma dinâmica própria e independente, não funcionando como representante ou agente de grupos ou classes sociais determinados onde exista um sentido de agregação de setores ou grupos em torno de fins e ideais coletivos.

Assim, conforme O'Donnell (1988), continua-se a fazer política no Brasil como se fazia nos anos 30 e 50, ou seja, mediante troca de favores e baseada em atos de outorga e, sobretudo, mediante uma relação clientelista entre segmentos dominados da sociedade.

Clientelismo

A noção do clientelismo, segundo Nunes (1985), aparece, originariamente, associada a contextos rurais, onde o clientelismo significa

> um tipo de relação social marcado pelo contato pessoal entre patrões e componeses. Nesse con

> texto, o patrão era visto como aquele que mantinha contato com o mundo exterior detendo poderes e recursos internos e externos necessários à comunidade dos quais dependiam os "clientes" (p. 65).

No Brasil, o sistema clientelista é visto como um canal de comunicação e representação entre Estado e Sociedade. É comum, também, relacionar-se o clientelismo à República Velha ou do Brasil arcaico, considerando-o uma característica da política dos coronéis, dominante nesse período em que o poder político esteve ligado à posse da terra (Soares, 1973). A despeito disso, o clientelismo faz-se presente, nos dias atuais, aparecendo sob nova roupagem nos centros urbanos do país, através de um sistema de relação direta ou indireta.

Segundo Nunes, o clientelismo define-se por uma extensa rede de relações pessoais que se estende dos partidos políticos às burocracias, atravessando a sociedade de alto e baixo

> As elites políticas nacionais contam com uma complexa rede de agências políticas que vai desde os altos escalões até os espaços mais localizados (p. 70).

A máquina administrativa e os recursos materiais do Estado vão desempenhar um papel essencial para a ação desse sistema, que vai privilegiar sobremodo os partidos políticos que apoiam o governo. Esses privilégios podem ser atribuídos diretamente, através de favores diversos, que vão desde a distribuição de empregos, prestação de

serviços, inclusive educacionais, até a criação de símbolos de prestígio para os principais agentes dessa rede. Também podem ser atribuídos, de forma indireta, via criação de mecanismos institucionais de medidas de proteção, proporcionando-se, assim, linhas de crédito especiais, isenção de impostos etc. aos "clientes".

Todo o sistema de relações apoia-se no contato formal e na amizade leal. Conforme aponta Nunes, quase todos os autores que escrevem sobre os partidos políticos brasileiros concordam em que o clientelismo é uma de suas marcas dominantes, garantindo a sobrevivência política do agente local.

Um impasse coloca-se, no entanto, à compreensão quanto à presença desse fenômeno, em sociedade capitalista, como é o caso do Brasil. É que a expansão capitalista, parafraseando Nunes (1985), está associado à lógica do impessoalismo, decorrência natural da eliminação dos laços pessoais entre força de trabalho e capital.

No caso do Brasil, a presença desse fenômeno é atribuída à coexistência de formas capitalistas e não capitalistas de produção, cuja dinâmica das relações processada a partir daí, levou a que se desenvolvessem

> instituições formais, padrões de relações sociais, modelos de relações entre indivíduos e instituições, e padrões de dominança política totalmente impregnadas pela lógica da interação dessas duas realidades (Nunes, 1985, p. 67).

Estado - Concepção Adotada

As peculiaridades, que envolvem a expansão do ensino

superior e, particularmente, a sua interiorização, num País em que o Estado parece agir de forma independente ou em causa própria, dentro de uma postura, claramente, autoritária, (a despeito de pactos e alianças, que seja levado a fazer), privilegiando esse ou aquele setor, essa ou aquela política, de acordo com seus próprios interesses e não de fins heterônimos ou sequer de setores ou segmentos mais expressivos da sociedade, descarta, nesse estudo, obviamente, a concepção de Estado como "uma entidade abstrata e a - histórica que paira sobre as classes, buscando atender a interesses universais". Descarta, também, a possibilidade de que aquele fenômeno possa ser apreendido, através das lentes do marxismo, em que a polarização de interesses ou divisão de classes torna-se fator explicativo para tudo que se passa na sociedade.

Desse modo, a perspectiva teórico-metodológica adotada para exame do fenômeno, foge, tanto a concepções marxistas ortodoxas, que encaram o Estado como comitê da classe dominante ou, nas palavras de Lenin, como "o braço armado da burguesia", cuja função particular seria a de "organizar e controlar o poder repressivo, a fim de manter o controle da classe dominante sobre a produção" (Carnoy, 1986, p. 20), como foge, também, a concepção de Estado de Classe, tentando reproduzir-se, a partir de relações de forças antagônicas, em que o fenômeno da expansão/interiorização do ensino superior estadual na Bahia, na década de 80, seria encarado como um produto de luta de classe.

Os elementos de compreensão, oferecidos pelas análises efetuadas, levam a uma outra linha de entendimento, ao encarar o Estado como ator político e organização e, como tal, com interesses específicos na sociedade, que podem antagonizarem-se com os das próprias elites dominantes e não, simplesmente, com os das classes subalternas, levando a realizar pactos e alianças na sociedade na preservação de seus interesses. Essa concepção leva, também, a ver o Estado com influência sobre grupos da sociedade civil e não, apenas, como seu reflexo e, portanto, com certa autonomia em relação a grupos de pressão da sociedade.

É, dentro dessa ótica, que se enquadra a percepção do Estado autoritário brasileiro, extensivo ao período em análise, cuja organização estatal é perpassada, por um estilo administrativo com fortes traços patrimonialistas, que avivados, no período histórico considerado (período autoritário), contribuem para cracterizar uma sociedade fraca e pouco organizada, destituída de instituições representativas fortes que façam valer os seus direitos, mantendo o clientelismo como canal de comunicação entre governo e povo.

Exercendo influência sobre grupos da sociedade civil, o Estado mantém forte autonomia com relação aos grupos de pressão da sociedade, autonomia essa relativizada, apenas, quando entram em jogo questões relacionadas à sua própria manutenção e estabilidade, momento em que preocupações com sua legitimação passam a assumir grande interesse e atenção.

O nível de preocupação com a legitimação pode determinar, segundo Carvalho (1987), o grau em que as pressões das classes subalternas será levado em conta, mesmo que, de forma aparente ou simbólica; fazendo com que, ao menos no plano do discurso, tais problemas tenham de ser considerados e equacionados.

2.2, Educação em Contextos Capitalista - Alocação de Serviços Educacionais pelo Poder Público

Parece ter se criado um impasse em torno da Educação, desde que o avanço do conhecimento vem demonstrando a falácia de muitas teses sobre a relação linear entre economia e educação. Essas teses suscitaram ideologias que impregnaram, praticamente, todo o mundo civilizado, nas décadas de 60 e 70, quanto ao papel da educação como promotora do desenvolvimento econômico, fazendo emergir, inclusive, complexos métodos de planejamento educacional, a exemplo dos métodos de mão-de-obra e de taxas de retorno.

Estudos recentes, referidos a contextos capitalistas (em que se registra o impasse entre industrialização e sistema educacional no que toca a exigências educacionais, ao polarizar o saber qualificado a pequenos segmentos da sociedade), têm ressaltado o papel simbólico da educação.

Isso porque

> a retração ou a aceleração do desenvolvimento pode se realizar independentemente de maiores in-

> versões educativas considerando-se que as partes nele mais envolvidas já participam da escolarização disponível e que a permeabilidade dos mercados facilita a importação das tecnologias comercializadas nos Estados ricos"(...). Nesse sentido", o crescimento do complexo econômico pode assim se processar sem o requisito de investimentos substantivos na educação (Britto, 1987, p. 54-5).

A educação, nesses contextos, é utilizada, então, muito mais como meio de prevenir tensões e conflitos sociais, de modo a permitir, dentro de um quadro de aparente normalidade, a reprodução do capital. Nesse caso, a escola subsiste, apenas, para a manutenção da estabilidade da comunidade e ordem social (Braverman, 1981), relegando suas reais e legítimas funções voltadas para o desenvolvimento do ser humano em sua relação com a sociedade.

A não identificação de um papel específico para a educação, dentro desses contextos, aliada a não valorização do seu papel, prioritariamente social, torna a educação bastante vulnerável a interesses e usos outros, que não os da educação, propriamente dita, sobretudo por parte do poder público, a quem está mais diretamente afeto o controle de sua distribuição. Isto faz com que a adoção de medidas governamentais, no que toca à oferta e/ou alocação de serviços educacionais, por vezes, não expresse uma racionalidade maior, em termos de finalidade social ou mesmo de coerência às condições que lhe são postas.

No caso do ensino superior, por exemplo, seria plausível admitir-se que a adoção de medidas administrativas,

concernentes à prestação desses serviços, como o da criação de faculdades, devesse repousar na identificação e reconhecimento de certas características locais/regionais das áreas a serem beneficiadas, em termos de suporte ao seu funcionamento.

Nesse sentido, seria admissível imaginar que a alocação desses serviços devesse pautar-se pela identificação de certas características sócio-econômicas, contando-se aí a função integradora que deve representar a cidade beneficiada, em relação às áreas circunvizinhas (dependentes desses serviços), em termos da influência e interação, na realização de atividades econômicas com as de produção, e conseqüentemente, as de compra e venda.

Todavia, estudos têm demonstrado nem sempre existir uma relação constante entre essas variáveis - presença de características favoráveis a nível do município-região e oferta de serviços educacionais de nível superior fato que vai indicar, nesse caso, a interveniência de outros fatores e/ou critérios na alocação ou oferta desses serviços.

Um importante estudo, nessa direção, diz respeito ao trabalho de dissertação do Mestrado em Educação realizado por Elizabete Conceição Santana.

Tomando como unidade de referência os municípios - sede de serviços de ensino de 3º grau no Brasil - a autora busca identificar padrões de oferta ligados ao

processo de interiorização desse grau de ensino, nas diversas regiões brasileiras, em face à presença de certas características econômicas, políticas, geográficas, culturais e educacionais. (Santana, 1976).

Sua preocupação básica relaciona-se com o problema de localização espacial de unidades de ensino superior, no sentido de conhecer a posição do centro, em que se situa a oferta de ensino superior, em relação aos municípios que o cercam, detectando-se, então, o grau de homogeneidade do sistema urbano considerado, quanto à características que interferem no volume de oferta.

Perseguindo esse objetivo, foram selecionados indicadores representativos de aspectos das realidades geográfica, demográfica, educacional, cultural, política e econômica. Essas informações, referidas ao centro de ensino e sistemas urbanos que representam, ensejaram a construção de uma matriz, posteriormente, submetida a processos estatísticos, extraindo-se daí,06 fatores que explicaram 72,7% da variação dos aspectos selecionados.

O modelo de análise destinado a identificar, nos municípios selecionados, as características sócio-econômicas, que estariam associadas à oferta de ensino superior, levou a concluir-se pela inexistência de associações significativas entre o volume da oferta e as características selecionadas para a análise.

Essa constatação desencoraja a que se repitam estudos nessa direção, ou seja, de buscar-se, na associação dessas características a justificativa para a criação de faculdades. Contudo, se por um lado inexiste essa associação (considerando-se que faculdades podem ser encontradas em localidades que não apresentam aquelas características), por outro lado, tal inexistência é indicativa da interveniência de outros fatores e/ou critérios, influenciando medidas governamentais em termos de alocação desses serviços.

Santana (1976) aponta que a distribuição de oportunidades e/ou serviços educacionais na sociedade, tende a ser orientada dominantemente por motivos políticos, fenômenos que se prendem a objetivos tradicionais, variando de intensidade, a depender do grau de desenvolvimento da sociedade, o que vai refletir-se na quantidade e forma de alocação desses serviços educacionais.

Há de se considerar, ainda, que, não raro em sociedade capitalista dependente, caracterizada por uma sociedade civil fraca e pouco organizada, o sentido utilitário da educação pode exacerbar-se na medida em que sofre grande poder de manipulação por parte do setor público, passando a ser utilizada para realizar funções específicas à manutenção do regime político.

Como afirma Navarro de Britto (ao discutir o papel ativo e passivo da educação em sociedades capitalistas) quanto ao sentido das prioridades governamentais no campo da educação, na verdade:

> as prioridades formais e as que de fato se cumprem, contribuem de modo decisivo para a investidura dos governos e para a sua manutenção "(...) prioridades essas que "emergem de compromissos e forças políticas internas e, em um mundo crescentemente interrelacionado de interesses e pressões externas" (Britto, 1987, p. 54).

No Brasil, parece existir uma longa tradição nesse sentido. Fávero (1980) faz menção ao uso da educação superior, dentro da sociedade brasileira, para manutenção e consolidação do regime. Cunha (1980) ressalta o sentido utilitário dado, já na 1ª República, à educação superior pelo Estado, considerando a sua subordinação às funções próprias deste.

Ampliando mais as análises desse ponto, Rodrigues (1984) mostra que esse papel tem se avivado no Brasil, frente ao contexto autoritário, em que o poder executivo se fortalece, passando a ser moderador e normativo de todo o processo econômico, social e político, porém, apresentando problemas de legitimação política. Assim, conforme aponta o autor,

> na medida em que este poder executivo não se constitui como expressão clara das classes dominantes e deles não é representativo, começa por buscar sua legitimidade no apoio de amplas camadas da população (p. 23).

Segundo sua análise, esse apoio tem se dado, através de "trocas", figurando, dentre essas, muitas vezes, a educação. Ressalta que, nessa "barganha", a ênfase é a mais diversa, sendo dada, ora ao ensino médio, ora ao 1º ou ao 3º grau.

Nesse caso, a adoção, por parte do Governo, de medidas administrativas, que importem na prestação de serviços educacionais, tende a ser orientada, predominantemente, por motivos e critérios políticos, não raro, com forte conteúdo partidário.

Sobre esse aspecto, um importante elemento a considerar é o papel dos municípios como parte integrante do sistema político brasileiro.

No Brasil,

> os municípios são circunscrições administrativas com longa tradição política e que, através das instituições governamentais realizam a alocação autoritária de valores entre os membros do sistema e o meio. Em cada etapa do desenvolvimento brasileiro o grau de autonomia do governo municipal sofreu variação, a depender do interesse do poder central quanto a canalizar recursos ou em utilizar a capacidade dos mesmos de elaborar bens e serviços.

Assim,

> características como o valor de produção municipal/produção estadual e representatividade do eleitorado local/o eleitorado do Estado podem ser utilizadas pelo governo estadual e federal como critério de decisão (Santana, 1976, p. 65).

A representatividade desses recursos políticos e econômicos, a nível dos municípios, aumenta-lhes, o poder de barganha, diante do sistema estadual e/ou federal, ampliando as possibilidades de obter serviços e/ou benefícios.

Nesse sentido, os serviços educacionais, a serem prestados, direta ou indiretamente, pelo Governo, podem

representar recursos de que esse se vale para o alcance daqueles objetivos, ou seja, a manutenção de privilégios e prerrogativas do poder.

O maior ou menor grau de manipulação da educação, por parte do Governo, vai depender não só dos interesses que se coloquem para ele como também das características da organização da sociedade civil e do tipo de integração estado/municípios.

Quanto mais fraca, a sociedade civil e desprovida de instituições representativas ou sujeitos políticos fortes, maior o poder de manipulação da educação. Nesse caso, os serviços educacionais ou as medidas governamentais adotadas aparecem como benesses ou atos de outorga do governo, assumindo, não raro, uma função meramente simbólica.

A alocação desses serviços, em geral, foge ao uso de qualquer critério, o que confere aos planos educacionais um caráter meramente ornamental. Segundo Santana (1976), os critérios, somente, são observados ou tidos como necessários quando aumentam grupos da sociedade aptos a expressarem suas demandas, fazendo com que as decisões políticas tornem-se mais difíceis. Só, então, a definição de critérios e a valorização das atitudes de planejamento ganham espaço.

Rodrigues (1984) adverte que, a nível de Brasil, não há, por parte do Governo, uma política educacional claramente definida, em termos de uma proposta científica e pe

dagógica, sobre a funcionalidade do ensino superior e, nem por isso, o Estado abre mão de controle político-burocrático-ideológico, que exerce sobre a Universidade, donde se deduz, de sua utilidade em termos das mais variadas funções que exerce ou pode exercer, para atender a certas situações e interesses específicos.

Não raro, a inexistência de uma política de ações educacionais de ensino superior, explicitamente traçada e que as discipline e fundamente, enseja uma atuação casuísta, favorecendo, freqüentemente, o jogo de interesses e o atendimento a grupos ou pessoas.

Assim é que a prestação de serviços educacionais, embora seja revestida, em geral, de cunho social, que lhes confere legitimidade perante à comunidade, pode traduzir-se, no concreto, em ações formais simbólicas, deduzindo-se isto da própria falta de apoio financeiro para que se materializem em níveis mínimos desejáveis.

As análises efetuadas anteriormente, levam, assim, à percepção de que o significado da ênfase conferida à educação superior tem de ser buscada não tanto nas condições locais de desenvolvimento apresentadas pelas áreas beneficiadas ou no quadro de expansão da economia do Estado ou País, porém, muito mais, nas condições mais gerais em que a educação se processa, e, nesse caso, associada a interesses políticos, sociais e econômicos do Estado ou grupos responsáveis pela orientação e rumo das mudanças em curso no País.

O estudo em pauta, contrapõe-se, portanto, a abordagens sobre a expansão do ensino superior que, no espaço considerado, insistem em relacionar, acriticamente, a ênfase na alocação de serviços educacionais (no caso o ensino superior), por parte do Governo, à pressão da demanda ou a necessidades econômicas do País, sem situá-la, no contexto das relações mais amplas da sociedade, perpassada pelos interesses em jogo e pelas formas de ação do Estado.

Considerando que a intensidade desses interesses pode variar, em função de conjunturas específicas, torna-se essencial contextualizar esse fenômeno, a partir da análise do cenário sócio-político-econômico do qual emerge a problemática em questão.

CAPÍTULO II

METODOLOGIA - VIAS DE EXPLORAÇÃO DO OBJETO

1. Pressupostos e Caracterização do Estudo

Assume-se como pressuposto inicial, nesse trabalho, que a educação, em sociedades capitalistas, passa a ser funcional a interesses que se colocam para grupos do Estado, em termos da sua reprodução e/ou manutenção, sendo que esse poder de manipulação aumenta em contextos dependentes, caracterizados por uma sociedade fraca e pouco organizada.

Desse modo, o estímulo à alocação de serviços educacionais e no caso, a distribuição ou oferta da educação superior, através do setor público e/ou particular, passa a ser regulada pelo Estado num movimento de contenção/liberação, a depender dos interesses que se coloquem para esse, em uma dada conjuntura e no momento histórico considerado, assumindo a liberação, quase sempre, um caráter aparente ou meramente simbólico.

Assume-se, também, que, em certas conjunturas, a alocação dos serviços educacionais prestados ganha, com frequência, um sentido imediatista de concessão ou outorga do Governo, do que, propriamente, de atendimento às reivindicações sociais, onde as funções de planejamento passam a ter um caráter de cunho mais ornamental.

Dentro desse entendimento, propõe-se a explorar metodicamente o campo de análise, associando formas diversas de coleta de dados, de modo a permitir o desenvolvimento de conceitos ou hipóteses, e onde aspectos tais, como amostragem e relações quantitativas entre variáveis, não são considerados relevantes.

O sentido maior é o de fornecer, conforme realça Tripodi (1975), ao tratar sobre estudos dessa natureza, um quadro de referência que facilite o processo de dedução de questões pertinentes na investigação do fenômeno.

Articulando-se com a questão central e subquestões da pesquisa, o estudo comporta não uma, mas algumas direções de análise, que poderiam ser chamadas de vias auxiliares, para compreensão do fenômeno, ao fornecer sobre ele, fatos ou dados, muito embora estes não se constituam, propriamente, no objeto do conhecimento. Isso por entender-se, conforme Miriam Limoeiro Cardoso, que o conhecimento científico não tem origem sensível, e sim, racional. Daí que ele "não trabalha com o que se designa como 'real', não são fatos ou dados o seu objeto, mas idéias

que o conjunto dos esforços para conhecê-lo, numa aproximação dada, define" (Cardoso, 1978, p. 26).

A eleição não de uma, mas de algumas dessas vias auxiliares, para entendimento ou compreensão do fenômeno, deve-se ao fato de considerar-se que o significado sócio-político da ênfase conferida ao ensino superior estadual da Bahia, na década de 80, através da UNEB, não pode ser apreendido, por vias alternativas ou isoladas, seja, por exemplo: o exame do perfil da demanda social ou das condições de desenvolvimento do Estado ou das políticas públicas dirigidas para o campo de educação superior ou do processo de criação da Universidade ou do comportamento administrativo da Instituição ou da visão de pessoas, que, direta ou indiretamente, acompanharam esse processo ou mesmo da personalidade ou tipo psicológico dos responsáveis mais diretos por esse processo. Enfim, nenhuma delas, vista isoladamente, parece dar conta do objeto do conhecimento, em sua construção ou elaboração teórica, respondendo, satisfatoriamente, à questão central que se coloca para a pesquisa.

Parafraseando Cardoso (1978), acredita-se que uma única incidência, de um único feixe de luz, pode não ser o bastante para iluminar todo o objeto, sendo, portanto, necessária a combinação de várias vias, sobretudo, se for considerado que "o conhecimento se fez ao custo de muitas tentativas, multiplicando as incidências de deficientes raios de luz" (p. 27).

Por outro lado, considera-se que seria impossível, se não ilusório, tentar abarcar todas elas, impondo-se metodologicamente algumas decisões.

Assim sendo, pareceu sumamente importante, nesse esforço analítico preliminar, a conjunção de, pelo menos, três vias de análise, a serem abordadas em capítulos subseqüentes, (sem querer afirmar que sejam a única possibilidade) tendo em seu conjunto o sentido de subsidiar um maior conhecimento do objeto de investigação, ao lado de permitir uma maior compreensão de suas características.

O desenvolvimento das três vias indicadas são precedidas de referências iniciais ao contexto nacional e baiano, onde incide o fenômeno, considerando-se a possibilidade de estar relacionado a contingências, que se colocam para o próprio quadro sócio-econômico e político brasileiro no período em questão.

Um esforço de integração dos elementos de compreensão da realidade e sua problematização, em função do cenário social mais amplo, foi intentada no capítulo final, buscando-se pontuar algumas hipóteses sobre o significado sócio-político desse crescimento e de suas peculiaridades na Bahia.

A via inicial adotada para uma primeira aproximação do fenômeno, ou seja, do significado sócio-político do crescimento/interiorização do ensino superior estadual, na Bahia, na década de 80, através da UNEB, configura-se na ten

tativa de delineamento do quadro analítico de sua expansão quantitativa, em relação às bases educacionais gerais e demográficas do Estado. Através desse quadro, buscou-se detectar a natureza e especificidades do seu crescimento, respondendo a algumas questões de como se expressa esse crescimento, ou seja: Quais os seus componentes? Crescem as matrículas, os cursos, ou faculdades? Qual a sua relação com as demais esferas administrativas? Para que direção caminha - capital ou interior? Como se apresenta o quadro de docentes e funcionários? Qual o seu padrão de qualificação? Quais as características populacionais e educacionais das áreas/regiões para as quais ele se dirige? Como se dá a sua inserção no quadro regional e brasileiro?

Essa primeira via, expressa na composição do quadro analítico do crescimento do ensino superior, em sua dimensão quantitativa, foi abordada mediante o uso de dados secundários.

Os dados secundários cobrem, basicamente, informações sobre população, níveis de escolaridade e matrícula, segundo dependência administrativa e localização espacial, com relação à Bahia e a outros estados considerados, tendo sido recolhidos junto a órgãos públicos: Fundação IBGE e Universidade Federal da Bahia/Centro de Recursos Humanos.

Informações complementares sobre o sistema universitário estadual (dados institucionais, dados sobre pessoal, cursos e dados adicionais sobre a dinâmica das matrículas)

foram coletadas, junto aos setores competentes das três Universidades Estaduais, através do envio de formulários específicos.

Com relação aos dados estatísticos, que servem de base às análises efetuadas, algumas observações se fazem importantes:

1- A decisão inicial foi a de utilizar dados de uma única fonte, no caso os da FIBGE - (Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), considerando ser esta a fonte oficial maior, e, portanto, de reconhecimento público. Todavia a não disponibilidade, nessa fonte, de dados, no nível de detalhamento, que interessava ao estudo em pauta, como por exemplo, dados sobre qualificação de pessoal docente, cursos e matrículas, segundo cada uma das IES estaduais, e não apenas no seu conjunto, levou a que se recorresse a essas instituições.

Algumas dificuldades, no entanto, surgiram desse procedimento, sendo que a primeira referiu-se aos dados sobre matrícula, ou seja:

De referência à série 1980/85 (que é a que permite fazer um comparativo), observa-se que os totais de matrículas, ano a ano, fornecidos pelas IES estaduais são superiores aos indicados pela FIBGE.

Diferenças mais significativas ocorreram, nos anos de 1980, 83, 84 e 85, cujos dados fornecidos pelas IES estaduais superam, no seu conjunto, aos do FIBGE, em respecti

vamente, 542, 560, 383 e 635 alunos, perfazendo, tais diferenças anuais, um total de 2.120 alunos no período 1980/85.

Não podendo dispensar nenhuma das duas fontes, alerta-se para o fato de que, quando utilizados os dados de matrículas das IES, considere-se estarem os mesmos sobrevalorizados em relação aos do FIBGE.

Uma outra dificuldade inicial foi a dúvida quanto ao emprego da sigla UNEB para referir-se extensivamente ao período em análise (1980-87), considerado o fato de que aquela instituição foi criada em 1983, embora originada da estrutura anteriormente existente.

Assim, é preciso ficar claro que o termo UNEB está sendo referido, sem perder de vista que a sua criação se deu a partir de 1983, mas, ao mesmo tempo, que ela resulta de sucessivas transformações institucionais procedidas a partir de 1980.

Levando-se em conta que a Instituição tem suas raízes em 1980, optou-se por esse ano como referência base, utilizando-o para dados sobre faculdades, cursos, vagas, matrícula, municípios e regiões atingidos, excetuando, apenas, dados de pessoal (técnico-administrativo), para o que se tomou o ano de 1981.

Esse procedimento foi adotado face à dispersão em que se encontravam os dados de pessoal referentes à instituição em 1980, considerando ter sido esse, um ano de transição, ou

seja, de incorporação de faculdades isoladas, existentes no Estado.

Assim, sempre que se fez indispensável apresentar quadros com dados comparativos entre variáveis que envolviam informação sobre pessoal (como por exemplo, matrícula versus corpo docente e técnico-administrativo), foi necessário adotar-se o ano de 1981, como referência base, também, para outras variáveis, incluídas no caso.

Para obtenção de dados sobre pessoal (docente e técnico-administrativo) recorreu-se às universidades estaduais, através de envio de formulário específico.

No caso da UNEB, a obtenção de dados foi feita, diretamente, pelo próprio pesquisador e seu auxiliar junto aos setores competentes das Pró-Reitorias de Administração (Sub-gerência de Informatização, Organização e Registro de Diplomas e Sub-Gerência de Pagamento) e da Pró-Reitoria de Pesquisa e Ensino de Pós-Graduação - PPG (Grupo de documentação) sob a orientação de funcionários dos respectivos setores.

A documentação básica, tomada para análise, constituiu-se da RAIS - Relação Anual de Informações Sociais, da Relação/ALFA (somente disponível para os anos mais recentes, a partir de 1986. Em alguns casos, as informações sobre cargo, foram complementadas por dados publicados em relatórios da Instituição.

Em determinadas situações, foi necessário recorrer, também,

ao arquivo de contra-cheques das Unidades da UNEB para complementar informações sobre o cargo do servidor.

Em toda a série apurada, abateu-se o total de demitidos no ano e de funcionários ligados ao Projeto Logos (OSD). Nesse último caso, por considerar que, mesmo pertencendo à UNEB, esses funcionários estão ligados a atividades relacionadas ao projeto específico de habilitação de professores leigos municipais, a nível do 2º grau, (Projeto esse decorrente de convênio entre MEC e Secretaria da Educação) e desenvolvido com verba do Salário-Educação - Q/E.

Também não foram computados os numerosos contratos de prestação dé serviços, arquivados no setor.

Uma segunda via de compreensão do fenômeno constituiu-se no exame das políticas governamentais previstas para o período 1980-87, a ser procedida a partir de dados documentais, coletados junto a órgãos oficiais do governo, envolvidos mais diretamente com a definição dessas políticas: MEC - Ministério da Educação e Cultura, SEPLAN - Secretaria de Planejamento do Estado, SEEB - Secretaria da Educação do Estado da Bahia e UNEB - Universidade do Estado da Bahia.

Os documentos selecionados obedeceram a critérios de sua especificidade, com relação à função planejamento e sua referência à área educacional, considerada a nível macro, no que toca aos períodos governamentais: março de 1979 a março de 1983 e de março de 1983 a março de 1987.

Documentos básicos selecionados:

. Planos setoriais do governo federal para a Educação;

. Planos Governamentais para a Bahia;

. Planos de Educação para a Bahia.

A análise dos documentos foi procedida, com base na seleção e uso de indicadores específicos, visando a detectar a existência ou não, de uma política para o ensino superior estadual na Bahia, na década de 80, o seu maior ou menor grau de consistência e clareza quanto à existência de uma proposta básica de ação, de objetivos claros, de prioridades e articulação com órgãos congêneres, e, sobretudo, de critérios que fundamentassem essas políticas.

Dimensões selecionadas:

. Diretrizes e políticas para o período;

. Objetivos e prioridades declarados em planos e programas governamentais;

. Áreas a serem atingidas (municípios/regiões);

. Critérios para localização espacial das unidades do ensino superior;

. Critérios para a criação de cursos superiores;

. Recursos e fontes previstos.

A terceira via auxiliar de compreensão do fenômeno, dentro dos limites desse trabalho, configurou-se na apreen

são do sentido que lhe é atribuído por segmentos sociais/ profissionais e políticos da comunidade baiana, que acompanharam, direta ou indiretamente, o processo de expansão/interiorização do ensino superior Estadual na Bahia, na década de 80.

Visou-se a obter, junto a diferentes segmentos de informantes, as suas respectivas visões sobre contingências, que envolveram esse fenômeno na Bahia, o papel que cumprem ou que deveriam cumprir as IES, junto à comunidade, e o seu real significado, frente à realidade sócio-política e econômica da Nação, sobretudo do ponto de vista das necessidades da população e do papel do Estado nesse processo.

Esta terceira via foi operacionalizada mediante a realização de entrevistas.

2. Das Entrevistas

As entrevistas foram incorporadas à pesquisa, com o sentido de ampliar e aprofundar o espectro da análise do fenômeno, preenchendo, desse modo, exigências decorrentes do estudo, não obstante tenham, no seu conjunto, uma função de cunho mais indicativo.

O sentido de sua utilização (na busca de objetivação do conhecimento) não é o de captar a realidade enfocada, a partir de uma visão estática dos informantes, mas de problematizar essa visão, em função da realidade social mais

ampla. Isso por entender que os acontecimentos históricos devem ser estudados, tanto "no plano de consciência dos seus principais agentes e, ainda, dos fatores sociais, econômicos e políticos", que os envolvem e influenciam (Goldman, 1986), o que, por si só, já afasta esse estudo de uma linha positivista, dominante na sociologia empírica.

Dentro desta perspectiva, a realidade social é considerada como realidade passível de ser decomposta em unidades elementares. Pois o que conta é aquilo que os dados brutos oferecem, em geral, a partir de um tratamento metodológico expresso, apenas, no cruzamento de dados objetivos ou subjetivos, o que, muitas vezes, resulta em conclusões ilusórias. Isso porque, ao se aterem, exclusivamente, a registrar certas correlações entre esses dados, não conseguem explicar aquilo que se coloca por trás de si, a exemplo das práticas ideológicas das classes sociais, do próprio Estado ou de outras Instituições (Thiollent, 1985).

Um outro aspecto apontado é que, na perspectiva positivista, "a concepção de observação é enganadora ao postular, implicitamente, a neutralidade do pesquisador e a técnica utilizada por ele" (p. 23).

Bourdieu e outros em sua obra Le Métier de Sociologue mostra que, ao serem incorporadas à pesquisa sociológica, as mais "neutras" técnicas funcionam como "teorias" particulares relativas à representação do objeto investigado.

Segundo Thiollent, a orientação metodológica proposta por Bourdieu enquadra-se dentro de uma perspectiva crítica (segundo a qual a realidade é problematizada em sua dimensão social, levando-se em conta as estruturas e momento social) em que

> técnica de pesquisa considerada no plano do conhecimento, é apresentada como técnica de relacionamento ou de comunicação entre o pólo investigador e o pólo investigado, ambos socialmente determinados (Thiollent, 1985, p. 23).

ponto esse que o leva a concluir pela não existência da neutralidade total e que a objetividade é sempre relativa.

Admitindo, conforme Bourdieu, que toda pesquisa supõe uma problemática, e que toda problemática é interessada, defender a neutralidade da pesquisa, inclusive aquela de moldes empiricista/positivista, negando toda e qualquer interferência de ideologia e valores, seria irreal ou, no mínimo, descabido, frente aos avanços explicativos de suas limitações. Todavia, como meio de minimizar tais interferências e seus efeitos, algumas medidas tornam-se, senão de todo possível, indiscutivelmente necessárias, colocando-se como condição para tal, o controle dos aspectos metodológicos da pesquisa.

Assim, dentro das limitações usuais, que permeiam todos e quaisquer procedimentos metodológicos, a utilização da entrevista, para obtenção de depoimentos e opiniões de grupos da sociedade, nesse estudo, pretende fugir às críticas a que, normalmente, estão sujeitas certas técnicas de

pesquisa, na medida em que se buscou levar em conta os aspectos enfocados, atentando-se, cuidadosamente, para a suficiência de certos requisitos metodológicos, a exemplo dos procedimentos para a escolha dos informantes, a própria realização da entrevista, bem como o seu tratamento.

2.1. Informantes (procedimentos para a escolha)

Na seleção dos informantes, atentou-se para a escolha de grupos qualificados e, sobretudo, diversificados, quanto à área de atuação profissional, porém culturalmente comparáveis.

Esse procedimento foi considerado importante, não só em termos de aproximação e/ou acesso à informação sobre o fenômeno enfocado, como de capacidade do informante formular opiniões, prevenindo-se, desse modo, o grave problema de imposição da problemática do questionário ou entrevista apontado por Bourdieu, que consiste no fato de se "colocar o entrevistado frente a uma estruturação dos problemas, que não é a sua, e no fato de estimular a produção de respostas chamadas reativas", fato que decorre da distância social ou cultural entre o universo dos pesquisadores e dos informantes (apud. Thiollent, 1985, p. 48).

A homogeneidade cultural do grupo de informantes previne, assim, o comprometimento da cientificidade dos resultados, sobretudo em pesquisas que pretendem levar em conta opiniões e depoimentos individuais.

Sob tais pressupostos dois tipos de segmentos da população foram envolvidos nessa parte da pesquisa:

Segmento 1 - integrado por agentes ligados, direta ou indiretamente, à burocracia da UNEB (dirigentes, assessores, membros de órgãos colegiados) além de docentes e representantes de órgãos de classe.

Segmento 2 - integrado por representantes de setores políticos ou culturais da sociedade baiana (políticos, sociólogos, historiadores, educadores).

Considerando o caráter preliminar do trabalho e sua natureza mais exploratória, configurada nas próprias formulações iniciais, donde o seu sentido maior é o de indicar pontos de investigação, levantar e desenvolver hipóteses, e não o de comprová-las, fez com que o uso de estudo do tipo quantitativo e de procedimentos amostrais se tornasse, obviamente, dispensável.

Desse modo, o grupo selecionado para as entrevistas não se constitui em uma amostra, mas sim em seleção feita, em função de critérios estabelecidos pelo próprio investigador, segundo interesses da pesquisa.

Para compor o segmento 1, elaborou-se uma lista de possíveis nomes, em função de sua representatividade social. A partir daí, buscando-se evitar tendenciosidade nas respostas, que viesse a comprometer o trabalho, optou-se pela escolha de nomes que contemplassem certos requisitos, considerados importantes para a pesquisa, estabelecendo-se

como critérios para escolha: diversificação de posições ocupadas na Instituição; envolvimento com o processo de criação e/ou implantação da UNEB, decorrendo, daí, a escolha de 08 informantes.

Na composição do segmento 2, igual rigor foi observado, contando-se, ademais, na elaboração da lista e escolha dos informantes, com o auxílio da coordenação do Mestrado de Ciências Sociais da UFBA e da Assembléia Legislativa do Estado, segundo o critério de maior familiaridade do informante sobre o assunto a ser pesquisado.

Do estudo efetuado resultou uma lista de 04 nomes representantes das áreas de Sociologia, Política, História e Educação, relacionados, a seguir, com os respectivos códigos indicativos do número do informante e da entrevista.

SEGMENTOS/INFORMANTES

	Código da Informante		Total de informantes
Segmento 1	01	Secretário da Educação	01
	02	Conselho Estadual de Educação	01
	03	Conselho de Administração da UNEB	01
	04	Pró-Reitoria de Planejamento	01
	05	Assessoria de Implantação da UNEB	01
	06 e 07	Corpo Docente	02
	08	Órgão de Classe	01
Segmento 2	09	Políticos	01
	10	Educadores	01
	11	Sociólogos	01
	12	Historiadores	01
		TOTAL	12

Uma preocupação constante foi a de garantir depoimentos mais próximo possível do real, envolvendo, no segmento 1, pessoas que acompanharam ou acompanham ainda todo o desenrolar da cena, da qual emergiu a UNEB. E no segmento 2, de pessoas para as quais esse fenômeno não passou desapercebido, tendo sido, ao contrário, em dado momento, motivo de reflexão, como foi o caso de representantes do setor político, dos educadores, historiadores e sociólogos envolvidos na pesquisa, cujas visões e depoimentos, se não completos, foram certamente próximos do real, e, sobretudo, responsáveis.

2.2. Instrumentos

Para a realização das entrevistas, considerou-se necessária a elaboração prévia de dois instrumentos (I e II), caracterizados como Roteiro de Entrevistas (ver anexo 1), os quais foram sendo adaptados, ao longo da realização das entrevistas, fugindo, assim, a qualquer rigidez no momento de sua aplicação.

O instrumento I foi dirigido a pessoas ligadas diretamente ao sistema UNEB. Envolveu, inicialmente, 34 questões, reduzindo-se, no seu final, a 23, em virtude de algumas delas mostrarem-se inadequadas, desnecessárias e/ou repetitivas.

O instrumento II, dirigido a segmentos não diretamente vinculados ao sistema UNEB, também sofreu cortes, uma

vez que, originariamente, contou com 15 questões, reduzindo-se, pelo mesmo motivo, a um total de 10 questões.

Quanto ao instrumento I, as questões convergiram para 02 temas principais:

1. Política e planejamento

2. Expansão/interiorização com ênfase na UNEB, contendo questões ligadas à regionalização do ensino superior e à tipologia organizacional adotada.

Já o instrumento II dirigiu-se para a exploração, apenas, do segundo tema, dada a especificidade do primeiro e, portanto, do seu direcionamento mais apropriado ao grupo de informantes ligado ao sistema UNEB.

As questões foram distribuídas de forma assistemática, nos roteiros, sem imporem uma espécie de lógica dedutiva entre elas.

Para efeito de análise, no entanto, foi importante reagrupá-las, em função de temas e subtemas de análise.

3. Realização e Tratamento das Entrevistas

Privilegiou-se o questionamento como eixo metodológico da entrevista, franqueando-se, no entanto, ao entrevistado a atitude de exploração dos campos propostos. Esse aspecto foi favorecido pelo tipo de formulação adotado para maioria das indagações a exemplo da questão: "a que se pode atribuir a ênfase conferida ao ensino superior estadual

na Bahia, na década de 80, ou melhor, que sentido se poderia dar a esse crescimento?" que permitiu ampla margem ao informante, de expressar-se livremente, sem se submeter a uma prévia estruturação do campo a ser investigado.

Embora com roteiros pré-estabelecidos, a realização das entrevistas pautou-se, senão por sua não-diretividade, pelo menos, por uma linha de grande flexibilidade e/ou mesmo informalidade, de modo a gerar um clima que permitisse ao informante estender-se em suas observações e relatos, a fim de captar outros elementos não previstos, mas enriquecedores da pesquisa. Desse modo, nem sempre a ordem dos questionamentos obedeceu ao estabelecido nos roteiros.

Em alguns casos, aconteceu uma mesma resposta dada pelo informante, cobrir duas ou três questões do roteiro, de modo suficiente, fato que, em muitos casos, desaconselhou a sua subseqüente formulação específica.

Todas as entrevistas foram gravadas, sendo, posteriormente, transcritas. Utilizou-se, para tanto, fitas cassete, resultando, em termos de transcrição, um volume de 550 páginas manuscritas.

A análise detalhada de cada uma das entrevistas deu margem à construção de um quadro sinótico ou matriz de análise, onde foram destacados, de forma sintética, os elementos que mais diretamente respondiam aos questionamentos.

Com esse tratamento foi possível recorrer tanto à análise vertical de cada entrevista, como à análise horizon-

tal, de modo a guardar não só a lógica interna de cada qual, como estabelecer o relacionamento entre os conteúdos das diversas entrevistas, para captar o sentido comum a todas elas.

Na construção da matriz, foram consideradas, apenas, respostas adequadas e não repetitivas, daí, porque nem sempre pôde haver correspondência entre o número de respostas e o número de informantes.

Na descrição dos dados, além de se levar em conta os argumentos contidos na matriz analítica(anexo 5), recorreu-se, sempre que necessário, a elementos adicionais contidos nos depoimentos dos entrevistados, quando da realização das entrevistas.

4. Considerações sobre o Método de Análise dos Dados

Refletindo sobre o material da pesquisa - documentos não estatísticos e conteúdo de entrevistas - depreende-se que o estudo envolve, basicamente, dados qualitativos, buscando detectar aspectos que estimulem o desenvolvimento de hipóteses e de idéias teóricas sobre o tema.

Fixando-se, portanto, numa vertente mais qualitativa do que quantitativa, enfatizou-se o procedimento de tomar os conteúdos, em sua globalidade, sem dissecá-los em demasia ou mesmo categorizá-los previamente. Nesse contexto, o número de respondentes não foi considerado relevante, nem tão pouco a freqüência das respostas, o que levou esse es-

tudo a afastar-se das técnicas de análise de conteúdo toma da em seu sentido clássico ou restrito.

Nesse último sentido, as técnicas de análise de conteúdo, por mais úteis que possam ser, parecem aplicar-se mal a situação da pesquisa, sobretudo ao contexto obtido pelas entrevistas em questão, que, apesar de um roteiro pré-estabelecido, trata-se de um discurso falado, desenvolvido de forma bastante livre e espontânea em que a intuição do pesquisador joga um papel importante e onde se busca extrair, não só o seu sentido geral, mas, essencialmente, o implícito, o latente, aspectos que podem vir a ser aprisionados com o uso dessa técnica.

Esse posicionamento encontra apoio em Michelat (1985), quando afirma que as exigências metodológicas, impostas pela análise de conteúdo, acabam por comprometer a análise, visto perderem-se elementos de informação indispensáveis à compreensão do fenômeno.

Dentro de uma mesma linha de raciocínio, André (1983) deixa perceber que tal enquadramento demonstra uma visão limitada da realidade, ao admitir, implicitamente, que o conhecimento do todo pode ser dado pelo estudo das dimensões isoladas do fenômeno, negando, assim, a visão de realidade, segundo a qual os fenômenos apresentam uma multiplicidade de perspectivas, que interagem num todo complexo, sendo preciso, para a sua compreensão, levar em conta essas múltiplas dimensões e sua interação.

Assumindo um entendimento mais amplo de "análise de conteúdo", também revelado por Miriam Limoeiro, que permite a inclusão do tipo de informação, geralmente, obtida através de observação participante, questões abertas, entrevistas, questionários, análise de documentos, do material audiovisual e artístico etc., André (1983) propõe o termo "análise de prosa" que parece também melhor adequar-se aos objetivos desta pesquisa (p. 67).

A sua tese é a de que a análise de prosa é uma forma de investigação do significado dos dados qualitativos, ou um meio de levantar questões sobre o conteúdo de determinado material, que pode constituir-se não só do registro de observação, entrevistas, e revisão de documentos, como de fotos, filmes, mímicas, expressão facial etc., envolvendo mensagens intencionais e não intencionais, explícitas ou implícitas, verbais ou não verbais, alternativas ou contraditórias.

Seu ponto de vista é o de que a análise de prosa valoriza, justamente, a subjetividade e a intuição na análise das mensagens, sobretudo, aquelas não intencionais, implícitas e contraditórias, oferecendo pistas para detectar informações singulares, porém importantes. André destaca, assim, o papel da subjetividade e intuição, na localização desse tipo de dado, além, naturalmente, do quadro teórico no qual o estudo se situa.

Descarta o sistema de pré-especificação de categorias,

mostrando que tópicos e temas devem ser desprovidos de qualquer rigidez e que vão sendo gerados, no decorrer do trabalho, porém não simplesmente, a partir do exame dos dados, mas da sua contextualização no estudo, devendo constantemente serem revistos, questionados ou reformulados à luz dos princípios teóricos e pressupostos da investigação, o que nos parece pertinente com relação à essa pesquisa.

Com essa visão coincidem também os estudos de J. Maitre, cuja técnica proposta consiste no retardamento da categoria, e que tem por função "atenuar o efeito de tela mistificadora produzido pelas classificações, que suas ideologias respectivas impõem ao sujeito e ao pesquisador na superfície dos seus discursos". Assim, tanto na operacionalização como na interpretação das entrevistas, não se impõe uma grade classificatória na qual as respostas do entrevistado devem se situar. (In: Thiollent, 1985, p. 222).

Com essa opção relativa ao método de tratamento dos dados, em que se rejeita a fragmentação da informação, assume-se uma perspectiva mais abrangente e garantidora da apreensão do fenômeno em sua complexidade e relações dinâmicas.

CAPÍTULO III

CENÁRIO SÓCIO-POLÍTICO E ECONÔMICO

O cenário sócio-político e econômico, que emoldura a pesquisa, compreende a última etapa da chamada fase de "transição democrática", caracterizada pelo gradual processo de abertura política, que se estende de 1974 a 1985, época em que tem lugar o ingresso de um civil na Presidência da República - José Sarney - o qual substitui o presidente eleito - Tancredo Neves - que não chegou a tomar posse em razão de sua morte.

O período é marcado por dois importantes eventos:

. Crise Política do Governo Autoritário - caracterizada por gradativa perda de poder, ou de espaço político do Governo (face a ausência de sua legitimidade), e do descongelamento da sociedade civil, com alguma retomada do processo de mobilização e de politização, frente ao Estado, e ressurgimento, por parte deste, de práticas de dominação do tipo clientelista.

. Crise financeira do País - caracterizada por forte recessão econômica, aumento da dívida externa, intensifica

ção de acordos com o FMI e conseqüente crise social do País, com onda de desemprego em massa e óbvios reflexos sobre o poder estatal .

A análise, ainda que sumária de cada um desses eventos, torna-se não só oportuna como pertinente, no contexto desse estudo. Primeiro, por considerar o grande poder explicativo, que detêm sobre o curso dos acontecimentos histórico-sociais, ao longo desse período, inclusive sobre as formas de resistência tecidas pelo Estado brasileiro, no organismo social, traduzidas no uso das mais variadas estratégias para deter a reversão do quadro político em defesa do poder. Poder, que acaba por ser preservado, a partir de uma "transição negociada", mediante acordos e alianças com setores da sociedade, sob a tutela das forças armadas e que culmina com a mudança do regime político, embora com a permanência "da coalizão que, desde 1964, assumiu o controle do Estado", portanto, com a manutenção das forças conservadoras do País. (Cruz & Martins, 1984. p. 13). Em segundo lugar, sua possível influência e/ou determinação sobre o fenômeno analisado - objeto deste estudo.

1. Crise Política do Governo Autoritário

Dez anos após a instalação do regime autoritário, em 1964, com o golpe de estado pelos militares, quando ocorre a fratura do bloco populista e o estabelecimento de um novo pacto de classes, dando lugar a um novo padrão de domi-

BIBLIOTECA CENTRAL DA
R 0085(T)
UNED

nação e acumulação que vai caracterizar-se, segundo Carvalho (1987), pelo fortalecimento do poder estatal, (definido por absoluta hegemonia do Executivo com centralização das decisões e controle autoritário das classes e reivindicações populares), internacionalização de sua economia, (com exclusão e/ou repressão aos interesses e manifestações das classes populares), o Brasil ingressa na chamada fase de "abertura" ou de "transição democrática".

Tendo à frente o General Ernesto Geisel e, subseqüentemente, João Figueiredo, o desenrolar dos acontecimentos, ao longo desse período, torna evidente a crise política, do governo autoritário, cuja questão básica passa a ser o de sua legitimidade.

A incapacidade desse Governo quanto a vir a institucionalizar-se pelas vias regulares, ou seja, através de eleições diretas, amplia a sua vulnerabilidade frente às forças opositoras, levando-o a adotar uma linha de ação ambígua e contraditória, marcada por controles e recursos autoritários. Inaugura-se, assim, um período entremeado por medidas de contenção e de liberalização, caracterizado como um período de grande corrupção, com o ressurgimento de práticas de dominação do tipo clientelista.

Em 1974, com Ernesto Geisel, o Brasil ingressa na chamada fase de "transição democrática", em que tem lugar a adoção das primeiras medidas liberalizadoras tais como: a suspensão da censura à imprensa e eleições legislativas em

novembro de 1974, não obstante permaneça em vigor, dentre outros pontos, o AI-5, um dos mais repressivos dos Atos Institucionais decretados pelo Governo (no período forte da ditadura militar), bem como, a manutenção de eleições, por via indireta, para governador.

Segundo alguns analistas desse período, Cardoso (1980), Cruz (1988), Baloyra (1988), Martins (1988), o processo de abertura manifesta, desde a sua origem, características de forte ambiguidade, com movimentos contraditórios e alternância de medidas de contenção/liberalização, deixando clara a recusa dos militares em abrir mão das prerrogativas do poder.

Este aspecto é ainda demonstrado pela própria extensão de tempo em que se processa a transição brasileira (11 anos), o que, por si, só já explica, em grande parte, a recusa dos militares em abrir mão do poder político. Vale lembrar aqui o caso da Espanha, igualmente submetida a um regime ditatorial e que realiza o seu processo de transição "em menos de dois anos contra os onze do Brasil" (O'Donnell, 1988, p. 52).

Os objetivos visados pelo processo de abertura são, em síntese, o gradual e progressivo reestabelecimento dos direitos civis e políticos, inclusive de certos canais de representação de interesses, além da adoção de forma de validação legal para a escolha de dirigentes e atos do governo. Todavia, "controles autoritários são institucionali

zados para conter o exercício desses direitos e funções políticas dentro dos limites impostos pela autoridade executiva" (...),limites esses que poderiam ser

> ampliados ou reduzidos, de acordo com a fase do processo político, a mentalidade política dos dirigentes e a intensidade das demandas, expressas por grupos estratégicos e pela imprensa (Martins, 1988, p. 123).

Assim, com as primeiras medidas de liberalização adotadas pelo Governo Geisel, a oposição parlamentar reunida no único partido de oposição ao governo - O MDB (Movimento Democrático Brasileiro) responde com uma ampla mobilização política para as eleições de 1974, conseguindo eleger dezesseis dos 22 senadores eleitos, além de 160 deputados federais (perfazendo um total de 34,0% da Câmara) e aumentar, a nível nacional, o total de votos recebidos, que passa de 21,3% para 37,8%, crescendo, portanto, 16%. Essa conquista inicial é interpretada, pelo Estado, como ameaça ao poder, sendo o bastante para que se previna, imediatamente, contra futuros desfechos, no caso, as eleições de 1976, sobretudo, face à importância desse pleito para a indicação do futuro Presidente da República, prevista para 1978.

Uma série de medidas é adotada, como o uso de novos atos institucionais para aplicar punições, além da censura à propaganda eleitoral no rádio e televisão, o que é feito,através da promulgação da"Lei Falcão," que restringia as transmissões eleitorais a dados mínimos sobre os candidatos.

Todo o desdobramento desse processo deixa claro a resistência às eleições, por parte das autoridades governamentais, frente à possibilidade de se reverter o quadro político brasileiro. O receio sintomático do Governo enseja uma série de medidas arbitrárias, chegando a ponto de ferir dispositivo constitucional do próprio período autoritário (da chamada Constituição de 1969), ao suspender as eleições livres para governadores dos Estados, previstas para 1978. Esta medida se fez acompanhar de sucessivos casuísmos como a decretação do recesso do Congresso Nacional e, logo em seguida, a promulgação do chamado "Pacote de Abril", que encerrava, dentre outras providências, a suspensão de eleições livres para os governos dos Estados, além da mudança de critérios na composição do Colégio Eleitoral destinado a eleger o futuro presidente. Essa estratégia tinha como principal objetivo reduzir o peso das regiões industrializadas onde a oposição dominava. Com tais medidas, consegue o Governo obstruir o progresso da oposição e impor o seu sucessor - o general João Figueiredo.

Administração/Figueiredo

A administração João Figueiredo, iniciada em 1979, com mandato de seis anos, corresponde, justamente, ao período em que ocorre a expansão/interiorização do ensino superior na Bahia, a qual, embora se inicie em 1980, co

nhece sua fase de maior intensidade a partir de 1983.

A manutenção do regime militar torna-se, cada vez mais problemática, sobretudo, pela incidência de dois eventos, que marcam a gestão Figueiredo: a) eclosão de greves em vários Estados, com aumento da onda de protestos da sociedade, insatisfeita com os rumos da política e seus efeitos sociais; b) crise financeira do País, com a forte recessão e onda de desemprego, que assola a Nação.

Segundo Cruz (1984) e Baloyra (1988), pelo menos, 150 greves de alguma importância tiveram lugar nos primeiros nove meses de 1979, movimentos esses, até então, praticamente ausentes do cenário social, durante todo esse período autoritário e que, de certa forma, fortaleceram, com sua aparição, o movimento oposicionista. Esses eventos parecem acentuar o contínuo sentimento de ameaça a pairar sobre a cabeça do Governo, o que vai contribuir para que o novo Presidente, iniciando o seu mandato com discurso de democracia, alinhe-se à postura anterior, quanto ao controle do processo de abertura e, nesse sentido, ponha em prática uma série de medidas, expressando, assim, o jogo ambíguo que caracteriza todo o período de transição.

Desse modo, as eleições municipais, previstas para 1980, são transferidas para 1982, juntamente com as de governadores dos Estados, prorrogando-se, assim, os seus mandatos, "exatamente com o objetivo de fortalecer o partido do Governo no que seria a eleição decisiva por definir a

maioria no Colégio Eleitoral que elegeria o sucessor de Figueiredo" (Guimarães & Carvalho Neto, 1988, p. 26), ficando,mais uma vez flagrante o objetivo de manter as "rédeas" do poder.

Essas eleições deveriam, no entanto, ser realizadas pelo voto direto. Contudo, tal concessão teve, como contrapartida, a introdução de novas estratégias de controle eleitoral, destacando-se a reforma da estrutura partidária.

Com a reforma da estrutura partidária, dá-se a eliminação do bipartidarismo, representado, até então, dentro do período autoritário, pela ARENA (Aliança Renovadora Nacional) ou "Partido do Governo" e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro) ou "Partido da Oposição".

Restabeleceu-se, assim, segundo Martins (1988), o multipartidarismo, cujo sentido era, de um lado, evitar, nas futuras eleições, o confronto aberto entre o governo e a oposição e, de outro, dividir a oposição, fortalecendo,com isso, o único partido do governo - ARENA.

Correspondendo à previsão do Governo, com a nova reforma partidária, fragmenta-se a oposição em 4 novos partidos, com óbvia vantagem para o Governo. A ARENA recebe nova sigla PDS (Partido Democrático Social) e o MDB passa a PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro).

O golpe da reforma partidária é percebido, ainda a tempo (antes das eleições de 1982), pela oposição, dan-

do lugar a alianças entre os seus dois principais partidos, o PMDB e o PP (Partido Popular).

Ao perceber a manobra da oposição, o Governo tenta um novo golpe, com a adoção de novas regras, através do chamado "Pacote de Novembro" de 1982, o qual decreta a proibição de qualquer aliança entre partidos, consumando, assim, a vinculação do voto, ou seja, cada eleitor só poderia votar nos candidatos do mesmo partido, ou teria seu voto anulado. A essa nova investida, a oposição responde com a fusão dos seus dois principais partidos, ou seja, o PMDB e o PP.

Embora não consiga mudar as regras do jogo, a oposição se fortalece com as eleições de 1982, dando mais um passo à frente na tentativa de mudar o quadro político brasileiro, ao conseguir eleger 10 governadores dos Estados mais politizados e industrializados, dos 22 eleitos em 1982, e, ainda, obter maioria na Câmara, nas eleições legislativas, com 48,0% contra 36,6%, não obstante o Governo mantenha maioria no Colégio Eleitoral, que escolheria o futuro Presidente. Apesar dessa vantagem, a sua instabilidade, a essa altura, é um fato inconteste, agravada pelos desacertos da política econômica e da crise econômico-financeira, que se inicia na década anterior, ficando, assim, cada vez mais difícil para esse, contornar a onda de protestos e segurar as bases de sustentação, em termos do seu eleitorado. Essa dificuldade amplia-se com a queda dos

partidos de base rural (que sempre se constituíram em seu principal ponto de sustentação) e ascensão dos partidos populistas e esquerdistas de base urbana.

2. Crise Econômico-Financeira do País

Após um período de franca expansão da economia, chamada de "milagre brasileiro", que se estende de 1968 a 1973, com taxas que se expandem de 8,8% em 1970 a 13,3% em 1971 e a 14,0% em 1973, o país sofre uma brusca desaceleração de sua economia (Cruz, 1984).

O impacto decorre, de um lado, do próprio modelo de desenvolvimento brasileiro de industrialização, dependente de importações (de bens de produção) e, portanto, vulnerável às variações do mercado externo; e de outro, da própria conjuntura internacional, alterada, inicialmente, por problemas na balança de pagamento americana, e, posteriormente, pelo "choque do petróleo", geradores da crise internacional do chamado regime de acumulação "fordista", demarcando a conhecida fase de recessão mundial.

Atrelado ao mercado externo, a economia brasileira sofre duplo impacto (tanto da conjuntura externa, como dos desacertos da política interna do País), ao decidir o Governo (fugindo ao enfrentamento de possíveis problemas políticos que poderiam advir do jogo de interesses internos) não por uma política restritiva de ajustamento

à recessão, a fim de contornar as dificuldades geradas pelo choque do petróleo, como a que vai ser adotada pela maioria dos países do Centro, mas por sustentar o crescimento da fase do "milagre econômico" - 1971/73 - em que se registra grande massa de investimentos no Brasil.

Alheia às influências da crise sobre o tecido social, a Administração insiste em dar curso a programas altamente ambiciosos, envolvendo grandes projetos hidrelétricos; usinas nucleares, além da expansão de despesas públicas e investimento das empresas estatais, etc., orientação essa, que é seguida, inicialmente, pela Administração Figueiredo, através do seu Ministro do Planejamento, Delfim Neto.

Assim, a despeito da alta de preços de importação do petróleo e dos bens de produção, dos quais dependia, o Brasil opta por sustentar o crescimento, valendo-se, para isso, de empréstimos externos, na base da elevação das taxas de lucros internos, em níveis superiores às taxas de lucro internacional, trazendo, como conseqüência mais imediata, o crescente endividamento externo da Nação brasileira.

A crise brasileira, que, em 1974, caracterizava-se por um desequilíbrio da Balança Comercial, amplia-se, em 1980, com a desvalorização do cruzeiro, redução da demanda de importações, suspensão de ajudas fiscais às exportações, aumentando as dificuldades de assegurar o pagamento da dívida externa a qual se, em 1973, era de 12 milhões de dó

lares, passa a 49 milhões, em 1979, chegando a 81 milhões de dólares em 1983. O PIB apresenta taxas negativas de crescimento, passando de -1,6%, em 1981, para -3,2%, em 1983, com relação aos respectivos anos, ou seja, 1980 e 1982, ampliando-se as pressões do Fundo Monetário Internacional - FMI, e dos banqueiros internacionais, levando o País à maior recessão de sua história (Ribeiro, 1988).

A crise agudiza-se, em meados de 1982, com a explosão dos seus efeitos cumulativos:

> As taxas domésticas de juros atingiram a estratosfera, a inflação logo se elevou a mais de 100 por cento, a dívida interna alcança o dobro do nível do orçamento federal e a dívida externa se elevou de 12,6 bilhões de dólares no final de 1978, para 80 bilhões na metade de 1982. Por outro lado a produção industrial caiu em 10 por cento em comparação com o nível de 1980. Em setembro de 1982, após o pânico, que se seguiu à moratória do México, o Brasil, virtualmente inadimplente foi obrigado a buscar a ajuda do Fundo Monetário Internacional (FMI). O remédio prescrito pelo FMI para lidar com a inflação e com o endividamento interno e externo aprofundou a recessão, agravou a já elevada taxa de desemprego e produziu um drástico arrocho salarial. Na verdade o Brasil entrou numa das mais graves situações financeiras e econômicas de sua história (Martins, 1988, p. 132).

O Nordeste sofre um duplo impacto, ao considerar-se a seca iniciada em 1979, que se abate sobre essa região.

Sofrendo os reveses da crise econômico-financeira e da seca, ampliam-se os problemas sociais do Nordeste, "compondo um quadro dos mais dramáticos, de desocupação, fome, miséria, morte e inquietação social" (...). Basta dizer "que 76% da população economicamente ativa da Região tinha

uma renda média, igual ou inferior a dois salários mínimos, sendo que 64% dela, percebia até um salário mínimo" (...) e onde "a concentração de renda permanecia bastante elevada com os 50% mais pobres, detendo apenas 11% da renda e os 50% mais ricos se apropriando de 89% dela" . (Carvalho, 1987 p. 239).

Os efeitos políticos provocados pela crise são óbvios, incidindo, pelo menos, em duas direções: de um lado, sobre os próprios Estados, a partir do corte de despesas públicas, exigindo-lhes, por seu turno, a adoção de medidas de contenção de despesas e austeridade econômica; de outro, sobre o prestígio do próprio regime, ao pôr em risco suas bases eleitorais, que, frustradas em suas expectativas, ameaçam retirar-lhe o apoio, trazendo, nesse movimento, à cena política, as classes médias projetadas, na época do milagre, sobretudo da parte do eleitorado urbano, no qual também se firmava o Governo. Com efeito:

> de um lado, os cortes das despesas públicas e dos orçamentos das empresas públicas, preconizadas pelo FMI, assim como a redução dos subsídios concedidos às empresas privadas, privaram o regime de um dos mais eficientes meios de obtenção de apoio de grupos estratégicos. Por outro lado, pela primeira vez, o desemprego e o achatamento salarial alcançaram as classes médias afluentes, ameaçando a ascensão social que haviam conseguido durante os anos do "milagre" e transformando-as, de partidários ativos, em dissidentes passivos ou mesmo críticos severos do regime (p. 134).

O quadro esboçado coloca, sem dúvida, grandes desafios para o Estado, evidenciando "a sua necessidade de redu-

zir e controlar as tensões e contestações sociais, potenciais ou efetivas" (Carvalho, 1987, p. 229), com reflexos sobre suas bases de sustentação política.

Desdobramento da Crise Política e Financeira a Nível do Brasil e da Bahia

Os desdobramentos políticos a nível nacional e estadual exigem, cada vez mais, do Governo, atenção para com o seu eleitorado. Segundo Navarro de Britto, os resultados das eleições de 1974, ao que se somam a decantação e o cansaço do processo autoritário, além dos compromissos do governo quanto à liberalização do regime, faziam-no antever flagrante derrota para o partido do Governo, cujas conseqüências poderiam ser imprevisíveis (Britto, 1979).

A partir daí as atenções precisam ser redobradas para com o eleitorado, cuja feição mostra sinais de mudança, com a queda dos partidos de base rural, o que ocorre muito em função do próprio processo de industrialização/modernização do País. Glâucio Soares aponta a industrialização e a urbanização como fatores responsáveis pela queda dos partidos de base rural. O êxodo das populações do campo, em direção às grandes cidades, estaria quebrando, por assim dizer, as linhas ou elos dos sistemas tradicionais de controle social. Não obstante esses grupos, que passam a emigrar para os centros urbanos, fixando-se em suas áreas periféricas, tornem-se vulneráveis a uma nova malha de controle e

dominação, lançada por grupos políticos de esquerda e pelo próprio Governo, em geral, via programas assistencialistas em troca do voto individual.

Essa alteração, no quadro do eleitorado, traz dificuldades para o Governo, uma vez que, nesse novo patamar (urbano), já não prevalecem os laços de fidelidade e lealdade dos eleitores, comuns ao sistema de dominação do tipo coronelista, dominante no meio rural.

A partir daí, começa a mudar a forma de dominação, passando do "coronelismo" para o "clientelismo" o que, em certo sentido, representa um avanço, uma vez que, para alguns analistas, como Carvalho Neto, o ato de vender o próprio voto já é um passo adiante em relação à forma anterior de dominação coronelista onde o "dono do curral" vendia o voto de todos.

Essa modificação traz, em seu bojo, uma diminuição do peso do rural, ou seja, da dominação tradicional, passando a exigir uma atenção especial para com o eleitorado dessas novas áreas. A partir daí, o Governo e o seu partido passam a reativar em todo o País, progressivamente, uma intensa campanha de legitimação do sistema político vigente e do aliciamento do eleitorado. (Britto, 1979). Contudo, os recursos de apoio para sustentar as suas bases eleitorais são, cada vez mais escassos, face à crise financeira que assola o País.

O impasse gerado pelo receio da perda de espaço polí-

tico, somado ao clima de dificuldades, explica a onda de atos arbitrários e prática de clientelismo político, acentuada nessa fase, cujos desmandos rotulam esse período governamental como de alta corrupção. Segundo Joviniano Carvalho Neto, registra-se de fato,

> uma sucessão de importantes revelações feitas através de investigações no Congresso e denúncias da imprensa, referentes à disseminada corrupção entre tecnocratas e militares no poder (Carvalho Neto, 1981, p. 132).

Na Bahia, vários exemplos de corrupção são também apontados. Dentre esses exemplos constam denúncias veiculadas pelo jornal A Tarde[1], atingindo vários órgãos do Governo (Secretaria da Fazenda, Secretaria da Educação e Cultura, Consórcio Rodoviário, EMBASA, EMATERBA e TVE - TV Educativa) e seus agentes, todos envolvidos, à época, com candidaturas políticas para as eleições de 1986, acusados de estarem usando a máquina administrativa para promoverem favores em troca de apoio político, e em alguns casos "pelas escandalosas contratações de funcionários antes da proibição legal que antecede o pleito eleitoral".

Dentro de um contexto de dificuldades financeiras, o Governo Figueiredo tenta, até o último momento, deter o progresso da oposição e da mudança. Nessa tentativa, lança mão dos seus últimos redutos ou focos de resistência - os Estados do Nordeste - que acompanham com retar-

---

[1] Salvador. 18.10.1985. p. 7

do, o processo de mudança no País, incluindo-se, aí, a Bahia, onde o partido do Governo sempre foi majoritário. Esse fato, com relação ao PDS (Partido Democrático Social, último partido do Governo no período autoritário), valeu-lhe, inclusive, a pecha de "partido nordestino".

A ação desse partido acopla-se aos municípios interioranos, dominando com maior força os pequenos e médios municípios, através de potente rede, aí se incluindo os diretórios do partido, as prefeituras locais e a própria máquina administrativa do Governo.

No comando desse partido, vai encontrar-se a conhecida figura de Antônio Carlos Magalhães - ACM - que assume o Governo da Bahia, por duas vezes, durante o período autoritário, sendo que, pela segunda vez, no período 1979-1982, "exercendo uma liderança de ferro sobre seus correligionários" (Guimarães & Carvalho Neto, 1988, p. 17). Sucede-o, na mesma linha do partido, PDS, João Durval Carneiro na disputa com Roberto Santos (PMDB), cuja vitória é imputada em grande parte, às estratégias e mecanismos eleitorais postos em prática pelo Governo da Bahia.

Os mecanismos adotados pelo Governo, tipo voto vinculado, sub-legenda, além de fraudes de grande dimensão, atestadas, segundo Guimarães & Carvalho Neto (1988), por estudos considerados altamente confiáveis, como os de Aristeu Almeida sobre as eleições de 1982, ganhas pelo PDS, deixam patente o clima de corrupção reinante, confirmando a dispo-

sição do Governo em manter, a qualquer custo, o controle da máquina administrativa. Quanto a esses estudos, vale citar, por exemplo, que o número de votantes superou em 571.948 votos o total dos que, na realidade podiam votar. E, ainda, que em três municípios, o número de eleitores superou a população.

Tais expedientes atestam dificuldades que o Governo já começa a enfrentar, na Bahia, quanto a manter as suas bases eleitorais e o conseqüente desgaste dos seus líderes e governantes, com a gradual perda de espaço político. Essas dificuldades são agravadas com a crise financeira, que eclode, por volta de 1978, no País e agudiza-se, em meados de 1982, "extremando, no Nordeste, as dificuldades de absorção de mão-de-obra, notadamente nos centros urbanos e nas grandes metrópoles como Salvador, Recife e Fortaleza, reforçando a, já existente, concentração, nessa área, dos maiores contingentes de desempregados e sub-empregados do País" (Carvalho, 1979 p. 239). Conforme dito, a crise rebate sobre a Bahia, espelhando-se, também, no próprio quadro de despesas do Estado. (vide quadro 3).

Observando-se a linha do total, verifica-se a inelasticidade e/ou estagnação do crescimento das despesas do Estado, no período. Os valores representativos do crescimento das despesas, nos anos extremos da série, ou seja, 7,09 (no período 1980/81) e 8,04 (no período 1983/84), praticamente se equivalem, sem considerar a queda brusca nos anos intermediários, cujo incremento foi de apenas 2,47 e 2,83, respectivamente nos períodos de 1981/82 e 1982/83.

Quadro 3

Despesa realizada por função do Governo

(valores reais)*

Em Cr$ 1.000.000

DESCRIMINAÇÃO	1980		1981			1982			1983			1984		
	VALOR	%	VALOR	%	80/81 △ %	VALOR	%	81/82 △ %	VALOR	%	82/83 △ %	VALOR	%	83/84 △ %
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	553.366	33,15	610.190	34,13	10,27	561.270	30,64	(8,02)	544.717	30,60	(2,95)	374.714	19,49	(31,21)
AGRICULTURA	30.200	1,81	35.555	1,99	17,73	47.827	2,61	34,52	49.051	2,76	2,56	36.354	1,89	(25,89)
COMUNICAÇÃO	2.600	0,16	1.555	0,09	(40,17)	6.311	0,34	30,6	2.298	0,13	(63,59)	3.055	0,16	32,94
DEFESA NACIONAL E SEG. PÚBLICA	128.966	7,73	126.000	7,05	(2,30)	160.008	8,74	26,99	131.900	7,41	(17,57)	119.436	6,21	(9,45)
DESENVOLVIMENTO REGIONAL	7.433	0,45	11.825	0,66	59,09	8.754	0,48	(25,97)	22.019	1,24	152	269.555	14,02	11,24
EDUCAÇÃO E CULTURA	258.166	15,46	275.238	15,40	6,61	352.352	19,24	28,02	333.092	18,71	5,47	299.074	15,55	(10,21)
ENERGIA E RECURSOS MINERAIS	181.400	10,87	106.190	5,94	(41,46)	118.565	6,47	11,65	115.570	6,49	(2,53)	69.018	3,59	(40,28)
HABITAÇÃO E URBANISMO	45.600	2,73	46.603	2,61	2,20	65.975	3,60	41,57	72.115	4,05	9,31	85.913	4,47	19,13
INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇO	58.933	3,53	44.492	2,49	(24,50)	44.163	2,41	(0,74)	30.003	1,69	(32,06)	44.393	2,31	47,96
SAÚDE E SANEAMENTO	133.633	8,01	227.920	12,75	70,56	157.819	8,62	(30,76)	225.586	12,67	42,94	293.127	15,24	29,94
TRABALHO	21.433	1,28	34.730	1,94	62,04	38.303	2,09	10,29	29.173	1,64	(23,84)	23.816	1,24	(18,36)
ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA	73.833	4,42	74.968	4,19	1,54	95.434	5,21	27,30	75.378	1,23	(21,02)	69.055	3,59	(8,39)
TRANSPORTE	122.666	7,35	142.047	7,95	15,80	116.786	6,38	(17,78)	96.112	5,40	(17,70)	176.026	9,15	83,15
TOTAL	1.669.366	100,00	1.787.711	100,00	7,09	1.831.786	100,00	2,47	1.779.891	100,00	(2,83)	1.923.054	100,00	8,04

FONTE: Balanço Geral do Estado da Bahia

* Deflator - IGP-DI
1984 = 100

In: IAT/SEC- Educação e Cultura na Bahia: a despesa realizada pelo Estado por municípios de grande porte e da R.M.S. no período de 1980/84.

Em decorrência deste fato, há uma nítida redução de gastos, em relação a diversas funções do Governo, nesse período.

Assim, em 1981, comparativamente ao ano anterior, quatro funções apresentam crescimento negativo de suas despesas: - Comunicação; - Defesa Nacional e Segurança Pública; - Energia e Recursos Minerais; - Indústria, Comércio e Serviços. Já, em 1983, passa para nove o número de funções, que apresentam crescimento negativo de suas despesas, figurando nesse novo rol, não só as quatro funções já indicadas, como ainda as funções: - Administração e Planejamento; - Trabalho; - Assistência e Previdência; - Transporte; além da função - Educação e Cultura, cujo incremento das despesas retraem-se mais ainda em relação ao ano seguinte, ou seja, 1984, quando acusa crescimento negativo da ordem de 10,21%, em relação ao ano anterior.

A situação anterior traduz a crise que atinge a economia baiana no período.

Elevando-se, a partir de 1975, a uma taxa média anual de 6,7% em níveis superiores ao incremento nacional, a economia baiana apresenta um crescimento significativo até 1980, explicado pela entrada em operação, entre 1977-1980, das principais unidades do Pólo Petroquímico de Camaçari [2].

---

[2] Ver FUNESP - Estrutura econômica. Texto condensado por Amaury Mauro de Oliveira. Salvador, p. 14.

Uma forte desaceleração ocorre, a partir de 1981, "apesar do início do funcionamento da Caraíba Metais e da criação da indústria química - derivados de petróleo e produtos petroquímicos" [3], levando a economia a apresentar, em 1986, uma taxa de crescimento (6,4%), inferior a do PIB nacional (8,2%).

O quadro 1 apresentado reflete, visivelmente, a crise que perpassa o Estado no período, acentuada pelos efeitos da conjuntura recessiva nacional, pelo desempenho da sua economia e dificuldades geradas pelo próprio modelo de desenvolvimento, no qual pesam os direcionamentos dados à economia.

O modelo de desenvolvimento econômico da Bahia, baseado na industrialização, enquadra-se na lógica do grande capital, o qual repousa em tecnologias avançadas, poupadoras de mão-de-obra, configurando-se num modelo excludente e concentrador de renda.

Representado pelo Complexo Industrial, sediado na RMS - Região Metropolitana do Salvador (composto do CIA - Centro Industrial de Aratu e Pólo Petroquímico de Camaçari) corresponde a um modelo (por muitos considerado um enclave), trazido de fora para dentro, resultante da organização e homogeneização do espaço econômico nacional, que favorece condições políticas e institucionais para o novo ci-

---

[3] Id., Ibid., p. 17.

clo de acumulação capitalista, no Brasil, sob a égide do grande capital monopolista (Guimarães, 1989).

O centro de decisão de grande parte dos projetos tecnológicos de monta está fora da Bahia, nesse modelo de industrialização, que se caracteriza, ainda, por absorver uma minoria de capitais baianos. As lideranças empresariais do Estado se mantêm na área agrícola, pecuária, imobiliária, na exportação e no comércio de gêneros, entrando, desse modo, muito pouco na área industrial e na área de serviços de maior densidade tecnológica.

Por suas características, já expressas, quanto a ser excludente e poupador de mão-de-obra, esse modelo não inclui mecanismos que possibilitem a propagação dos seus efeitos sobre as demais regiões do Estado. Foge, assim, a uma proposta de desenvolvimento econômico mais regional, a exemplo da formulada, nos anos 60, pela antiga CPE - Comissão de Pesquisas Econômicas, que implicava num modelo de desenvolvimento econômico com um processo de industrialização evidente, porém muito articulado e dependente de um desenvolvimento agrícola, conformando um modelo mais regional, modelo esse descartado, com o golpe de 64, o que vai dar lugar àquilo que, para a expansão do capitalismo, era interessante localizar, na Bahia, em aliança com suas elites locais, essencialmente àquelas ligadas aos setores bancários e financeiros.

Ao lado desse aspecto, ou seja, do próprio modelo de

desenvolvimento econômico, pesa, ainda, como fator limitativo à catalisação da economia baiana, a opção do Governo quanto ao direcionamentó e/ou destinação dos recursos aufe_ridos com o ICM - Imposto sobre circulação de mercadorias (do qual deriva a maior parte da receita do Estado), e aqueles decorrentes do funcionamento do Pólo Petroquímico de Camaçari, inaugurado em 1978 (responsável por cerca de 35% do ICM do Estado).

Segundo alguns analistas, o direcionamento dado pelo Estado a esses recursos elimina a possibilidade de um desenvolvimento mais harmônico da economia baiana, em detri_mento das diversas regiões do Estado. Isto se deve à ten_dência à concentração de investimentos, na própria RMS, facilitando e subsidiando a elevação das taxas de lucros e a reprodução do capital, com afluências em grandes empreendi_mentos petroquímicos ou obras de vulto, tipo Pedra do Cavalo, que passa a absorver grandes somas de recursos, nes_se período, além de sua afluência maciça na ampliação da própria máquina administrativa do Estado (sobretudo através de contratações de pessoal), estimulada pelo momento político nacional.

Sobre esse último ponto, vale referir nota, editada pelo Jornal Tribuna da Bahia"[4], sobre o aumento de funcionários, ocorrido nos últimos oito anos do Go_

[4] Salvador. 04.09.1989. p. 1.

verno autoritário na Bahia. Segundo a nota, ao findar-se o Governo Roberto Santos, em 1978, o Estado contava com 78 mil servidores. Em 1978, esse número se eleva para 270 mil funcionários, crescendo, portanto, quase quatro vezes mais, atestando o clima de clientelismo e empreguismo no período.

A não opção, quanto a romper esse circuito e generalizar, ou melhor, interiorizar o desenvolvimento, viabilizando programas de maior densidade regional, produz o enfraquecimento das regiões fortemente afetadas com a retração do apoio financeiro da União aos Estados e Municípios, fazendo emergir sinais de insatisfação, que irão trazer dificuldades ao Governo quanto a manter as suas bases eleitorais, historicamente marcadas por uma relação clientelista. Com efeito, constituindo-se a clientela urbana e rural do governo, principalmente de fazendeiros do interior, além de "empresários que defendem e precisam do governo", associam-se, também, à sua base eleitoral os "setores marginais e pobres que acreditam que o único modo de conseguir determinadas coisas é através da intermediação do governo" (Carvalho Neto, 1981, p. 19), onde esse aparece como o "grande patrão" dentro de uma relação essencialmente clientelística.

Assim, com a crise do poder econômico, o PDS "perde, cada vez mais, a sua base na classe média, inclusive, entre o pequeno e médio empresariado brasileiro, que quer be-

neficiar-se da associação com o poder político" (p. 15). Todavia essas perdas acabam por ser neutralizadas, em função das alianças, que se processam na sociedade brasileira, no limiar da chamada Nova República, ao ser reforçada a linha de "continuismo" na administração governamental-

Os sinais de insatisfação, cada vez mais intensos, exigem medidas e/ou estratégias urgentes, dando lugar inclusive, ao apelo à interiorização do desenvolvimento, que passa a figurar nos discursos do Governo, instalado na Bahia, em 1983.

O que é importante reter da cena política, que se desenrola na trajetória da chamada transição democrática, especialmente na virada dos anos 80 (período esse que se constitui em horizonte temporal dessa análise), é a incessante luta do Governo (que passa, naturalmente, pelos Estados e, em especial, os do Nordeste, constituídos em base da resistência conservadora, e, portanto, de sustentação do Governo autoritário), contra a reversão do quadro político nacional, que, em dado momento, parecia caminhar célere rumo às mudanças e transformações esperadas, mas que acaba por ser abortado pela transição negociada, dando ganho de causa às forças conservadoras do País.

Essa luta, traduzida na adoção de controles autoritários e na intensificação da prática de clientelismo político, parece caminhar em duas direções: de um lado, deter o crescimento das oposições e, de outro, sustentar as bases

eleitorais necessárias à sua legitimação política, àquela altura já bastante ameaçadas por problemas de ordem econômico-financeira do País, que repercutem no enfraquecimento e nos desequilíbrios regionais.

É, nesse cenário de crise social, política e financeira, que tem lugar o movimento de expansão/interiorização do ensino superior estadual na Bahia onde, conforme dito anteriormente, esse Estado é afetado, duramente, pela corrupção e clientelismo político.

CAPÍTULO IV

CRESCIMENTO DO ENSINO SUPERIOR ESTADUAL NA BAHIA NA DÉCADA DE 80 - TENTATIVA DE SUA CARACTERIZAÇÃO

A tentativa de compreensão do significado sócio-político da expansão/interiorização do ensino superior estadual, na década de 80, passa, necessariamente, pela determinação das características que assume esse fenômeno, a nível interno do próprio Estado da Bahia, e, em sua relação com outros contextos do Brasil, considerando ser essa uma de suas vias de entendimento.

Nesse sentido, impõe-se, como primeiro passo, a composição de um quadro analítico desse crescimento a ser efetivado em dois níveis: dimensão institucional e dimensão quantitativa.

Assim, num primeiro nível, serão abordados os aspectos jurídico-institucionais afetos a esse crescimento, associando-se depoimentos sobre a criação da UNEB.

Num segundo nível, serão abordados os aspectos relacionados ao seu padrão de atendimento, à estrutura de pessoal,

ao direcionamento espacial e sua inserção no quadro regional e do País, de modo a identificar a sua natureza e as especificidades que possam conter a nível da Bahia.

Em ambos os níveis, será tomado o subsistema estadual de ensino superior, em sua totalidade, particularizando a UNEB, alvo maior de interesse do presente estudo. Também, na medida em que se torne oportuno, será feito o cotejo das variáveis quantitativas com as do sistema de ensino superior do Estado (aí implícitas suas diversas esferas administrativas), assim como, a de outros estratos regionais e do Brasil como um todo.

Uma tentativa de integração dos elementos levantados, em cada um desses níveis propostos, terá lugar, ao final do capítulo, buscando-se pinçar incidências, arrolar hipóteses, ainda que provisórias, sobre o assunto em pauta, que serão aprofundadas nos dois capítulos subseqüentes, a partir da exploração de novas vias de análise do fenômeno.

A partir de alguns indicadores específicos, os passos indicados serão precedidos de referências às bases demográficas e educacionais do Estado, no ano inicial da década, com o objetivo de caracterizar o quadro de realidade que se coloca para a Bahia e sobre o qual se erige o projeto de expansão/interiorização do ensino superior.

1. Algumas Características Demográficas e Educacionais Apresentadas pelo Estado da Bahia no Ano de 1980

1.1. Aspectos demográficos

Dados do último Censo Demográfico (1980) acusam para o Estado da Bahia uma população de 9.455.392 habitantes, com densidade demográfica de 16,9 hab/km2.

O acréscimo populacional de 1970 para 80 foi de 26,2%, superior, portanto, ao observado para o conjunto do Nordeste, mas, inferior ao do Brasil, que se coloca em torno dos 27,8%.

Quadro 4. Acréscimo populacional registrado na Bahia, Nordeste e Brasil - 1970/80

ESTRATOS	POPULAÇÃO		ACRÉSCIMO POPULACIONAL 1970/80 (%)
	1970	1980	
Bahia	7.493.470	9.455.392	26,2
Nordeste	28.150.068	34.861.907	21,6
Brasil	93.215.301	119.098.992	27,8

FIBGE - Censo Demográfico da Bahia - 1970, V. 1- tomo XIII
1980, V. 1- tomo 4 nº 15
Anuário Estatístico do Brasil - 1972 e 1981.

Apesar do visível acréscimo global, as taxas de crescimento da população na Bahia passam de 2,39, no período 1960/70,

para 2,31, no período 1970/80, evidenciando declínio no seu ritmo de crescimento.

A repartição espacial da população mostra que o maior percentual (embora expresso em pouco mais da metade) concentra-se ainda, na zona rural, fato que coloca a Bahia em posição diferenciada do Nordeste e do Brasil, cuja população urbana já ultrapassa a casa dos 50%.

Quadro 5. Distribuição espacial da população do Estado da Bahia - 1980

ZONA	POPULAÇÃO	%
Urbana	4.667.247	49,4
Rural	4.788.145	50,6
TOTAL	9.455.392	100,0

FONTE: FIBGE - Censo Demográfico da Bahia - 1980
V. 1 - tomo 4 - nº 15.

Há, sem dúvida, um visível aumento das taxas de urbanização na Bahia, a partir da última década, conforme atesta o confronto entre os percentuais encontrados para a Bahia em 1970 (41,2%) e os de 1980 (49,4%). Contudo, o percentual de 1980 é superado pelos do Nordeste e do Brasil, que se colocam em 50,4% e 67,6%, respectivamente.

Algumas características, quanto ao crescimento populacional e taxas de urbanização, projetam-se ao colocar

em foco as regiões e municípios do Estado da Bahia.

Tomando-se por base as 26 microrregiões homogêneas (classificação FIBGE), pode-se observar que 15 das 26 regiões apresentam taxas declinantes de crescimento populacional, o que leva a supor que o crescimento observado para a Bahia, de 70 para 80, deu-se em decorrência do aumento populacional de alguns poucos municípios/regiões (cf. Coluna 10, Quadro 6, Anexo 2).

Em sentido inverso, o aumento da urbanização no Estado da Bahia parece ser uma constante na quase totalidade das regiões indicadas, conforme atestam as taxas ascendentes encontradas. Contudo, apenas dez das 26 regiões apresentam taxas de urbanização que se aproximam ou superam a do Estado (v. Coluna 11).

Quanto às demais regiões, essas taxas, embora ascendentes, são baixas, chegando em alguns casos a situarem-se em torno de 14,6% e 15,9% em 1980 (consideradas as mais baixas do Estado), como é o caso das regiões Litorâneas do Extremo Sul da Bahia e do Sertão de Canudos, respectivamente, onde, coincidentemente, localizam-se unidades de ensino superior da UNEB.

Esse quadro confirma uma população, dominantemente, rural para maioria das regiões (21 das 26), ao considerar-se como tal, áreas com população urbana-inferior a 50%, ou à média do Estado que é de 49,4%; além de uma tendência declinante dos níveis de crescimento populacional do Estado no período.

1.2. Aspectos Educacionais

1.2.1. Níveis de instrução da população do Estado da Bahia

A Bahia está entre os Estados brasileiros que detêm os mais fortes contingentes de população analfabeta.

Dados do último Censo Demográfico indicam para esse Estado uma taxa de analfabetismo da ordem de 43,7%, taxa que se coloca muito além da média brasileira que é de 26,0%[1].

Há, ainda, a considerar que essa taxa refere-se, apenas, à população de 15 anos e mais, não levando em conta, portanto, o universo de jovens nas faixas etárias dos 10 aos 14 anos, que permanecem na condição de analfabetos, cujo cômputo, sem dúvida, elevaria aquele percentual.

Também, no contexto nordestino, a posição da Bahia é crítica, sobretudo, levando-se em conta o quadro rural, onde ocupa o terceiro lugar em taxas de analfabetismo, somente superada pelos Estados do Maranhão e Piauí (Vide Quadro 7).

A nível interno do próprio Estado, o quadro do analfabetismo baiano apresenta peculiaridades, que cabem destacar, máxime, no que toca à diversidade de situações apresentadas, em suas diferentes regiões.

Dezoito (18) das microrregiões apresentam taxas que se si

---

[1] FIBGE - Tabulações Avançadas do Censo Demográfico de 1980.

tuam além de 50,0%, portanto, bem acima da média do Estado, das quais nove acolhem unidades da UNEB. (v. Coluna 12, Quadro 4, Anexo 2).

Isso significa que essa média acha-se influenciada por regiões, onde os níveis do analfabetismo são menos intensos, como Salvador, por exemplo.

Quadro 7. População de 15 anos e mais, segundo condições de analfabetismo nos Estados do Nordeste - 1980

ESTADOS	POPULAÇÃO DE 15 ANOS E MAIS	NÃO ALFABETIZADA		%
		TOTAL	NO MEIO RURAL	
Maranhão	218.236	1.086,644	882.042	81,2
Piauí	1.168.557	572.932	416.999	73,0
Ceará	3.042.913	1.360.596	836.885	61,5
R.G. Norte	1.112.595	486.713	264.623	54,3
Paraíba	1.588.074	779.545	456.513	58,5
Pernambuco	3.573.419	1.516.700	806.146	53,1
Alagoas	1.096.837	588.004	373.812	63,6
Sergipe	634.762	289.046	178.817	62,0
Bahia	5.303.678	2.272.352	1.558.764	68,6
NORDESTE	19.706.071	8.952.532	5.774.611	64,5

FONTE: FIBGE - Censo Demográfico de 1980.

O quadro de analfabetismo na Bahia configura-se, de modo ainda mais dramático, se considerada a situação particular de cada município. Essa análise, baseada em dados do Censo Demográfico de 1980, vai mostrar que 274, ou se-

jam, 81,5% dos municípios baianos, apresentavam taxas de analfabetismo acima de 50,0%. Esse fato deixa evidente que dos 336 municípios baianos àquela época, apenas 62 apresentavam situação menos dramática. Tal situação responde, possivelmente, pela taxa de analfabetismo de 43,7% encontrada para a Bahia em 1980[2].

Outro aspecto que, associado ao anterior, permite configurar o nível de instrução da população do Estado da Bahia, diz respeito ao número de anos de estudo da população de 15 anos e mais.

Dados do IX Recenseamento Geral do Brasil - 1980, revelaram, para a Bahia, baixíssimo nível de instrução.

Metade da população baiana apresenta-se com menos de um ano de estudo ou sem instrução alguma. A média de anos de estudo é de cerca de dois anos e meio, o que distancia bastante esse Estado da média brasileira (4,03) e até da própria região Nordeste (2,57).

Quadro 8. População de 15 anos e mais, segundo anos de estudo - 1980

ESTRATOS	POPULAÇÃO 15 ANOS E MAIS	SEM INSTRUÇÃO E MENOS DE 1 ANO	MÉDIA DE ANOS DE ESTUDO
Bahia	5.306.198	50,0	2,51
Nordeste	19.614.633	49,0	2,57
Brasil	73.374.327	27,4	4,03

FONTE: IX Recenseamento Geral do Brasil, 1980, IBCL
Censo Demográfico - Mão-de-obra.

[2] Op. cit. p. 328.

1.2.2. Atendimento ao Ensino Pré-Universitário

As taxas de atendimento do Ensino de 1º e 2º graus, para a Bahia, em 1980, espelham a política educacional dominante, na década anterior, no País, em que a ênfase esteve voltada para a dita profissionalização no 2º grau.

A inversão de prioridades rebate negativamente, na Bahia, sobre o Ensino de 1º grau, cuja taxa cai de 49,2%, em 1970, para 46,3%, em 1980, excluindo do sistema escolar mais de 50,0% de crianças na faixa etária de 7 a 14 anos.

No 2º grau, a taxa de atendimento evolui de 3,4%, em 1970, para 7,5%, em 1980, conforme deixam ver dados do quadro 9.

Quadro 9. Bahia - Taxas de atendimento do 1º e 2º graus (nas faixas etárias específicas) - 1970/80

GRAUS/FAIXA ETÁRIA	ANO	POPULAÇÃO			
		ESCOLARIZÁVEL (1)	ESCOLARIZADA (2)	%	DÉFICIT
1º Grau (7 - 14 anos)	1970	1.648.252	811.902	49,2	50,8
	1980	1.888.768	874.112	46,3	53,7
2º Grau (3) (15 - 19 anos)	1970	816.943	28.202	3,4	96,6
	1980	1.067.438	79.935	7,5	92,5

FONTE: FIBGE - Censo Demográfico - 1970.
Censo Demográfico - 1980.
Tabulações Avançadas do Censo Demográfico de 1980.

(1) População potencial nas faixas etárias específicas

(2) População matriculada.

(3) Considerou-se como clientela potencial o grupo de pessoas na faixa de 15 - 19 anos, de modo a conferir um maior grau de realismo à situação de defasagem idade/série, que se verificara nesse grau de ensino.

O quadro deficitário do Estado, quanto ao atendimento ao Ensino do 1º grau, fica ainda mais evidente ao confrontá-lo com o de outros Estados e/ou regiões brasileiras. Nesse contexto, a Bahia coloca-se abaixo de todas as regiões, inclusive as do Norte e Nordeste, distanciando-se, por seu turno, da média brasileira, que é de 67,4% e, obviamente, de outros Estados como o Rio de Janeiro e São Paulo (vide Quadro 10).

Quadro 10. Posição da Bahia no contexto brasileiro quanto ao atendimento do 1º grau à população de 7 a 14 anos - 1980

ESTRATOS	POPULAÇÃO DE 7 - 14 ANOS		
	ESCOLARIZÁVEL	ESCOLARIZADA	%
Norte	1.204.921	700.660	58,1
Nordeste	7.118.283	3.542.822	49,8
Bahia	1.888.768	874.112	46,3
Sudeste	8.619.677	6.888.869	79,9
Rio de Janeiro	1.733.551	1.475.253	85,1
São Paulo	4.018.539	3.311.604	82,4
Sul	3.485.647	2.621.388	75,2
Centroeste	1.505.408	1.052.241	69,9
Distrito Federal	215.315	197.660	91,8
BRASIL	21.933.936	14.778.341	67,4

FONTE: FIBGE - Tabulações Avançadas do Censo Demográfico de 1980 e Anuário Estatístico do Brasil - 1981. IN: Conceito de satisfatório atendimento às necessidades locais de ensino de 1º e 2º graus.
DOCUMENTA (269) Brasília, maio, 1983. p. 16-7.

OBS.: Foram introduzidas correções de cálculo no somatório geral da coluna de população escolarizável e na de percentuais.

Assim, ao lado dos níveis de atendimento à população escolarizável, em 1980, expressos em 46,3% para o 1º grau e 7,5% para o 2º grau, o que denuncia um padrão de atendimento bastante insatisfatório, prestado pelo sistema escolar à população, pesa, ainda, a nível de 1º grau, o fato de concentrarem-se as matrículas nas 4 primeiras séries em detrimento das séries finais, ou o que é pior, elevando-se tal concentração de 1975 para 1980, conforme dados a seguir:

Quadro 11. Estrutura da matrícula no ensino de 1º grau na Bahia - 1970/75/80

ANO	MATRÍCULA - ENSINO 1º GRAU	
	1ª À 4ª SÉRIE - %	5ª À 8ª SÉRIE - %
1970	85,0	15,0
1975	79,7	20,3
1980	80,0	20,0

FONTE: FIBGE - Anuário Estatístico do Brasil. 1973 - 1978 - 1981 e 1983.

Fica, mais uma vez, evidenciado, aí, o forte desequilíbrio na estrutura das matrículas, o que vai, naturalmente, implicar em intensa retração do fluxo dirigido para os 2º e 3º graus de ensino, isto é, com possível redução do poder de pressão sobre o ensino superior.

Os aspectos considerados permitem uma primeira aproximação do quadro demográfico e educacional, apresentado pe-

lo Estado em 1980, sobre o qual é deslanchado o programa de expansão/interiorização do ensino superior e que atinge o seu dinamismo mais intenso a partir de 1983.

A realidade, revelada pelos dados apresentados, demonstra que a Bahia coloca-se, ainda, muito aquém de um suficiente atendimento escolar à sua população, em se considerando, como tal, a pretensa universalização do ensino de 1º grau. E, no caso do 2º grau, de um atendimento, que se aproxime da média dos Estados maïs bem situados, como é o caso do Distrito Federal e do Rio de Janeiro. (segundo quadro 10).

Os dados apresentados, muitos dos quais confrontados com os de outras regiões do País, apontam para uma situação de intensa crise da educação pré-universitária na Bahia, no início desta década.

O maior afunilamento da pirâmide escolar, neste Estado, cujos indícios concretos foram vistos, não só na estrutura das matrículas, mas também, nas próprias taxas de escolarização dos 1º e 2º graus, refletem a intensa seletividade da própria educação básica, processada nesse sistema, pondo em xeque, não só a camada, que dele se beneficia, mas, sobretudo, o sentido ou formas de saídas utilizadas para o equacionamento da questão.

2. Dimensão jurídico-institucional

No início de 1980, o subsistema estadual de ensino superior compreendia um total de 06 instituições, sendo 01

universidade (Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS) e os 05 estabelecimentos isolados de ensino (Centro de Educação Técnica da Bahia - CETEBA, Faculdade de Agronomia do Médio São Francisco - FAMESF, Faculdades de Formação de Professores de Alagoinhas, Vitória da Conquista e Jequié), atingindo, através da oferta de 23 cursos/faculdades, 06 municípios baianos: Salvador, Alagoinhas, Juazeiro, Vitória da Conquista, Jequié e Feira de Santana.

No espaço de 05 anos (1980/85), o subsistema estadual de ensino superior passa a contar com mais 02 universidades, além de 19 novas faculdades, o que vai caracterizar essa fase como de grande expansão (veja-se relação das faculdades criadas e/ou ativadas a partir de 1980 - no Anexo 3).

Em 1987, o quadro, que se apresenta em comparação ao de 1980, é o seguinte:

Quadro 12. Ampliação do subsistema estadual de ensino superior na Bahia - 1980/87

ESPECIFICAÇÃO	ANOS	
	1980	1987
Universidades	01	03
Faculdades	05 (1)	24 (2)
Cursos/faculdades	23	49 (3)
Municípios atingidos	06	18
Regiões beneficiadas	06	17

FONTE: SEC/DESAP - Diagnóstico do Ensino Superior - 1981
UNEB - Pró-Reitoria de Pesquisa e Ensino de Pós-graduação

(1) Em funcionamento
(2) Criadas e/ou ativadas.
(3) Inclui 08 cursos cujos processos de autorização já se encontram em tramitação junto aos Conselhos de Educação competentes.

Conforme se observa, os cursos e faculdades ampliam-se, consideravelmente, incorporando, nessa ação, 12 novos municípios e mais 11 regiões do Estado.

A década de 80 é, sem dúvida, o período em que, sob a bandeira da interiorização do ensino superior, as ações governamentais para com o ensino superior manifestam-se de modo mais intenso.

A partir das mudanças, que aí se operam, essa década pode ser considerada, também, um marco de transformações no subsistema estadual de ensino superior.

Três Leis são, particularmente, responsáveis por esse fato:

. Lei Delegada nº 12/80, de 30/12/80 (DOE 31/12/80).

. Lei Delegada nº 66/83, de 01/06/83 (DOE 02/06/83).

. Lei Delegada nº 67/83, de 01/06/83 (DOE 02/06/83) (ver Anexo 4).

As mudanças iniciais, já em 1980, porém anteriores às Leis citadas, ocorrem com a transformação da FCETEBA (Fundação Centro de Educação Técnica da Bahia) em Instituição de Ensino Superior, a partir do reconhecimento dos seus cursos pelo Conselho Federal de Educação (Parecer 490/80 de 08/05/1980 e Portaria Ministerial nº 434, de 17/07/80), até então ministrados em convênio com outras Universidades, no caso, as Universidades Federal da Bahia e Católica do Salvador.

Vale frisar que a FCETEBA é órgão originário do antigo CETEBA (Centro de Educação Técnica da Bahia), criado em decorrência do Convênio firmado em 12/10/68, entre o Ministério da Educação e Cultura (através da Diretoria de Ensino Industrial) e o Governo do Estado da Bahia. O citado Convênio baseou-se na Portaria Ministerial nº 11, de 19/02/68, fundamentada no Parecer CFE nº 12/67.

Subseqüentemente, cria-se, através da Lei nº 3.810, de 30/06/80 (DOE 01/07/80), a Faculdade de Formação de Professores de Santo Antônio de Jesus.

Ainda nesse ano, institui-se, através do Decreto nº 27.450, de 12/08/80, a Fundação Educacional do Sudoeste.

Porém, é através da Lei Delegada nº 12/80, de 30/12/80 (DOE 31/12/80), que se dá a primeira grande transformação do Sistema Estadual de Ensino Superior. Sob sua égide, instituiu-se como autarquia a Universidade de Feira de Santana e a Universidade do Sudoeste, até então existentes em forma de Fundação, reunindo essa última, as Faculdades isoladas de Jequié e Vitória da Conquista, posteriormente, estendendo-se ao município de Itapetinga.

Igualmente, se extingue a FCETEBA, criando-se sob a forma de Federação de Escolas a SESEB - Superintendência de Ensino Superior do Estado da Bahia, de natureza autárquica, vinculada à Secretaria da Educação e Cultura do Estado, com sede e foro nesta Capital.

A SESEB teve sua estrutura definida em Regulamento aprovado pelo Decreto nº 28.170, de 25/08/81 (DOE de 26/08/81), passando a incorporar o CETEBA (Instituição, até então, mantida pela FCETEBA), bem como, as seis faculdades isoladas:

. Faculdade de Agronomia do Médio São Francisco;

. Faculdade de Formação de Professores de Alagoinhas;

. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Juazeiro;

. Faculdade de Formação de Professores de Jacobina;

. Faculdade de Formação de Professores de Santo Antônio de Jesus;

. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Caetité

Dessas, duas apenas se encontravam em funcionamento: Faculdade de Agronomia do Médio São Francisco - FAMESF e Faculdade de Formação de Professores de Alagoinhas, ambas, até então, subordinadas diretamente à Secretaria de Educação e Cultura - SEC, através do Departamento de Ensino Superior e Aperfeiçoamento do Professorado - DESAP, órgão da administração centralizada da SEC.

O DESAP, instituído pela Lei nº 3.095, de 26/12/72, com a finalidade, dentre outras, de coordenar, organizar e supervisionar o ensino superior da rede estadual, é extinto em 1983, passando parte de suas atribuições à UNEB, no que toca às unidades isoladas que ainda restavam.

Assim, o primeiro impulso fez-se sentir, a partir da Lei Delegada nº 12/80, com a criação, logo seguida do início de funcionamento, de várias unidades de ensino superior, vinculadas à SESEB e à UESB, todas localizadas no interior do Estado, com exceção do CETEBA.

A segunda grande transformação dá-se com a Lei Delegada nº 66/83, de 1º de junho de 1983 (DOE de 02/06/83). Mediante o artigo 5º dessa Lei, extingue-se a SESEB, criando-se uma terceira universidade ligada ao sistema estadual - Universidade do Estado da Bahia - UNEB - Instituição que passa a incorporar as faculdades integrantes da antiga SESEB, acrescentando-se-lhe, ainda, várias outras unidades de ensino.

Nesse momento, um novo impulso no sentido de novas criações se fez sentir, particularmente, no que toca à UNEB e à UESB - oportunidade em que novas faculdades e cursos são criados e/ou ativados, dessa vez, dirigindo-se as ações, também, para a Capital.

As alterações processadas, ao longo desse período, resultaram na atual configuração do subsistema estadual de ensino superior, constituído de três universidades:

. Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS;

. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB;

. Universidade do Estado da Bahia - UNEB.

Essa nova composição é enfeixada, através de uma

terceira Lei Delegada, a de nº 67/83, de 01/06/83 (DOE de 02/06/83) que reforma a Secretaria da Educação e Cultura do Estado, e as inclui na sua estrutura como entidades da administração descentralizada, com finalidade e competência estabelecidas em legislação específica, com supervisão e controle nos termos do artigo 8º, Lei nº 2.321/66.

A UEFS e a UESB estão localizadas, integralmente, no interior do Estado, enquanto que a UNEB reparte-se entre a capital, onde possui a sua sede (assim como três de suas unidades) e o interior baiano, onde estão situadas as suas demais unidades.

Em termos organizacionais, a UESF apresenta-se com uma estrutura concentrada em um único campus, enquanto a UNEB e a UESB estruturaram-se, segundo o modelo denominado "multicampi", expresso pela agregação de faculdades e cursos dispersos, em várias regiões do Estado, sob uma mesma direção universitária.

Em seu conjunto, as três universidades já ofereciam um total de 49 cursos/faculdades em 1987, segundo pode ser visto no Quadro 13 (Anexo 2).

2.1. UNEB - Marco de Crescimento

A UNEB, criada pela Lei Delegada nº 66/83, de 1º de junho de 1983 (DOE de 02/06/83), respondendo, em grande parte, pelo crescimento quantitativo dos cursos e faculdades do ensino superior estadual, no período.

A UNEB sucede à antiga Superintendência de Ensino Superior do Estado da Bahia, SESEB, que teve como embrião o CETEBA (Centro de Educação Técnica da Bahia), criado em 1968, com o objetivo de viabilizar a política de preparação de professores para os Ginásios Polivalentes do Estado. Mais tarde, o CETEBA, após sucessivas mudanças jurídico-institucionais, é transformado em ECETEBA, cuja ação restringia-se, exclusivamente, à Capital, indo posteriormente a dar lugar à SESEB e, finalmente, à UNEB, ambas expressamente comprometidas com o programa de interiorização do ensino superior, como proclamado.

A arrancada inicial, em matéria de interiorização do ensino superior é dada, pois, pela então SESEB, através da Lei Delegada nº 12/80, podendo ser traduzida nas seguintes ações:

1. Incorporação à sua estrutura de Centros e Faculdades isoladas, porém, já em funcionamento no Estado:

. Centro de Educação Técnica da Bahia - CETEBA;

. Faculdade de Formação de Professores de Alagoinhas;

. Faculdade de Agronomia do Médio São Francisco - FAMESF.

2. Criação de novas faculdades:

. Faculdade de Formação de Professores de Santo Antônio de Jesus .

3. Incorporação de faculdades, já criadas em gestões

anteriores, porém ainda não ativadas, com o subseqüente funcionamento de duas delas:

. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Juazeiro;

. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Caetité;

. Faculdade de Formação de Professores de Jacobina.

Além dessas ações iniciais, novas frentes de ação foram abertas pela SESEB, no interior do Estado, através da criação de núcleos de ensino superior, nos municípios de Paulo Afonso, Barreiras e no, então, distrito de Teixeira de Freitas (município de Alcobaça / Caravelas), para oferta de cursos de curta duração, em sistema alternado de oferta anual, todos voltados para a formação de professores.

Os núcleos de ensino de Barreiras, Teixeira de Freitas e Paulo Afonso, destinados à formação de docentes para o sistema de ensino, constituem-se na primeira iniciativa concreta de interiorização do ensino superior, encetada pela então SESEB, a partir de 1981.

A rigor, os chamados núcleos traduziam-se em experiência de oferta de cursos fora da sede, com vinculação a faculdades que já detinham experiência na sua ministração e situação de regularidade dos seus cursos, junto à esfera federal, no caso, CETEBA e Faculdade de Formação de Professores de Alagoinhas.

No período governamental subseqüente, 1983/87, esses núcleos vão ser transformados em Centros de Ensino Superior (Barreiras e Paulo Afonso) e em Faculdade (Teixeira de Freitas).

O impulso mais forte, em termos de expansão e criações, sempre sob o lema de interiorização do ensino superior, verifica-se a partir da extinção da SESEB e consequente criação da UNEB.

Em seguida, no lapso de três anos e meio, um elenco de novas criações e mudanças são materializadas, a saber:

Criação de Faculdades novas

. Faculdade de Educação da Bahia (em Salvador)

. Centro de Ciências da Saúde e dos Alimentos (em Salvador)

. Faculdade de Educação de Senhor do Bonfim

. Faculdade de Educação de Serrinha

. Faculdade de Educação de Ribeira do Pombal*

. Faculdade de Formação de Professores de Euclides da Cunha*

. Faculdade de Educação de Bom Jesus da Lapa*

Ativação de faculdades criadas anteriormente

. Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Juazeiro.

---

* Não ativadas.

Transformação de núcleos em centros ou faculdades

. Centro de Ensino Superior de Paulo Afonso

. Centro de Ensino Superior de Barreiras

. Faculdade de Educação de Teixeira de Freitas

Criação e/ou plenificação de cursos

. Licenciatura em Pedagogia - nos municípios de:

- Salvador
- Juazeiro
- Paulo Afonso
- Barreiras
- Serrinha
- Ribeira do Pombal

. Bach. em Desenho Industrial - Salvador

. Bach. em Ciências Contábeis - Salvador

. Bach. em Comunicação Social - Salvador

. Bach. em Nutrição - Salvador

. Licenciatura Plena em História - Alagoinhas

. Licenciatura Plena em Ciências - Alagoinhas e Senhor do Bonfim

. Licenciatura Plena em Letras - Alagoinhas, Teixeira de Freitas e Euclides da Cunha

Uma peculiaridade pode, desde já, ser observada, qual seja a da intensificação de suas ações, também a nível da capital, haja vista a criação de duas faculdades e de novos cursos, conforme se infere da relação superior.

2.2. Criação UNEB - Motivos Declarados

Analisando os motivos da criação da UNEB a nível dos seus principais mentores, uma primeira controvérsia se estabelece: Assim, justificando a criação da UNEB, o Secretário da Educação e Cultura - Prof. Edivaldo M. Boaventura, afirma que a SESEB já era virtualmente uma Universidade, a despeito de só dispor, à época da sua criação, de licenciaturas (em sua maioria curtas) à exceção do curso de Agronomia em Juazeiro. Segundo seu ponto de vista, a Lei Delegada nº 66/83 apenas transformou a SESEB "que era uma universidade virtual" em autarquia. (entrev. 01, p. 18).

Já o representante da assessoria de implantação da UNEB e um dos mentores de sua criação, (informante 05) parece ter um ponto de vista contrário. Ele ressalta, justamente, a fragilidade da antiga Instituição (SESEB), como razão maior de sua transformação em UNEB, chamando a atenção também para a questão da sigla anterior, considerada, no seu entender, imprópria. Assim, um dos motivos apontados para a criação da UNEB foi o fato de que a Federação de Escolas Superiores do Estado da Bahia - SESEB "era algo bastante frágil, daí ser necessário dar lugar a uma universidade" (entrev. 05, p. 10).

Depoimentos de entrevistados levam a crer que a criação da UNEB não emerge de estudos avaliativos concretos, que pudessem ter demonstrado sua pertinência e viabilidade.

Para o representante da Pró-Reitoria de Planejamento

da UNEB, que esteve ligado a todo o desenrolar do processo, desde o seu início, parece não ter havido de fato um estudo para legitimar a necessidade dessa universidade (entrev. 04, p. 38).

Um fator impeditivo à realização de estudos prévios sobre a pertinência e direcionamento da UNEB pode ter sido o próprio lapso de tempo, em que a mesma foi criada, ou seja, menos de três meses após a instalação do novo Governo, considerando que este se deu a 15/03/83 e a criação da UNEB a 1º/06/83.

O informante 05 ressalta que houve a discussão da idéia, pelo menos, entre ele e o Secretário da Educação. Deixa claro, no seu depoimento, que a criação da UNEB foi, na verdade, uma questão de oportunidade. Assim, afirma que "houve uma oportunidade de se fazer e foi feito" (p. 7), sendo que sua viabilização foi possível pelo precedente aberto, por Lei Delegada, herdada do Governo "ACM" (Antônio Carlos Magalhães) e que autoriza o Executivo a legislar. Essa Lei permitiu ao Governador João Durval, em nome da Assembléia Legislativa, baixar o ato de criação da UNEB.

Analisando os argumentos do representante da SEC (informante 01), sobre a ênfase dada ao ensino superior com a criação da UNEB, fica evidente que esta criação pautou-se em critérios de ordem bastante pessoal de seu criador:

> quando assumi a Secretaria de Educação meu interesse era expandir e ao mesmo tempo colocar isso dentro de Universidade (...) como sou um homem que tem uma experiência de mais de vinte anos na

> Universidade, eu tratei de procurar uma estrutura. Eu vi que a melhor forma para isso seria criar realmente, sob a forma de multicampi, experiência que eu já conhecia aqui do Brasil com a da Paraíba e da UNESP em São Paulo (...), cujo Reitor, assim como o Dr. Alírio Barbosa Fernando de Souza, nos ajudou muito na elaboração da Lei que criou a UNEB (entrev. 01, p. 16).

O depoimento anterior deixa passa a idéia de que o sentido inicial de criação da UNEB repousou em interesses organizativos do sistema.

Esse ponto é corroborado pelo informante 05 ao deixar claro, no seu depoimento, de que o sentido maior dessa expansão foi o de dotar o Estado de uma grande universidade "grande no sentido de estendê-la por todo o Estado", preenchendo o vazio existente nesse particular. (entrev. 05, p. 2-12).

Para esse informante, a idéia era a de que houvesse uma grande universidade, o que não se tornou possível, face a obstáculos da ordem jurídico-institucional. Assim, a UNEB poderia traduzir-se no resultado de uma tentativa frustrada de integração das três instituições de Ensino Superior pré-existentes na Bahia, em 1983 - UEFS, UESB e SESEB.

O representante da Pró-Reitoria de Planejamento da UNEB confirma esse fato, mostrando que a idéia inicial não era a de criação de uma terceira universidade, mas sim a de fusão das três instituições estaduais. Porém, como houve grande resistência, por parte da universidade de Feira de Santana, pensou-se em encampar a universidade do Sudoes

te, que também resistiu. Num terceiro momento, surgiu a idéia de transformar a SESEB em UNEB (inform. 04).

Mesmo restringindo-se essa possibilidade, unicamente, à SESEB, instituição voltada, tradicionalmente, para a formação de professores, não se abre mão da idéia de universidade.

Para alguns informantes a forma de universidade em uma instituição, tradicionalmente, voltada para a formação de professores, tornou artificial a estrutura existente. Segundo um dos representantes do corpo docente, caberia criar-se, não uma universidade, mas um grande Centro Superior de Formação de Magistério, ou mesmo, fortalecer as instituições que já existiam com essa finalidade e não sobrecarregar a estrutura administrativa do Estado, tornando, com isso, o desempenho das instituições já existentes, mais precário ainda.

Ponto de vista semelhante é expresso pelo informante 12, ao criticar o fato de se pretender "forçá-la a ser uma universidade quando ela poderia ser, rigorosamente, uma Escola Normal Superior" (entrev. 12, p. 49).

Criar algo de novo, uma estrutura nova com status de universidade, parece ter sido, a princípio, pelo menos aparentemente, a grande preocupação da administração educacional do período.

3. Dimensão quantitativa

3.1. Subsistema estadual de ensino superior

As três Universidades Estaduais congregam, no seu total, uma matrícula de 6.031 alunos, em 1985, indicando uma participação do setor estadual de 14,6% no conjunto das diversas esferas administrativas do Estado.

Quadro 14. Bahia - Matrícula no ensino superior por dependência administrativa - 1985

DEP. ADMINIST.	MATRÍCULA	%
Federal	16.311	39,3
Estadual	6.031	14,6
Particular	19.136	46,1
TOTAL	41.478	100,0

FONTE: FIBGE - Anuário Estatístico do Brasil - 1986.

A análise evolutiva da oferta de ensino superior estadual, na Bahia, aponta declínio quantitativo, a partir de 1975, fenômeno esse, que se repete para a totalidade do ensino superior da Bahia (aí incluída suas diversas dependências administrativas), assim como, para as diversas regiões do País (vide Quadro 15).

É importante notar que os dados apresentados confir-

Quadro 15

Comportamento evolutivo da oferta de ensino superior segundo as regiões brasileiras e Bahia

Nº ABS.

ANO	BRASIL	SUDESTE	SUL	CENTROESTE	NORTE	NORDESTE	
						TOTAL	BAHIA
1965	155.781	92.668	30.973	4.060	2.935	25.145	6.219
1970	425.478	277.281	66.661	13.696	8.677	59.163	14.805
1975	1.072.548	671.238	186.633	46.539	24.054	144.084	32.522
1980	1.377.286	832.456	229.756	67.017	29.456	218.601	41.125
1985	1.367.609[1]	762.905	270.573	72.938	35.107	226.059	41.478

FONTE: FIBGE - Anuário Estatístico do Brasil - 1966 - 72,77,81 e 86

1 - O total inclui 27 matrículas no território de Roraima, extensão da Universidade de Santa Maria no Rio Grando do Sul - segundo consta do Anuário Estatístico do Brasil - 1986. p. 188.

Nº Relat. %

PERÍODO	BRASIL	SUDESTE	SUL	CENTROESTE	NORTE	NORDESTE	
						TOTAL	BAHIA
1970/65	173,1	199,2	115,2	237,3	195,6	135,3	138,1
1975/70	152,1	142,1	180,0	239,8	177,2	143,5	119,7
1980/75	28,4	24,0	23,1	44,0	22,5	51,7	26,4
1985/80	-0,7	-8,3	17,8	8,8	19,2	3,4	0,9

mam, para a maioria das regiões brasileiras, o fato, já conhecido, de que o período 1965/75 corresponde a uma fase de grande crescimento do ensino superior no País, com forte declínio do seu ritmo, a partir daí, em todas as regiões em comparação aos períodos anteriores. Esse declínio acentua-se, na década de 80 (período 1980/85), quando o Brasil e Sudeste chegam, inclusive, a apresentar taxas negativas de crescimento.

A exceção do Sudeste que apresenta, inclusive, percentual negativo de crescimento no período (-8,3), o Nordeste é a região a ostentar a mais baixa taxa de crescimento (3,4%), acompanhando tendência declinante do ritmo de crescimento do ensino superior, registrada, a partir de 1975, para todo o País. Nesse contexto, a situação da Bahia é ainda mais precária, representada por 0,9%, em relação ao período 1980/85, tendência que se generaliza por suas diversas esferas administrativas. (vide quadro 16).

Quadro 16. Crescimento % da oferta do ensino superior na Bahia segundo as dependências administrativas 1970/85

ANO	MATRÍCULA	TOTAL	FED.	%	EST.	%	PART.	%
1970	14.805	-	9.359	-	338 (1)	-	4.084	-
1975/70	32.522	119,7	18.109	93,4	1.561	361,8	12.852	214,7
1980/75	41.125	26,4	18.522	2,3	4.318	176,6	18.285	42,3
1985/80	41.478	0,9	16.311	-11,9	6.031	39,7	19.136	4,6

FONTE: FIBGE - Anuário Estatístico do Brasil - 1972, 1977, 1981, 1986.
(1) SEC/DESAP - Diagnóstico do Ensino Superior.

Os dados ratificam o declínio de todas as redes, inclusive, a estadual, que, não obstante apresentar um percentual de crescimento, no período 1980/85, em nível mais elevado que as demais redes, experimenta uma violenta queda com relação aos períodos precedentes.

Expansão das IES x Declínio das Matrículas

Inversamente a essa marcha declinante das matrículas, que se repete em cada uma das dependências administrativas, inclusive na Estadual, onde o percentual de crescimento cai de 176,6% no período 1980/75 para 39,7%, no período 1985/80, registra-se, na Bahia, uma tendência à expansão dos estabelecimentos ou instituições de ensino superior (IES), fato que se repete, também, para o Nordeste e Bahia.

Esse ponto se coloca, portanto, diferentemente daquele observado para a maioria das regiões e conjunto do Brasil, em que a queda de matrículas se faz acompanhar da retração de estabelecimentos de ensino superior, a exemplo das regiões Sudeste, Sul e Centroeste. Nesses estratos, as taxas de crescimento das instituições de ensino são decrescentes, ou mesmo negativas, fato também observado para o Brasil, segundo o Quadro 17.

Consoante se observa, de 1975 a 1980, o acréscimo de estabelecimentos de ensino superior, no País, é mínimo, sendo representado por uma taxa positiva de 2,6%. Essa situação aprofunda-se, no período 1980/85, ao apresentar ta-

Quadro 17

Evolução do número das instituições de ensino superior,

por período e dependência administrativa,

segundo as regiões do País

CRESC. ABS.

BRASIL					SUDESTE					SUL					CENTROESTE					NORTE					NORDESTE					BAHIA				
OT.	FED.	EST.	MUN.	PART.	TOT.	FED.	EST.	MUN.	PART.	TOT.	FED.	EST.	MUN.	PART	TOT.	FED.	EST.	MUN.	PART	TOT.	FED.	EST.	MUN.	PART.	TOT.	FED.	EST.	MUN.	PART.	TOT.	FED.	EST.	MUN.	PART.
60	46	82	87	645	597	21	39	47	490	141	06	21	24	90	21	03	03	01	14	11	05	04	-	02	90	11	15	15	49	17	01	06	-	10
82	56	53	91	682	592	25	18	43	506	154	08	18	30	98	31	06	02	01	22	11	05	04	-	02	94	12	11	17	54	18	02	06	-	10
59	53	75	105	626	567	22	25	46	474	145	08	14	36	87	32	05	04	03	20	12	06	04	-	02	103	12	28	20	43	24	02	11	-	11

CRESC. RELAT. %

BRASIL					SUDESTE					SUL					CENTROESTE					NORTE					NORDESTE					BAHIA				
OT.	FED.	EST.	MUN.	PART.	TOT.	FED.	EST.	MUN.	PART	TOT.	FED.	EST.	MUN.	PART.	TOT.	FED.	EST.	MUN.	PART	TOT.	FED.	EST.	MUN.	PART.	TOT.	FED.	EST.	MUN.	PART	TOT.	FED.	EST.	MUN.	PART.
2,6	21,7	-35,4	4,6	5,7	6,7	19,0	-53,8	-8,5	3,7	9,2	-33,3	-14,3	25,0	8,9	47,6	50,0	-33,3	0,0	57,1	0,0	0,0	0,0	-	0,0	4,4	9,1	-26,7	13,3	10,2	5,9	100,0	0,0	-	0,0
2,6	-5,3	41,5	15,4	-8,2	-4,2	-12,0	38,9	7,0	-6,3	-5,8	0,0	-22,2	20,0	-11,2	3,2	-16,6	100,0	200,0	-9,1	9,1	20,0	0,0	-	0,0	9,6	0,0	154,5	17,6	-20,4	33,3	0,0	83,3	-	10,0

TE: MEC/DADOS - Secretaria Geral SEPLAN-SEINEE/SEEC - 1981

FIBGE - Anuários Estatísticos do Brasil 1966 - 72 - 77 - 81 e 86

xa negativa de -2,6%, fenômeno que se repete em escala maior para a Região Sudeste.

Já no Nordeste, a taxa de crescimento das instituições de ensino superior, nesse período (1985/80), é positiva e considerável (9,6%), assim como a da região Norte, se comparada aos demais estratos.

Nesse contexto, a Bahia, apresentando uma taxa de 33,3%, destaca-se, visivelmente, ao ultrapassar, em cerca de três vezes e meia, a própria Região Nordeste.

Um olhar mais atento, sobre o quadro anterior, permite destacar dois pontos dignos de nota:

Primeiro, a constatação de uma ausência generalizada da rede estadual, no período anterior, ou seja, de 1975/80. Nesse período, a rede estadual de estabelecimento ou instituições de ensino superior (IES) apresenta crescimento nulo ou de taxas negativas, em todas as regiões do País, em relação à evolução do número de IES.

Segundo, a constatação do reaparecimento do setor estadual, no período 1980/85, o qual sobressai de forma marcante na Região Nordeste, com uma taxa de crescimento das IES estaduais de 154,5%, portanto, mais de três vezes e meia superior às taxas de crescimento apresentadas pelo Sudeste e conjunto do Brasil, fenômeno esse também observado na Bahia (83,3%). Vale considerar, quanto a esse Estado, a minimização da taxa apresentada, em virtude do núme-

ro de instituições tomado por base pela FIBGE, que, pelo visto, não inclui núcleos nem instituições de ensino criados ou que entraram em funcionamento no decorrer de 1985.

Fica patenteado, assim: a) que esse crescimento no Nordeste e na Bahia é devido, dominantemente, à rede estadual; b) que há, com respeito a esse setor, uma relação assimétrica entre crescimento de matrícula versus crescimento de IES, o que parece apontar para a existência de um fenômeno singular a essa Região e à Bahia em particular.

Quadro 18. Crescimento das matrículas x crescimento das IES estaduais na Região Nordeste e na Bahia - 1975/85

PERÍODO	NORDESTE		BAHIA	
	MATRÍCULA %	IES %	MATRÍCULA %	IES %
1980/75	115,2	-26,7	176,6	0,0
1985/80	61,1	154,5	39,7	83,3

FONTE: FIBGE - Anuário Estatístico do Brasil - 1977, 1981, 1986.

Disparidade entre a ampliação dos quadros de servidores (Docente e Não Docente) da Instituição e o do alunado

Um outro fenômeno, que se associa ao anterior, refere-se à disparidade entre o crescimento apresentado pelos segmentos Docente e Não Docente (Técnico-Administrativo),

em comparação ao Discente, acentuada, a partir de 1984, conforme apontam os índices de crescimento do Quadro 19.

Quadro 19. Evolução dos segmentos Discente, Docente e Não Docente do subsistema estadual de ensino superior na Bahia - 1981/87

ANO	SEGMENTOS					
	DISCENTE	ÍNDICE CRESC. ACUMUL.	DOCENTE	ÍNDICE CRESC. ACUMUL.	NÃO DOCENTE	ÍNDICE CRESC. ACUMUL.
1981	5.271	100	427	100	523	100
1982	6.286	119	617	144	858	164
1983	6.775	128	687	161	899	172
1984	6.499	123	765	179	942	180
1985	6.666	126	807	189	1.549	296
1986	7.187	136	916	214	1.597	305
1987	7.636	145	997	233	1.671	319
Cresc % Período 1987/81		44,9		133,5		219,5

FONTE: UNEB - Pró-Reitoria de Administração - Sub-Gerência de Informatização, Organização e Registros-Diplomas; Sub-Gerência de Pagamento.

Pró-Reitoria de Pesquisa e Ensino de Pós-Graduação - Grupo de Documentação

UESB - Coordenação de Secretarias Acadêmicas

UESF - Diretoria Acadêmica.

Observação: Para efeito de análise comparativa entre os segmentos (Discente, Docente e Não Docente) tomou-se como termo de referência, o ano de 1981, face à dispersão de dados relativos a 1980, quanto ao número de Docentes e Funcionários das faculdades estaduais isoladas, pré-existentes no Estado, que passaram a compor a Instituição (SESEB, e subsequentemente a UNEB). Adotou-se idêntico procedimento também com relação aos quadros 26, 27 e 28.

A análise comparativa do crescimento percentual, no período 1981/87, evidencia que o Corpo Docente evolui cerca de três vezes, e o Não Docente, cerca de cinco vezes mais do que o Discente, que cresce, em apenas 44,9%, no período.

Fica evidente, ainda, que o fluxo maior do segmento Não Docente ocorreu, nos anos de 1982 e de 1985.

3.2. UNEB - Universidade do Estado da Bahia

No Estado da Bahia, o peso da representatividade, no que toca ao número de IES estaduais deve-se, preponderantemente, à UNEB.

De três faculdades isoladas em 1980, posteriormente agregadas à SESEB, da qual se origina a UNEB, essa Instituição vai ser acrescida até 1987 de mais 14 faculdades, sendo que o peso desse acréscimo se dá em cinco anos (1980-85), quando 12 novas faculdades são a ela incorporadas.

A amplitude dessa nova Instituição universitária, sobre as demais, é notória, conforme se observa na análise comparativa, com relação à UESB, também estruturada sob modelo "multicampi" (vide Quadro 20).

Em 1987, o quadro apresentado pela UNEB incorpora o dobro de cursos e faculdades, em relação à UESB, ultrapassando-a, em muito, quanto a regiões e municípios atingidos, o que evidencia ter sido a UNEB a escolhida para efetivar

o programa de expansão/interiorização do ensino superior estadual, na Bahia.

Quadro 20. Ampliação do subsistema estadual do ensino superior na Bahia - 1980/87

ESPECIFICAÇÃO	UNEB		UESB		UEFS	
	1980	1987	1980	1987	1980	1987
Faculdades (criadas e/ou ativadas)	3(1)	17	2	7	-	-
Cursos/faculdades(1)	7	25	5	12	11	12
Municípios atingidos	3	14	2	3	1	1
Regiões atingidas	2	13	2	3	1	1

(1) Unidades, em funcionamento, que passaram a compor a SESEB (no final do ano de 1980) e depois a UNEB (em 1983).

As faculdades ou IES da UNEB estão localizadas em 13 das 26 microrregiões homogêneas do Estado da Bahia, atingindo, no seu total, 14 municípios (vide Colunas 2 e 5, do Quadro 6, Anexo 2).

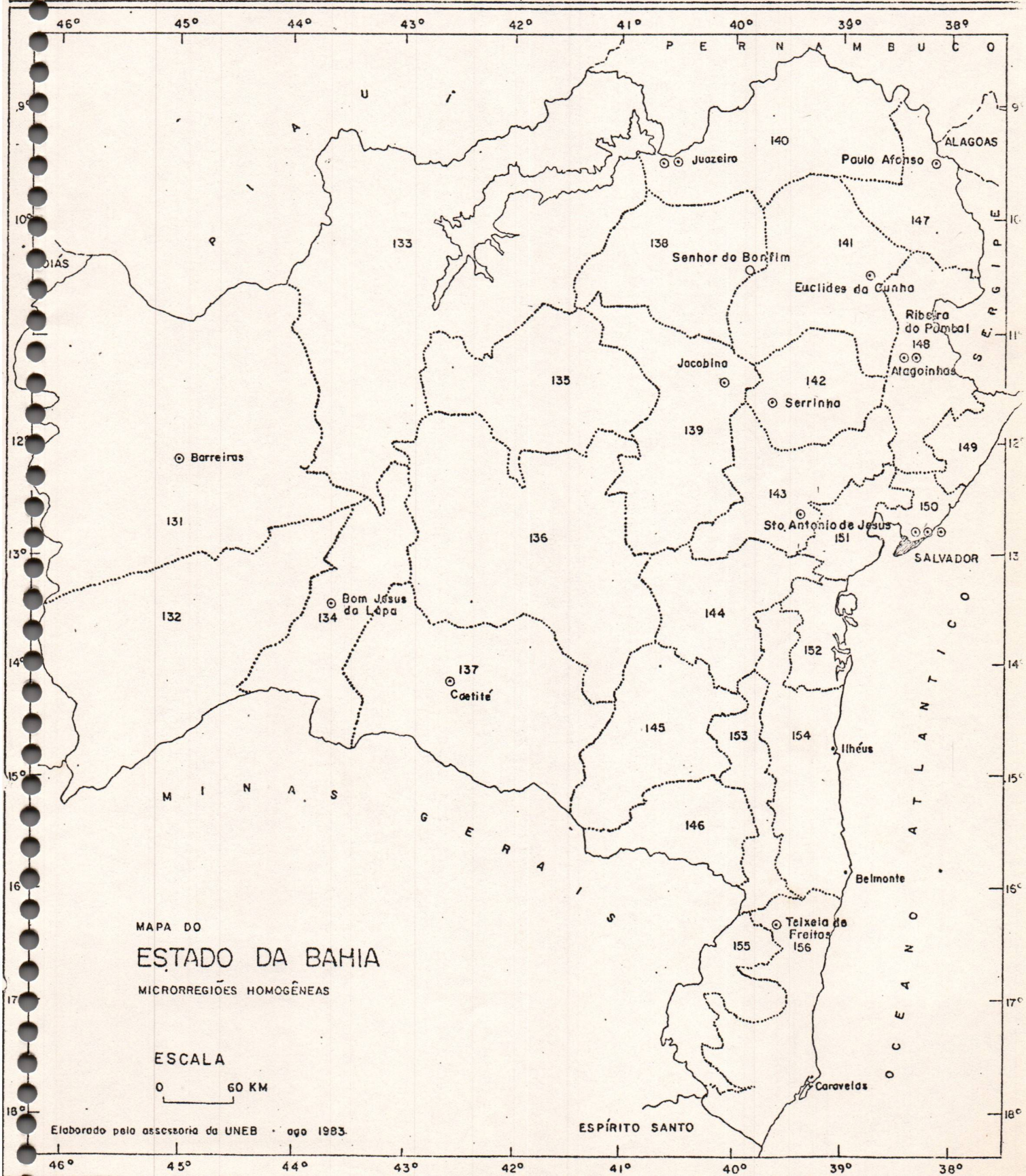
Das 17 faculdades criadas e/ou ativadas ou com processo de autorização em tramitação no Conselho Estadual de Educação - CEE, 14 estão localizadas em municípios do interior do Estado.

Embora localizadas em vários pontos do Estado, a distribuição geográfica de suas unidades revela concentração nas áreas Norte e Nordeste do Estado (cf. mapa a seguir).

UNEB

LEGENDA :

(131) CHAPADÕES DO ALTO RIO GRANDE
(132) CHAPADÕES DO RIO CORRENTE
(133) BAIXO MÉDIO S. FRANCISCO
(134) MÉDIO S. FRANCISCO
(135) CHAPADA DIAMANTINA SETENTRIONAL
(136) CHAPADA DIAMANTINA MERIDIONAL
(137) SERRA GERAL DA BAHIA
(138) Sr. DO BONFIM
(139) PIEMONTE DA DIAMANTINA
(140) CORREDEIRAS DO SÃO FRANCISCO
(141) SERTÃO DE CANÚDOS
(142) SERRINHA
(143) FEIRA DE SANTANA
(144) JEQUIÉ
(145) PLANALTO DE CONQUISTA
(146) PASTORIL DE ITAPETINGA
(147) SERTÃO DE PAULO AFONSO
(148) AGRESTE DE ALAGOINHAS
(149) LITORAL NORTE BAIANO
(150) SALVADOR
(151) RECÔNCAVO
(152) TABULEIROS DE VALENÇA
(153) ENCOSTA DO PLANALTO DE CONQUISTA
(154) CACAUEIRA
(155) INTERIORANA DO EXTREMO SUL DA BAHIA
(156) LITORÂNEA DO EXTREMO SUL DA BAHIA



Algumas características sobre as regiões, que acolhem as unidades de ensino da UNEB, emergem do Quadro 6 (Anexo 2), a partir do qual se pode observar que, das quatorze (14) faculdades interioranas:

. oito (8) situam-se em regiões que apresentam taxas de urbanização inferiores a 35,0%, portanto, bem abaixo da média do Estado, que é de 49,4%;

. sete (7) situam-se em regiões, que apresentam taxas de crescimento populacional decrescente;

. nove (9) estão situadas em regiões, onde os índices de analfabetismo chegam a ultrapassar os 50,0%;

. cinco (5) estão localizadas em áreas, que apresentam, simultaneamente, as três características indicadas anteriormente, ou seja, baixos níveis de urbanização, altas taxas de analfabetismo e queda do crescimento populacional, como é o caso de Serrinha, Euclides da Cunha, Bom Jesus da Lapa, Caetité e Jacobina.

Em 1987, as matrículas da UNEB totalizam 2.918 alunos distribuídos nos campi em funcionamento (vide Quadro 21). Participa, a despeito do seu maior raio de abrangência com apenas 38,2% das matrículas de toda a rede estadual, sendo superada pela UEFS, que responde por 44,0%.

Três campi (Salvador, Alagoinhas e Juazeiro) respondem por 74,2% das matrículas. Os 25,8% restantes diluem-se nos demais campi, deixando transparecer uma grande rarefação da oferta.

Montar um quadro da 1ª parte relativo ao todo da UNEB

Quadro 21. Distribuição das matrículas da UNEB, segundo os campi em funcionamento em 1987

Nº DE ORDEM	CAMPI	MATRÍCULA	%
01	Alagoinhas	454	15,6
02	Barreiras	61	2,1
03	Caetité	156	5,3
04	Jacobina	220	7,5
05	Juazeiro	418	14,3
06	Paulo Afonso	34	1,2
07	Santo Antonio de Jesus	148	5,1
08	Salvador	1.294	44,3
09	Senhor do Bonfim	74	2,5
10	Teixeira de Freitas	59	2,1
TOTAL		2.918	100,0

FONTE: UNEB - Pró-Reitoria de Ensino de Graduação - Serviço de Organização, Seleção e Registros.

Quadro 22. Distribuição espacial das matrículas da UNEB - 1987

TOTAL	%	CAPITAL	%	INTERIOR	%
2.918	100,0	1.294	44,3	1.624	55,7

FONTE: UNEB - Pró-Reitoria de Ensino de Graduação - Serviço de Organização, Seleção e Registros.

A distribuição espacial das matrículas evidencia ponderável concentração na Capital, a despeito do programa de interiorização, conforme deixa ver o quadro anterior, número esse, reforçado com a criação de mais duas unidades de ensino superior em Salvador, respectivamente, nos anos de 1983 e 1985: FAEEBA e CENCISA.

A oferta de vagas na UNEB processa-se dentro de uma linha de grande descontinuidade, evidenciando, ademais, que o impulso de crescimento restringe-se apenas ao segundo ano da série (1981), época, portanto, em que, ainda, era SESEB (veja Quadro 23). A partir daí, mantém-se o patamar inicial, dentro de uma marcha oscilatória e com retração das vagas, no último ano da série, colocando essa Instituição em situação inferior às demais universidades, quanto à oferta de vagas.

Esse quadro torna-se sintomático ao considerar a fase de expansão de faculdades, da qual é alvo essa Instituição.

Em conseqüência, a evolução das matrículas, segundo o quadro 24, mostra tendência oscilatória e lento crescimento, se comparado aos anos iniciais da série, o que parece contraditório, frente à expansão de faculdades, de que foi alvo a UNEB a partir de 1983.

A expansão registrada, em 1981, deve ser imputada tanto à criação de novas unidades de ensino superior, como à incorporação de faculdades isoladas pela SESEB, da qual se originou a UNEB. Esse fato, todavia, não se repete em fa-

Quadro 23. Vagas oferecidas - 1980/87

ANO	SUBSISTEMA ESTADDUAL		UNEB		UESB		UEFS	
	TOTAL	ÍNDICE CRESC. ACUMUL.	TOTAL	ÍNDICE CRESC. ACUMUL.	TOTAL	ÍNDICE CRESC. ACUMUL.	TOTAL	ÍNDICE CRESC. ACUMUL.
1980	1.070	-	480	-	190	-	400	-
1981	1.980	185	1.010	210	230	121	740	185
1982	2.070	193	1.050	219	360	189	660	165
1983	1.830	171	810	169	360	189	660	165
1984	1.460	136	490	102	360	189	610	152
1985	1.850	173	890	185	400	210	560	140
1986	2.130	199	1.150	240	400	210	580	145
1987	2.220	207	950	198	400	210	870	217
Cresc. % Período 1987/80		107,5		97,9		110,5		117,5

FONTE: UNEB - Pró-Reitoria de Ensino de Graduação
UESB - Coordenação de Secretarias Acadêmicas
UEFS - Diretoria Acadêmica

se posterior, quando novas faculdades são criadas a partir de 1983. Parece não ter havido um reflexão positiva na criação das novas faculdades sobre as matrículas, não obstante algumas delas já entrarem em funcionamento a partir de 1985, como é o caso da FAEEBA (Faculdade de Educação da Bahia) e da FFCLJ (Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Juazeiro) e, em 1986, do CENCISA (Centro de Ensino Superior e dos Alimentos) e da FESB (Faculdade de Educação de Senhor do Bonfim).

Quadro 24. Dinâmica das matrículas da UNEB 1980/87

ANO	MATRÍCULA	% CRESCIMENTO ANUAL	
		ABS.	%
1980	1.093 (1)	-	-
1981	1.671	578	52,9
1982	2.217	546	32,7
1983	2.406	189	8,5
1984	2.027	-379	-15,7
1985	2.279	252	12,4
1986	2.599	320	14,0
1987	2.918	319	12,3
Cresc. % Período 1980/87		-	167,0

FONTE: UNEB - Pró-Reitoria de Graduação - Serviço de Organização, Seleção e Registros.

(1) Inclui matrículas das unidades de ensino CETEBA, FAMESF e Faculdade de Alagoinhas - incorporadas à Instituições em 1980.

Ao que tudo leva a crer, a expansão da UNEB, a exemplo do verificado para o Nordeste e para a Bahia (no que toca a rede estadual) se dá muito mais pela incorporação de faculdades do que pelo aumento de matrículas e oferta de vagas, o que fica claro, comparando-se os percentuais de aumento dos três segmentos no quadro 25.

Quadro 25. Comparativo entre crescimento de matrículas e faculdades da UNEB - 1980/87

ANO	FACULDADES		VAGAS		MATRÍCULA	
	TOTAL	CRESC. %	TOTAL	CRESC. %	TOTAL	CRESC. %
1980	3(1)	-	480	-	1.093	-
1987	13(1)	-	950	-	2.918	-
1987/80		333,0(1)		97,9		167,0

1. Faculdades em funcionamento.

Nota-se que o crescimento percentual das faculdades (333,0%) supera, em muito, o encontrado para as matrículas (167,0%), sem que aí estejam incluídas três novas unidades criadas e, ainda, por funcionar. A incorporação dessas três unidades de ensino aprofundaria, ainda mais, a diferença, ao elevar o crescimento das IES para 467,0%. Quanto a isso, resta ainda considerar: de um lado, que esse percentual pode estar subestimado; de outro, que os dados da matrícula para os anos de 1986 e 1987, colhidos junto às universidades estaduais (face à sua não disponibilidade na

FIGBGE), podem estar superestimados conforme o já referido no capítulo relativo à metodologia. A defasagem torna-se ainda, mais saliente, se comparada ao crescimento de vagas no período.

Os cursos oferecidos pela UNEB concentram-se, predominantemente, nas áreas de Ciências Humanas e Letras, que, juntas, perfazem 76,0% do total apresentado pela UNEB, tendência essa que também prevalece, embora em menor escala, para o subsistema estadual como um todo (vide Quadro 26).

Dentro da área de Ciências Humanas, os cursos de Pedagogia e Estudos Sociais destacam-se, em termos de volume, sendo que 80,0% constituem-se em Licenciaturas, confirmando a sua vocação tradicional quanto à formação de professores.

Quadro 26. Cursos do subsistema estadual total de ensino superior e da UNEB, segundo áreas de conhecimento - 1987

Nº DE ORDEM	ÁREA CONHEC./CURSOS	CURSOS				
		NATUREZA	SUBSIT.EST. TOTAL	%	UNEB	%
1	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E PROFISSÕES DA SAÚDE		9	18,4	2	8,0
	. Biologia	Lic.	1		-	
	. Ciências	Lic.	4		1	
	. Enfermagem e Obstetrícia	Bach.	2		-	
	. Nutrição e Dietética	Bach.	1		1	
	. Odontologia	Bach	1		-	
2	CIÊNCIAS EXATAS E TECNOLÓGICAS		7	14,3	03	12,0
	. Engenharia Civil	Bach.	1		-	
	. Matemática	Lic.	3		02	
	. Desenho Industrial	Bach.	1		01	
	. Geografia	Lic.	2		-	
3	CIÊNCIAS AGRÁRIAS		3	6,1	1	4,0
	. Agronomia	Bach.	2		1	
	. Zootecnia	Bach.	1		-	
4	CIÊNCIAS HUMANAS		21	42,8	13	52,0
	. Pedagogia	Lic.	7		6	
	. Comunicação Social	Bach.	1		1	
	. Ciências Contábeis	Bach.	3		1	
	. História	Lic.	3		1	
	. Estudos Sociais	Lic.	3		3	
	. Administração de Empresas	Bach	2		-	
	. Ciências Econômicas	Bach	1		-	
	. Grad. p/parte Espec. do Currículo de 2º grau	Lic.	1		1	
5	LETRAS	Lic		18,4	6	24,0
	TOTAL	-	49	100,0	25	100,0

FONTE: UNEB - Pró-Reitoria de Pesquisa e Ensino de Pós-Graduação
UESB - Gerência Acadêmica
UESF - Diretoria Acadêmica

Os segmentos Docente e Não Docente (segmento Técnico-Administrativo) da UNEB representou em 1987, um contingente da ordem de 365 e 1.083 servidores, respectivamente (vide quadro 27).

Quadro 27. Evolução dos segmentos Discente, Docente e Não Docente da UNEB - 1981/87

ANO	UNEB					
	DISCENTE	ÍNDICE CRESC. ACUMUL.	DOCENTE	ÍNDICE CRESC. ACUMUL.	NÃO DOCENTE	ÍNDICE CRESC. ACUMUL.
1981*	1.671	100	100	100	246	100
1982	2.217	133	198	198	543	221
1983	2.406	144	236	236	501	204
1984	2.027	121	258	258	515	209
1985	2.279	136	266	266	965	392
1986	2.599	155	333	333	1.008	409
1987	2.918	175	365	365	1.083	440
CRESC. % PERÍODO 1987/81		74,6		265,0		340,2

FONTE: UNEB - Pró-Reitoria de Graduação - Serviço de Organização, Seleção e Registro.
Pró-Reitoria de Administração. Sub-Gerência de Informatização, Organização e Registros - Diplomas e Sub-Gerência de Pagamento.

(*) Vide Obs. do quadro 19

Uma forte discrepância pode ser observada entre a evolução desses segmentos, sobretudo o Não Docente, com relação ao Corpo Discente. Os índices anuais de crescimento do Corpo Não Docente demonstram saltos para os anos de 1982 e

1985. Em 1987 esse segmento situa-se bem acima do Discente, cujo índice é de apenas 175.

O crescimento percentual, no período 1981/87, para o segmento Não Docente, é de 340,2%, situando-se em mais de quatro vezes e meia acima do Discente, que foi de apenas 74,6%. (vide quadro 28).

A maior evolução do Corpo Não Docente sobre o Discente demonstra ser uma constante no subsistema estadual. No caso da UNEB, esse comportamento evolutivo, praticamente, se equivale ao do subsistema total. Isso fica bem nítido ao comparar-se o crescimento percentual desses dois estratos, enquanto no subsistema estadual o Corpo Não Docente cresce 4,9% vezes mais do que o Discente, na UNEB essa relação é de 4,6%.

Quadro 28. Crescimento comparativo de segmentos universitários da UNEB com o subsistema estadual de ensino superior - 1987/81

PERÍODO	SUBSISTEMA ESTADUAL		UNEB	
	DISCENTE	NÃO DOCENTE	DISCENTE	NÃO DOCENTE
Cresc. % 1987/81	44,9	219,5	74,6	340,2

Desse quadro resulta para a UNEB uma relação crítica de alunos/pessoal técnico-administrativo, se comparado a outros estratos, dentro do próprio sistema estadual ou fo-

ra dele, a exemplo da rede federal.

A UNEB apresenta a mais baixa relação aluno/funcionário, frente a outras instituições e ao subsistema estadual, tomado em sua globalidade (vide Quadro 29).

Note-se, ademais, que essa relação registra um maior agravamento a partir de 1984, alcançando seu ponto mais agudo em 1985, como demonstra relação 2,4 alunos para cada funcionário.

Como se vê, a relação situa-se, bem abaixo daquela apresentada pela UEFS (9,0), UESB (5,1) e da média do próprio subsistema estadual (4,3), este último, obviamente, puxado para baixo, devido ao índice da UNEB.

No que concerne à relação aluno/professor, a posição da UNEB (8,6) mostra-se intermediária entre a UESB (5,2) e a UEFS (10,2). Todas as relações indicadas colocam-se, no entanto, bem distantes da média nacional que é de 12,0 alunos para cada professor[3].

Apenas 15,1%, compõem o contingente de pessoal docente, com qualificação completa, a nível de pós-graduação (stricto sensu), em 1987, na UNEB.

O percentual indicado resulta, no entanto, dos esforços da Instituição em promover o aperfeiçoamento de seus docentes, uma vez que, em fase próxima à sua criação (1984),

---

3 FIBGE - Anuário Estatístico do Brasil - 1986.

Quadro 29. Relação aluno/professor e aluno/funcionário do subsistema estadual - 1981/87

ANO	SUBSISTEMA ESTADUAL		UNEB		UEFS		UESB	
	AL./PROF.	AL./FUNC.	AL./PROF.	AL./FUNC.	AL./PROF.	AL./FUNCI.	AL./PROF.	AL./FUNC.
1981	12,3	10,1	16,7	6,8	11,5	13,5	8,4	10,2
1982	10,2	7,3	11.2	4,1	11,3	14,0	6,1	9,7
1983	9,9	7,5	10,2	4,8	11,1	12,4	6,9	8,1
1984	8,5	6,9	7,8	3,9	10,9	11,3	5,6	8,6
1985	8,3	4,3	8,6	2,4	10,2	9,0	5,2	5,1
1986	7,8	4,5	7,8	2,6	10,1	9,7	4,9	5,1
1987	7,7	4,6	8,0	2,7	9,3	9,8	5,0	5,6

Dados elaborados.

Montar este quadro em relação a FFPAT, e se possível comparativo.

aquele percentual era de somente 9,7%. Pesa, ainda, o fato de que quase 50,0% dos seus professores não preenchiam, à época, os requisitos formais mínimos, para o exercício da docência universitária - Cursos de Especialização (lato sensu), de modo a atender ao que estabelece, no caso da Bahia, o artigo 5º da Resolução de nº 738/80, do Conselho Estadual de Educação, conforme demonstra o Quadro 30.

Quadro 30. Nível de qualificação do pessoal docente da UNEB, um ano após a sua criação - 1984

ANO	TOTAL PROF.	STRICTO-SENSU (DOUTORADO E/OU MESTRADO)				LATO-SENSU (ESPECIALIZAÇÃO)			
		COMPLETA	%	EM REALIZAÇÃO	%	COMPLETA	%	EM REALIZAÇÃO	%
1984	258	25	9,7	-	-	107	41,5	-	-

FONTE: UNEB - Pró-Reitoria de Pesquisa e Ensino de Pós-Graduação (Grupo de Documentação)

Em confronto com as demais universidades, no que se refere à qualificação completa dos seus docentes, em níveis de mestrado e/ou doutorado (stricto sensu), observa-se, que a UNEB, em 1987, com um contingente de 15,1% de pessoal qualificado, coloca-se em patamar superior à UESB (7,4%), porém inferior à UEFS (21,9%). (Vide quadro a seguir).

Quadro 31. Qualificação do pessoal docente da UNEB em confronto com as demais universidades do subsistema estadual - 1987

UNIVERSIDADE	TOTAL DOCENTES	STRICTO-SENSU DOUTORADO E/OU MESTRADO			
		COMPLETO	%	EM REALIZAÇÃO	%
UNEB	365	55	15,1	60	16,4
UESB	271	20	7,4	32	11,8
UEFS	361	79	21,9	21	5,8
TOTAL	997	154	15,4	113	11,3

FONTE: UNEB - Pró-Reitoria de Pesquisa e Ensino de Pós-Graduação (Grupo de Documentação)

UESB - Gerência Acadêmica - Departamento de Pesquisa e Extensão/Departamento de Seleção Acadêmica

UEFS - Diretoria Acadêmica - Secretaria Geral de Cursos.

Entretanto, somando-se o contingente de professores, que se encontra em processo de realização de cursos, observa-se que os totais da UNEB irão ultrapassar os da UEFS. Todavia, no confronto com essa Instituição, cabe a consideração de dois pontos: Primeiro, de que a UNEB, embora de criação recente, resulta da incorporação de faculdades antigas pré-existentes, como a de Alagoinhas e a FAMESF que, subentende-se, já deveriam dispor de uma massa de profissionais com a qualificação requerida. Segundo, de que, centrando grande parte de suas ações na própria Capital (CETEBA,

CENCISA, FAEEBA), a UNEB goza de melhores condições para dispor e/ou incorporar, mais rapidamente, pessoal qualificado a esse nível, uma vez que essa possibilidade sempre existe, em maiores proporções, nos centros urbanos ou seja, nas capitais.

Um ponto, que parece ser crítico, é o da distribuição espacial de pessoal qualificado.

Segundo dados da Pró-Reitoria de Pesquisa e Ensino de Pós-Graduação da UNEB, 27 ou 65,8% dos professores, com titulação completa (stricto sensu) estavam ligados à capital em 1986, o restante, ou seja, 14 professores (34,2%) encontravam-se espalhados nos 09 campi, em funcionamento no interior do Estado, o mesmo acontecendo com o contingente em processo de realização de cursos de pós-graduação, atestando, apenas, uma presença simbólica desse segmento, nas unidades do interior do Estado.

4. Algumas Considerações

O sentido maior desse capítulo foi o de buscar especificidades e características do crescimento do subsistema estadual de educação, na década de 80, na Bahia, objetivando, em instância final, configurar ou definir a sua natureza, essencialmente, no que concerne à UNEB.

Para tanto, partiu-se da descrição do subsistema estadual, descendo à análise da UNEB, tomando como base algumas variáveis consideradas chaves, no contexto desse traba

lho, como sejam, matrículas e IES estaduais, volume e qualificação do pessoal docente e técnico-administrativo, além de algumas relações entre essas variáveis em confronto com outros parâmetros regionais e/ou nacionais.

Da análise efetuada, algumas conclusões parecem pertinentes:

Primeiro, a de que, sob a bandeira da interiorização do ensino superior, a expansão do subsistema estadual, na Bahia, década de 80, parece ter sido feita mais preponderantemente, via abertura de faculdades (cujo acréscimo, segundo o já demonstrado, é bastante expressivo no período), do que pela oferta de vagas e volume de matrículas.

Segundo, a de que o crescimento do subsistema estadual de ensino superior na Bahia, na década de 80, se fez igualmente pela ampliação dos quadros de pessoal das universidades, predominantemente, quanto ao segmento Não Docente (Técnico-Administrativo) em detrimento do Discente.

Portanto, a multiplicação das unidades de ensino (com ampliação do raio de abrangência espacial e corpo de funcionários) choca-se com a queda do crescimento relativo das matrículas, que passou de 176,6%, no período 1980/75 para 39,7% em 1985/80, configurando o fato de que a expansão/interiorização do ensino superior estadual, na Bahia, forjou-se na associação de elementos contrapostos, em lugar de convergentes.

Terceiro, a de que a expansão do subsistema estadual de ensino superior, na Bahia, filia-se a um movimento maior de expansão do setor estadual de ensino superior na região Nordeste, cuja intensidade torna-se atípica ao cenário nacional.

Vale frisar que as matrículas do ensino superior, na esfera estadual, têm na fase 1975/70, uma intensa expansão, coincidindo, nesse particular, com o sistema global de ensino superior da Bahia, que cresce no período. É, a partir de 1975, no entanto, que o subsistema estadual de ensino superior apresenta uma linha decrescente, acompanhando a tendência declinante desse grau de ensino, fato, que ocorre, não só na Bahia, mas em todo o País.

Por outro lado, observa-se que, justamente no período em que mais declinam as matrículas (1985/80), expandem-se, na Bahia, as unidades de ensino superior estaduais (IES). Tal incidência ganha sentido, ao considerar-se que o fenômeno repete-se, também, nas regiões Norte e de modo enfático no Nordeste, fato que contraria o que se passa nas demais regiões brasileiras e, para o Brasil, como um todo, em que a queda das IES se faz acompanhar de declínio das matrículas.

Conforme o já referido, no caso do Nordeste, o crescimento das IES, no período 1985/80, deve-se, dominantemente, à rede estadual que, em comparação aos demais estratos (regiões e Brasil), apresenta um crescimento que se poderia

qualificar de excepcional, ou seja, de 154,4%, reforçado pela Bahia, cujo crescimento é de 83,3% nesse período.

Assim, além da notável expansão das IES estaduais, no período 1985/80, no Nordeste e na Bahia e do seu descompasso, em relação ao comportamento evolutivo das matrículas, um outro ponto emerge dos dados apresentados e que parece guardar alguma relação com o fenômeno da expansão das IES no Nordeste e na Bahia. Esse ponto diz respeito ao ressurgimento da esfera estadual, na década de 80, no que concerne à criação/expansão das IES, após sua longa ausência na totalidade das regiões brasileiras, durante o período anterior, quando o crescimento das IES estaduais apresentava-se negativo ou mesmo nulo, em alguns casos.

Nesse período (1980/75), registra-se não só a retração da esfera federal, no que toca à criação de IES, mas a ausência sintomática do setor estadual, em todas as regiões, o que leva a configurar o não interesse do Estado sobre a questão.

A situação atípica, apresentada pelo Nordeste e Bahia, sob esse prisma, parece sinalizar para importantes questões, que podem aí estar implícitas, encobrindo uma realidade cujo desvelamento se torna essencial para a compreensão do "porquê" da ênfase conferida ao ensino superior na década de 80. Um ponto a considerar, nessa direção, é que essa omissão, pelo setor estadual, no período anterior, vai coincidir, justamente, com a vigência do regime

autoritário do País, em que as questões eram resolvidas pela coerção estatal "com controle estrito das classes excluídas do poder e dos seus benefícios" (Carvalho, 1987, p. 86). Cabe imaginar que o Governo, mantendo a sociedade sob controle, e pouco dependendo do voto popular, não tivesse vislumbrado, nesse período, nenhuma vantagem em investir, ou mesmo, fazer uso político desse grau de ensino.

É importante ressaltar, conforme indica Carvalho (1987), que com o rompimento da ordem democrática e a natureza do Estado autoritário, o tratamento das questões sociais no pós-64 são modificadas, a exemplo do Nordeste, minimizando-se a importância dos próprios projetos desenvolvimentistas voltados para a resolução dos conflitos sociais da Região.

As concessões do pacto de poder às oligarquias agrárias, de grande influência regional, impediam reformas de maior profundidade como a da questão da terra, inviabilizando as melhorias esperadas, para a população nordestina, especialmente, a classe trabalhadora.

Nesse sentido "a ordem e a 'tranquilidade' sobre a tão 'conturbada' e explosiva região" passa a ser assegurada pela repressão sobre os trabalhadores urbanos e rurais, abatendo-se sobre suas lideranças e organizações (p. 88).

Porém, na medida em que se abate sobre o País a crise econômico-financeira e falha o modelo de desenvolvimento econômico do período autoritário, impondo-se o processo

de abertura frente à onda de protestos e críticas lançados ao Governo que, de repente, se vê às voltas com problemas de sua legitimação, observa-se uma volta de atenção às questões sociais do Nordeste (agudizada pela seca de 1979), atenção essa, que se traduz pelo menos ao nível do discurso.

Essa volta de atenção para o Nordeste, no final do período autoritário, é ratificado por Inaiá Moreira em seu estudo, o Nordeste e o regime autoritário, ao afirmar que:

> Se durante a maior parte da década de setenta, a questão Nordeste esteve pouco presente nas discussões dos grandes problemas brasileiros, passando relativamente desapercebida ou despertando pouco interesse não apenas por parte do Estado como na própria opinião pública nacional, na conjuntura do fim do período autoritário ela voltou a receber uma nova importância e atenção (Carvalho, 1987, p. 237).

Dentro da ótica apontada, compreende-se a razão de que, no período anterior, caracterizado por amplo congelamento das massas e de submissão da própria classe média ao regime, não tivesse havido interesse nem social nem sequer político-partidário, nesse empreendimento, por parte do Governo, o que remete à reflexão, por seu turno, sobre o sentido da expansão do ensino superior estadual, não só na Bahia e Nordeste, mas no próprio País na década de 80.

Conforme é do conhecimento geral, o atendimento das matrículas, na década passada, fez-se pela via do setor particular, secundado pelo municipal.

A ingerência do setor estadual, nesse período, é, por

tanto, mínima, obtendo alguma expressividade, apenas, em regiões de menor densidade econômica do País, como o Nordeste, por exemplo, onde a esfera estadual também se faz presente no atendimento das matrículas (sem que para isso tenha expandido o número de IES)

A lógica desse quadro parece estar ligada à própria fragilidade e, portanto, impotência do setor municipal para atuar nessa área, ao lado do desinteresse do setor particular em lançar-se nesse programa, pouco rentável do ponto de vista de sua lucratividade, se consideradas as características econômico-financeiras da região, e, conseqüentemente, da população e/ou clientela a "ser explorada". Assim, no tocante a esse setor (particular), a "pobreza do Nordeste" pode ter se constituído em fator coibitivo, ou melhor, desestimulador de uma maior expansão da iniciativa privada, nessa região, dado às perspectivas pouco animadoras, quanto ao possível retorno de investimento nessa Região. Isso teria forçado o Estado a assumir parte das funções desse ensino, conforme parece ter sido o caso da Bahia.

Curiosamente, o interesse do setor estadual pela questão do ensino superior ressurge, na virada dos anos 80, em meio à intensa crise financeira e política do País, direcionando-se, essencialmente, para a região Nordeste. Esta, amparada por mecanismos legais, voltados para a expansão/estadualização do ensino superior, amplia, consideravelmen

te, a sua rede de estabelecimentos, incluindo-se, nessa arrancada, a Bahia, onde a ampliação das IES é factual, efetivando-se, através de universidades "multicampi", em que se destaca pelo seu maior raio de abrangência, a UNEB.

Quanto a essa Instituição (UNEB), cuja história circunscreve-se à década de 80, poder-se-ia afirmar que reproduz, em grande medida, os pontos observados anteriormente.

A análise do volume de matrículas e de sua dinâmica evolutiva, em confronto com o crescimento da rede físico-institucional, leva à afirmação de que o crescimento da UNEB deve, igualmente, ser considerado menos pelo volume de matrículas e mais pela via de criação de faculdades, o que se comprova através do descompasso ou relação inversa entre essas duas variáveis.

Cabe assinalar a ênfase dirigida à Capital (a despeito do discurso de interiorização), traduzida, não só na forte concentração de matrículas, como na ampliação no número de faculdades e cursos.

Como já foi referido, duas novas faculdades são criadas no período: FAEEBA - Faculdade de Educação do Estado da Bahia e CENCISA - Centro de Ciências de Saúde e dos Alimentos - além de cinco cursos: Pedagogia com habilitação em Pré-Escolar e Séries Iniciais do Ensino de 1º grau - Desenho Industrial - Ciências Contábeis - Comunicação Social e Nutrição, o que vai concorrer para que as matrículas se

elevem a 44,3% nessa área.

Essas medidas, que denotam o claro interesse quanto a completar (a nível da Capital) o tripé: universidade federal - particular e estadual, põem em xeque as ações dirigidas ao interior.

A supremacia dos índices de crescimento do pessoal Docente e, sobretudo, do Administrativo sobre os do Corpo Discente, extrapolando, em muito, no caso do segmento Técni-Administrativo, os limites das demais universidades, com conseqüente "inchamento" da Instituição, levam, também, a novas deduções. Esse inchamento, que se revela, dentre outros pontos, na relação de um professor para cada 7,8 alunos, em 1986, quando Estados mais desenvolvidos, como São Paulo e Rio de Janeiro, apresentam taxas de 14,3% e 11,8%, respectivamente nessa área, ou ainda, na relação gritante de um funcionário para cada 2,6 alunos (quando na UEFS, por exemplo, essa relação chega a 9,7), afastando-se, assim, em muito, dos níveis admissíveis, leva a acatar-se de que o crescimento do ensino superior estadual, através da UNEB, define-se, também, pela ampliação dos seus quadros funcionais, principalmente, o Técnico-Administrativo, onde, sintomaticamente, se constata sua maior ampliação nos anos pré-eleitorais: 1981-1982 e 1985-1986 da década em questão.

Por outro lado, pesam, nesse processo de expansão/interiorização, certas regularidades e/ou características como sejam:

O direcionamento das ações de criação de faculdades interioranas para as áreas norte e nordeste do Estado, consideradas redutos da ala conservadora, em geral, caracterizadas por:

. lento crescimento populacional

. alto grau de ruralidade

. alto nível de analfabetismo

Chama, ainda, a atenção, não só o fato dessa Instituição ter se expandido, num lapso de tempo (em cinco anos, basicamente, crescendo, em quase 500%, no que se refere às novas criações de faculdades), mas ao fato de ter sido içada a um novo patamar institucional, com um quadro de pessoal docente, em que, no ano seguinte à sua criação (1984), 50% não portavam a titulação mínima, (cursos de especialização) para exercer a docência universitária, e onde apenas 9,7% dispunham dos requisitos desejáveis para atuarem, em nível superior, (pós-graduação stricto sensu).

Esse quadro agrava-se pelo fato da maior parte desses docentes estarem concentrados na Capital, em detrimento das áreas interioranas (distantes da capital) contempladas com faculdades, tornando problemática, ou mesmo, inviabilizando o equacionamento oportuno da questão.

Tais pontos levam a uma reflexão sobre o sentido que assume esse crescimento, no contexto político dos anos 80, permitindo arrolar algumas hipóteses iniciais sobre o significado embutido na ênfase conferida a essas ações, na Bahia, ou mais precisamente, no discurso de sua interiorização.

Uma primeira suposição é a de que tais interesses do Governo, escamoteados pelo discurso de interiorização do ensino superior, poderiam estar relacionados a contingências, que se colocam para o próprio quadro político brasileiro/baiano à época, tradicionalmente, dominado pelo partido do Governo.

Um primeiro elemento elucidativo dessa questão refere-se ao próprio período, em que toma corpo a idéia de interiorização, ou seja, a virada dos anos 80. Na verdade, esse período assume um significado especial, tanto em relação ao contexto baiano como ao brasileiro, uma vez que coincide com o auge da chamada fase de transição democrática, que atravessa o País, trazendo em seu bojo um potencial explicativo da maior importância, quanto a inúmeras ações, que têm lugar no âmbito da sociedade.

A natureza e características do fenômeno, reveladas pelos dados anteriores, em confronto com o contexto sócio-político e econômico já descrito, pareceu tornar lícita a hipótese de que a ênfase conferida pelo governo à expansão/interiorização da educação superior, na Bahia, tem a ver com o desenrolar do processo de abertura política no Brasil, período em que, contraditoriamente, acirram-se as lutas do Estado autoritário, em relação à sociedade, na defesa e na manutenção do poder. Essa ação de defesa e manutenção do poder, por parte do Estado, é dificultada pela crise política e econômico-financeira, que assola o País no período, aprofundando os desequilíbrios regionais, in-

clusive a nível interno dos próprios Estados.

Os novos elementos, a emergir das análises subsequentes, poderão, possivelmente, aprofundar e/ou clarificar essa hipótese.

CAPÍTULO V

POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR - BAHIA-UNEB

A discussão do capítulo anterior, que se fixa na dimensão quantitativa da expansão/interiorização do ensino superior estadual, na década de 80, buscando verificar o que dizem os números, leva a um novo patamar de análise, expresso no exame das políticas governamentais para a educação, que tocam de perto a UNEB. Nessa análise, associam-se depoimentos, impressões e/ou opiniões de profissionais da comunidade, direta ou indiretamente, envolvidos com a questão.

O estudo não pretende limitar-se ao exame dos documentos ou a um confronto entre objetivos e seus resultados, no sentido de denunciá-los pura e simplesmente. Sua pretensão maior não é, portanto, a de flagrar promessas não cumpridas, mas de captar o sentido dessas propostas, desvelando os processos que a elas subjazem nos planos e programas governamentais. O que se pretende, na verdade, é buscar entendê-las muito mais como um processo social mais amplo,

capaz de revelar a postura e a forma de atuar do Estado no que toca ao campo da educação, e de perceber o jogo ou a luta, que aí se trava com intuito de fazer valer interesses velados ou declarados.

Na elaboração desse capítulo, recorreu-se ao depoimento de informantes qualificados, integrantes de segmentos político e profissional da comunidade baiana que, direta ou indiretamente, vivenciaram e/ou acompanharam, na década de 80, o fenômeno da expansão e interiorização da educação superior na Bahia, através da UNEB.

Os dados obtidos, através das entrevistas, deram lugar a um primeiro mapeamento das questões mais relevantes (Anexo 05). O sentido deste mapeamento foi o de orientar o pesquisador, em termos de situá-lo em relação a cada informante, considerando que os conteúdos das entrevistas não se esgotam nos registros do mapa ou matriz, dado que muitos depoimentos extrapolam as próprias questões formuladas.

Este fato foi decisivo para que fossem descartadas abordagens exclusivamente presas à matriz, considerando-se como mais viável, além de mais dinâmica, uma análise em que se tenta captar o sentido das mensagens transmitidas através dos depoimentos.

A análise das políticas governamentais para a educação tomou, como ponto de partida, documentos norteadores da política educacional do Estado da Bahia, correspondentes às duas últimas gestões administrativas do período autorit-

rio: mar/1979 - mar/83 e mar/1983 - mar/87, bem como as diretrizes maiores ou linhas mestras da educação nacional para o período.

A nível estadual foram utilizados os seguintes documentos:

- Desafios - (primeiro período), sendo Governador do Estado Antônio Carlos Magalhães e Secretário da Educação e Cultura Eraldo Tinôco Mello.

- Plano de Educação e Cultura do Estado da Bahia 1984-1987 - (segundo período), sendo Governador do Estado João Durval Carneiro e Secretário da Educação Edivaldo Machado Boaventura.

Além desses documentos básicos, outras referências foram buscadas nos Planos de Governo e em discursos e pronunciamentos oficiais, que, por retratarem linhas de ação e/ou intenções dos dirigentes maiores do Governo para a área de educação no Estado, compuseram a documentação básica a nível de Bahia. Complementarmente, outras informações, advindas de material correlato, foram também utilizadas.

A nível nacional, foi tomado como referência, o III PSECD - 1980-85 (III Plano Setorial da Educação, Cultura e Desporto) com seus desdobramento anuais, que define, as linhas mestras da educação para o País.

Ainda a esse nível, recorreu-se a pronunciamentos do Governo, na área da educação, feitos através dos seus agentes oficiais.

Dada a importância do III PSECD - 1980-85, como referencial básico para as formulações de políticas estaduais, considerou-se essencial priorizar a esfera federal nessa análise.

1. Níveis de Abordagem

1.1. Nível Federal

A maior parte do período, tomado para análise, tem como pano de fundo, para a área educacional, o III Plano Setorial de Educação, Cultura e Desporto - III PSECD/ 1980-1985.

O III PSECD ganha vigência, na gestão Figueiredo, marcada por freqüentes mudanças, na equipe ministerial, quando um simples deslize ou discordância dos rumos da política do Governo podiam valer remanejamentos internos, ou mesmo a própria "cabeça" do Ministro.

Na área educacional, o período dá passagem a nada menos do que três Ministros. Inicia-se com Eduardo Mattos Portella - 15.03.79 a 27.11.80 - (sob cujo comando emerge o III PSECD). A esse, sucede o general Rubem Carlos Ludwig (28.11.80 a 23.03.82), igualmente substituído pela Profª Ester Figueiredo Ferraz (24.03.82 a 14.03.85), do Conselho Federal de Educação.

As freqüentes substituições, por si só, denotam o nível de tensão que perpassa a cúpula governamental, quando a exigência de coesão e sintonia com os propósitos do

Governo mostram-se, mais que em outros momentos, fundamentais para a defesa e para a manutenção do poder.

Em meio a um cenário de crise econômico-financeira e social, emoldurado por um quadro educacional bastante insatisfatório, sobretudo para certas áreas, como o Nordeste, onde residem as maiores taxas de analfabetismo da população adulta do País (46,6%) e as mais baixas taxas de atendimento à população escolar de 7-14 anos (49,8%), emerge, sob nítido apelo ideológico, o III PSECD 1980-1985, cuja palavra de ordem é vencer os desequilíbrios regionais e as desigualdades sociais. Nesse sentido, a educação deve participar do esforço da redistribuição dos benefícios do crescimento econômico, comprometendo-se a colaborar na redução das desigualdades sociais. Com esse objetivo, suas ações dirigem-se, preferencialmente, pelo menos a nível do discurso, às populações de baixa renda.

Apoiando-se em algumas premissas (de certo verdadeiras), quanto ao forte sentido de injustiça social, que atinge grande parte da população brasileira, notadamente as das regiões mais pobres do país, o III PSECD assumia um discurso que se poderia, até, qualificar de avançado. Alertava contra ações educacionais, reforçadoras de posições de privilégio da classe dominante e dos empregadores, em detrimento dos empregados e dos pobres, desmitificando questões distorcidas pelo ideário pedagógico-liberal, como as do fracasso escolar e da má preparação dos professores (em

geral atribuídas às condições pessoais do indivíduo e nunca às condições político-econômicas do País). O discurso pautava-se, assim, dentro de uma linha ideológica, que destoava do contínuo do Governo o que, por certo, valeu a substituição do Ministro, Eduardo Mattos Portella, retirado de cena logo após a divulgação do Plano.

Embora sob slogans apelativos, de forte cunho ideológico, quanto aos efeitos presumíveis, na redistribuição de renda, redução das desigualdades sociais e desequilíbrios regionais, as metas do Plano não deixam de ser, de certo modo, realistas, na medida em que o atendimento escolar restringe-se á níveis mínimos (o que vale encará-lo, apenas, como um reforço às estratégias de sobrevivência das populações) e, na medida em que refletem, claramente, a não prioridade dada à educação no Nordeste, como de resto, em todo o País.

Chamando a atenção para a crise econômica, que o País atravessa e o desafio da contenção de despesas, o III PSECD traduz, pelo menos, a nível institucional e, em algumas instâncias governamentais, a revalorização das funções de planejamento, relegadas a terceiro plano na Administração Geisel, quando as regras formais e as disposições escritas perdem muito de sua importância, conforme ressaltam Cruz e Martins, (1984):

> Na sua gestão todo privilégio é concedido às normas efetivamente operativas no comportamento político dos atores, que devem aprender a se mo-

> vimentar num campo onde predomina o tácito, o subentendido, o que está implícito em cada mensagem. De outra parte, à diferença do que se fez no passado, agora não se estipulam metas, nenhum compromisso é estabelecido. Geisel nada promete (...) prazos não são definidos (p. 46).

Descendo a um nível de detalhe maior que os anteriores, o III PSECD 1980-1985 define não só linhas prioritárias e complementares de ação educacional para a Nação, como também prioridades e estratégias regionais, chegando a propor aquilo que deve ser comum e o que deve ser específico a cada Região.

1.1.1. Linhas Prioritárias de Ação

Como prioridades nacionais, o Plano propõe seis linhas de ação. Figura, em primeiro plano, a educação básica, voltada, prioritariamente, para a área rural. Segue-se, como segunda linha, o seu direcionamento para as periferias urbanas, para onde acorrem segmentos populacionais, oriundos das áreas interioranas, em busca de melhores condições de vida.

A terceira e quarta linhas voltam-se, respectivamente, para o desenvolvimento cultural e para a valorização de recursos humanos, principalmente para as áreas da cultura e do desporto, ligadas, particularmente, à educação básica, objetivando superar a presença considerável de pessoas, que não preencham as condições desejáveis, sobretudo, em áreas rurais.

Enfatiza-se, como instrumento viabilizador dessa política, o aperfeiçoamento do sistema administrativo, figurando aí as questões de planejamento e de modernização técnico-administrativa, inclusive, do sistema de captação e alocação de recursos, o que passou a constituir em quinta e sexta linhas. Leva-se em conta a necessidade de intervir, deliberadamente, em sua evolução e na alocação de recursos, sobretudo, na busca de uma distribuição mais justa, uma vez que, segundo o Plano, a ampliação de recursos não significa, necessariamente, democratização de oportunidades educacionais, podendo, igualmente, acarretar desequilíbrios regionais e desigualdades sociais.

1.1.2. Prioridades regionais

A preocupação com os problemas regionais faz-se presente, pelo menos a nível do discurso oficial, na proposição de prioridades e estratégias para as diversas regiões do país. Contudo, o exame detido dessas prioriodades demonstra a diluição das propostas nacionais, ao revelar, no que toca à região Nordeste, um forte tom paliativo, com nítido sentido ideológico ou de controle social. Essa Região concentrava, em 1980, além dos maiores índices de analfabetismo do País a mais baixa taxa de atendimento à população escolar de 7 a 14 anos (49,8%), agravada pela Bahia, que ocupava um dos últimos lugares nesse atendimento, dentre os Estados do Nordeste (46,3%), segundo dados do Quadro 32

Quadro 32 Situação da Bahia e do Nordeste, no contexto brasileiro, quanto ao atendimento escolar na faixa etária de 7-14 anos - 1980

ESTRATOS	POPULAÇÃO DE 7-14 ANOS		
	ESCOLARIZÁVEL	ESCOLARIZADA	%
Norte	1.204.921	700.660	58,1
Nordeste	7.118.283	3.542.822	49,8
MA	837.486	342.881	41,0
PI	434.461	208.223	48,0
CE	1.086.665	532.155	49,0
RN	397.079	242.324	61,0
PB	565.198	289.533	51,2
PE	1.239.361	732.395	59,1
AL	420.460	184.068	43,8
SE	248.805	137.131	55,1
BA	1.888.768	874.112	46,3
Sudeste	8.619.677	6.861.230	79,6
Sul	3.485.647	2.621.388	75,2
Centroeste	1.505.408	1.052.241	70,1
BRASIL	21.933.936	14.773.341	67,4

FONTE: FIBGE - Tabulações Avançadas do Censo Demográfico de 1980 e Anuário Estatístico do Brasil - 1981. In: CFE - Conceito de satisfatório atendimento às necessidades locais de ensino de 1º e 2º graus. Documentá (269) 16-7, Brasília, maio 1983

OBS.: Foram introduzidas correções de cálculo no somatório geral das colunas de população escolarizada e de percentuais.

Atingido pela maior seca dos últimos tempos, o Nordeste atravessa, nesse período, uma fase de grande conturbação social. Milhares de crianças são levadas à morte, pela fome, a ponto do período 1979-1983 ser referido, publicamente, como a fase de genocídio no Brasil, merecendo, recentemente, destaque em entrevista transmitida por canal local de TV - (TV Educativa - Canal 2 - em 27.09.1989). Diante desse quadro, figura, curiosa e paradoxalmente, como prioridade maior para essa Região, o desenvolvimento da educação física, do desporto e do lazer[1], sendo a formação intelectual relegada a plano inferior.

Nessa linha, busca-se junto a uma população socialmente marginalizada e subnutrida, fomentar a prática da educação física, do desporto e do lazer, sob a alegação de que tais práticas "contribuem para o desenvolvimento pleno do homem sendo compatível com as prioridades nacionais"[2].

Propõe-se, então, a partir de um amplo programa de mobilização social, uma ação que deve extrapolar os limites da própria escola, envolvendo a comunidade. Para isso recomenda-se, dentre outros pontos, a necessidade de animadores esportivos "especialmente nas áreas rurais" (o que parece sintomático, diga-se de passagem, sobretudo ao considerar-se o estado de efervescência social dessas áreas, mo

---

[1] BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria Geral (1983), Política Regional de Educação, Cultura e Desporto, II. III Plano setorial de educação, cultura e desporto, 1980/1985. Brasília, MEC/CCS, reed. (Coletanea de Planejamento) p. 26-7

[2] Id., ibid., p. 26.

tivado, dentre outros aspectos, por problemas ligados à posse da terra). Recomenda-se, ainda, a intensificação de programas de manutenção e de equipamento das instituições públicas desportivas, e implantação de ginásios de esporte e outros centros de atividade física [3].

Projetos específicos de mobilização popular passam, então, a ter lugar, atingindo já em 1977, através da "Campanha Esporte para Todos", mais de 5 milhões de pessoas [4], e, em 1980, através do "projeto de desenvolvimento de campanhas de mobilização popular", cerca de 8 milhões de brasileiros [5].

Há, assim, todo um interesse em promover o esporte, com envolvimento da massa populacional, meta que passa a ser, cada vez mais, enfatizada nos planos anuais subsequentes.

O III PSECD 1980-1985, dirigido às populações mais pobres, frisa que a educação física e o desporto se apresentam como um fenômeno social de amplitude e forças excepcionais, bem como de marcante universalidade, atingindo a pessoa como participante e como expectador.

Em 1983, por exemplo, (período em que se agudizam os problemas sociais no campo e na cidade), em mensagem apresentada ao Congresso Nacional, o Presidente João Figueiredo

---

[3] BRASIL. MEC (1983) op. cit., p. 26-7

[4] BRASIL. MEC. INEP. (1987) A educação nas mensagens presidenciais (1980-1986). Brasília, INEP, p. 474.

[5] Id., Ibid., p. 490

ressalta que a tônica das realizações, na área de educação física e do desporto, "incidem no desenvolvimento de programas de conscientização e mobilização popular para a prática do esporte" [6], sob a alegação de contribuir para a melhoria da vida da população.

O empenho do Governo nessa ação é de tal ordem que em 1985, mais da metade dos municípios brasileiros são abrangidos na área das atividades desportivas de massa [7].

Sem pretender desmerecer o valor dessas atividades, mas, tão somente, questionar o sentido do seu uso, há de se convir que o sentido implícito, conferido a essas atividades, em se tratando do Nordeste, revela um forte conteúdo ideológico quanto a "distrair" ou "divertir" a população, em nada se distanciando, pelo visto, dos velhos preceitos romanos de dominação imperialista, e dentre elas, o de "pão e circo" para o povo; ou, nos dias atuais, o "aparthaid" sul-africano, em que diversão e regalias são franqueadas aos negros, o mesmo não acontecendo com a educação intelectual, que poderia contribuir para sua promoção social e política.

Por seu turno, a educação formal ganha um sentido meramente compensatório e de controle social. Compensatório, no sentido de atenuar questões de fundo, ampliadas pelas

---

[6] BRASIL, MEC. INEP (1987) op. cit., p. 504.

[7] Id., Ibid., p. 519.

relações econômico-sociais decorrentes do próprio modo de produção capitalista e da função, que dentro dele assume o modelo de desenvolvimento adotado pelo País. E de controle social, ao ser acionado ao bel-prazer pelos detentores do poder e de suas conveniências, dirigindo-se ora para uma, ora para outra área tensionada do País, com nítido sentido de eliminar focos de resistência e garantir a estabilidade do Governo. Só nesse momento, em que se exacerbam os problemas sociais, pondo em risco a sua própria estabilidade, é que o Governo se volta para as questões dessas áreas. Carvalho (1987), ao analisar a questão Nordeste, no período autoritário, aponta "que as necessidades de legitimação do Estado mantiveram o teor básico de um discurso que alardeava a prioridade que estava sendo concedida ao tratamento dos problemas nordestinos" (p. 200). Ao mesmo tempo, ressalta como na prática foram levados em conta outros interesses como aqueles "mais diretamente vinculados às necessidades do avanço do capitalismo no contexto da sociedade brasileira, além de interesses do poder local" (p. 331).

Observe-se, então, um sintomático interesse, expresso, em geral, na definição de políticas e programas especiais, além de episódicos, portanto, sem nenhum sentido de continuidade, e, não raro, sem compromisso com a prática. Dirigem-se, nesse momento, para as áreas rurais, (onde persiste a necessidade de reter a população, uma vez que o êxodo em massa ameaça comprometer suas antigas bases de sustenta-

ção), e/ou para as áreas periféricas dos centros urbanos para onde acorrem as populações expulsas do campo e que "precisam" ser cooptadas. Independentemente das metas traçadas, outras ações e/ou estratégias podem surgir, inexplicavelmente, para selar pactos com grupos das classes médias locais/regionais (Prandi, 1982), ficando, portanto a alocação de serviços educacionais à mercê ou ao sabor das circunstâncias ocasionais ou do momento.

Assim, são definidos programas específicos, embutindo-se a educação em muitos deles. O Polonordeste e o Projeto Sertanejo são exemplos que podem ser citados na direção apontada, conforme realça Inaiá Moreira (1987), os quais permanecem a nível da retórica, apenas, sem jamais alcançarem os seus objetivos, por falta de real apoio.

Quanto à educação superior, nenhuma menção faz-se presente nas linhas prioritárias do III PSECD - 1980/1985. Sobre essa área registra-se, unicamente, a referência de que a operacionalização das prioridades definidas pelo Plano "exigem claro compromisso da Universidade"[8].

Uma referência mais explícita à educação superior vai aparecer nas linhas complementares do III PSECD. A ênfase aí expressa não é a de expandir a educação superior, abrindo novas oportunidades de acesso, mas sim, o de desenvolver as estruturas e o potencial já existentes, promovendo o

---

[8] BRASIL. MEC. (1983). III Plano setorial ..., op. cit., p. 14.

BIBLIOTECA CENTRAL DA
R 0085(t)
UNEB

seu fortalecimento. Esse sentido é ratificado nos desdobramentos desse item, onde basicamente figuram, de um lado, interesses voltados para a dinamização e aperfeiçoamento das estruturas acadêmica e administrativa, tais como: os de promover o fortalecimento da infra-estrutura científica e pedagógica das instituições universitárias; fortalecer a articulação entre a educação superior e os demais níveis de ensino; desburocratizar os órgãos de controle; descentralizar o planejamento e fortalecer as estruturas de gestão a partir da revisão da legislação de ensino superior. De outro lado, figuram intenções de ordem mais geral, como as de estimular a universidade a descobrir e desenvolver os seus caminhos e o de fomentar a criatividade, tendo em vista a diversificação de alternativas educacionais.

Uma análise mais detida do III PSECD - 1980-1985, em seus desdobramentos anuais, complementada pelas mensagens presidenciais anuais dirigidas ao Congresso Nacional, permite destacar, como questões mais permanentes para o período, as idéias de eficiência e qualidade e de não expansionismo, que passam a se constituir em "palavras de ordem para o período.

Constantes referências são feitas ao contexto orçamentário, comprimido por violenta crise financeira, reafirmando-se medidas de austeridade econômica e diretrizes voltadas para a racionalização dos custos, de aperfeiçoamento dos processos de alocação dos recursos, de modo a se privi

legiarem ações prioritárias, mantendo-se os demais em níveis estacionários. Reitera-se a necessidade de elevar a eficiência e qualidade da instituição universitária, a partir da redefinição de mecanismos, reaparelhamento e modernização institucional, e do não expansionismo.

Ratificando esses pontos, o Secretário de Ensino Superior do Ministério da Educação e Cultura - Tarcísio Guido Della Senta[9], ressalta as dificuldades da conjuntura econômico-financeira do País e as diretrizes da política de dispêndios do setor público (que, segundo ele, afiguram-se cada vez mais críticas pela escassez de recursos e pelo agravamento de tensões na educação, como, de resto, em toda área social). Sinaliza, ainda, para importantes questões levantadas pela Secretaria de Ensino Superior do MEC/SESU:

> A eficiência da administração universitária no contexto de dificuldades e problemas que a educação atravessa no país, deixa de estar necessariamente referenciada ao arrojo de iniciativas que importem na expansão física e acadêmica (...) a eficiência administrativa terá de ser, por algum tempo, mensurada pela capacidade de empreender a consolidação e melhoria qualitativa dos programas de ensino, pesquisa e extensão em funcionamento (p. 20).

Segundo seu entendimento, a mensagem significa uma recomendação "de dar preferência à consolidação do complexo de atividades acadêmicas existentes, sobre a criação e abertura de novos cursos e programas" (p. 20). Essa recomenda

---

[9] Cf. documento apresentado no X SIMPÓSIO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO. R. Janeiro, outubro de 1980, mimeo, p. 20.

ção torna-se, a seguir, bem clara, nas palavras do seu sucessor (na Secretaria do Ensino Superior), Prof. Rodrigues da Cunha Filho, ao afirmar em 1983:

> ... a necessidade de dar consequência operativa a três pressupostos da política educacional, que vêm sendo firmados desde o início do atual governo, no que concerne à educação superior: o não-expansionismo, a preocupação da qualidade e a prioridade da educação básica (p. 13).

Explica, ainda, que "a idéia de não favorecer o crescimento do sistema decorre da conveniência de consolidá-lo e aperfeiçoá-lo, ao nível da expansão atingida ao final da década de 70 (...) Desse modo, "a eficiência do trabalho de elevação dos padrões de desempenho global do sistema estaria sensivelmente comprometida, se não houvesse preocupação paralela de controle de crescimento" (p. 14).

Assim, a nível nacional, o quadro de recessão do País parece, inicialmente, colocar limites sobre as propostas governamentais, que se retraem a cada ano.

Já em 1981, a promulgação do Decreto Presidencial 86.000 suspende a criação de novos cursos, numa tentativa de concretizar aquela intenção, a qual parece fundar-se em questões relativas às limitações financeiras do País, mormente os da área de educação.

Todavia, o que se observa é que a instabilidade da situação conjuntural determina mudanças e alterações, nas orientações pré-fixadas, retirando qualquer possibilidade de sua permanência, abrindo-se, então, "brechas" para que se atenda aos interesses "ditos" da sociedade.

Eis que, no ano seguinte (1982), sem que a fatia financeira para a educação tenha sido ampliada, conforme deixam transparecer observações contidas nos desdobramentos anuais de III PSECD, aquela barreira imposta é suavizada através do Decreto 87.911, de 07.12.1982, que estabelece critérios para a criação de novos cursos.

Esses critérios também não se sustentam, frente à conjuntura e aos interesses em jogo, sendo, de pronto, "ameaçados" pelo Parecer CFE nº 227 de 06.05.83, ao considerar que o uso de indicadores é "controverso", sobretudo, quando sua aplicação destina-se "a caracterizar qualquer setor da área social, em particular para as necessidades sociais de expansão do ensino superior" (p. 28). Assim, num átimo, o que antes era verdadeiro, converte-se em falso, e nesse sentido, a Câmara de Ensino Superior do CFE passa agora a não acreditar que se possa utilizar critérios específicos e objetivos para todo o território nacional. Admite, então, que tais critérios sejam aplicados "diferentemente", sob a argumentação de que

> sempre haverá (...) não importando a profundidade e a fidelidade dos dados e informações disponíveis, e dos indicadores selecionados (...) sempre haverá de ser feito um julgamento de valor para se determinar o grau de necessidades sociais, uma vez que o conceito de necessidade sociais é demasiado complexo e fluido (p. 28).

Acrescenta, ainda, que

> qualquer tentativa de percepção das necessidades sociais envolve, necessariamente, um exercício de política, uma vez que esse critério está inti

> mamente relacionado com o que a sociedade no seu conjunto julga desejável (p. 28).

É fácil observar que o discurso de contenção, firmado sobre o quadro de limitações financeiras do país, muda para o de liberação, sem que alterações para melhor nele se tenham registrado. Uma questão aí se coloca: O que pode ter acarretado essa alternância de posturas sobre a permanência de um mesmo quadro de condições restritivas?

Ao que parece, o discurso de contenção não se sustenta frente a interesses, que perpassam a conjuntura, exigindo sua liberação e/ou regulação de acordo com as novas necessidades e pressões, agora facilitadas pela ausência de critérios objetivos que sujeitem o seu direcionamento a uma vontade superior.

1.2. Nível Estadual

A nível do Estado da Bahia, as ações educacionais nos períodos governamentais considerados: mar/1979 a mar/1982 e mar/1983 a mar/1987 (doravante referidos, respectivamente, como primeiro e segundo períodos) têm como referência maior os documentos: Desafios , elaborado na gestão do então Secretário de Educação e Cultura Eraldo Tinôco Mello, no Governo Antônio Carlos Magalhães (primeiro período), e o Plano de Educação e Cultura do Estado da Bahia - 1984-1987 , elaborado na gestão do Secretário Edivaldo Machado Boaventura, Governo João Durval Carneiro (segundo período).

Desafios da Educação e da Cultura no Estado da Bahia

Dentro de uma linha, que distingue os planos e programas oficiais do período, marcados pela descaracterização do processo de planejamento, ocorrida na segunda metade dos anos 70, em que as regras formais e disposições escritas perdem sua importância, o primeiro documento - Desafios - que representa o norte das ações educacionais para a Bahia (no primeiro período) limita-se, basicamente, a uma apresentação de pressupostos e diretrizes educacionais e culturais para o quadriênio. Essas definições, segundo o documento, respaldam-se, em análises dos aspectos político-administrativos e técnico-pedagógicos, que configuram a situação educacional e cultural do Estado, sem que sejam apresentados os seus esperados resultados, bem como os instrumentos viabilizadores das respectivas propostas.

São indicados como pressupostos básicos à formulação de um modelo de ação institucional os seguintes:

1. Descentralização
2. Valorização da unidade escolar
3. Valorização do professor
4. Valorização do papel da comunidade
5. Participação
6. Informações abertas

Nesse período, em que se processa a transição de uma fase de "fechamento" para o de uma maior "abertura" (início do aprofundamento da crise político-financeira do País) grande ênfase é dada às questões relacionadas a uma maior reaproximação com as camadas populares.

Coerente com esses princípios, quatro dos seis pressupostos (descentralização - valorização do papel da comunidade - participação - informações abertas) expressam o estímulo ao restabelecimento de canais de comunicação rompidos anteriormente, e agora percebidos como cada vez mais necessários, dentro do quadro conjuntural, onde se destaca a crise do governo autoritário.

Para o quadriênio, propõe-se um total de 13 diretrizes [10], que tocam, de forma indiscriminada, os diversos serviços da educação.

Cinco das diretrizes (as de nºs 2, 3, 5, 6 e 9) traduzem-se em intenções de estudos sobre medidas de ajustamentos às necessidades de sistema, no que toca aos diversos graus de ensino, inclusive pré-escolar e supletivo.

Três delas (as de nºs 10, 12 e 13) voltam-se para questões ligadas à adoção de novo estilo e prática administrativa da SEC, expressa na intenção de descentralizar as suas ações e incorporar novos processos e mecanismos, que impliquem em maior racionalização de suas atividades, pretensões essas, que se coadunam às metas nacionais. De igual modo, a diretriz nº 8, voltada para o desenvolvimento cultural, constitui-se um aspecto bastante enfatizado por aquela instância governamental.

---

[10] BAHIA. Secretaria da Educação e Cultura (1979), Desafios da Educação e da Cultura no Estado da Bahia. Salvador, p. 23-7

Já as diretrizes 4, 8 e 11 orientam-se, respectivamente, para atividades de assistência ao excepcional, desenvolvimento cultural e valorização da atividade profissional em educação.

Quanto ao ensino superior (diretriz 07), observa-se que, embora não esteja descartada a pretensão de expandir o sistema, conforme transparece da diretriz 01 e também da própria diretriz 07, ao admitir aí a possibilidade de surgimento de outros centros de ensino superior, a ênfase do documento parece alinhar-se às diretrizes do III PSECD - 1980-1985 e recomendações oriundas de estudos diagnósticos realizados pela Bahia, no limiar de 80 (já referidos), sobre a situação do ensino superior e que apontam muito mais para uma linha de fortalecimento do que de expansão.

Ao propor, no documento Desafios, a compatibilização das atividades de ensino superior às exigências de desenvolvimento das regiões, fala-se, não na criação de novas faculdades, mas na introdução de cursos, em unidades já existentes, cursos esses que devem funcionar, por tempo determinado, de modo a atender às necessidades emergenciais da comunidade, cuja demanda seja limitada pelo nível de saturação do mercado.

Correlata a essa medida, propõe-se a implantação, nas faculdades existentes, de cursos que atendam às vocações produtivas e culturais das regiões. Entretanto, essas ações não implicam, necessariamente, na expansão física da rede

de ensino superior, sem que sejam atendidas, anteriormente, as condições exigidas.

À revelia daquelas recomendações, uma inversão de prioridades vai observar-se na prática, a partir de um primeiro e forte impulso expansionista, através da então SESEB, dirigido, dominantemente, para o interior do Estado. Nada menos do que cinco localidades são atingidas, nos primeiros anos da década de 80, por esse grau de ensino, precedido pela brusca transformação da FCETEBA, através de Lei Delegada, em uma Federação de Escolas, sob a denominação de Superintendência de Ensino Superior do Estado da Bahia - SESEB independente das distâncias que as separam, e sem que nada esteja refletido no documento norteador das ações.

Forçoso é reconhecer que esse impulso inicial traduz, em seu processo, um certo grau de lógica e, quem sabe, de cautela. Isso se reflete, primeiro, ao considerar que, na maioria das localidades atingidas, a oferta educacional pautou-se por um sistema gradual de atendimento, com uma oferta de cursos em esquema alternado de funcionamento, de modo a prevenir a saturação da oferta/demanda e compatibilizar-se às condições disponíveis; segundo, ao considerar que, em três das seis localidades atingidas (Barreiras, Paulo Afonso e Teixeira de Freitas), as ações iniciadas vão constituir-se em extensão de cursos regularmente oferecidos por faculdades já credenciadas do sistema universitário estadual, assumindo, assim, tais iniciativas a função de núcleos avançados ou embriões de futuras faculdades, pres

cindindo, inclusive, de estruturas administrativas mais pesadas; terceiro, por contar-se à época com um panorama econômico-financeiro ainda não explicitamente tão sombrio como no período subsequente, quando os recursos do Tesouro do Estado para a educação na Bahia descrevem curva descendente, caindo em 54%, de 1980 para 1984[11]. Retraiu-se, portanto, flagrantemente, conforme já referido, em outros momentos deste trabalho, sobretudo, no capítulo III.

Essa postura mais reticente parece, em dado momento, romper-se, quando um impulso mais agressivo faz valer-se no período governamental subsequente. A primeira ação política, no que concerne à educação superior, configura-se na criação da UNEB, três meses após a instalação do novo Governo da Bahia. Esse passo inicial é seguido da definição de linhas programáticas para esse grau de ensino, que passa a figurar no documento básico de planejamento para a área educacional, a seguir indicado:

- Plano de Educação e Cultura do Estado da Bahia: 1984-1987

Constituindo-se em documento norteador das ações educacionais a serem desenvolvidas pelo Estado no período, o Plano realça, do início, a necessidade de enfrentar-se dois grandes desafios: a universalização da educação básica e o acesso aos bens culturais.

---

[11] BAHIA. Secretaria da Educação e Cultura (1984). Plano de Educação e Cultura do Estado da Bahia: 1984-1987, Salvador: Secretaria da Educaçao e Cultura, p. 47.

Com essa preocupação, e, firmando-se em cinco princípios norteadores das ações a serem implementadas (a formação integral do homem - volta ao básico - democratização da educação e cultura - valorização da identidade cultural - modernização administrativa) estabelece as seguintes prioridades para o quadriênio:

. Ampliação das oportunidades educacionais de 1º grau;

. Expansão da cobertura educacional de 1º grau, nas áreas rurais e periferias urbanas;

. Valorização dos recursos humanos do magistério;

. Dinamização e interiorização das ações culturais;

. Desenvolvimento de mecanismos descentralizadores e agilizadores das atividades técnicas e administrativas.

Com base nessas prioridades, propõe-se uma programação composta de três grandes blocos de ações, dispostos em escala hierárquica decrescente: - Programa Estratégico - Programa Especial, e Programa de Ações Básicas - os quais agregam subprogramas e projetos [12].

O ensino superior vai incluir-se no Programa Especial, sob a denominação de sub-programa de interiorização da educação superior, o segundo por ordem de importância, em termos de atenção e recursos, (segundo indicação do Plano), o que não parece condizer com o peso de suas propostas. O Sub-

P.ECEB 10

Contradição entre o peso de suas propostas e a inclusão do ensino superior num Programa Especial.

[12] Plano de educação ..., op. cit., p. 76-7.

programa intitulado: Interiorização da Educação Superior prevê, para esse grau de ensino, um aumento de 50% na oferta de vagas; estruturação e/ou consolidação das universidades do Sudoeste e de Feira de Santana, através de plenificação de cursos, diversificação da oferta e ampliação de suas instalações físicas; além da expansão e direcionamento do ensino superior para áreas interioranas do Estado, sendo a própria UNEB um dos instrumentos viabilizadores dessa política, embora nenhuma indicação se coloque sobre áreas e localidades a serem beneficiadas.

Um primeiro ponto a ser considerado, diz respeito à própria formulação do "Plano", enquanto documento norteador das ações educacionais para o período. Embora aparente um esforço de retorno a alguns dos aspectos formais do processo de planejamento, deixa transparecer grande fluidez decorrente da ausência de elementos informativos centrais e de base explicativa para aspectos capitais.

Uma questão preliminar a ser apontada é que, afora as duas Unidades de ensino superior, incorporadas à Lei de criação da UNEB - Faculdade de Educação da Bahia, e Filosofia, Ciências e Letras de Juazeiro, nada menos do que nove faculdades são criadas a partir de 1985 (vide anexo 03), portanto, ao ano seguinte à divulgação do Plano de Educação, em foco, sem que a mais leve menção seja feita, nesse documento, sobre áreas ou localidades a serem beneficiadas, e, muito menos, sobre critérios para sua escolha.

Se não constava no PECEB como explicar este incremento? - Se — critérios!

Definições dessa magnitude não constam, de modo cla-

ro, no Plano, muito embora elas apareçam, na prática, através de decisões e atos do Governo. Assim, não é identificada, a nível do Plano, uma política explícita de ensino superior para o Estado, à época.

Igualmente, não se definem prazos nem estratégias plausíveis de viabilização. São ressaltados, unicamente, os aspectos normativos e legais de sustentação e os objetivos visados que se concretizam no conjunto de Leis Delegadas. E mais, não é definido um plano orçamentário, nem apontadas fontes de captação de recursos. Não há, em síntese, qualquer previsão ou base do apoio financeiro, necessário à sua viabilização, adquirindo assim o "Plano" um caráter mais ornamental do que prático.

Esse caráter ornamental é ressaltado por alguns dos entrevistados, valendo destacar, de início, o depoimento do representante do Conselho de Administração da UNEB, ao destacar que alguns documentos do período, embora apareçam com o nome de planos e programas, não guardam qualquer coerência, nem consistência, face à realidade educacional:

> Eu tive oportunidade de comentar um desses documentos que tinha o nome de plano de educação e sentia que esse documento não contava com nenhuma base de estudo que amparasse aquelas decisões que estavam sendo tomadas. É assim como se fosse um plano qualitativo, mas, que não tinha nenhuma referência aos grandes déficits nem à localização dessas carências a nível regional, a nível municipal etc.. Isso foi no Governo João Durval, ao ponto de termos feito juntamente com o Prof. Navarro de Britto, e o Prof. Ramakhrisma um parecer, onde não admitíamos que aquele documento fosse considerado como um Plano (entrev. 03, p. 3).

Observa, ainda, o informante que não existia, por parte do Governo, uma disposição maior em fazer um plano de desenvolvimento econômico e social, a nível do Estado, embora documentos aparecessem com essa pretensão, a nível federal e a nível estadual, fazendo com que as ações passassem a acontecer, de forma bastante improvisada e aleatória ou ao sabor das pressões e conveniências políticas do momento.

Ponto de vista semelhante externa o representante da Pró-Reitoria de Planejamento da UNEB - informante 04 - para quem uma das principais implicações de inexistência de uma política clara é a dificuldade de se frearem as reivindicações políticas. Desse modo, "um plano de expansão, traçado de forma amadurecida, teria a função freatória de conter a onda abusiva de criações" (Entrevista 04, p. 10).

A ausência de uma política explícita é interpretada por alguns entrevistados como um recurso estratégico para favorecer o jogo de interesses do Governo, conforme se deduz da seguinte colocação:

> Eu acho que se essa política fosse explicitamente colocada, ela poderia abrir exatamente os questionamentos, as investigações sobre o que se passava (Entrevista 08, p. 08).

Desse modo, o sentido de sua inexistência seria, de um lado, o de desenvolver uma ação imediatista, ao sabor dos interesses momentâneos, e de outro, evitarem-se os questionamentos e cobranças da sociedade o que, provavelmente, ocorreria, caso houvesse um Plano claro e bem definido.

O exame detido das prioridades estabelecidas a nível do Plano de Educação e Cultura do Estado da Bahia: 1984-87 vai revelar uma total sintonia com as diretrizes nacionais. Isso na medida em que essas prioridades se voltam para o ensino de 1º grau, com o seu direcionamento para áreas rurais e periferias urbanas, bem como para o desenvolvimento cultural e o aperfeiçoamento dos mecanismos de gestão administrativa, tão enfatizados no documento nacional. Essa compatibilização se dá, ainda, na medida em que a expansão do ensino superior na Bahia não figura expressamente como prioridade, senão de forma indireta, uma vez que se acha implícita na prioridade III - Valorização dos Recursos Humanos do Magistério [13] - melhor traduzida no subprograma: Desenvolvimento de Recursos Humanos para o Magistério [14], donde se deduz o papel que deverá desempenhar para o desenvolvimento dos recursos humanos voltados para a educação.

A não inclusão das ações de ensino superior, no Programa Estratégico, mas, no Programa Especial (o segundo por ordem de importância), ainda com a ressalva de que as ações embutidas nesse programa se situam, em segundo plano, em termos de atenção e de recursos [15], contribuiu para adequar os propósitos do Estado, na área de educação superior, às linhas nacionais de "não-expansionismo". Com esse recur

---

[13] Op. cit., p. 65

[14] Ibid., p. 81

[15] Ibid., p. 75

so, as prioridades estaduais, adequam-se às normas "escritas" federais, visto que, na prática, são abertos precedentes por esta instância, permitindo regular a expansão do ensino superior na direção desejada, de preferência para regiões que o momento apontasse como oportuno e que pudessem aceitar, sem reclamos, escolas de segunda ou terceira categoria, portanto, sem ônus para os cofres públicos.

Essa sutileza inicial, que revela cuidados para que prioridades estaduais do Plano de Educação não se choquem com as disposições escritas de âmbito federal (cuidados, que também são observados a nível das metas governamentais do Estado para a educação superior, ao enfatizar para esse grau de ensino apenas medidas de aperfeiçoamento e reorganização do sistema) [16], é comprometida, mesmo negando-se-lhe o caráter de prioridade [17], pela opção em expandir o ensino superior estadual, independentemente de bases de sustentação quanto a recursos humanos qualificados e, sobretudo, financeiros, para tal, o que se vai firmar sob a bandeira de interiorização do ensino superior.

Essa determinação transparece, não só em outras partes do próprio texto do Plano em questão, como nos discursos e pronunciamentos dos atores sociais, envolvidos na questão educacional e cena política do período.

---

[16] BAHIA. Gov. João Durval (1983). Programa de ação governamental para a Bahia. 1983-1987. Salvador, p. 70.

[17] BAHIA. Secretaria da Educação e Cultura (1984). Plano de Educação ..., op. cit., p. 75.

Determinação do Governo em Expandir o Ensino Superior Estadual

Em seu discurso de posse, no cargo de Secretário de Estado da Educação e Cultura do Estado da Bahia, em 16/03/83, o Professor Edivaldo Machado Boaventura já expressava esse intento:

> A continuidade do processo educacional, com nítida dimensão espacial levará ao estabelecimento de uma rede de educação superior, cobrindo todo o território estadual com a diversidade de campi autônomos (...) O multicampus será composto de centros, núcleos e outras combinações, com direção e colegiados próprios[18].

Pronunciamentos feitos, no II Encontro dos Diretores de Centros Regionais e Integrados, realizado na Casa dos Prefeitos, em dezembro de 1983, em Salvador-BA., bem como, em Aula Inaugural proferida na UESB - Universidade do Sudoeste da Bahia, em março de 1984, deixam patente o interesse em estimular essa linha de ação, mesmo considerando não ser a mesma prioritária para a Bahia (conforme expressa o próprio Plano de sua administração). Não porque a Bahia não mereça desenvolver esse segmento de ensino, mas, segundo ressalta aquele Plano[19], pelas carências atestadas, nos níveis ou graus precedentes, sobretudo, no 1º grau, cujo atendimento à população, na faixa de 7 a 14 anos, apresentava em 1980, na casa dos 46,3%, portanto, em patamar inferior a todas as regiões brasileiras, inclusive ao conjunto da própria Região Nordeste, conforme dados já apresentados.

---

[18] BOAVENTURA, Edivaldo M. (1984). Pela causa da educação e da cultura, Salvador: Secretaria da Educação e Cultura. p. 17.

[19] BAHIA. Secretaria da Educação e Cultura. Plano de educação ..., op. cit. p. 37.

A ênfase na expansão do ensino superior é ainda confirmada pelo então Secretário (em seu aludido discurso proferido na Casa dos Prefeitos), ao reportar-se às três linhas de ação desenvolvidas pela SEC, destacando, em primeiro lugar, a interiorização do ensino superior.

Assim a ênfase no ensino superior traduziu-se, basicamente, num interesse maior em expandir do que em consolidar o sistema educacional.

A FESPI (Federação da Escola Superior de Ilhéus e Itabuna) parece ser um exemplo a ser citado, nessa direção. Já na época da criação da UNEB, atravessava séria crise financeira, sem que o Estado assumisse a sua estadualização, o que parece reforçar a assertiva anterior. Segundo o informante 05, a estadualização da FESPI não foi possível, porque o Estado não tinha dinheiro para assumir tal ônus. Contudo, esse argumento parece contraditório face à proposta de criar e expandir a UNEB, projeto esse tão ou ainda mais oneroso.

Ao ser indagado sobre o fato de o Estado não ter podido estadualizar a FESPI, mas de ter criado a multicampi, sua resposta é a seguinte:

> O Sul da Bahia é bastante dividido politicamente, bastante desunido. Eu diria que tem mais cacique do que índio. Quando isso acontece, não tem liderança política. Naquela terra, cada um é dono do seu próprio voto. Então, por conta da desunião não conseguiram isso (p. 37).

O fato de o Sul guardar essa independência (cada um é dono do seu próprio voto) e de fazer oposição ao Governo, parece explicar, em grande parte, a penalização imposta pelo Governo Federal e, obviamente, endossada, à sua maneira, pelo Estado.

Inquirido sobre o fato de não se ter lutado por universidade federal, o informante 01 recorre a "um problema das lideranças estaduais", pois, ao responder se houve chance para tal, responde: "Tinha. E com a quantidade de Ministros baianos que a Bahia teve ..." (entrev. 01, p. 57).

Ressalta ter-se ocupado da questão, discutindo-a com o Secretário de Planejamento, à época Waldeck Ornellas, mas, pelo depoimento, a intenção era de resolver, unicamente, o problema da FESPI.

> Foi um assunto discutido com o Secretário de Planejamento (...) no sentido de que o Governo Federal, se ocupasse da FESPI, que já tinha um canal direto através da CEPLAC (p. 57-9).

Manifestando-se sobre a falta de empenho do Governo em conseguir mais uma universidade federal para a Bahia, o informante 01, após ter salientado o apoio e facilidade, com que contou, no MEC, para a autorização da UNEB, descarta a questão, argumentando: "nós sabemos o quanto isso é difícil, o próprio Ministério de Educação esteve fechado para autorização de faculdades", deixando patente o não interesse na questão. Porém deixa passar a sua posição de que "a educação dos baianos tem que ser liderada pelos baianos", o que explica, em grande parte, toda a questão (p. 56-9).

A nível do Plano, a determinação em expandir o ensino superior se explícita, na medida em que, mesmo reconhecendo não ser a mesma prioritária, opta-se por sua efetivação.

O argumento utilizado para justificar essa opção é o da desigualdade regional do atendimento, com base na observação da distribuição geográfica das unidades de ensino.

O trecho, a seguir do Plano, ilustra a questão:

> ... ao considerar os grandes problemas que o sistema educacional enfrenta em relação às carências de seus níveis elementares do ensino, no que tange à quantidade, considera-se não ser prioritária a expansão do ensino supeior na Bahia. Contudo, examinando a distribuição geográfica das unidades de ensino, no Estado, vê-se que existem desigualdades de atendimento, conforme as regiões (p. 38).

Assim, os propósitos expressos no Plano para com a educação superior, traduzem-se no objetivo de propiciar um maior equilíbrio regional em seu atendimento, ao encarar a instituição de ensino superior como estimuladora do desenvolvimento econômico e social, e, principalmente, como suporte a outras instituições de ensino.

Aliando-se aos motivos declarados no Plano, pesam ainda duas ordens de preocupações que aparecem nos discursos e pronunciamentos oficiais:

a) Preocupações em ampliar as oportunidades de acesso ao ensino superior.

Considera-se, assim, que tais oportunidades têm se mos-

trado limitadas no Estado em decorrência, dentre outros aspectos, da retração de vagas nas instituições de ensino superior, mormente na UFBA, conforme afirmação a seguir:

> Se cotejarmos o crescimento do ensino de primeiro e segundo graus com a rigidez da oferta de vagas, na educação superior federal - a Universidade Federal da Bahia - fixou em 3.000 vagas, há mais de doze anos - há explicações para o grande esforço estadual de crescimento do segmento educação superior no sistema educacional da Bahia [20].

b) Preocupações de cunho organizativo/regional do sistema

O sentido dessas preocupações seria o de agregar as diversas instituições de ensino estadual, numa estrutura articulada, porém descentralizada, e, nesse caso, sem comprometimento de sua autonomia, a partir de um modelo de organização apoiado em bases regionais.

Nesse primeiro momento, tais preocupações parecem ser, prontamente, assumidas pelo Governo da Bahia - João Durval Carneiro. Isto fica demonstrado pela rapidez com que o novo Governo encampa o Projeto UNEB, ao legitimar a sua criação, em junho de 1983, portanto, três meses após a sua instalação e posse do então Secretário da Educação - Edivaldo Machado Boaventura - o qual passa a acumular as funções de Secretário da Educação e de seu primeiro Reitor (pró-tempore)

---

[20] BOAVENTURA, Edivaldo. M. (1984). Pela causa ..., op. cit. p. 31.

Articulação de Interesse das Esferas Estadual e Federal

A nível estadual, fica patente, não só o interesse do Governo, como também o apoio do próprio Conselho Estadual de Educação - CEE, expresso na agilização de medidas para promover a autorização, não só dos cursos propostos, mas da própria Universidade.

Esse ponto é corroborado pelo próprio representante da Secretaria da Educação e Cultura do Estado da Bahia (informante 01) ao apontar o "extraordinário papel" e a grande colaboração recebida do CEE, junto ao processo de autorização, ao tomar a si o acompanhamento desse processo. Nesse sentido, ressalta, que "membros da Câmara de Ensino superior do CEE, foram, inclusive, a Brasília para acompanhar e ajudar na agilização da autorização". Destaca, ainda, a nível do Estado, o auxílio direto da Profª. Joselice Macedo Barreiro (Presidente da Câmara de Ensino Superior do CEE) e de outros Conselheiros, nesse empreendimento; (entrevista 01 p. 21).

Esse ponto é também confirmado pelo representante do Conselho Estadual de Educação - CEE (informante 02), ao apontar que as motivações dos interesses em jogo no projeto de expansão, interiorização do ensino superior estadual através da UNEB, extrapolavam a SEC, captaneando energias do Governo e do próprio CEE.

Todavia as preocupações ou interesses, nesse projeto de expansão/interiorização do ensino superior, através da UNEB, ao que parece, não ficam restritas, apenas, à esfera estadual.

A velocidade com que se processam as diligências necessárias à autorização da UNEB e que terminam por viabilizá-la, no decurso de apenas 37 meses, (tempo recorde, se comparado ao das demais universidades), parece traduzir preocupações ou interesses, que extrapolavam os limites do Estado, atingindo a própria esfera federal.

Assim, o projeto UNEB, embora, inicialmente, afigura-se como uma decisão de caráter muito pessoal, traduzindo muito mais intenções de expandir do que de consolidar a estrutura universitária existente, parece despertar interesses também, da esfera federal, expressa na imediata adesão à idéia por parte daquele setor.

Observa-se, no entanto, que essa adesão permaneceu mais na esfera do Ministro da Educação - MEC do que na do Conselho Federal de Educação - CFE. Isso, ao considerar o nível de resistência inicial criado por essa instância à autorização da UNEB, conforme deixa transparecer depoimento do informante 01 - representante da Secretaria da Educação e Cultura - (entrev. 01).

Assim, mesmo sofrendo oposição do CFE, o projeto de expansão/interiorização do ensino superior, através da UNEB, recebe significativo apoio do Gabinete do MEC, o qual consegue neutralizar a reação e objeções daquele órgão, afastando-o do processo.

Conquanto não tenham sido explicitadas, no depoimento do informante 01, as razões da divergência entre os dois órgãos, indí

cios de um interesse maior do MEC, nesse empreendimento são evidenciados, a partir do seu envolvimento na questão, passando a intermediar os projetos de autorização das universidades estaduais, e, no caso da UNEB, ao remeter os processos diretamente para o Conselho Estadual de Educação - CEE.

A mudança de política do MEC, confirmada pelo próprio representante da Secretaria da Educação (informante 01) vai permitir que se retirem os processos do CFE e se passe a negociar, diretamente, com o MEC, dentro de um novo circuito composto pelo Conselho Estadual de Educação da Bahia, Secretaria de Ensino Superior do MEC e Gabinete do Ministro, do qual se exclui o CFE.

Segundo depoimento do informante 01,

> como mudou a política do MEC, foi mais fácil para nós reelaborarmos o projeto e pedir autorização. Ao mesmo tempo nós fizemos isso com a UESB. A UESB fez ..., refez ... retirou do Conselho Federal de Educação a proposta de autorização, reelaborou (...) e daí, então, veio a autorização (entrevista 01 p. 23).

Os depoimentos deixam transparecer influência sofrida pelo CFE, a partir da mudança de política do MEC. "Aí mudou ... mudou o Parecer do Conselho Federal de Educação", o que está refletido, na emissão de Parecer daquele Órgão, de autoria do Conselheiro Gonçalves Ferreira Filho, o qual passa a conferir grande autonomia ao Estado (entrev. 01, p. 21).

Indagando-se sobre o papel do MEC, como facilitador do processo, conseguindo neutralizar a ação do CFE, o informante 01 diz:

> Sim, porque o Conselho Federal de Educação saiu do processo, porque não cabia ..., para um problema de autorização não tinha por que entrar o Conselho Federal de Educação. Agora era o Ministério de Educação, o Conselho Estadual de Educação, a Secretaria de Ensino Superior do MEC e o Gabinete do Ministro, eram os órgãos que se movimentavam nisso. Mas, depois, o Conselho Federal de Educação mudou de orientaçao (p. 23). (O grifo é nosso).

Ao que parece, pressões maiores, em jogo, determinam mudanças na política do MEC. Por outro lado, o CFE, afastado por essa nova política, permite ao MEC uma maior flexibilidade e ingerência sobre o assunto.

Segundo o representante do Conselho de Administração da UNEB (informante 03), processos que estavam sendo analisados, de repente, eram mandados ao Ministro de Educação, inclusive, contrariando a legislação federal. Ressalta assim que

> esses processos foram decididos pelo Ministro da Educação sem passarem no Conselho Federal da Educação, baseado simplesmente na emenda de uma Resolução ou de um parecer dado por um Conselheiro mas que não foi influenciado pelo Conselho. Foi autorizado diretamente do Ministro ao Presidente da República, quando deveria ter passado pelo Conselho Federal de Educação (entrev. 03, p. 30).

Esses pontos parecem ser corroborados pelo representante da Pró-Reitoria do Planejamento da UNEB, para quem o ponto fundamental, que serviu de base para se efetivar a autorização em relação à UNEB foi, na verdade, o "lobby político-partidário" (entrev. 04, p. 59).

Descompasso entre a Ênfase Conferida ao Ensino Superior e as Condições Reais de Apoio

O empenho e adesão das duas esferas governamentais (estadual e federal) nesse projeto, ao que parece,

não se expressam no necessário apoio financeiro à sua viabilização.

O depoimento do representante da Pró-Reitoria de Planejamento da UNEB (informante 04), atesta a falta de condições de apoio e as dificuldades financeiras, enfrentadas para a viabilização do projeto UNEB.

Segundo esse informante, não houve garantia real para a viabilização da UNEB.

> Não foram garantidos pelo próprio Governo que criou a UNEB, recursos, dotações, para o aparato básico necessário ao funcionamento das unidades (...) não privilegiaram aquilo que eles mesmo criaram, não deram a importância devida ao projeto que foi pensado (p. 19).

Afirma, ainda, que o processo de autorização da UNEB foi aprovado, porque

> além do aspecto político de as pessoas garantirem um orçamento que era solicitado, que depois se viu que não se conseguiria na verdade, o que era necessário, O MEC e o CFE se pautaram apenas nas unidades que já existiam, analisando as unidades já instaladas e com seus cursos aprovados. Os recursos previstos jamais foram aprovados (entrev. 04, p. 20).

Com efeito, segundo consta do Pedido de Autorização de Funcionamento da Universidade do Estado da Bahia - UNEB, encaminhado em 1985 (V.1), a previsão orçamentária, relativa ao ano de 1986, para a nova Instituição foi de Cr$ 378.914.600.000,00. Contudo, o que se verificou, na prática, foi que apenas 40% dos recursos previstos foram efetivamente consignados, ou sejam, Cr$ 152.705.669.000,00 valor que, em cruzados, correspondia a Cz$ 152.705.669,00, conforme

comprovam dados do Relatório Anual da UNEB - 1985/ 1º semestre de 1986 da Pró-Reitoria do Planejamento (p. 52).

Assim, a opção por expandir o ensino superior estadual, em direção ao interior do estado, intensamente abordada em seminários e pronunciamento públicos, parece não guardar maior correspondência com as condições de sua viabilização econômico-financeira, evidenciando o descompasso das propostas, frente aos recursos mobilizados para atendê-los e, portanto, de interesse mais profundo nessa ação.

Esse paradoxo é expresso pelo representante da Pró-Reitoria de Planejamento da UNEB, ao afirmar categoricamente:

> Apesar de haver uma Lei Delegada criando a Universidade, não foi dada a devida atenção, e as coisas ficaram só no plano das idéias. O próprio Governo que criou não se sensibilizou o suficiente para ao menos manter as unidades que já existiam. Os processos chegavam com autorização do Governador, Deputados e Prefeitos para criar novas escolas e se exigiam da Universidade trabalhos que no final não chegavam a nada. Se se pensa em criar, tem de ser de uma forma mais sistemática, de uma forma mais pensada, amadurecida, mais responsável, o que não acontecia anteriormente. (entrev. 04, p. 29).

Segundo o representante do Conselho Estadual de Educação (informante 02) não é que não existisse recurso algum, uma vez que, no período em estudo, o ICM (principal fonte de renda da educação no Estado) crescia. Só que esses recursos estavam comprometidos com programas "faraônicos", como o de "Pedra do Cavalo", por trás dos quais existiam grandes empreiteiras, que não podiam ficar sem receber, por-

que suas folhas representavam um contingente substancial de empregos diretos.

A ausência real de respaldo financeiro leva a crer que, a despeito da ênfase conferida, a nível do discurso, ao programa de expansão/interiorização do ensino superior estadual, tenha havido apenas um interesse aparente, por parte do Governo, em apoiar o Projeto UNEB, com reflexos negativos sobre o funcionamento das universidades e situação de seus cursos.

O próprio Reitor Edelzuito Soares, partícipe de todo processo de implantação da UNEB, aponta, já em 1986 (curiosamente no próprio ano em que a Universidade foi autorizada), as dificuldades financeiras em que se encontrava a UNEB e os riscos do comprometimento de cursos, por falta de real apoio, como por exemplo, na própria Capital, os cursos de Nutrição e Tecnologia de Alimentos da unidade recém-criada - CENCISA, e o de Química do CETEBA [21].

Adverte, ainda, para dificuldades que se insurgiam quanto a viabilizar uma das principais metas da UNEB, ou seja, de implantação dos novos cursos, na área da educação, denotando o irrealismo das propostas, frente às condições de apoio para esse projeto.

Esse ponto é corroborado pelo representante da Pró-Reitoria de Planejamento da UNEB (informante 04), ao refe

---

[21] UNEB. Está em grave crise financeira: Correio da Bahia, Salvador, 12.08.1986, 1º cad., p. 5.

rir-se, inclusive, à falta de recursos para a simples manutenção dos próprios equipamentos já alocados nos laboratórios das unidades de ensino. Por seu turno, os cursos recém-criados contam com o mesmo tipo de dificuldades.

Reforçando esse ponto de vista, o informante 08 (representante de órgão de classe), também envolvido com atividades acadêmicas da UNEB, destaca, igualmente, que

> à inadequação de muitos cursos, o descaso quanto a dotá-los de uma infra-estrutura mínima para garantir o seu funcionamento, além da ausência quase que absoluta de apoio financeiro, são demonstrações concretas de outros interesses em jogo de quem está no poder, e não de quem se vai atender (p. 9).

O próprio informante 05 (representante da assessoria de implantação da UNEB) admite como procedentes as críticas sobre as condições precárias em que foram criadas e funcionam as unidades da UNEB (entrev. 05).

Fica patente, assim, conforme argumento do representante do Conselho de Administração da UNEB, que não houve uma preocupação em fazer um projeto, um plano, vinculando-o a uma receita. Segundo ele, os recursos foram e continuam sendo escassos para manter uma rede de Ensino Superior, da maneira como foi implantada, representando uma sobrecarga muito grande para o Tesouro do Estado, que já tinha dificuldades para atender aos seus serviços básicos (alfabetização 1º e 2º graus), além das necessidades laboratoriais exigidas para cursos já existentes. Cursos estes, que foram extremamente prejudicados, a exemplo da FAMESF e do próprio curso de Zootecnia em Itapetinga, além de Odontologia em Feira de Santana (entrev. 03, p. 17).

Ao que parece, na lógica de criação da UNEB, não entraram preocupações com a garantia de funcionamento das novas faculdades criadas.

Esses aspectos suscitam dúvidas, quanto às bases de sustentação desse projeto, e da existência de estudos avaliativos sobre as condições efetivas da sua viabilização. Enseja, também, questionamentos sobre o conteúdo real da propalada regionalização do ensino superior e, consequentemente, da localização de suas unidades de ensino, o que parece configurar a ausência de uma política explícita sobre a questão no período.

Regionalização/localização das Unidades

A exceção das Faculdades de Educação, em Salvador, e de Filosofia Ciências e Letras, em Juazeiro, nenhuma menção é feita, a nível do Plano de Educação 1984/87, sobre a localização das faculdades, que viriam a ser criadas, em 1985 (um ano após a divulgação do Plano).

As definições mais importantes e, sobretudo, as metas não constam, de modo claro, nos chamados planos e documentos oficiais, muito embora elas apareçam na prática através de decisões ou atos do Governo.

Em seu depoimento sobre a questão, o representante da Secretaria da Educação (informante 01) define a UNEB como uma universidade voltada para o interior e mais dirigida

para certas áreas. Segundo esse informante a intenção seria seguir Norte e Nordeste. (entrev. 01, p. 29).

Os critérios anunciados para escolha das localidades e implantação das unidades de ensino, por vezes vagos, imprecisos e, pelo menos, aparentemente, não parecem amarrar-se a um propósito de desenvolvimento social mais concreto das respectivas regiões.

Referindo-se à localização das novas unidades de ensino, resultantes da expansão da UNEB, aponta como critério para a criação da faculdade no município de Euclides da Cunha, o fato de que lá "não foi, mas deve ser instalado o Centro de Estudos Euclides da Cunha, destinado à realização de estudos de toda a problemática da seca baiana" (p. 32).

Quanto a Senhor do Bonfim, a justificativa foi a de que "a comunidade, praticamente, exigiu essa faculdade quando a cidade completou cem anos" (p. 30) e aponta, no caso de Serrinha, a pressão da comunidade como o fator determinante (p. 30).

Quanto a Juazeiro, embora se refira à importância regional, econômica e de liderança daquela região, reforça, como elemento decisório, o fato de que "Pernambuco desenvolveu bastante seu ensino nessa região, enquanto que nós não desenvolvemos" (p. 29).

Quanto às demais localidades, como Ribeiro do Pombal, Bom Jesus da Lapa, por exemplo, cita que a criação das fa-

culdades se deve ao fato de se constituirem em centros de maior importância para o desenvolvimento do Estado, sendo que quase todas são sede de SURED (Superintendência Regional de Educação) e/ou de outros órgãos governamentais.

Para o representante do CEE (informante 02), a distribuição espacial das unidades de ensino não responde a um trabalho sistemático mais profundo de regionalização, exemplificando com os casos de Serrinha e Ribeira do Pombal. Acrescenta que, em alguns casos, essa distribuição responde a algumas evidências de consenso, a exemplo de Juazeiro e Barreiras, no oeste baiano, ou de Teixeira de Freitas, no sul do Estado (p. 24).

Em outros casos, como Euclides da Cunha e Ribeira do Pombal, responde a interesses políticos por se constituirem em centros de tradição oligárquica.

Para o informante nº 08 (representante do órgão de classe que acompanhou grande parte do processo de implantação da UNEB) não houve uma política mais definida sobre essa questão, o que se deduz das distorções verificadas quanto à distribuição das unidades. Cita, como exemplo, as faculdades de Serrinha, Caetité e Teixeira de Freitas.

> A criação das faculdades de Serrinha (que dista poucos quilômetros de Feira de Santana) e de Caetité e Teixeira de Freitas (que deveriam ligar-se à UESB), são exemplos de distorções que atestam a ausência de critérios (entrev. 08, p. 19).

Representantes do Corpo Docente, que também acompanharam, de perto, todo o processo de implantação da UNEB, mani-

festam-se, igualmente, sobre o assunto, afirmando:

> Não existe a questão da regionalização. Não percebo isso em nenhum momento da UNEB. Nenhuma preocupação nesse sentido. Não é do meu conhecimento (entrev. 07, p. 24).

Para o representante do Conselho de Administração da UNEB (informante 03), não consta que tenha havido estudos para essa regionalização, atribuindo a questão a decisões políticas dos administradores. Informa ter sido este um assunto, que sempre careceu de resposta no Conselho de Administração, ou seja, que critérios foram utilizados para a implantação dos cursos em tais lugares e não, em outros, deixando transparecer o nível de informalidade com que se revistiu o assunto.

> ... não há nenhum estudo que tenha sido feito quanto à decisão política do Governo (...) Havia decisões que eram tomadas pelo Governador ou pelo Secretário e que só depois a universidade tomava conhecimento, e tomava conhecimento dizendo; olha, o Governador, na campanha política, prometeu um curso para Serrinha, então criava o curso de Serrinha (...) então vai lá um candidato a deputado e promete; daí a pouco bate um decreto e cria, como se pudesse fazer isso sem ouvir antes órgãos como o Conselho Estadual de Educação, para saber da oportunidade, da conveniência, das condições ... (entrev. 03, p. 29).

Para o informante 10, que acompanhou toda a evolução do processo de expansão/interiorização, a lógica de distribuição espacial dessas unidades demonstra que muitas delas foram "benesses" distribuídas pelo Governo para que fossem mantidas suas bases de apoio local (p. 15-6).

Assim, apesar da afirmação feita pelo representante da Secretaria de Educação (informante 01) de que uma política de Ensino Superior para o Estado da Bahia "foi muito claramente definida pelo Secretário e sua assessoria e pelo Conselho Estadual de Educação" (p. 05), esse ponto parece não ser identificado pelos entrevistados.

Este procedimento é interpretado por alguns entrevistados como um recurso estratégico para favorecer o jogo de interesses do Governo conforme se deduz da seguinte colocação:

> Eu acho que se essa política fosse explicitamente colocada ela poderia abrir exatamente os questionamentos, as investigações sobre o que se passava (p. 8).

Desse modo, o sentido de sua inexistência seria, pois, de um lado, o de desenvolver uma ação imediatista, ao sabor dos interesses momentâneos; e de outro, evitar-se os questionamentos e cobranças da sociedade, o que, provavelmente, ocorreria, caso houvesse um plano bem definido, segundo a opinião desse informante.

Assim, sintomaticamente, não se definem prazos, nem estratégias plausíveis de execução e mais, não se define o próprio plano orçamentário, e nem sequer as possíveis fontes captáveis de recursos. Portanto, não se planeja em função do real, do concreto, assumindo, assim, o Plano de Educação do período (a despeito do aparente esforço de retorno a alguns dos aspectos formais do processo de sua elabora-

ção) em caráter mais ornamental do que propriamente disciplinador das ações. Tudo fica à mercê da vontade superior, numa fase em que o grau de "mandonismo" é bem expresso pelo conjunto de Leis Delegadas onde a área educacional recebe ponderável cota: Lei Delegada nº 12 de 30/12/80 - relativa à criação da SESEB - Superintendência de Ensino Superior do Estado da Bahia e de transformação em autarquias das universidades estaduais de Feira de Santana e do Sudoeste da Bahia, Lei Delegada nº 46 de 03/05/83 - referente à organização do Conselho Estadual de Educação; Lei Delegada nº 51 de 31/05/83 - sobre a organização do Conselho Estadual da Cultura, Lei Delegada nº 52 de 31/05/83 - relativa à proteção dos arquivos públicos e privados; Lei Delegada nº 65 de 01/06/83 - relativa à criação da Faculdade Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia - IRDEB; Lei Delegada nº 66 de 01/06/83 - referente à criação da Universidade do Estado da Bahia - UNEB; Lei Delegada nº 67 de 01 de junho de 1983, concernente à reorganização da Secretaria da Educação e Cultura - SEC.

Valoriza-se, como instrumentos viabilizadores dessa política, o conjunto de instrumentos legais, promulgados no período, atribuindo-se-lhe como que o poder mágico de transmutar a realidade, tudo adquirindo um quê de utopia e de irrealismo.

O Plano assume, assim, característica ornamental, uma vez que, nesse momento, o que pesa não é o que está escri-

to, mas sim, como diz Cruz e Martins (1984), o comportamento político dos atores, que "devem aprender a se movimentar num campo onde predomina o tácito, o subentendido, o que está implícito em cada mensagem" (p. 46). E, assim, a própria formulação das políticas e planos deve ensejar essa possibilidade de máxima movimentação.

Os propósitos são aventados, porém, nada se diz sobre áreas ou localidades a serem beneficiadas. Não se estabelecem prazos nem se garantem as condições de viabilização das propostas. Daí não se definem estratégias plausíveis, nem planos orçamentários. Tudo adquire um sentido vago e misterioso, característico de uma concepção mágica de educação, como já denominava Anísio Teixeira (1976), em sua obra Valores proclamados e valor reais nas instituições escolares brasileiras, o que lhe parece dominante em nosso meio.

Não há compromissos formais. Dentro de uma máxima flexibilidade, tudo deve ou pode orientar-se, segundo o dinamismo e desdobramentos da situação conjuntural, possibilitando atender-se a "demandas" que interessem.

Tudo permanece como áreas ou ações mobilizáveis, a depender do momento e das circunstâncias que se coloquem. Daí, porque as propostas de ação, por exemplo, deixam de se constituir em desdobramentos do Plano mais geral (que passa a ter um caráter meramente ornamental) para se ajustarem às circunstâncias, pressões e interesses, que emergem da conjuntura, nem sempre, respondendo à conveniência da área educacional e da comunidade.

Assim, tudo é possível, porém não se sabe exatamente o que, em que medidas, sob que condições e em que direção. Portanto não se estabelecem compromissos explícitos e claros e, conseqüentemente, nada pode ser cobrado nem controlado.

Pode-se optar, a nível do discurso, por um programa de fortalecimento de faculdades, porém, realizar o seu oposto no momento, pode ser conveniente aos olhos dos atores políticos.

Pode-se escrever uma coisa e fazer outra, ou mesmo não escrever nada e optar pela direção que o momento político indicar. Tudo parece caminhar, ao sabor das circunstâncias ocasionais, enfim, tudo se traduz em uma grande incógnita, não raro para os técnicos, ditos responsáveis pela implementação das ações e montagem de processo, que funcionam, meramente como "legitimadores" das ações já definidas nos bastidores da política. Tudo caminha, com grande autonomia, por parte dos protagonistas da cena política. E esse comportamento administrativo coloquial, na sociedade brasileira, é mais do que oportuno, nesse momento em que os atores políticos têm de mover-se com grande habilidade, em que todo e qualquer recurso mobilizável passa a ser, extremamente, vantajoso.

Frente às questões levantadas, que significado pode ser atribuído à expansão/interiorização do ensino superior estadual através da UNEB?

Sobre esse ponto, vale considerar que

- a análise dos depoimentos da maioria dos informantes sobre o significado atribuído à ênfase dada ao ensino superior estadual, na década de 80, mostra um forte acento, no aspecto político da questão, ao relacioná-lo à crise da máquina estatal.

Alguns informantes, no entanto, destacaram, além do lado político, o aspecto social e cartorial da questão, divisando, nesse projeto, uma forma mais barata, fácil e frágil de preencher requisitos formais, exigidos pela legislação para enquadramento burocráticos em cargos e funções, vendo na UNEB (como o informante 11) uma instituição útil à Secretaria de Educação para regularizar a situação dos professores. Seria, também, uma forma de atender segmentos da classe média local, que não querem ou não podem deslocar-se para outros centros. Por outro lado, considerando que essa Instituição atua, ministrando cursos de pouca expectativa de remuneração profissional, poderia funcionar como mecanismo de fixação do profissional à região. Adotando idêntico ponto de vista, o informante 12 ressalta essa possibilidade, uma vez que a formação "não é algo que estimule ou que garanta uma expectativa de renda mais elevada fora da região" (p. 48).

Para o informante 04, a ênfase no ensino superior deve-se a uma decisão política de fazer crescer esse grau

de ensino, associada à idéia de formar professores, que pudessem enraizar-se pelo interior, integrando-se às Escolas de 1º e 2º graus. Ressalta, contudo, que "apesar das boas intenções se pensou em voto de urna" (p. 2).

Analisando o lado político da questão, o informante 11 vê nesse projeto, uma forma de prestar serviços que alcancem repercussão política, considerando que o momento era de fazer política eleitoral, com maior intensidade, pelo fato de "se estar perdendo espaço, perdendo terreno, no qual expandir a máquina do Estado se torna fundamental" (p. 50-1).

Justifica seu ponto de vista, relacionando-o ao contexto sócio-político da época, ressaltando que a aceleração do Ensino Superior ocorre num momento de crise da máquina estatal, quando a luta ideológica necessitava "mostrar serviço" a nível real ou simbólico, para manter o poder, para compensar o crescimento da oposição. (p. 51).

Ressalta, também, que a ênfase na expansão/interiorização do ensino superior dá-se em um momento em que se aprofunda um modelo econômico de capital intensivo, concentrado na área metropolitana de Salvador, mantendo-se, com isso, um desenvolvimento desigual no Estado, e uma economia com exigências quantitativas mínimas de mão de obra, onde a educação parece representar muito pouco (p. 12, 21 e 70), deduzindo-se daí não haver grandes exigências quanto ao tipo ou qualidade do que vai ser oferecido pelas faculdades, sobretudo, as interioranas.

Para esse informante, as unidades de ensino funcionavam como

> instrumento de prestígio, instrumento de cooptação ou de fortalecimento das elites locais que o Governo, que está enfrentando um crescimento da oposição, pode utilizar em seu favor (p. 7).

Os informantes 03 (representante do Conselho de Administração da UNEB), 06 e 07 (representantes do Corpo Docente) e 08 (representante de órgãos de classe), enfatizam, igualmente, o lado político da questão.

Para o informante 06, por exemplo, a ênfase no ensino superior atendia a interesses do Governo, de penetração em comunidades políticas, beneficiando grupos políticos.

Do lado político, o informante 12 (representante do segmento 2) vê, na ênfase na expansão/interiorização, um mecanismo compensatório, adotado pelo Governo em relação a áreas do Estado afetadas por desníveis regionais, servindo para reforçar o discurso de interiorização, enfatizado pelo Governo no período (p. 22-4).

A expansão viria responder à necessidade de compensar um quadro de desníveis regionais gerados e/ou ampliados pelo próprio modelo de desenvolvimento econômico, em curso na Bahia, concentrador de investimento na RMS, em detrimento do interior do Estado (p. 18).

A análise dos aspectos contextuais e das condições, em que foram criadas e/ou funcionam muitas faculdades, levou grande parte dos informantes a ver, na ênfase conferida pe

lo Governo do Estado à expansão/interiorização do Ensino Superior na Bahia, na década de 80, um significado meramente político-partidário, que vai ser legitimado, por parte do Governo, pela existência de uma demanda potencial real, para esse grau de ensino, determinada por fatores históricos como a própria explosão demográfica.

Assim, para o representante do CEE (informante 02), a questão se coloca em dois planos: o do discurso e o da prática ou do real.

A nível do discurso, a ênfase pode ser atribuída a vários fatores (pressão da demanda, restrição de atendimento por parte das universidades existentes, necessidade de formar professores para suprir necessidades de 1º e 2º graus, além do argumento de que cabe ao Estado propiciar o Ensino Superior ou que ele o estava fazendo de forma insuficiente.

A nível do real, no entanto, a ênfase que se verifica, na década de 80, com relação ao Ensino Superior, atendia a uma racionalidade de ampliação da estrutura de poder e de diversificação dessa mesma estrutura de poder, traduzindo-se, portanto, num esforço de expandir a máquina do Estado, ao se criar uma espécie de nova Secretaria.

Assim, esse informante atribui a ênfase ao Ensino Superior a uma decisão, que parece de caráter muito pessoal, não de consolidar o sistema, mas de fazer algo de novo, baseado na suposta obrigação do Estado quanto a propiciar

educação em todos os níveis. Esta determinação pessoal impôs que dificuldades financeiras não entrassem, na lógica dos interesses em jogo, interesses esses cujas motivações extrapolavam a Secretaria, captaneando energia a nível do Governo e do próprio CEE (entrev. 02 p. 14-7).

Destaca, ainda, o mesmo informante, o lado da vaidade pessoal de quem vai criar (Governador e Secretário de Educação), pois criar algo de novo enseja a marca de inovação, além da larga repercussão resultante dos debates, seminários, etc. (p. 04-9).

Resume, enfim, a questão a um simples mecanismo de cooptação política, frente à decomposição do modelo autoritário e frente às proximidades das eleições. Estes dois aspectos, no seu entender, teriam forçado uma arregimentação político-eleitoral, noutro patamar, a partir de outro tipo de racionalidade para o que esse projeto foi fundamental (p. 11). Acredita o informante que as facilidades criadas trouxeram benefícios imediatos do ponto de vista clientelístico.

Neste sentido, as faculdades criadas

> atenderam a um esforço do empreguismo, pelo lado de quem cria, e um esforço de beneficiar-se de empreguismo pelo lado dos que se beneficiaram do aparelho do Estado, criando alguns empregos para a classe dominante e para a classe média (p. 33-5).

Igual ponto de vista mantém o informante 09 (representante do segmento 2), para quem a ênfase na expansão/interi

orização do ensino superior responde apenas a interesses políticos. Ele relaciona essa expansão ao momento de abertura democrática e, portanto, da necessidade, por parte do poder dominante, de gestos de efeito político, já que, naquela fase, se esteve encaminhado para eleição direta para governador, e havia necessidade de apoio político e, no caso, a universidade responderia àquele intento por ser uma novidade no interior além de dar status (p. 4-5 e 7).

Para esse informante, a ênfase no Ensino Superior, encabeçada pela Secretaria de Educação, implica em inverter a ordem das coisas, priorizando áreas onde o Governo do Estado devia entrar de forma apenas suplementar, dado que o Estado não tem recursos.

Um ponto a considerar, segundo o informante 09, é o de que esse processo de expansão/interiorização, culminando com a criação e/ou implantação de faculdades, partiu de uma movimentação política e não de pressões sociais, "muito embora exista uma aspiração natural das comunidades interioranas pelo ensino superior" (p. 13 e 18).

Segundo o informante 08, a criação dessas faculdades se deu num momento de discussão política de comício partidário.

> O anúncio da criação de faculdades em Serrinha foi dado num palanque onde o próprio João Durval, na época, anunciava a criação dessa faculdade, no momento de comício partidário (...). Eu creio que não houve uma preocupação em se criar faculdades, a partir de algum interesse maior daquela comunidade, que seria atingido e eu digo isso pelo meu trabalho na Pró-Reitoria de Ensino (p. 9).

Esse depoimento é ratificado, pelo próprio Pró-Reitor de Planejamento ao ressaltar que,

> a cada momento, deparava-se com o Governador, com os políticos subindo nos palanques e prometendo escolas de nível superior,

e diz mais:

> Eu tive oportunidade, de, numa viagem de trabalho, de presenciar o Governador se comprometer a criar unidade de ensino superior, numa determinada cidade em que não existia infra-estrutura nenhuma. Eu tive oportunidade numa viagem de trabalho de testemunhar o fato; sei que decorre da pressão política da região, de prefeitos ... (p. 5).

O interesse político eleitoreiro é também realçado pelo informante 10, para quem o projeto de expansão/interiorização do ensino superior dava título ao Governo, dava reforço político às oligarquias, que o sustentavam e dava ao Secretário uma dimensão de quase deputado. Ressalta o fato de o projeto criar uma massa de cargos de indicação "pro-tempore", estabelecendo-se um poder, na região, a partir da "distribuição do Estado, do patrimônio público, através desse processo" (p. 7) (o grifo é nosso).

Do lado político, esses objetivos vão ser legitimados pela existência de uma demanda por esse grau de ensino, determinada por vários fatores históricos, como a própria explosão demográfica, aliada a dificuldades de as populações interioranas se deslocarem para outros centros (p. 01-9).

Aponta, igualmente, a falta de competência dos políticos em aproveitarem o momento histórico de representativi-

dade do Nordeste junto à União para reivindicar uma ou mais universidades federais para a Bahia (p. 1 e 9).

Buscando demonstrar a prevalência de interesses estranhos à questão social, no que concerne à ênfase concedida pelo Governo ao processo de expansão/interiorização do ensino superior, o informante 09 argui que o interesse meramente político é revelado, na medida em que

> a instalação dessas faculdades não foi precedida de estudos criteriosos, tanto no que toca à definição de áreas de localização, quanto a cursos a serem ministrados (p. 5)

sem, portanto, haver uma preocupação maior com os serviços a serem prestados à comunidade.

Diante do quadro analisado, que propósitos pode revelar o modelo organizacional adotado, muito embora, na ordem da expressão (discurso), repouse sobre as idéias de descentralização e autonomia das unidades?

Modelo Organizacional

Embora o modelo, em si, aponte à idéia de descentralização e autonomia, ele comporta deformações, como todo e qualquer modelo, a depender do clima político e das intenções dos dirigentes.

No caso particular da UNEB, essas deformações se expressam, segundo a maioria dos informantes, ou em centralização, gerando excessiva dependência das unidades de ensino, ou em mecanismo de controle político.

A questão relativa ao modelo organizacional, sob o qual se estrutura a UNEB, é olhada pela maioria dos informantes do segmento I, mais pelo lado administrativo do que pelo político.

Assim, o informante 05 (representante da assessoria de implantação da UNEB) não vê outro sentido senão o meramente administrativo na adoção desse modelo, cujo interesse seria de conferir a mesma autonomia às unidades do interior e da capital, no sentido de descentralização.

Para outros entrevistados, no entanto, que, igualmente, analisam a questão enfocada pelo lado administrativo, embora admitindo que o sentido da multicampi teria sido o de descentralização, reconhecem que, no concreto, o sentido foi, na verdade, o de centralizar as ações da UNEB.

Essas opiniões são corroboradas pelo representante do Conselho de Administração, para quem o sentido real de multicampi é o de centralizar, uma vez que as unidades estão com toda parte administrativa vinculada ao sistema central (p. 33 da entrevista 03).

Embora seu depoimento enfatize a descentralização, como algo salutar e positivo, considera que a descentralização só tem sentido com relação a algo já consolidado a nível central, o que não era o caso da UNEB ou, em suas palavras: "a nível de cabeça de sistema". Isso, porque, "se você descentraliza alguma coisa que já é precária a nível de universidade, como a cabeça do sistema, me parece um tanto vulnerável" (p. 32).

Para o informante 07, o sentido da multicampi foi o de incorporação das unidades num todo. Contudo,

> isso não lhe conferiu melhores condições de funcionamento, na medida em que não se garantiu a infra-estrutura necessária e se impôs uma excessiva centralização (p. 30).

Ressalta, como ponto negativo, o comportamento administrativo da Instituição. Sua opinião é a de que se implantou um modelo, sem a infra-estrutura necessária, não vendo qualquer possibilidade de funcionamento e, sobretudo, de autonomia, sem que se revejam certos aspectos, como a questão das Pró-Reitorias e seu comportamento administrativo.

Desse modo, culpa não o modelo multicampi (com o que também concorda o informante 04, para quem o modelo, em si, não tem qualquer tipo de influência, quanto à maior ou à menor autonomia das unidades, e sim o comportamento administrativo da Instituição) ao ressaltar que,

> embora os documentos legais da UNEB confiram abertura e autonomia às unidades, esta foi cercea da pelo comportamento administrativo dos órgãos superiores, em termos de centralizar as decisões, descaracterizando a multicampi. (entrev. 07, p. 32)

Segundo seu entendimento, o sistema multicampi não poderia ter Pró-Reitores com autonomia gerencial tão forte, como foi o caso da UNEB no período analisado.

> A Pró-Reitoria deveria ser órgão executor das funções e determinações estabelecidas dentro da programação de cada unidade. Aqui na UNEB funciona ao contrário: A Pró-Reitoria é que determina o que as unidades devem fazer. (...) o Diretor fica à mercê das decisões, que são toma-

> das aqui a nível central administrativo. Fica totalmente dependente. (p. 32)

Mostra que, a despeito da abertura, facultada pelo Estado e Regimento da Universidade, a autonomia é muito limitada, considerando, inclusive, que o repasse de recursos é feito, dentro do que se decide, a nível de administração central. Chama a atenção para o fato de ter havido uma

> cristalização do comportamento administrativo autônomo de alguns órgãos como a questão das Pró-Reitorias que passaram a determinar o direcionamento da Universidade, descaracterizando a multicampi (entrev. 07, p. 33).

Pelo seu depoimento, a raiz da questão, ou seja, da excessiva centralização e ausência de autonomia das unidades, está no fato de que a Universidade começou a funcionar, com um único Conselho, que avocou a si inúmeras atribuições, muitas das quais eram pertinentes a outros Conselhos, que, apesar de previstos na estrutura da universidade, só, muito tempo depois, é que foram criados. Deste modo, aquilo que deveria ser decidido, de uma forma mais democrática, mais participativa, ficava a critério da administração central, que as repassava para o Conselho de Administração e para os Pró-Reitores, vindo a fortalecer, em muito, o papel desses órgãos, criando, por seu turno, extrema dependência das unidades.

Qualifica a relação entre Reitoria e Pró-Reitoria como uma "relação de cargos de confiança, levando à cristali

zação de um quadro em que os próprios setores/pessoas, é que definiam critérios e executavam. Cristalizando isso, sem haver interferência de ninguém, não interessa a ninguém mudar isso. Sobretudo, porque a situação de poder configurado na UNEB estava intimamente ligada ao próprio poder do Estado na época (entrev. 07, p. 33).

Isto mudou?

Esse comportamento administrativo, caracterizado por excessiva centralização das decisões, respondia, segundo o informante 07, a objetivos político-eleitoreiros, frente às eleições, que se avizinhavam, conforme deixa transparecer o seguinte depoimento:

> A Secretaria da Educação determinava que a diretriz política seria a interiorização do Ensino Superior, o que significava politicamente um favorecimento a determinadas áreas, faculdades, cujo retorno disso seriam as eleições. Então, nesse período, se estrutura todo o processo dessa orientação da Universidade, voltada para objetivar essa política. Então, não interessava a participação da comunidade (...) porque ela ia interferir no processo (p. 20).

Já o segmento 2, na sua totalidade, tende a analisar as questões, realçando os seus usos para fins políticos.

No caso particular da Bahia, o modelo é visto pelo representante do CFE como muito propício à pretensão de estender os tentáculos do Estado, daí ganhando simpatia e apoio do Governo (p. 8), numa época em que isso se tornava bastante oportuno.

Igual visão têm os informantes 10 e 11, para quem o modelo se transformou em um projeto político-burocrático de

intervenção nas comunidades, expressando-se como uma burocracia montada com o nome de universidade (p. 26).

O informante 09 realça a função eminentemente burocrática, com comprometimento do espírito universitário de associação, de intercomunicação entre professores e alunos (p. 11).

Para outros informantes, como o 12, por exemplo, a multicampi transformou-se em uma,

> inspetoria de faculdades isoladas com estrutura de poder local, com problemas locais, com diretores locais, com brigas locais, resumindo-se a cada sociedade local, sem se constituir num pólo de progresso, de dinamização de avanço nem pela qualidade, nem pela quantidade de cursos que concentra (p. 40).

O sentido político do modelo é aí reforçado, ao considerar esse informante que o propósito da estrutura é o de "não perder o controle da situação", ou seja, o de evitar que essa universidade venha a constituir-se em fator de desequilíbrio das estruturas de poder já cristalizadas, uma vez que ela deve servir para consolidar essas estruturas, e não, para destruí-las.

Vê, nessa estrutura, um modelo conservador, e não um modelo revolucionário, que transforme, que se traduza num pólo de modernidade, que crie um espírito novo na região e um novo impulso psicológico (p. 45).

Pesa, ainda, o fato, segundo o representante do CEE, de contar esse modelo com unidades de ensino muito frágeis,

muito incipientes, o que tolhe muito a autonomia, mesmo que o modelo a comportasse.

Essa incipiência e fragilidade não asseguram a busca e/ou conquista da autonomia. Ao contrário, criam laços de dependência muito fortes, ao invés de afrouxá-las, daí que o modelo pode ser descentralizado, na forma, e centralizado no funcionamento.

Na prática, as condições políticas e o clima clientelístico estavam mais propensos a uma centralização do que a uma descentralização.

Sucessivas Reformas Institucionais

Um outro ponto, que mereceu a atenção dos informantes foi o sentido das sucessivas reformas por que passou a Instituição (FCETEBA - SESEB - UNEB) em um tempo relativamente curto (1980-83).

Na opinião da maioria dos informantes, o que pesou mesmo, nessas mudanças administrativo-institucionais, foi o sentido político.

Para o representante do CEE, essas mudanças refletem, de um lado, o modismo na administração pública, de mudar a composição do aparato estatal e, de outro, uma nítida tendência à expansão. Aponta que "a melhor forma de expandir é começar com uma reforma e mudanças de nome". Desse modo, muda-se o nome e cria-se mais um tentáculo, ou seja, mais uma esfera de competência, ampliando cargos e posições. (entrev. 2, p. 40).

É, também, realçando o lado político dessas reformas, que se coloca o informante 06, para quem, a educação é, e sempre foi, uma área de atuação política, vindo tais reformas atender a interesses do Governo. Assim, ao lado do 1º e 2º graus, abre-se, com a educação superior e, no caso, a Universidade, um novo espaço político para o Governo, em um outro patamar. O seu poder é ampliado, ao deter nas mãos o direito de nomear toda uma hierarquia funcional universitária, portanto, com representação na comunidade, e de colocar todo esse pessoal à sua disposição, porque, em sua maioria, são cargos de confiança, podendo representar o Governo em determinadas comunidades.

O sentido político das reformas ocorridas é, também, realçado pelo representante da Pró-Reitoria de Planejamento, ao apontar que, nesse caso,

> a questão política é o que mais salta aos olhos, não obstante vislumbre, também nessas reformas, o sentido de facilitar a administração do Secretário da Educação.

Para o informante 05, o fato reflete a necessidade de interiorização do Ensino Superior, porém deixa clara a possibilidade de que interesses políticos estejam envolvidos na questão, "interesses político-partidários, no sentido eleitoreiro, no sentido de conquistar votos", muito embora relacione esse fato a municípios grandes, como é o caso de Vitória da Conquista e Jequié (p. 34).

O representante do Conselho de Administração atribui o fato à falta de planejamento do Ensino Superior, para o

Estado, de modo a que tudo corra ao sabor da administração, com o que também concorda o informante 08, salientando que, no fundo, tais reformas são pouco substanciais em termos de propostas. Estas mudanças sucessivas retratariam a falta de um estudo mais cuidadoso, que embase a definição de uma política de ensino superior para o Estado (entrev. 3, p. 37).

Com esse ponto concorda o informante 07 (representante do Corpo Docente), para quem não houve um planejamento da expansão, tudo se fazendo por mero interesse político. Ressalta que, embora seja ingenuidade pensar que algo possa ser feito em educação, sem interesse político, poderia, mesmo contando com esse fator (interesse político) ter havido um planejamento "que viabilizasse uma universidade multicampi séria". Porém, "só houve interesse de criar por criar. Não era a educação que se tinha em vista, mas o retorno político - das eleições, e do poder" (p. 25).

Tais aspectos levaram a que a expansão/interiorização do ensino superior viabilizada pela UNEB, passasse a ser vista por alguns informantes como um processo predatório, trazendo conseqüências concretas sobre o enfraquecimento de instituições ou universidades já existentes.

O informante 10 (representante do segmento 2) condena a forma como foi estruturada a UNEB, ou seja: "a partir de uma expansão predatória do ensino universitário, acobertada pelo Estado para se reproduzir (p. 39).

Idêntico ponto de vista manifesta o representante do CEE (informante 02), para quem "a expansão/ interiorização foi negativa, na forma e no processo atropelado, desordenado, improvisado, clientelístico e irresponsável" (p. 40-2).

Aponta que os reflexos dessa irresponsabilidade traduziriam-se, de um lado, em crescente custo para o Estado, com a expansão/interiorização da máquina administrativa do Estado, e, de outro, na má qualidade do ensino e na má gestão dessas escolas, cujos efeitos tendem a recair sobre a própria clientela.

De igual modo, o informante 12 aponta, como negativo, o processo de expansão da UNEB. Afirma que as universidades, que terminaram por se consolidar foram, muito mais, aquelas que se beneficiaram de um impulso estrutural vigente, que representaram reivindicação regional e que se constituíram como universidades locais, com uma direção integrada, uma política acadêmica, enfim com uma estrutura universitária (p. 27). Acredita, assim, que a UNEB se tornará positiva, na medida em que se reorganize e se redefina para cumprimento do seu verdadeiro papel (p. 56).

O informante 07 (representante do Corpo Docente) considera que a forma como as ações foram encaminhadas trouxe implicações em termos de retrocesso de sua dinâmica evolutiva, "uma vez que agora está se voltando para rever isso tudo que não foi feito, e sem condição de consertar o erro, ou de interferir no processo" (p. 29).

Referindo-se à expansão da UNEB, critica a contradição existente na área educacional, ou seja, de ressaltar e enfatizar a importância da pesquisa e, ao mesmo tempo ignorá-la ou desprezá-la em situações onde esse recurso seria indispensável ao embasamento das decisões. Assim os estudos e análises que poderiam trazer respostas ou sinalizar para caminhos mais aceitáveis, no que toca a essa Instituição, são desprezadas, passando-se por cima de todo o processo, criando-se a UNEB. (p. 30).

2. Resumo e Algumas Considerações

Os comentários finais sobre o presente capítulo, o qual centra a atenção nas políticas governamentais, voltadas para a educação superior, na década de 80, clarificadas por depoimentos de profissionais ligados à educação e à sociedade em geral, exigiram, como ponto de partida, uma retomada dos principais pontos enfocados, a partir do que serão tecidas algumas considerações.

A nível nacional, o quadro de recessão do País acrescenta novos limites às propostas educacionais que, a despeito de já figurarem com um sentido, meramente, compensatório, ou seja, de corrigir desequilíbrios regionais e desigualdades sociais, se retraem a cada ano da década de 80.

O agravamento das dificuldades faz deslocar o eixo do discurso de expansão para o da eficiência e qualidade. Enfatiza-se a idéia de reorganização, aperfeiçoamento e/ou

fortalecimento das estruturas de ensino e dos aspectos de modernização do processo administrativo, polarizando a atenção da burocracia para os aspectos formais da elaboração de planos.

Na área de educação superior, a palavra de ordem passa a ser a de eficiência e de não-expansionismo, reforçada nos discursos dos porta-vozes do Governo.

A nível da política nacional, nada é previsto para o Nordeste sobre a expansão do ensino superior e/ou sua interiorização. Contenção e falta de recursos são palavras de ordem nos discursos dos porta-vozes do Ministério da Educação. Subseqüentemente, barreiras são levantadas contra a sua expansão, a exemplo do Decreto 86.000/81, que suspende, temporariamente, autorizações de cursos e faculdades no Brasil.

Esse Decreto, todavia, não se sustenta, sendo revogado, um ano depois, em meio à crise econômico-financeira e social dos anos 1981-82. Assim, precedentes são abertos à expansão do ensino superior, como o de suspensão do referido Decreto. Estabelecem-se, então, critérios para autorizações de cursos, faculdades, cuja vulnerabilidade deixa os órgãos federais da educação a cavalheiro, para evocá-los ou não, na aprovação de processos, dado que são mantidas intactas as diretrizes do III PSECD em seus desdobramentos anuais, armando-se, portanto, o Governo de dois instrumentos alternativos para aprovar ou negar os pleitos a ele encaminhados.

Com tais expediente, a educação superior pode ser legitimada, regulada na direção desejada, a bel prazer dos mandantes do País. E,para estes,o que passa a ser oportuno para o Nordeste não é mais a contenção do ensino superior, mas a sua liberação (pelo menos aparente), uma vez que pode contribuir para reforçar e divulgar uma imagem de ação social, de benefícios e apoio do Governo a áreas carentes desse ensino.

Essa liberação, no entanto, torna-se extremamente suspeita,na medida em que se dirige, dominantemente, para o Nordeste e traduz-se, simplesmente, na ampliação de estabelecimentos de ensino superior - IES e não de matrículas. É, por outro lado, contraditória ao considerar-se que coexiste com recomendação expressa no - III PSECD 1980/85 - de contenção de despesas, presumindo-se, portanto, o aumento dos encargos sob as mesmas condições disponíveis. Deduz-se, assim, que essa liberação não deve redundar em gastos adicionais para os cofres públicos, ficando implícita a necessidade de adoção de estratégias passíveis de contornar tal dificuldade e que podem se traduzir no estímulo a uma linha de cursos de mais baixo custo operacional; na alocação de cursos e/ou faculdade, em salas cedidas e/ou alugadas e/ou na manutenção das taxas de matrícula, em níveis estacionários,ou mesmo,em sua redução.

Assim essa liberação torna-se suspeita, na medida em que não significa uma correlata expansão das condições que a tornem viável, demonstrativa do interesse de uma amplia

ção responsável da educação superior, mas de esgaçamento, como o diz Mendes (1983), das, já precárias, condições existentes para atendê-la.

Na Bahia, observa-se, a princípio, uma total sincronia entre as prioridades educacionais, estabelecidas a nível das políticas do Governo e as linhas nacionais do III PSECD - 1980/85, ao conferir maior ênfase à educação básica.

Essa coerência inicial é rompida no momento subsequente, quando o Governo, através da Secretaria de Educação e Cultura, mesmo reconhecendo a não prioridade do ensino superior, em face (segundo dados do próprio Plano), a análise da realidade dos graus precedentes de ensino[22], opta por sua expansão que vai se viabilizar através do projeto UNEB.

Duas conclusões decorrem do fato enunciado: Primeiro, de que essa opção deu-se em razão de motivos alheios à realidade educacional analisada, relativa aos graus precedentes do ensino; segundo, e em conseqüência, que tal decisão pode estar associada a interesses políticos que perpassam o Estado nesse momento, relacionados à crise da máquina estatal e avanço de oposição na Bahia.

O apoio a essa decisão, tanto por parte do Governo como do próprio Conselho Estadual de Educação, confirmado

---

[22] BAHIA. Secretaria da Educação e Cultura (1984). Plano de educação ... op. cit., p. 37.

por depoimento anterior, do representante da Secretaria da Educação, extrapola os limites do Estado, efetivando-se, também, na área federal através do MEC, que consegue neutralizar as objeções e exigências do Conselho Federal de Educação ao projeto UNEB.

Essa identidade de interesses, contudo, torna-se, igualmente, suspeita e contraditória, na medida em que não se traduz em meios reais de sustentação do projeto de expansão/interiorização da UNEB, uma vez que as condições postas à sua viabilização contrapõem-se à ênfase conferida, na prática, a esse grau de ensino.

Vale lembrar, a esse respeito, depoimentos do representante de órgãos de classe, do Corpo Docente e do representante da Pró-Reitoria de Planejamento da UNEB, já referidos anteriormente, além de declaração pública do seu próprio Reitor José Edelzuito Soares, ao revelar, com relação ao mesmo ano, em que se efetiva a autorização da UNEB (1986), a grave situação financeira por que passava essa instituição, com reflexos, inclusive, sobre cursos recém-criados, e comprometimento, já àquela altura, das propostas que o projeto encerrava.

Na prática, os anunciados benefícios sociais, que adviriam desse programa, são assim comprometidos pela outorga à comunidade de uma extensa, porém débil rede de escolas de ensino superior intensificada, sintomaticamente, em ano pré-eleitoral (1985), já deficitária, em sua origem, pe

las dificuldades para com questões básicas relativas ao seu funcionamento.

Dessa contradição inicial, decorre uma série de outras mais, entre o discurso e a prática, demonstrando, em seu conjunto, que a anunciada expansão/interiorização pode ter sido mais aparente do que real.

Assim, a nível do Plano e das políticas veiculadas pelos discursos oficiais, relacionadas à prática, algumas contradições, colocam-se de saída:

A primeira diz respeito ao argumento quanto à oportunizar um maior equilíbrio regional no atendimento à demanda de ensino superior.

A contradição situa-se no fato de que a primeira unidade de ensino superior, criada com a nova estrutura - FAEEBA (Faculdade de Educação) - dirige-se, não para o interior, mas para a Capital do Estado. E mais, cria-se, logo a seguir, mais uma unidade, também na capital - o CENCISA (Centro de Ciências da Saúde e dos Alimentos), comprometendo, claramente, os anunciados propósitos, quanto ao estímulo à interiorização, no sentido de oportunizar um maior equilíbrio regional no atendimento à demanda do ensino superior.

Essa contradição levanta dúvidas sobre o sentido real da anunciada interiorização, ao deixar transparecer o interesse prioritário em compor, a nível de Capital, o tripé: Universidade Federal, Particular e, agora, Estadual, o que

pode ter reduzido as ações voltadas para o interior a um nível de prioridade apenas aparente.

Um ponto, a reforçar essa tese, diz respeito à opção do Governo quanto a centralizar investimentos na RMS, em detrimento do Interior do Estado, inviabilizando, na prática, o próprio programa de interiorização do desenvolvimento (já referido no capítulo III), em cujo bojo estaria a educação superior.

Uma segunda contradição diz respeito à proposta de ampliação de vagas em 50%, para o ensino superior, em decorrência de sua retração no Estado, provocada, dentre outros fatores, pela estagnação de vagas na UFBA.

A despeito do considerável acréscimo de estabelecimentos de ensino superior estadual, na década de 80, não se pode afirmar que o mesmo tenha redundado em correspondente ampliação da oferta de vagas, e, portanto, na abertura de novas oportunidades educacionais no ensino superior, fato que se reflete na UNEB.

Como pode ser verificado no quadro 23 do capítulo IV, o incremento maior de vagas se dá, na virada dos anos 1980/81, com a primeira leva de faculdades criadas a essa época. A partir de então, as vagas mantêm-se, praticamente, estacionárias, ou mesmo apresentam forte redução, como é o caso de 1984.

Quanto à UNEB, especificamente, poder-se-ia, à primeira vista, argumentar que, de 1984 a 1987, tenha-se verifica

do,de fato, o aumento de 50% de vagas,previsto no Plano de Educação e Cultura do Estado do Governo João Durval. Toda via, esse aumento,conforme se observa no quadro 23 , ocorre a partir de uma estratégica subtração de vagas no início desse Governo (mais precisamente, no ano de 1984).

Desse modo, o aumento de 50% verificado, no período 1984/87, significa,na verdade, a devolução de vagas subtraídas no início dessa gestão governamental.

Assim, o argumento da necessidade da ampliação das oportunidades educacionais,em função da retração de vagas no Estado, como justificativa do programa de expansão/interiorização do ensino superior, dissolve-se, na prática, ao se levar em conta, que, independentemente da fase de expansão física que atravessa, o limite máximo de vagas, observado no período - 1.150 (no ano de 1986) - praticamente equivale ao ano de 1981, valendo frisar ainda, que o número de vagas, no último ano da série, é inferior ao observado para aquele ano.

Assim, cai por terra o argumento de "demanda reprimida do ensino superior na Bahia", como justificadora da criação da UNEB, segundo o qual se atribui a função de compensar, através do aumento de vagas, os limites impostos, nesse sentido,pela UFBA. Este argumento é negado,na prática, na medida em que o número de vagas da UNEB,em 1987 (950),é inferior ao observado nos anos imediatamente anteriores à sua criação, o que equivale dizer que,apesar da expansão

de estabelecimentos, não houve aumento de oportunidades educacionais na área de educação superior estadual.

É lícito supor-se, portanto, que o aumento de oportunidades educacionais e todas as obrigações dela decorrentes, o que o Estado, certamente, teria de arcar, não entraram na lógica da expansão, "reduzindo-se o empreendimento a um sintomático esforço de mobilização de interesses e atenções das comunidades para com atos de criação, autorizações, seminários, e pronunciamentos públicos, porém carentes do conteúdo real.

Um último ponto a considerar, diz respeito ao argumento da necessidade organizativa do sistema, com base regional, materializada na adoção do modelo multicampi, a partir do qual se defende a proposta de descentralização e autonomia das unidades de ensino superior.

Muito embora uma idéia mais precisa sobre esse ponto deva ser complementada por estudos junto às IES, os depoimentos de informantes, que vivenciaram, mais de perto, a problemática enfocada, com membros que são do corpo da UNEB, inclusive de seus órgãos colegiados, permitem supor que a proposta de descentralização e autonomia resultou muito mais numa possível centralização e perda de autonomia das unidades de ensino, tornando-as mais dependentes do poder central, do que em seu contrário. Não, porque o modelo implicasse, fatalmente, nessa determinação. Mas, porque, dentre as alternativas por ele facultadas, era o que, no momento, po

lítico considerado, tornava-se mais oportuno estimular e desenvolver.

Esse argumento conecta-se, com a percepção de alguns informantes, ao considerar que a estrutura organizacional proposta afigurou-se como uma estratégia de penetração, nos municípios, em um momento político, em que a reaproximação com essas unidades administrativas tornava-se essencial, permitindo, ao mesmo tempo, a centralização e o controle das ações que interessavam ao Governo.

Ao lado da vulnerabilidade dessa questão e de sua possível contradição, dissolvem-se os argumentos da ampliação de vagas, e, consequentemente, do aumento de oportunidades educacionais e da redução das desigualdades regionais, no atendimento da educação superior, inviabilizada pela ausência de condições reais de apoio, decorrente da própria conjuntura e da política interna do Governo.

Negada, na prática, pelas condições, que emergem do próprio quadro de realidade, é lícito supor-se que as ações, ligadas ao programa de interiorização do ensino superior estadual na Bahia, na década de 80, através da UNEB assumam um caráter mais ideológico, e, nesse sentido, mais aparente do que real, expressando-se, na leitura de realidade dos informantes, muito mais como uma estratégia política de sustentação do Governo, em um momento em que isso se tornava urgente e necessário frente às eleições, em novembro de 1986, que se avizinhavam e o avanço da oposição na Bahia.

CAPÍTULO VI

PROBLEMATIZAÇÃO DOS ACHADOS DA PESQUISA EM SUA DIMENSÃO SÓCIO-POLÍTICA - CONCLUSÃO

Não dispensando a leitura dos capítulos precedentes, para uma melhor compreensão da problemática enfocada, busca-se, neste capítulo conclusivo, arrolar hipóteses e desvendar os elos explicativos do significado sócio-político da ênfase conferida pelo Governo à expansão/interiorização do ensino superior estadual na Bahia, na década de 80, através da UNEB, discutindo-os à luz da cena política nacional e baiana.

A contradição que se coloca entre a ênfase conferida pelo Governo (estadual e federal) ao ensino superior estadual, através da UNEB, e a ausência de condições reais de apoio por ele oferecida (conforme o demonstrado anteriormente), configurando uma expansão mais aparente do que real, leva à seguinte indagação:

> Que motivações teriam levado o Governo, frente à conjuntura de crise dos anos 80, a enfatizar o programa de expansão/interiorização do ensino superior estadual na Bahia, através da UNEB (apesar de explicitada a sua não prioridade naquele momento)

e de relegá-la a segundo plano, em termos de atenção e de recursos?

Partindo do conteúdo analisado, duas respostas parecem plausíveis:

Primeiro, que houve uma determinação de cunho muito pessoal em enfatizar esse grau de ensino na Bahia, traduzida no anseio de realizar um grande feito na área da educação superior, independentemente de sua prioridade ou não, para o Estado ou do conhecimento das condições reais para a sua viabilização.

Segundo, que essas motivações podem ter extrapolado o nível pessoal para associarem-se a interesses maiores, situados no âmbito do próprio Estado ou mesmo fora dele.

Admite-se, contudo, que uma resposta não exclua a outra. Assim, sem descartar interesses de ordem pessoal, que possam ter sido envolvidos nesse projeto, a leitura realizada parece indicar que tais motivações têm a ver com importantes questões de ordem político-econômica, que emergem da conjuntura nacional, na fase aguda do processo de transição democrática, vivida pelo País a partir 1974, tendo, também, seu lado explicativo na própria natureza e características do Estado brasileiro.

A configuração do fenômeno, revelada pelos dados anteriores, em confronto com o contexto sócio-político e econômico já descrito, parece tornar lícita a hipótese de que a ênfase conferida pelo Governo à expansão / interiorização

da educação superior estadual na Bahia, na década de 80, tem a ver com o desenrolar do processo de abertura política no Brasil, período em que, contraditoriamente, acirram-se as lutas do Estado autoritário em relação à sociedade, na defesa e na manutenção do poder. Tais ações são, contudo, dificultadas pela crise política e econômico-financeira, que assola o País no período, aprofundando os desequilíbrios regionais, inclusive, a nível interno dos próprios Estados.

Independentemente de outras estratégias, o Governo pode ter vislumbrado nesse grau de ensino, que ainda detém grande prestígio, especialmente junto à comunidade, um forte instrumento de penetração nos municípios para reforço e/ou criação de novas bases de sustentação política, através da disseminação de faculdades. Pode ter vislumbrado, também, uma forma de desenvolver ações que pudessem repercutir politicamente junto aos municípios, compensando a ausência de condições de apoio, que se faziam necessárias à redução dos desequilíbrios regionais, frente à conhecida retração de apoio econômico-financeiro do Estado à esfera municipal, acentuada pela restritiva política financeira do Governo Federal para com os Estados e Municípios, à época.

Isso fica claro, ao considerar que os desdobramentos políticos que se sucederam ao desgaste do poder central passaram a exigir do Governo atenção para certas áreas do País, a exemplo da Região Nordeste, que se consubstanciava em um dos seus últimos redutos de apoio. Nesse sentido, tor

nava-se oportuno reforçá-las com medidas de grande repercussão social e de nenhum dispêndio, considerando a fase de transição política e de dificuldades financeiras.

Parafraseando Carvalho (1987), admite-se que os efeitos internos, gerados pelo próprio modelo de desenvolvimento econômico, ampliados pela conjuntura nacional, condenando certas regiões, a exemplo do Nordeste, à estagnação, ao atraso e à pobreza, nesse momento da política nacional, em que o apelo aos municípios/regiões dos Estados nordestinos tornava-se decisivo para impedir a derrota do Governo autoritário, podem ter colocado preocupações para o Estado brasileiro e, por extensão, à Bahia. Essas preocupações se traduziam na necessidade de encontrar formas de atendimento às reivindicações sociais, mesmo que em nível aparente, no sentido de reduzir e/ou controlar tensões entre as bases políticas municipais/regionais e o Estado brasileiro.

Isto posto, é cabível admitir-se que o Governo não hesitaria em lançar mão de estratégias compensatórias, acionando setores e/ou serviços manipuláveis em termos de dispêndios financeiros (jogando com a sua qualidade, ou mesmo descartando-a) e que pudessem lograr ampla repercussão social, como parece ter sido o caso da educação superior. Disseminada através de atos de criação e/ou implantação de cursos/faculdades e, sobretudo, de novas Universidades, o seu impacto social e nível de envolvimento local e, portanto, de manipulação são sem dúvida, muito elevados, e, nesse caso, politicamente vantajosos.

Cabe, pois, imaginar que a educação, no caso a superior, amplamente valorizada pela classe média, sobretudo, nas áreas urbanas do interior cada vez mais minadas pela oposição, (e de cujo apoio muito dependia o Governo, naquela conjuntura) tenha, dentre outras estratégias (através de um discurso de tom crescentemente social), entrado na lógica do jogo posto em ação, ainda que em uma dimensão puramente simbólica e/ou até ideológica dos seus propósitos.

Pelo que se depreende, a opção por esse grau de ensino (e não outro) deve-se a, pelo menos, dois fatores:

Primeiro, de que se trata de um jogo político entre Governo e classe média, considerando que o endereçamento do ensino superior, conforme aponta Prandi (1982) é, e sempre foi, a ela dirigido. Ao que tudo indica, esse jogo volta-se para municípios interioranos, onde havia interesse do Governo em prestigiá-los politicamente, uma vez que se tornava inviável apoiá-los financeiramente, pelos motivos já apontados. Contudo, esse jogo ocorre, não necessariamente por pressão política organizada dessa classe (de certo modo desmobilizada, na Bahia, durante o período autoritário), mas por opção, decisão ou outorga da própria classe política dirigente, interessada em fortalecer seus laços com esses setores, onde o ensino superior se destaca como instrumento de sua reprodução.

Segundo, ao descrédito, já fortemente, arraigado no seio dessa classe, com respeito ao ensino médio, sentimento esse acentuado pela falácia da profissionalização, imposta pe

la Lei 5692/71 de Reforma do Ensino de 1º e 2º graus.

Por outro lado, a opção por esse grau de ensino conecta-se, ao que parece, ao fato de que as estratégias utilizadas pelo Governo deveriam recair sobre o meio urbano."As eleições de 1974 mostraram que os redutos da oposição eram os centros urbanos e as regiões mais industrializadas do sul do País (MARTINS/88 p. 123). Esses centros tendiam a fortalecer-se como pólos de oposição, tornando oportunas, portanto, medidas que viessem a atender a certas aspirações naturais da comunidade, mas que funcionassem, também, como meio de enfraquecer as resistências, apresentando, assim duplá funcionalidade.

CUNHA (1975), referindo-se à tese de Celso de Rui Beisiegel sobre Ação política, e expansão da rede escolar, mostra que (com a retomada do processo eleitoral, permitindo o reestabelecimento de mecanismos de barganha política entre eleitores) a instalação de escolas tem sido um dos "meios de troca" preferidos. Acrescenta, ainda, que nos centros urbanos, onde já é maior a oferta de escolarização elementar para os trabalhadores, a barganha política tem sido feita pela instalação de ginásios (p. 263).

Nada impede que,no período em análise, com a retomada do processo eleitoral, essa barganha tenha se dado, jogando-se com escolas superiores.

Nesse sentido, o Governo Federal, através de brechas por ele mesmo abertas a uma aparente expansão desse grau

de ensino superior, e de expedientes que permitem regulá-la na direção desejada, abre as comportas em direção aos Estados do Nordeste, permitindo, através de autorizações, o crescimento do número de IES estaduais, conforme dados do capítulo IV, sem que isso se refletisse no aumento de matrículas.

Contribui, desse modo, para o reestabelecimento dos laços entre Estados e Municípios com a entrada em cena dos Governos Estaduais, nessas unidades administrativas, o que se torna essencial naquele momento.

É, sem dúvida, com esse objetivo e não outro, que a educação superior estadual na Bahia, através da UNEB, entra em cena nos termos apelativos da "interiorização". Assim, a ênfase conferida ao ensino superior estadual e, mais especificamente, ao programa de interiorização desse grau de ensino, através da UNEB, na década de 80, pelo Governo da Bahia, pode estar relacionada à crise em curso, nesse período, com relação ao quadro político baiano, historicamente dominado por partidos tradicionais do Governo - ARENA/PDS/PFL. Crise que se traduz na progressiva perda de espaço do partido do Governo, ao longo da chamada fase de transição democrática vivida pelo país, e que se esperava que culminasse com mudança dos atores e da cena política baiana.

Além de outros recursos utilizados para manter-se no poder, o Governo teria vislumbrado, nesse grau do ensino (superior), um instrumento de barganha política para reforço e/ou criação de novas bases eleitorais nos municípios inte

rioranos do Estado, que lhe dessem sustentação. Afigurou-se, portanto, como estratégia compensatória por excelência, frente à conhecida retração de apoio econômico do Estado da Bahia à esfera municipal, em decorrência da política financeira do Governo Federal para com os Estados e Municípios.

Na Bahia, a luta em defesa das bases de sustentação política, junto aos municípios interioranos, valia-se de um discurso, onde se destacava a prioridade do programa de interiorização do desenvolvimento, atribuída à "imperiosa necessidade de desconcentração das atividades dos órgãos centrais" [1], em cujo bojo incluia-se a estratégia de expansão da educação superior.

A realização dessa ambiciosa meta implicava na montagem de uma máquina burocrática de grande porte, cuja estrutura viabilizava e, ao mesmo tempo, legitimava estender os seus tentáculos a inúmeros municípios baianos, selecionados a critério dos interesses em jogo. Nesse sentido, o modelo organizacional adotado veio a ajustar-se, plenamente, a esses propósitos.

Enfatizava-se a grandeza dessa universidade, conclamada como "a Universidade do Sertão", buscando-se assegurar o crédito da comunidade em sua predestinação para o Sertão da Bahia e no êxito desse empreendimento.

Todavia, esse empreendimento não devia ser custoso aos cofres públicos.

---

[1] BOAVENTURA, Edivaldo M. (1984). Pela causa da educação e da cultura. Salvador, Secretaria da Educação e Cultura, p. 41.

Por isso, o aumento de despesas representava um risco que o Governo, certamente, não gostaria de correr. Primeiro, porque a situação financeira da época não era das mais propícias e segundo, porque, contraditoriamente, o Estado estaria fugindo às suas próprias funções, inclusive, como agência voltada para a defesa dos interesses capitalistas e, portanto, pouco interessado em comprometer o seu esforço nessa direção, dispendendo somas de recursos para a educação.

CUNHA (1975) ressalta que, no Brasil, a política de contenção na educação superior tem sido uma constante, apesar de sua ímagem oposta. Referindo-se à aparente política de liberação do ensino superior pelo poder público, na década passada, ressalta que a expansão do ensino superior, a taxas mais elevadas, era prejudicial à política econômica.

> Se esse crescimento de vagas nas escolas superiores se desse a um ritmo ainda maior, poderia haver um comprometimento do esforço do Estado na concentração de capital e/ou uma diminuição do desempenho de outros serviços públicos que, aliás, já não eram satisfatórios (p. 240).

Como conciliar, então, questões que se supõem opostas, ou seja: liberação de IES versus contenção de vagas/matrículas? E, como viabilizar tal estratégia?

Na Bahia, ao que parece, isso foi possível através de vários expedientes:

- Em alguns casos, com a simples criação de faculdades, sem o compromisso de colocá-las em funcionamento. Mesmo assim, já repercutindo, positivamente, como um primeiro

sinal de prestígio para a localidade "beneficiada" e seu representante político. Repercutindo, também, como uma satisfação dada pelo Estado às localidades, na falta de outros serviços e auxílios que não estavam podendo ser dispendidos, em face às restrições financeiras.

- Em outros casos, houve desativação ou a simples substituição de um curso por outro, mantendo-se, portanto, o mesmo número de vagas ou até reduzindo-o, para, em seguida, devolvê-los a comunidade. Resultando, daí, sua evolução meramente aparente, segundo o já demonstrado nos dois capítulos anteriores.

- A conciliação ainda se tornou possível, mediante a simples substituição do status jurídico da instituição, a exemplo da transformação de núcleos de ensino em faculdades. Isso implicava, na verdade, naquilo que mais interessava - ampliação da burocracia e hierarquias funcionais, possibilitada pela exigência (em se tratando agora de faculdades e não mais de núcleos) de uma estrutura mais complexa, que permitia contratações e preenchimento de cargos a nível local, atendendo, assim, a interesses do momento, sem que isso implicasse em aumento de vagas.

Todas as precauções são tomadas, para que essa aparente política de liberação de IES, endossada pelo Governo, não viesse trazer o risco de se tornar real, redundando em ônus para o poder público, virando-se, desse modo, como no dito popular, o feitiço contra o feiticeiro.

Esse ônus poderia decorrer tanto das despesas com a manutenção das faculdades, obrigações essas sempre dispendiosas (mesmo nivelando por baixo o seu padrão de qualidade) como de compromissos e obrigações futuras com a absorção dos próprios egressos dessas escolas, no que, certamente, não estaria interessado o Governo.

Não lhe interessando nenhum desses desdobramentos, ampliam-se as IES, alocando-as em escolas de 2º grau ou em salas cedidas. Introduz-se, correlatamente, mecanismos de contenção de vagas, subtraindo-as em 1984, para devolvê-las, em seguida, à comunidade.

Assim, a nível do discurso, apregoa-se um crescimento da oferta de vagas em 50% para o ensino superior estadual[2] e, na prática, adotam-se medidas que resultam em sua contenção, tornando a política de liberação uma simples aparência do real.

Com essa estratégia, o Governo atinge dois objetivos:

a) o político eleitoreiro, pela ampla repercussão social desse projeto, no momento em que se alardeiam os seus benefícios sociais, a partir da expansão de IES, criando-se expectativas quanto ao aumento de oportunidades educacionais; b) o de não ampliar suas obrigações financeiras com a educação, mantendo-as em níveis estacionários e, portanto, coerentes com suas funções de agência concentradora de capital.

---

[2] BAHIA. Secretaria da Educação e Cultura (1984) Plano de Educação e Cultura do Estado da Bahia: 1984-1987. Secretaria da Educação e Cultura. p. 92.

Desse modo, a abertura das comportas não implica liberação real, em termos de matrícula, em nada alterando, por conseguinte, a verdadeira política de contenção do ensino superior no período.

Assim, na Bahia, a expansão do ensino superior estadual, através da UNEB, não se traduz em aumento de matrículas. Como visto nos capítulos precedentes, essa expansão se traduz, de um lado, na ampliação do número de IES, dirigidas, dominantemente, para as áreas Norte e Nordeste do Estado - Sertão da Bahia - consideradas redutos do PDS, e caracterizadas por alto grau de ruralidade e de analfabetismo. De outro, essa expansão se dá pelo aumento do número de funcionários, sobretudo, do segmento técnico-administrativo que cresce no período, em níveis quase cinco vezes maior que o alunado. Crescimento esse que se acentua em períodos pré-eleitorais, traduzindo, claramente, o estilo patrimonialista e a relação clientelista no serviço público. Nesse sentido, a educação superior afigura-se como mais um recurso estratégico mobilizável, de custo regulável (a depender das áreas de destinação) e, sobretudo, de grande repercussão junto à comunidade.

Isso explica, em grande parte, o desinteresse do Governo da Bahia em incorporar ou mesmo fortalecer as instituições que já existiam no Estado carentes de apoio, mas de criar algo novo, que, no caso, trazia, em si, uma dupla funcionalidade: Primeiro, de compensar exigências locais não atendidas pelo Governo, ante os problemas financeiros do País;

e, segundo, de abrir uma nova brecha quanto à criação e distribuição patrimonialista de uma massa de cargos e empregos (com a vantagem de administração desse processo pela Secretaria).

Assim, o uso de cargos e sua distribuição patrimonialista trazia, como conseqüência mais imediata, a incorporação dos novos grupos beneficiados à ala clientelística do governo, reforçando e/ou fortalecendo a estrutura política governamental. No caso da Universidade, essa incorporação poder-se-ia dar tanto a nível das localidades beneficiadas pelas faculdades, ao considerar-se que, em geral, "são cargos de indicação 'pro-tempore' e, sendo assim, é um poder que se estabelece na região" (entrev. 10 p. 7), como a nível da própria administração central. Nesse último caso, propiciada por uma estrutura que incorporava nada menos que cinco Pró-Reitorias, e uma Assessoria com presença de 10 membros, sem contar uma massa de cargos de segundo e terceiro escalões, preenchida, nem sempre, por um processo democrático, tão ansiado pela comunidade universitária, mas por um processo autoritário de privilegiamento a grupos que, inicialmente, "identificados" com as bases, rendem-se aos valores do poder dominante, passando a compor um estamento burocrático, ligado ao chefe, ou no dizer de Maquiavel, ao "Príncipe", por laços de fidelidade pessoal, dispostos a colaborarem nessa estratégia do governo e a servirem, assim, aos seus propósitos eleitoreiros.

A chave da compreensão desse processo tem de ser bus-

cada na própria feição e natureza autoritária do Estado brasileiro, perpassado que é pela filosofia do patronato e do clientelismo, produto do elitismo de sua política, onde não há reconhecimento de sujeitos coletivos nem se negocia com eles. "Manda-se, e quando muito, concedem-se algumas vantagens ou favores aos indivíduos que, a critério do "patrão" (palavra cuja sobrevivência,de per si,já diz muito) 'merecem', e dos quais se espera em troca que continuem sendo 'leais'" (O'DONNELL, 1988, p. 77). E onde os partidos políticos disputam "o poder pelo poder", levando a que os integrantes de cada partido sejam vistos menos como seus adeptos, e mais como seus "clientes". Aí a fidelidade partidária é mantida à custa de negociatas, barganhas ou troca de favores com os mais variados setores constitutivos do eleitorado, onde não há identidade de ideal político, mas apenas a busca de satisfações pessoais, inclusive, de cargos e posições o que, por seu turno, tem levado fatalmente,ao uso e "inchamento" da máquina administrativa do Estado.

Assim, como diz Schwartzman (1988), a busca de poder político não é,simplesmente,feita para fazer prevalecer esta ou aquela política, mas visa à posse de um patrimônio de grande valor, o controle direto de uma fonte substancial de riqueza" (Schwartzaman/1988 p. 36). Com efeito, "a administração pública é vista como um bem em si mesmo, e a organização governamental tem as características de um patrimônio a ser explorado, e não uma estrutura funcional a

ser acionada para a obtenção de fins heterônimos"(p. 37/38).

Esse ponto explica,em grande parte,o "não interesse" do Governo do Estado em lutar por uma nova universidade federal para a Bahia,ou mesmo estadualizar instituições já existentes,como era o caso da FESPI. A despeito de toda oportunidade e prestígio,que existiu,para que isso se viabilizasse na primeira metade dos anos 80, considerando o apoio do Nordeste para a sustentação do Governo central, no período autoritário, o que se pretendeu, na verdade, foi criar uma nova estrutura universitária mais fácil de ser manipulada. Faltou,portanto, conforme frisa bem o informante 10,"buscar o atendimento dessa demanda no interior da política econômica do Governo federal,que era sustentada por esses grupos políticos do Nordeste,principalmente da Bahia" (entrev. 10, p. 9).

Nesse sentido, ao que parece,não houve uma incompetência dos representantes políticos da Bahia, como afirma o informante 10, em não tentar conseguir uma universidade federal para a Bahia, mas,sim,"muita competência" ou habilidade em descartar essa alternativa, que trazia,em si, menor poder local da manobra em termos eleitoreiros, optando-se por mais uma universidade estadual, que, embora frágil e inconsistente, detinha,em si,um grande potencial de manipulação política.

Essa estratégia tornava-se mais do que oportuna naquele período de luta do Governo contra o avanço da oposição na Bahia, luta que, aparentemente perdida, com as elei

ções de 1986 , se revela, por seus desdobramentos subsequentes, mais uma vez vitoriosa para o Governo.

No caso do Brasil, essa vitória expressa-se no impedimento de uma mudança legítima, através do voto popular, e na concretização de uma transição negociada, a partir de alianças entre correntes contrárias na sociedade que acabam por dar acesso, em virtude da morte do líder da oposição (Tancredo Neves), ao próprio ex-presidente do PDS no País - José Sarney - facultando, desse modo, o continuismo na administração pública.

No caso da Bahia, com as eleições de 1986, esta luta mostra-se aparentemente vitoriosa na substituição extensiva de suas forças conservadoras, redundando, entretanto, no continuismo da administração governamental.

A onda abusiva de criações de faculdades, sem que se façam conhecidos os critérios e as condições de exequibilidade dos projetos, denotam a permanência de um quadro que em pouco ou quase nada mudou.

A hipótese arrolada parece encontrar eco na realidade contextual, ao observar-se o nível de adesão, nesse projeto, por parte das esferas estadual e federal do Governo. Com efeito, a estratégia de disseminação de cursos e faculdades na Bahia encontra repentino apoio, não só do novo Governo do Estado, ao criar a UNEB três meses após a sua instalação, através de Lei Delegada e de órgãos educacionais do próprio Estado, como o Cons. Estadual de Educação, mas também

do próprio poder executivo federal - MEC/Presidência da República, interessado, obviamente, em apoiar a causa, que com sacrifício da qualidade poderia não ser onerosa aos cofres públicos frente aos possíveis lucros e dividendos, no que toca à sua promoção, junto ao eleitorado comum às duas esferas governamentais.

Essa adesão traduz, assim, uma suspeita comunhão de interesses entre as esferas estadual e federal, dado às próprias circunstâncias que envolviam a questão. Isso explica, em grande parte, o porquê do próprio Conselho Estadual de Educação (que, em administrações passadas, sempre se mostrara reticente à expansão do ensino superior na Bahia como testemunham os inúmeros obstáculos antepostos à autorização de cursos e faculdades, requerida em gestão anterior, inclusive, para municípios de porte, como Santo Antônio de Jesus, por exemplo) passar, em pequeno lapso de tempo, a autorizar, não só todos os pleitos requeridos anteriormente, mas uma massa de novos cursos e faculdades, culminando com a emissão de Parecer opinativo favorável à autorização de nada menos que duas novas universidades para a Bahia - a UNEB e a UESB fazendo vista grossa, principalmente no caso da primeira, às exigências de qualificação docente e de condições financeiras reais para seu funcionamento. Esse fato é confirmado pelo próprio representante da Pró-Reitoria de Planejamento (informante 04) para quem a UNEB foi autorizada, porque os dirigentes garantiram (para efeito de autorização, conforme se deduz)

os recursos exigidos, sem que jamais tenham sido aprovados. Acrescenta, ainda, que

> ... todo esse orçamento foi parte integrante dos documentos de autorização, agora, o que foi aprovado, não foi provavelmente escrito. (...). Então, não garantiram, não privilegiaram o que eles mesmos criaram, não deram a importância devida ao projeto que foi pensado" (entrev. 04, p. 20).

Pelo visto, não havia compromisso nem preocupações com a qualidade do que ia ser oferecido às comunidades, mas, apenas com as criações e com o lançamento e repercussão do novo. Atribui, assim, essa autorização ao fato de o MEC e o CEE terem se pautado, apenas, na análise das unidades, que já existiam, com cursos em funcionamento e já autorizados (entrev. 04, p. 20-1).

As condições reais e concretas para funcionamento de cursos, normalmente requeridas pelo CEE, são substituídas pelas condições de prestígio pessoal do Secretário da Educação, à época (ex-integrante daquele Colegiado), ao qual se dobra o próprio Conselho Estadual, conforme se deduz do depoimento do informante 05, ao justificar a presteza com que o CEE opina sobre as autorizações solicitadas:

> Eu diria que no caso da UNEB em particular, a liderança do Secretário foi altamente importante porque muitas vezes era só a liderança não tinha recursos nenhum (...) o papel dele como líder de querer fazer foi algo importante nessa consolidação (...) então, seu prestígio acadêmico pesou nas decisões do Conselho, quanto a andar rápido com os processos (entrev. 05, p. 15-7).

As facilidades criadas pelo CEE sensibilizam o próprio Secretário da Educação e Cultura, que, no ofício de en

caminhamento do Processo de Autorização da UNEB àquele Órgão, fez questão de frisar a sua colaboração especial no caso específico da UNEB:

> É de justiça ressaltar, neste ensejo, que a escalada de implementação do subsistema de educação superior do Estado da Bahia, em que está empenhado o atual Governo, está sendo extremamente facilitada pela sensibilidade dos eminentes Conselheiros desse CEE, na apreciação das propostas de interesse das instituições universitárias estaduais, muito especialmente dos pleitos relacionados com a UNEB[3]. (o grifo é nosso).

Facilidades de toda ordem, pelo que se confirma, são criadas para o êxito desse projeto, de claro interesse pessoal do Secretário e do Governo, a exemplo do fato conhecido de contratação, pela UNEB, de membro integrante do Conselho Estadual de Educação para prestar assessoramento à uma de suas Pró-Reitorias, onde processos de autorização de faculdades e da própria Universidade estavam sendo preparados.

Tais facilidades concorrem para que a UNEB seja autorizada sem dispor das garantias, sobretudo, econômico-financeiras para seu funcionamento e, muito menos, para o seu desenvolvimento, chocando-se, frontalmente, com a própria Resolução nº 03 (28 de fevereiro de 1983) do Conselho Federal de Educação, que dispõe sobre autorização e reconhecimento de Universidades.

---

[3] Ver ofício de encaminhamento do pedido de autorização da UNEB, ao CEE, datado de 29.05.1985, expedido pela, então, Secretaria da Educação e Cultura do Estado.

Precisamente, no que toca ao § 2º, do artigo 7º, dessa Resolução, o qual trata sobre a comprovação da capacidade econômico-financeira, por parte de instituições pleiteantes à autorização para o funcionamento, está posto o seguinte:

> A capacidade econômico-financeira constitui requisito essencial de forma a ficar demonstrada cabalmente a aptidão atual da mantenedora para instalar, colocar em funcionamento e manter, por prazo inicial razoável, a universidade pretendida (o grifo é nosso).

A omissão das condições reais da UNEB, por parte dos responsáveis pelo Processo de autorização, confirma-se a partir de declaração pública, feita à Imprensa pelo seu próprio Reitor - José Edelzuito Soares (em cuja administração, elaborou-se o referido processo) - sobre o estado de falência da Universidade; um mês após a sua autorização aí sim, demonstrando, cabalmente, a situação em que a mesma foi autorizada.

Através de entrevista concedida ao jornal - Correio da Bahia, em 12 de agosto de 1986, (portanto, um mês após a publicação do Decreto Federal nº 92.937, de 17 de julho de 1986, que autorizou a UNEB), o supra-citado Reitor chega a afirmar que a situação da UNEB era tão crítica àquela altura que ele se viu obrigado a vender os nove veículos que serviam à Instituição, por absoluta falta de recursos para mantê-los. Segundo suas declarações: "só restou o carro do Reitor, que só não foi vendido, porque serve para atender às autoridades, que chegam de fora para visitar ou lecio-

nar na Universidade"[4].

As dificuldades, geradas por um orçamento do qual se contava apenas com 3% para manutenção da Universidade, atingiam, não só os novos cursos, alguns dos quais, segundo ele, já nascendo falidos, como é o caso do curso de Nutrição e Tecnologia de Alimentos, mas dos próprios cursos já existentes na UNEB, como o de Química, por exemplo, dependente, há muito, de um laboratório específico.

A leitura de alguns trechos da entrevista do Prof José Edelzuito atesta as bases fluídas em que foi erguida essa "Universidade", as omissões para com o CFE, bem como a irrealidade da proposta de Universidade como tal, o que leva a refletir se a mesma não passou de simples armação ou de mera fantasia.

Veja-se o que diz a nota indicada:

> Criada há três anos com o objetivo de interiorizar o ensino superior, a UNEB - Universidade do Estado da Bahia, foi reconhecida no mês passado através do decreto assinado pelo presidente José Sarney. Contudo apesar do novo título, a Instituição, como todas as Universidades do País, está em dificuldades por causa dos recursos escassos, ainda mais que só conta com verbas do Governo do Estado, prejudicando, inclusive, a ampliação de cursos necessários para o desenvolvimento regional.
>
> Um dos cursos que pode ficar comprometido por falta de verbas é o que está sendo criado atualmente, o de Nutrição e Tecnologia de Alimentos com Planejamento. Segundo o Reitor da UNEB, José Edelzuito Soares, esse curso é de extrema importância dentro do atual contexto do país (...)

---

[4] UNEB, está em grave crise financeira. Correio da Bahia, Salvador, 12.08.1986, 1º cad., p. 5.

> Química - os recursos serão pedidos para o próximo orçamento da UNEB, mas o próprio Reitor não acredita que vá conseguir. Ele contou que há dois anos é pedida, no orçamento, verba para a implantação de um laboratório de Química - já que o curso só existe na UNEB - e sempre é negada. E acredita que terá dificuldades também para implantar novos cursos na área de educação, uma das principais metas da UNEB, com vistas a corrigir um problema crônico que existe no país e que, segundo afirmou, 'é uma vergonha', o analfabetismo (...) o orçamento da UNEB, de acordo com o Reitor, é dividido em três partes. A primeira, que representa 93 por cento, é para pagamento de pessoal. A segunda, de quatro por cento, para manutenção da Universidade. São cerca de Cz$ 6 milhões e 500 para manutenção da parte física, compra de material e equipamento, conta de água, luz, telefone, livros, e até criação de novos cursos e construções de novos prédios", (ver nota na íntegra - anexo 4).

As declarações do Reitor José Edelzuito Soares levam a concluir que a UNEB foi autorizada sem que dispusesse das condições oficialmente declaradas para sua viabilização, configurando-se, assim, uma omissão junto às próprias exigências da Resolução nº 3, do Conselho Federal de Educação, que dispõe sobre autorização e reconhecimento de Universidades.

Diante desse quadro, e levando-se em conta as exigências da referida Resolução, somente duas alternativas podem explicar a questão: ou se tentou negar a realidade, omitindo-se ao CEE, CFE e MEC a verdadeira situação, sobretudo, financeira da pretensa Universidade, quando do pedido de autorização parcelada das faculdades, e, subseqüentemente, quando da elaboração do seu próprio processo de autorização; ou isso ocorreu com pleno conhecimento e aquiescência daqueles órgãos, configurando-se, nesse caso, um pacto

de interesses entre as esferas federal e estadual (no sentido de fazer "vista grossa" à situação real).

É possível supor-se que a última alternativa só seria viável, caso interesses maiores, afetos às duas esferas, estivessem em jogo.

As análises, até aqui efetivadas, apontam para a segunda alternativa, deixando evidente a importância política, que representava esse projeto, não só do ponto de vista pessoal dos seus mentores, de vê-la autorizada ainda em sua gestão administrativa, mas do ponto de vista político para o Governo Estadual frente às eleições que se avizinhavam em novembro de 1986, considerando a ampla repercussão social que poderá advir desse ato.

A situação afigurava-se tão urgente que o, até então, austero e exigente Conselho Estadual de Educação - CEE é impelido de entrar no circuito, sendo levado a infringir, não só dispositivos legais do Conselho Federal de Educação (Resolução nº 15/84 do CFE) como suas próprias normas regimentais, para satisfazer a urgência dos interesses em jogo.

Atendendo a esses interesses, o CEE assume a análise do processo de autorização da UNEB, embora tal incumbência não lhe estivesse afeta, pelo seu regimento interno. Esse fato é confirmado pela própria Presidente da Câmara de Ensino Superior do CEE, Professora Joselice Macêdo Barreiro, ao referir-se às restritas competências previstas no Regimento desse órgão, no que concerne ao ensino superior, ou

seja - dar parecer opinativo nos processos de solicitação de funcionamento de novos cursos, em estabelecimentos isolados de ensino; aprovar a indicação de docentes para as unidades de ensino do Estado, quando solicitado, e apreciar ou elaborar normas. Esse fato é confirmado, ainda, ao ressaltar, quanto ao Regimento, que:

> mesmo com uma Universidade em funcionamento há uma década, ainda não prevê a análise de processos de autorização de universidades. Quando surgiu a situação, por exigência ministerial, o estudo foi feito à luz da legislação federal[5]. (O grifo é nosso).

A exigência ministerial, apontada pela Conselheira, demonstra, a um só tempo, a ingerência do setor executivo federal, e, sobretudo, o seu interesse nesse projeto. Assim, diante das resistências iniciais, impostas pelo Conselho Federal de Educação - CFE à apreciação do processo de autorização da UNEB (conforme referência anterior do próprio representante da Secretaria da Educação e Cultura), o MEC não relutou em "exigir" do CEE, mesmo fora de suas obrigações regimentais, análise e parecer opinativo ao processo, deixando claro que, no período em análise, nem mesmo os Conselhos ficaram isentos da interferência do poder executivo e dos efeitos das Leis Delegadas.

Aliás, esse ponto é clarificado pela própria Conselheira ao referir-se ao CEE:

> Também ele recebeu as consequências da última reforma administrativa, não só pelas modificações

---

[5] MACÊDO, Joselice (1987) O Ensino superior no sistema estadual. Salvador, mimeo.

> nele introduzidas por Lei Delegada, como pela influência de outros órgãos governamentais na sua discussão [6].

As infrações do CEE, "a título de colaboração" nesse projeto, não ficam restritas ao fato anterior, ou seja, de submeter-se a imposições superiores, mesmo ferindo a própria legislação, mas vai além, ao ser levado, "nesse trabalho colaborativo", a infringir dispositivos do próprio Conselho Federal, no caso, a Resolução nº 15/84, ao examinar novos pedidos de autorização de cursos da recém-autorizada UNEB, quando aquela Resolução exige um período de 5 anos para que universidades autorizadas solicitem autorização para novos cursos, deixando claro a existência de fortes interesses envolvidos com a questão.

O mais contraditório é que toda essa "colaboração" é emprestada ao projeto de expansão da UNEB pela Câmara do Ensino Superior do CEE (já ressaltada em depoimento do representante da Secretaria da Educação e Cultura), a despeito do seu reconhecimento de que essa expansão ocorreu "sem uma análise concomitante das condições financeiras do Estado" e "à mercê da pressão e dos interesses da política partidária" [7], atribuindo-se a responsabilidade desse quadro à inexistência de um órgão de acompanhamento das ações expansionistas desse grau de ensino na Bahia.

Numa espécie de crise de consciência, alerta-se para

---

[6] Id., Ibid., p. 8.

[7] Id. Op. cit. p. 8.

que "não se repitam os erros já cometidos e para que haja uma maior preocupação pelo padrão de qualidade dos cursos criados,"[8] do que se deduz que essa preocupação não foi levada na devida conta.

Quanto à esfera federal, ainda na gestão Figueiredo, o interesse em apoiar esse projeto é demonstrado pela "grande colaboração recebida do MEC na pessoa da Ministra da Educação Ester Figueiredo Ferraz (segundo palavras do, então, Secretário da Educação na Bahia - Edivaldo M. Boaventura).

No período subseqüente, inaugurado em 1985, com a chamada "Nova República", tendo como Presidente - José Sarney e como primeiro Ministro da Educação do seu Governo - Jorge Bornhausen (em cuja administração é autorizada a UNEB), fica mais do que evidenciada a permanência de valores e interesses do período anterior. Note-se que o Ministro Jorge Bornhausen tem sua nascente política no período autoritário, como Governador do Estado de Santa Catarina, pelo PDS, sendo, atualmente, senador pelo PFL (cisão do PDS).

O sintomático interesse do setor executivo federal nesse projeto (que consegue neutralizar, inclusive, as exigências iniciais, impostas pelo próprio CFE à autorização da UNEB, conforme referência do próprio Secretário da Educação da Bahia, à época) fica mais do que demonstrado com a visita à Bahia, em 31 de julho de 1986, exatamente, quatorze dias após a assinatura do Decreto de autorização dessa Universi-

---

[8] Id. Ibid. p. 10.

dade) do citado Ministro da Educação - oportunidade em que é "homenageado com uma placa de agradecimento por seu destacado empenho para autorização desta Instituição."[9]

Considerações finais

Por trás de um discurso de forte conteúdo ideológico, o que esteve, realmente, em questão, a partir desse projeto, conforme transparece das análises, foi, de um lado, a necessidade de atender a uma satisfação pessoal em realizar uma "grande obra" que marcasse passagem da administração educacional, onde o quadro de realidade pouco ou nada interessava, e, de outro, tentar reforçar bases eleitorais, já profundamente desgastadas pelo autoritarismo e situação financeira do País. Nesse sentido, a expansão/interiorização do ensino superior estadual na Bahia, através da UNEB, parece ter se constituído em mais uma estratégia, de suposta potencialidade, acionada pelo regime autoritário, na tentativa de assegurar as suas bases eleitorais, como resultado de uma articulação política entre as esferas estadual e federal (Governo do Estado/Secretaria da Educação e Cultura / Conselho Estadual de Educação do Estado da Bahia / Ministério da Educação e Cultura / Presidência da República.

Viabilizada através do aumento do IES e do corpo de servidores técnico-administrativos, configurou-se como uma estratégia compensatória por excelência, destinada a prestigiar municípios interioranos, desassistidos, financeiramente, pelo Estado, face à crise da economia nacional.

---

[9] Ver Boletim - UNEB (1986). Salvador: (5), jun/jul.

Traduzindo-se não em ampliação real e sim, meramente, aparente das oportunidades educacionais, o programa de expansão/interiorização do ensino superior estadual deslanchado pela Bahia na década de 80, através da UNEB, assume, assim, uma função dissimuladora do seu verdadeiro sentido, expressando-se como uma ação puramente simbólica e/ou ilusória. Filia-se, ademais, a uma estratégia mais abrangente, articulada pela esfera federal em direção ao Nordeste.

O mito subjacente à questão da interiorização do ensino superior está expresso na própria repartição espacial das ações de ensino superior estadual, em que fica evidenciada forte concentração dessas ações na capital, a qual detém, praticamente, a metade do alunado de toda a rede, em detrimento do interior, quadro esse que se mostra, totalmente em desacordo com o discurso de interiorização e perspectivas anunciadas pelo Governo.

Desse modo, a expansão/interiorização do ensino superior cumpre, a um só tempo, uma dupla função:

a) uma função político-partidária, associada a questões de legitimação e sustentação do Estado, expressa, de um lado, no apoio e prestígio aos municípios/regiões beneficiados, bem como às suas lideranças políticas locais/regionais. E, de outro, na geração de empregos para reforço e/ou ampliação do seu eleitorado, com abertura de uma ampla margem de cargos e funções nos diversos escalões da estrutura administrativa e técnico-acadêmica, requerida para a implantação e funcionamento, em cada localidade, dos cursos/faculdades;

b) uma função meramente ideológica, expressa na pseudo-abertura de oportunidades educacionais para as famílias de faixas médias da população, interessadas, por motivos os mais diversos, em adquirirem um título de grau superior, sem que fosse preciso deslocar-se para centros mais distantes, encontrando na faculdade um meio cômodo de realização pessoal e/ou profissional.

O quadro exposto só faz reforçar, mais uma vez, a tese da ausência de compromisso político com a educação neste País, e o seu uso indiscriminado para atender a interesses alheios à causa educacional, atitude essa, até certo ponto, compreensível dentro de uma sociedade de fortes traços patrimonialistas como é o Brasil.

Frente a esse quadro, a construção de uma universidade produtiva, crítica e transformadora, como pretendeu estabelecer-se a UNEB, em seu pedido de autorização de funcionamento[10], defronta-se com o duplo desafio: superar os resquícios do patrimonialismo e do clientelismo político na educação, bem como, assumir, em termos mais amplos, um projeto de desenvolvimento econômico e cultural, que coloque a cultura baiana em um novo patamar, integrando elementos de uma realidade nova.

Para tanto, há que se levar em conta a realidade brasileira e a forma particular de inserção da Bahia nesse

---

[10] BAHIA. Secretaria da Educação e Cultura (1985). Pedido de autorização de funcionamento da Universidade do Estado da Bahia - UNEB - v. 1 p. 13.

quadro, a partir da apreensão de suas especificidades culturais e econômicas. Daí ser necessário, conforme aponta Carvalho Neto,[11] levar em conta: a) a Bahia, de freqüentes conflitos rurais, que oscila sob esse prisma entre o segundo e terceiro lugar no Brasil, a demandar um grande centro de sociologia rural; b) a Bahia, que pretende ser o Estado de maior área irrigada no Nordeste; c) a Bahia, que está ocupando, celeremente, o oeste e os cerrados, inclusive, com culturas que não faziam parte do panorama baiano (soja); d) a Bahia de uma industrialização típica, característica de alta densidade de capital, apoiada em indústrias químicas, petroquímicas, metalúrgicas e de mineração; e) a Bahia, que tem a maior linha costeira do Brasil e que não dispõe de nada ou quase nada em matéria de estudos oceanográficos; f) a Bahia, de grandes manguezais a requerer, igualmente, estudos sobre a questão; g) a Bahia, que apresenta a maior diversidade de microclimas do Nordeste e que carece de estudos na área de biologia ambiental; h) a Bahia, que reúne todo um patrimônio artístico e cultural, que muitos não conhecem ou nem sequer percebem, destacando-se por uma cultura forte, característica e diversificada; i) a Bahia, de grande sincretismo religioso; j) a Bahia, dos Sertões e dos grandes símbolos ou centros místicos como o são Monte Santo e Canudos; l) a Bahia, que assiste a um acelerado processo de urbanização; m) a Bahia, de maior concentração de negros a requerer todo um aprofundamento de estudos em torno do assunto; n) a Bahia,

---

[11] Entrev. 11, p. 75-79.

da chamada "civilização do cacau", cuja propriedade e importância muitos não conhecem. Enfim, é toda uma realidade que precisa ser incorporada, ao se pensar a Bahia e ao preparar pessoal para pensar e agir sobre a Bahia, dados esses que necessitam ser retrabalhados, revitalizados e reinscritos, no patamar de um novo tempo, pela educação e pela Universidade.

A esse desafio somam-se, ainda, a necessidade de desenvolver a capacidade crítica, em termos de pensar, de avaliar, e de refletir sobre a realidade, e o desafio do atendimento de massa, o qual não se deve restringir, apenas, à ampliação e fortalecimento da educação básica, mas a um real atendimento à demanda universitária, sobremodo, como garantia de acesso a um saber qualificado.

Esse quadro exige que a educação, e, no caso específico, a Universidade, seja colocada em um outro patamar de importância e, sobretudo, de responsabilidade, preocupada em oportunizar à comunidade, condições reais (e não apenas aparentes) de acesso aos seus benefícios e, acima de tudo, a democratização do saber qualificado.

Dentro desse entendimento, a construção da Universidade tem de ser encarada, em outros termos, pois dela depende a cabeça e ações das gerações futuras, que serão responsabilizadas, historicamente, pelos rumos das transformações processadas no contexto em que atuam. Principalmente por isso, ela não deve ser vilipendiada, barateada ou usada inescrupulosamente para realizar fantasias individuais, sobretudo, através de propostas irreais, negociadas, vazias ou enganosas

lançando-a, em seguida, à sua própria sorte, expondo-a ao escárnio, ou quando não, à desmoralização pública.

Uma Universidade é algo que se constrói a partir de alicerces sólidos e não de soluções mágicas de Leis Delegadas que sufocam tanto a participação do Legislativo como da comunidade, na avaliação do seu papel social, oportunidade e viabilidade. Também não é cedendo, indevidamente, a pressões políticas ou "negociando favores que se constrói uma verdadeira Universidade"[12].

Motivações e pressões políticas sempre existiram e jamais deixarão de existir na área educacional. Por isso, faz-se mister, que os órgãos competentes da educação estejam atentos e vigilantes quanto à existência de condições reais para o apoio às propostas educacionais, ao atender as reivindicações políticas, impedindo uma expansão predatória, desordenada ou ilusória, de alto custo social para a comunidade e conseqüente enfraquecimento de instituições já existentes, que, de uma forma ou de outra, possam estar cumprindo, regularmente, suas obrigações.

Num Estado onde as carências educacionais exacerbam-se em todos os níveis, como é o caso da Bahia, ninguém pode colocar-se contra a instalação de faculdades, porém, é necessário exigir-se que ela se construa sobre bases verdadeiras.

Não há mais espaço para empreendimentos, que não sejam sérios e responsáveis, caso contrário, serão levados ao des-

---

[12] BAHIA. FUNDESP (1989) - UNEB - Diagnóstico e Perspectivas. Salvador.

crédito, penalizando não só a comunidade externa, mas toda a comunidade universitária nela envolvida: de um lado, seus professores e funcionários sobre os quais, mais diretamente, recai o peso de resgatá-la do descrédito social; de outro, ao seu alunado, pelas dúvidas e dificuldades, que poderão enfrentar lá fora, quanto ao reconhecimento social de sua formação intelectual.

Impõe-se, pois, uma mudança de mentalidade no trato da questão educacional, inclusive, de que é possível fazer educação independente de recursos.

Como dizia Anísio Teixeira, "resistindo a idéia de planejamento econômico-financeiro, insinuamos, implicitamente, que se pode fazer educação sem dinheiro" (Teixeira, 1976, p. 20). Urge uma mudança de orientação nesse sentido, uma vez que a verdadeira educação não é nem nunca foi barata ou,então, será sempre um simples arremedo.

Os efeitos de uma política de expansão, que não leva seriamente em conta as compatíveis exigências financeiras, são apontados por Mendes (1967),ao considerar que, numa democracia autêntica, o povo deve ter acesso à educação eficiente e não à educação aviltada. Segundo afirma,"a educação tem de ter nova dimensão no orçamento antes de se abrirem novas obrigações à sua conta" (p. 219), pois

> manter o mesmo fundo de recursos, aumentando o número dos que o partilham é promover a deterioração do ensino (...) Daí ser essencial reestruturar a escala de recursos para que a expansão seja um fluxo de bens reais e não de ilusões promocionais (p. 217).

Chama a atenção para o fato de que os novos compromissos assumidos pela educação sempre estão a envolver "parte dos recursos já vinculados a outros compromissos anteriores, o que significa a deterioração do ensino" senão, também, a perda de confiança na Universidade, redundando em sua falsa expansão. Refuta a idéia de que a educação, agora falsa, possa adquirir verdade com o tempo, ilusão essa, que nem a teoria nem os fatos justificam. "Uma iniciativa só seria suscetível de autocorreção com o tempo, se ela já possui no nascedouro virtudes germinativas" (p. 216).

Por outro lado, impõe-se, igualmente, uma mudança de mentalidade, de que o interior pode ser servido de escolas baratas e/ou improvisadas, uma vez que é, justamente, o interior que mais precisa de boas e bem montadas escolas.

Isso por considerar-se que, em geral, essas áreas não contam com uma gama de outros recursos e facilidades (disponíveis na capital) que possam compensar escolas de segunda ou terceira categoria.

Torna-se essencial, que as comunidades interioranas ponham-se em alerta contra fáceis anúncios de abertura de faculdades e/ou promessas oriundas, não raro, de agentes, que pouco ou nenhum compromisso mantêm com a verdadeira educação, daí,não se preocupando com as consequências dos seus atos. Em lugar de rótulos, devem exigir as provas concretas de sua real viabilização em que o padrão de qualidade, independa do espaço onde venham a ser implantadas: capital ou interior.

Cumpre, pois, ultrapassar a visão patrimonialista da educação, encarando-a como um bem social mais amplo, e portanto, no dizer de Trigueiro Mendes, visualizando a expansão do ensino superior como um verdadeiro empreendimento e não como uma festa.

BIBLIOGRAFIA

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso (1983), Texto, contexto e significados: Algumas questões na análise de dados qualitativo: Cad. Pesq., São Paulo: (45) 66-71.

ALMEIDA JUNIOR, A. (1956), Problemas do ensino superior, São Paulo: Nacional.

BRASIL. MEC. INEP. (1987) A educação nas mensagens presidenciais (1980-1986); Brasília: INEP.

_____. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria Geral. Política Regional de Educação, Cultura e Desporto, II. III Plano setorial de educação, cultura e desporto, 1980/1985. Brasília: MEC/CCS, reed. (Coletânea de Planejamento).

BAHIA. GOV. João Durval (1983). Programa de ação governamental para a Bahia. 1983-1987, Salvador.

_____. Secretaria da Educação e Cultura (1979) Desafios da educação e da cultura no Estado da Bahia. Salvador.

_____. Secretaria da Educação e Cultura (1984) Plano de educação e cultura do Estado da Bahia: 1984-1987, Salvador: Secretaria da Educação e Cultura.

BALOYRA, Enrique (1988), "Os vários momentos da transição política no Brasil - 1977/1981", In: W. Selcher (org.), A abertura política no Brasil - dinâmica, dilemas e perspectivas, São Paulo: Convívio.

BARDIN, Laurence (1977), Análise de conteúdo, Tradução de Luiz Antero Reto e Augusto Pinheiro, São Paulo: Martins Fontes.

BLOCK, Fred (1980), "Beyond relative autonomy: state managers as historical subjects". In: The social register, pp. 227-242.

BOAVENTURA, Edivaldo Machado (1984), Pela causa da educação e cultura. Salvador: Secretaria da Educação e Cultura.

BRAVERMAN, Harry (1981), Trabalho e capital monopolista. A degradação do trabalho no sec. XX, 3ª ed., Rio de Janeiro: Zahar Editores.

BRITTO, Luiz Navarro de (1982), Para uma política de Expansão do ensino superior, Brasília: mimeo. s/d.

_____. (1976), "Crise do Crescimento da Universidade Brasileira", Salvador: mimeo.

_____. (1987) "Educação, Desenvolvimento e Democracia". in: UFBA - CRH - Cadernos do CRH, Salvador, (7): 46-69.

CARDOSO, Fernando Henrique & FALETTO E. (1982) Dependência & desarrolho en America Latina, 3ª ed., México. Siglo Veintiuno Editores S.A.

CARDOSO, Fernando Henrique (1980), "Os impasses do regime autoritário: o caso brasileiro", In: Trabalho e dominação, Estudos CEBRAP, 26, Petrópolis: Vozes.

CARDOSO, Miriam Limoeiro (1978), Ideologia do desenvolvimento - Brasil: JK e J.Q., 2ª ed. Paz e Terra.

_____. (1981), Para o conhecimento dos objetos históricos - algumas questões metodológicas R. de Janeiro, mimeog.

CARNOY, Martin (1984). Educação, economia e estado: Base e superestrutura, relações e mediações. Trad. Dagmar M. L. Zibas. São Paulo: Cortez Autores Associados.

CARVALHO, Inaiá Moreira de (1987). O nordeste e o regime autoritário: discurso e prática do planejamento regional. S. Paulo: HUCITEC; [s.l]: SUDENE.

CARVALHO NETO, Joviniano Soares (1981), "os partidos políticos no Brasil: de 1945 a nossos dias", Cadernos do CEAS, Salvador. (73): 7-20, mai/jun.

_____. (1986), "Constituindo o Exercício da Cidadania", Cadernos do CEAS, Salvador: (101): 13-22, jan/fev.

_____. (1987), "Movimentos sociais, política eleitoral e partidária", Cadernos do CEAS, Salvador: (109): 9-17, maio/jun.

CERQUEIRA, Carlos Alberto Pedreira (1984), O ensino superior brasileiro no contexto político e sócio-econômico, Salvador: Academia Baiana de Educação.

CRUZ, Sebastião Velasco e MARTINS, Carlos Estevam (1984). "De Castello a Figueiredo: uma incursão na pré-história da abertura". In: SORY, Bernardo & ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de Almeida (orgs.), Sociedade e política no Brasil pós-64. 2ª ed. São Paulo. Brasiliense.

CRUZ, Sebastião Velasco (1988), "Empresários, economistas e perspectivas de democratização no Brasil", In: REIS, Fábio Wanderley & O'DONNELL, Guillermo. (orgs.), A democracia no Brasil - dilemas e perspectivas. São Paulo: Vértice.

CUNHA, Luiz Antonio (1975), "A expansão do ensino superior: Causas e consequências", Revista Debate e Crítica, (5): p. 42.

_____. (1983), A universidade crítica: o ensino superior na república populista, Rio de Janeiro: Francisco Alves.

_____. (1980), A universidade Temporã. O ensino superior da colônia à era de Vargas, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

CUNHA, Luiz Antonio (1975), Educação e desenvolvimento social no Brasil. Rio de Janeiro: Francisco Alves.

DEMO, Pedro (1985), Metodologia científica em ciências sociais, São Paulo: Atlas.

DINIZ, Eli (1982), Voto e máquina política, (Col. Estudos Brasileiros, v. 59), Rio de Janeiro: Paz e Terra.

DUVERGER, Maurice (1976), Ciência política - teoria e método, 2ª ed. Tradução de Heloisa de Castro Lima, Rio de Janeiro: Zahar Editores

EVANS, Peter (1982), "Reinventing the bourgeoisie: state entrepreneurship and class formation in dependent capitalist developement". American Journal of Sociology, v. 88, Supplement.

FAORO, Raymundo (1958), Os donos do poder - formação do patronato político brasileiro, 2ª ed. v. 3. Porto Alegre: Globo.

FAVERO, Maria de Lourdes do (1980), Universidade & poder. Análise crítica/fundamentos históricos: 1930-45, Rio de Janeiro: Achiamé.

FRANCO, A.A.M. (1980), História e teoria dos partidos políticos no Brasil, 3ª ed., São Paulo: Alfa-Ômega.

FREITAG, Bárbara (1979), Escola, estado e sociedade, 3ª ed. rev. São Paulo: Cortez e Moraes.

FRIGOTTO, Gaudêncio (1980), Política e financiamento da educação: sociedade desigual, distribuição desigual dos recursos. In: Caderno do CEDES. S. Paulo: Cortez Editora Autores Associados (5): 3-12.

FURTADO, Celso (1968), (Org.), Brasil: tempos modernos, Rio de Janeiro: Paz e Terra.

_____. (1972), Análise do modelo brasileiro, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

GIDDENS, Anthony (1984), Capitalismo e moderna teoria social, Presença.

GOLDMANN, Lucien (1986), Ciências humanas e filosofia - O que é sociologia?, 10ª ed. Tradução de Lupe Cotrim Geraude e José Arthur Gianotti, São Paulo: Di Fel

GUIMARÃES, Ary & CARVALHO NETO, Joviniano (1988), O voto da mudança - eleições Bahia/86, Salvador: Empresa Gráfica da Bahia.

HORTA, José Silvério B. (1975), "Expansão do Ensino Superior no Brasil. Mecanismos e Tendências", Revista de Cultura Vozes. Petropólis, 69(6): 29-48, ago.

IANNI, Otávio (1979), Estado e planejamento no Brasil (1930-1970), Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.

LACLAU, Ernesto (1978), Política e ideologia na teoria marxista, Rio de Janeiro: Paz e Terra.

LUCAS, Leila Saldanha (1982), States and social revolutions de: Theda Skocpol, Dados - Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro. 25 (1): 131-139.

KHÔI, Lê Thánh (1981), Éducation comparée, Paris: Armand Colin, 316 p.

MACÊDO, Joselice. Universidades estaduais - Uma visão crítica. A Tarde, Salvador, 29.04.1987.

_____. (1987), O Ensino Superior no Sistema Estadual, Salvador, mimeog.

MENDES, Durmeval Trigueiro, (1987), Existe uma filosofia da educação brasileira? In: SAVIANI, Durmeval, et alli. Filosofia da Educação Brasileira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

_____. (1967), Expansão do Ensino Superior no País In: Documenta , CFE, (71).

MARQUES, Antônio Emílio (1981). Despesas federais com educação - a loteria sem perdedores. CNRH/IPEA. São Paulo. Mimeog.

MARTINS, Luciano (1988), "A liberalização do regime autoritário no Brasil", In: G. O'Donnell, P. Schmitter e L. Whitehead (Orgs.), Transição do regime autoritário - América Latina, São Paulo: Vértice.

NUNES, Edson de Oliveira Nunes (1985), Tipos de capitalismo, instituciones 4 acción social: notas para una sociologia política del Brasil contemporáneo, Revista Dados, Rio de Janeiro. IUPERJ. (3): 57-83.

O'DONNELL, Guillermo (1988). "Hiatos, instituições e perspectivas democráticas". In: REIS, Fábio Wanderley & O'DONNEL, Guillermo (orgs.), A democracia no Brasil: dilemas e perspectivas. São Paulo: Vértice, Revista dos Tribunais.

_____. (1988). "Transições, continuidades e alguns paradoxos". In: REIS, Fábio Wanderley & O'DONNELL, Guillermo (orgs.), A democracia no Brasil: dilemas e perspectivas. S. Paulo: Vértice, Revista dos Tribunais.

PRANDI, Reginaldo (1982), Os favoritos degradados, São Paulo: Loyola.

OLIVEN, Arabela Campos (1981), O significado político da paroquialização do ensino superior no Brasil", Seletividade sócio-econômica no ensino de 1º grau, Rio de Janeiro, ANPED.

OLIVEIRA, Betty Antunes de (1981), O estado autoritário brasileiro e o ensino superior, São Paulo: Cortez Autores Associados.

POULANTZAS, Nicos (1977), Poder, estado e classes sociais, Tradução de Francisco Silva, Revisão de Carlos Roberto C. Nogueira, São Paulo: Martins Fontes.

RIBEIRO, Eliana Maria da Silva (1988), Rapport entre crise et marche du travail urbain au Bresil, dans les années 80-83. Paris (Memoire présenté à la Université de Paris 7 - Jussieu).

RICHARDSON, Robert Harry (1985), Pesquisa social - métodos e técnicas, São Paulo: Editora Atlas,

ROCHA, Roberto M. G. & DUARTE, Sebastião M. (1986) Interiorização Universitária; a experiência da Universidade Federal do Maranhão. Educação Brasileira, Brasília, 8(16): 177-84, jan./jun.

RODRIGUES, Neidson (1984). Estado, educação e desenvolvimento econômico. São Paulo: Cortez, Autores Associados.

SANTANA, Elizabete Conceição (1976), Distribuição espacial de oportunidades de ensino superior; uma análise dos padrões de oferta de vagas no processo de interiorização do ensino superior brasileiro, (Dissertação submetida ao colegiado do Curso de Mestrado em Educação da Universidade Federal da Bahia).

SANTOS, Oder José et alli (1978), "Expansão do ensino superior: características e tendências", Estudos e debates Brasília: (1) 43-59.

SAVIANI, Dermeval (1988), Política e educação no Brasil, São Paulo: Cortez Editora, Autores Associados.

SCHWARTZMAN, Simon (1988), Bases do autoritarismo brasileiro, 3ª ed. Rio de Janeiro. Campus.

SILVA, G.C. (1981), Conjuntura política nacional, o poder executivo e geopolítica do Brasil, Rio de Janeiro: José Olympio.

SKOCPOL, Theda (1986) "Bringing the state back in". EVANS P., RUESCHEMEYER, D. & SCHKOCPOL, Theda. Bringing the state back in, Cambridge University Press.

SOARES, G.A.D. (1975), "O novo estado na América Latina", Estudos CEBRAP, S. Paulo (13): p. 55-77.

_____.(1973), Sociedade e política no Brasil, São Paulo: Difel.

SOARES, José Edelzuito. A Universidade do Estado da Bahia a serviço do interior da Bahia. Rev. da Univ. do Est. da Bahia, Salvador, UNEB, 2(1):8-10, jan./jul. 1986.

STEPAN, Alfred (1985). "State Power and the Strenght of Civil Society in the Southern Cone of Latin America". s.n.t.

TEIXEIRA, Anísio (1976). Educação no Brasil. Textos selecionados - Brasília. MEC, p. 7-27.

THIOLLENT, Michel (1985), Crítica metodológica, investigação social e enquete operária, São Paulo: Polis.

TOURINHO, Maria Antonieta de Campos. O Imperial Instituto Bahiano de Agricultura. Salvador, UFBa., 1982 (Dissertação de Mestrado).

TRIPODI, Tony (1975). Análise da pesquisa social, Rio de Janeiro: Francisco Alves.

XAVIER, M.E.S.P. (1980), Poder político e educação de elite, São Paulo: Cortez /Autores Associados.

WEBER, Max (1944), Economía y sociedad: teoria da organização social, Trad. 4 nota preliminar por José Medina Echavarria). México.

_____. (1977), Economía y sociedad IV Tipos de dominancia, (Trad. José Ferrater Mora), México: Fundo de Cultura Econômica.

WILLADINO, Gildo (1985). Atlas da educação no Brasil. Rio de Janeiro. FAE, Secretaria de Ensino de 1º e 2º graus do MEC.

ANEXO 1

Instrumentos

UQAM/UNEB/UFBA

PESQUISA: "Crescimento do ensino superior estadual e seu significado sociopolítico"

INSTRUMENTO I - ROTEIRO DE ENTREVISTA

Informantes: pessoas ligadas ao sistema educacional (dirigentes ou ex-dirigentes, técnicos e docentes de órgãos relacionados à UNEB).

1. Que órgãos ou setores deveriam ser responsáveis pela definição das linhas ordenadoras de ações do ensino superior?

2. Como podem ser analisadas as ações desses órgãos, em termos de cumprimento ou não do seu papel, facilitando ou dificultando o desenvolvimento do ensino superior estadual?

3. Nesse caso, é possível admitir-se ter havido, de fato, uma política do ensino superior para o Estado na gestão anterior?

4. Em caso negativo - Por que? E quais as principais implicações do fato?

5. Em caso afirmativo - Em que consistiu concretamente essa política? (objetivos, previstos e alcançados - prioridades e critérios para a sua definição).

6. A que e a quem se pode atribuir a criação da UNEB?

7. A que se pode atribur a ênfase conferida pelo Governo do Estado da Bahia à expansão/interiorização ao ensino superior estadual deslanchado no início de 80 e intensificado a partir de 1983 através da UNEB, ou melhor, que sentido se poderia dar a esse fenômeno?

8. Que tipo de relação se pode fazer entre a expansão/interiorização do ensino superior na década de 80, com o quadro político-econômico à época?

9. Que funções cumpre esse crescimento/interiorização através da UNEB, ou seja, a quem e a que interesses respondem frente aos setores: econômico, político e social?

10. O que garantia a viabilização técnica e financeira do projeto UNEB?

11. O sistema contou efetivamente com recursos para a sua viabilização?

12. O que pode ter levado à decisão de expandir o ensino superior, considerando as conhecidas condições financeiras da Educação e da SEC e as conseqüências que poderiam gerar, tanto para as novas como para o agravamento das antigas unidades em funcionamento, cujo desempenho já primava pela precariedade, sem contar o 1º e 2º graus?

13. O que significa para a Secretaria de Educação, que já tem ao seu encargo o 1º e 2º graus, liderar esse processo de expansão do ensino superior?

14. Que papel o senhor(a) acha que as faculdades criadas cumprem junto à comunidade interiorana?

15. O senhor(a) vê como positiva ou negativa a questão da expansão/interiorização do ensino superior estadual deslanchado através da UNEB?

16. Como deveria se processar a interiorização, e através de que esfera (estadual, municipal, particular ou federal)?

17. Em que consistiu efetivamente a tão propalada regionalização do ensino superior (uma das metas da gestão passada (no que toca à UNEB)?

18. Em que critérios baseou-se, então, a Secretaria da Educação para efetivar a regionalização em relação à UNEB?

19. De que modo os cursos oferecidos atendem às necessidades e vocações regionais?

20. Que fatores ou interesses presidem o modelo organizacional adotado para a UNEB (sistema multicampi)?

21. Quais as implicações desse modelo em termos de conferir maior ou menor autonomia às unidades integrantes?

22. O sistema universitário estadual foi pensado para ser o que ele é hoje, ou seja, formado por três universidades, ou fatores circunstanciais alteraram a idéia original? Nesse caso qual era a idéia original, e que fatores a modificaram?

23. Qual o sentido das sucessivas reformas por que tem passado a UNEB a partir de 1979 (CETEBA - FCETEBA - SESEB - e finalmente UNEB)?

UQAM/UNEG/UFBA

PESQUISA: "Crescimento do Ensino Superior Estadual e seu significado sociopolítico"

INSTRUMENTO II - ROTEIRO DE ENTREVISTA

Informantes: sociólogos - políticos - historiadores - educadores.

A Bahia dispõe de 01 Universidade Federal (UFBA), 01 particular (UCSAL) e 03 Universidades Estaduais: Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS, Universidade do Sudoeste Baiano - UESB, e Universidade do Estado da Bahia - UNEB, essa última criada em 1983 através Lei Delegada com maior raio de abrangência em relação ao interior baiano.

1. A que se pode atribuir a ênfase conferida pela Secretaria da Educação da Bahia à expansão/interiorização do ensino superior estadual deslanchada no início de 1980 e intensificada a partir de 1983 através da UNEB, ou melhor, que sentido se poderia dar a esse crescimento?

2. Que tipo de relação se pode fazer entre a expansão/interiorização do ensino superior estadual, na década de 80, com o quadro político e econômico da Bahia, à época?

3. Que funções cumpre esse crescimento/interioriza
ção através da UNEB, ou seja, a quem e a que interesses
respondem, frente aos setores econômico, político e/ou
social?

4. Que papel você acha que cumprem essas faculda
des junto à comunidade interiorana?

5. Como se considera a liderança da Secretaria da
Educação nesse processo, frente às precárias condições
financeiras-e demais encargos com o 1º e 2º graus?

6. O senhor(a) vê como positiva ou negativa a ques
tão da expansão/interiorização do ensino superior esta-
dual deslanchado através da UNEB?

7. No seu entender como deveria se processar a in
teriorização do ensino superior, e através de que esfe-
ras (estadual, municipal, particular, federal)?

8. A atual organização espacial do sistema univer-
sitário,conforme mostra o mapa, expressa de fato uma
regionalização? Por que?

9. Analisando a oferta de cursos,verifica-se que a
grande maioria converge para a área de Ciências Humanas.
O que significa no seu entender, a opção por esses cur
sos, e que importância poderiam ter em termos de trans-
formação e desenvolvimento regional?

10. Que fatores ou interesses podem explicar o modelo organizacional adotado para a UNEB (sistema multicampi), com sede na Capital e agências escolares em outros municípios, mas, submetidas ao mesmo regime jurídico?

ANEXO 2

Quadros

Quadro 6

Características demográficas e educacionais das microrregiões do Estado da Bahia com indicação das que acolhem instituições estaduais de ensino superior

1	2	3	4	5	6	7		8		9		10		11		12		
Nº DA MICRO REGIÃO	MICRORREGIÃO	Nº MUNICÍPIO	FAC. ESTADUAIS (SITUAÇÃO EM 1987)	MUNICÍPIOS UNEB *	ÁREA	HAB/KM²		POP - 1970		POP - 1980		T.M.G.CRESCIMENTO POPULACIONAL		TAXA URBANIZAÇÃO		TAXAS DE ANALFABETISMO POP. DE 15 ANOS E MAIS		
						1970	1980	TOT.	URB.	TOT.	URB.	60/70	70/80	1970	1980	TOTAL	ANALFAB.	%
131	Chapadões do Alto R. Grande	12	1	Barreiras*	72.676	2,0	2,6	143.736	30.271	189.828	63.441	2,45	2,78	21,0	33,4	100.877	50.641	50,4
132	Chapadões do Rio Corrente	7			40.307	3,4	3,9	135.596	22.450	156.099	40.557	3,09	1,39	16,5	26,0	82.851	44.172	53,3
133	Baixo Médio S. Francisco	9			74.873	2,9	3,6	218.920	53.449	267.659	85.749	2,72	2,01	24,3	32,0	140.306	73.178	52,2
134	Médio São Francisco	4	1	B.Jesus da Lapa*	18.232	5,2	7,2	95.097	24.873	131.778	38.377	4,47	3,23	26,2	29,1	68.393	35.946	53,0
135	Chapada Diamantina Setentrional	13			21.963	9,9	12,60	217.241	58.093	276.532	93.156	4,14	0,24	26,7	33,7	146.125	63.410	43,4
136	Chapada Diamant. Merid.	31			45.891	8,2	9,1	378.135	64.905	418.489	85.209	1,34	1,02	17,2	20,3	239.866	118.694	49,5
137	Serra Geral da Bahia	25	1	Caetité*	35.091	11,7	13,5	408.846	77.728	472.197	121.679	2,26	1,43	19,0	25,7	264.357	139.354	53,0
138	Senhor do Bonfim	8	1	Sr. do Bonfim*	18.306	9,0	12,0	164.189	45.404	219.000	71.269	2,73	2,86	27,6	32,5	119.279	57.376	48,1
139	Piemonte da Diamantina	16	1	Jacobina*	22.837	14,5	16,8	330.166	88.733	383.853	128.575	1,91	1,46	26,7	33,5	206.280	104.480	51,0
140	Correiderias do S. Francisco	6	2	Juazeiro*	22.631	4,8	7,6	107.748	46.565	170.821	74.458	3,27	4,49	43,0	43,6	96.223	34.958	36,3
141	Sertão de Canudos	8	1	Euclides da Cunha*	72.676	9,6	11,5	210.422	28.157	251.219	39.928	3,02	1,77	13,3	15,9	134.086	75.283	56,1
142	Serrinha	12	1	Serrinha*	10.872	22,2	27,6	241.301	47.273	300.313	74.788	3,02	2,16	19,6	24,9	158.619	79.771	50,3
143	Feira de Santana	19	-	Feira de Santana	14.809	34,5	44,0	511.451	181.220	652.080	305.968	2,37	2,41	35,4	46,9	362.491	155.853	43,0
144	Jequié	23	2	Jequié	15.557	22,5	25,6	349.927	129.326	397.474	185.215	0,39	1,03	36,8	47,6	224.381	118.949	53,2
145	Planalto de Conquista	12	3	V. da Conquista	12.045	18,7	23,5	318.008	122.548	400.096	185.340	2,14	2,27	38,4	46,5	220.769	113.001	51,2
146	Pastoril de Itapetinga	6	2	Itapetinga	10.251	13,8	13,3	141.604	59.952	136.271	73.905	0,53	-0,38	42,2	54,2	75.515	40.810	54,0
147	Sertão de Paulo Afonso	6	1	Paulo Afonso*	10.954	10,2	13,4	111.561	48.489	146.591	73.087	4,38	2,68	43,2	49,8	79.279	41.491	52,3
148	Agreste de Alagoinhas	17	2	Alagoinhas *	12.755	28,3	34,2	360.466	110.125	435.662	161.642	1,33	1,88	30,5	37,1	240.937	129.301	54,0
149	Litoral Norte Baiano	6		Ribeira do Pombal*	5.103	13,2	14,4	66.358	17.897	72.010	31.454	0,74	0,81	27,0	43,6	38.651	22.482	58,2
150	Salvador	9	3	Salvador *	3.407	350,6	538,3	1.194.578	1.101.800	1.808.300	1.740.635	4,54	4,21	92,1	95,2	1.119.566	195.405	17,4
151	Recôncavo Baiano	26	1	Stª Ant. de Jesus*	6.497	73,9	83,6	480.174	224.806	542.770	299.394	0,21	1,22	46,8	55,1	306.561	137.532	45,0
152	Tabuleiros de Valença	8			6.245	22,3	31,3	139.451	48.850	195.446	66.463	1,29	3,34	35,0	34,0	106.915	62.195	58,2
153	Encosta do Planalto de Conquista	12			7.964	21,1	21,5	168.206	50.263	171.047	66.848	0,07	0,16	31,6	39,0	90.862	52.272	57,5
154	Cacaueira	28			17.091	36,9	48,4	629.924	327.380	824.897	455.359	1,25	2,68	51,8	55,2	458.237	206.180	45,0
155	Interior do Ext. Sul da Bahia	6			9.440	19,6	18,8	186.687	49.388	177.742	70.064	2,89	-0,48	26,4	39,4	93.938	53.372	57,0
156	Litorânea do Ext. Sul da Bahia	7	1	T. de Freitas*	17.421	10,5	13,8	183.678	27.257	237.225	34.685	3,66	2,64	14,8	14,6	128.314	69.342	54,0
	ESTADO DA BAHIA	336	24		559.951	13,41	16,92	7.493.470	3.090.360	9.455.392	4.667.247	2,39	2,31	41,2	49,4	5.303.678	2.275.648	43,7
	NORDESTE	1.375	-		1.542.271	18,59	22,97	28.150.008	11.706.463	34.861.907	17.586.464		1,95	41,0	50,4	20.108.467	9.365.137	46,6
	BRASIL	3.991	-		8.456.508	11,18	14,33	93.215.301	52.108.756	119.098.993	80.479.448		2,30	55,0	67,6	74.436.482	18.716.847	26,0

FONTE: FIBGE - Censo Demográfico da Bahia - 1970
Censo Demográfico da Bahia - 1980 V.I. - Tomo 4 - nº 15
Tabulações Avançadas do Censo Demográfico da Bahia - 1980.

1. Criadas e/ou ativadas.
2. Utilizou-se como referência básica para os totais da Bahia - Nordeste e Brasil, as Tabulações Avançadas do Censo Demográfico de 1980. A inexistência de dados segundo as microrregiões neste documento, exigiu a sua complementação com base no Censo Demográfico de 1980.

* Municípios que incorporam faculdades da UNEB

Quadro 13

Tipo de curso por faculdade oferecido pelo sub-sistema estadual de ensino superior

segundo as suas respectivas universidades em 1987

Nº	Tipo do curso oferecido		UNEB: Salvador – Centro Educ. Técnica	Salvador – Faculdade de Educação	Salvador – Cent. de Ciênc. Saúde e dos Alim.	Alagoinhas – Faculdade Formação de Prof.	Juazeiro – Faculdade Agronomia	Juazeiro – Fac. Filosofia Ciências Letras	Jacobina – Faculdade Formação de Prof.	Stº Antonio de Jesus – Faculdade Formação de Prof.	Caetité – Fac. Filosofia Ciências Letras	Senhor do Bonfim – Faculdade de Educação	Paulo Afonso – Centro Ensino Superior	Barreiras – Centro Ensino Superior	T. de Freitas – Faculdade de Educação	Serrinha – Faculdade de Educação	Euclides da Cunha – Faculdade de Educação	Mis. do Pondal – Faculdade de Educação	S. Jesus da Lapa – Faculdade de Educação	UEFS: Vitória da Conquista – Faculd. Formação Prof.	Vitória da Conquista – Escola Administração	Vitória da Conquista – Escola Agronomia	Jequié – Faculdade Formação Prof.	Jequié – Faculdade Enfermagem	Itapetinga – Escola Zootecnia	Itapetinga – Faculdade de Educação	UEFS: Feira de Santana	Total de Cursos Faculdades
01	Administ. de Empresas	- BACH.																			X						X	02
02	Agronomia	- BACH.					X															X						02
03	Biologia	- LIC.																									X	01
04	Ciências	- LIC.				X														X			X			(1)		04
05	Ciências Contábeis	- BACH.	X																		(1)						X	03
06	Ciências Econômicas	- BACH.																									X	01
07	Comunicação	- BACH.	X																									01
08	Desenho Industrial	- BACH.	X																									01
09	Enfermagem e Obstetrícia	- BACH.																						X			X	02
10	Engenharia Civil	- BACH.							X	X	X																X	01
11	Estudos Sociais	- LIC.																										03
12	Geografia	- LIC.																		X							X	01
13	Grad.Prof.P.Sup.Curric.2º Gr.	- LIC.	X																									01
14	História	- LIC.				X									(2)		(1)			X							X	03
15	Letras	- LIC.				X														X			X				X	05
16	Letras	- LIC.							X	X	X																	04
17	Matemática	- LIC.				X						X															X	03
18	Nutrição e Dietética	- BACH.			X																							01
19	Odontologia	- LIC.																									X	01
20	Pedagogia	- LIC.		X				X					(2)	(2)		(2)		(1)									X	07
21	Zootecnia	- BACH.																							X			01
	TOTAL		04	02	01	04	01	01	02	02	02	01	01	01	01	01	01	01	-	04	02	01	02	01	01	01	12	00

NOTA: 1- Se transitação na Com. Estad. de Educação - [illegible]
2- Previsto para 1988
3- Previsto para 1989

ANEXO 3

Relação das faculdades criadas e/ou ativadas a partir de 1980

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB

AÇÃO: Lei Delegada nº 66/83 de 1º/06/83 - D.O. de 02.06.83

ULAMENTO: DEC. nº 31.299 de 30.11.84

ATUTO: RES-CEE-1.544/85 de 30.08.85

ORIZAÇÃO/FUNCIONAMENTO - Dec. Federal nº 92.937 de 17.07. 86

.	UNIDADES UNIVERSITÁRIAS INTEGRANTES DA UNEB	ATO DE CRIAÇÃO	CRIADAS OU ATIVADAS NA DÉCADA DE 80
	Centro de Educação Técnica da Bahia - (CETEBA) Salvador-Bahia (1)	Port. Ministerial nº 111 de 19.02.68 e DEC 21455/69 de 29.09.69	
	Faculdade de Educação do Estado da Bahia (FAEEBA) Salvador-Bahia	Lei Delegada nº 66 de 1º de junho de 83	X
	Centro de Ciências da Saúde e dos Alimentos (CENSISA) Salvador-Bahia	Dec. nº 31.669 de 10.05.85 D.O. de 11 e 12.05.85	X
	Faculdade de Formação de Professores de Alagoinhas (FFDA) Alagoinhas-Bahia (1)	Lei Estadual nº 2.741 de 11.11.1969 D.O. de 12.11.69	
	Faculdade de Agronomia do Médio São Francisco (FAMESF) Juazeiro-Bahia (1)	Lei Estadual nº 1.537/61 de 26.10.1961 D.O. 08.11.61	
	Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Juazeiro (FFCLJ) Juazeiro-Bahia (1)	Lei Estadual 1.802/62 de 25.10.62 D.O. 26.10.62	X
	Faculdade de Formação de Professores de Jacobina (FFPJ) Jacobina-Bahia (1)	Lei 3.825 de 19.09.80 D.O. 23.09.1980	X
	Faculdade de Formação de Professores de Stº Antônio de Jesus (FFPSAJ) Santo Antônio de Jesus-Bahia (1)	Lei 3.810 de 30.06.1980 D.O. 01.07.1980	X
	Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Caetité (FFCLC) Caetité-Bahia (1)	Lei 1.802/62 de 25.10.62 D.O. 26.10.62	X

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB

AÇÃO: Lei Delegada nº 66/83 de 1º/06/83 - D.O. de 02.06.83

ULAMENTO: DEC. nº 31.299 de 30.11.84

ATUTO: RES-CEE-1.544/85 de 30.08.85

ORIZAÇÃO/FUNCIONAMENTO - Dec. Federal nº 92.937 de 17.07.86

UNIDADES UNIVERSITÁRIAS INTEGRANTES DA UNEB	ATO DE CRIAÇÃO	CRIADAS OU ATIVADAS NA DÉCADA DE 80
Faculdade de Educação de Senhor do Bonfim(FESB) Senhor do Bonfim-Bahia	Dec. nº 31.574 de 27.03.85 D.O. de 28.03.85	X
Centro de Ensino Superior de Paulo Afonso(CESPA) Paulo Afonso-Bahia (2)	Dec. nº 31.829 de 26.06.85 D.O. de 27.06.85	X
Centro de Ensino Superior de Barreiras (CESB) Barreiras-Bahia (3)	Dec. nº 31.830 de 26.06.85 D.O. de 27.06.85	X
Faculdade de Educação de Teixeira de Freitas Teixeira de Freitas-Bahia (4)	Dec. nº 34.370 de 11.02.87 D.O. de 12.02.87	X
Faculdade de Educação de Serrinha Serrinha-Bahia	Dec. nº 32.307 de 07.10.85 D.O. de 08.10.85	X
Faculdade de Formação de Prof. de Euclides da Cunha Euclides da Cunha-Bahia	Dec. nº 32.324 de 10.10.85 D.O. de 11.10.85	X
Faculdade de Educação de Ribeira do Pombal Ribeira do Pombal-Bahia	Dec. nº 32.344 de 15.10.85 D.O. de 16.10.85	X
Faculdade de Educação de Bom Jesus da Lapa	Dec. nº 33.129 de 14.05.86	X
TOTAL		14

ncorporadas à SESEB (Superintendência do Ensino Superior do Estado da Bahia) através Lei Delegada nº 12/80 de 30.12.80- D.O. de 31.12.80, e posteriormente incorpor
as à UNEB - Universidade do Estado da Bahia, através da Lei Delegada nº 66/83 de 1º/06/83 - D.O. de 02.06.83.

x-Núcleo de Paulo Afonso vinculado ao CETEBA.

x-Núcleo de Barreiras vinculado ao CETEBA.

x-Núcleo de Teixeira de Freitas vinculado à Faculdade de Formação de Professores de Alagoinhas

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA - UESB

ÃO: Lei Delegada nº 12 de 30.12.80

AMENTO: Dec. nº 28.169 de 25.08.81

UTO: Dec. nº 1.931 de 11.11.88

IZAÇÃO/FUNCIONAMENTO: Dec. nº 94.250 de 22.04.87

UNIDADES UNIVERSITÁRIAS INTEGRANTES	ATO DE CRIAÇÃO	CRIADAS OU ATIVADAS NA DÉCADA DE 80
Faculdade de Formação de Professores de Vitória da Conquista Vitória da Conquista-Bahia	Dec. nº 21.363/69 de 30.07.69	
Escola de Administração de Vitória da Conquista Vitória da Conquista-Bahia	Dec. 85.363 de 17.11.80	X
Escola de Agronomia de Vitória da Conquista Vitória da Conquista-Bahia	Dec. Fed. nº 90.842 de 23.01.85	X
Faculdade de Formação de Professores de Jequié Jequié-Bahia	Lei nº 2.852 de 09.11.70	
Faculdade de Enfermagem de Jequié Jequié-Bahia	Dec. Fed. nº 90.587 de 29.11.84	X
Escola de Zootecnia de Itapetinga Itapetinga-Bahia	Dec. Fed. nº 90.842 de 23.01.85	X
Faculdade de Educação de Itapetinga Itapetinga-Bahia	Decreto nº 90.841 de 23.01.85	X
TOTAL		05

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA - (UESF)

(UNICAMPI)

CRIAÇÃO:	Dec. Est. nº 20.647 de 10.04.68 cria a Fac. Est. de Educação de Feira de Santana. Lei nº 2.784 de 24.01.70 Cria a Fundação Universidade de Feira de Santana. Lei Delegada nº 12 de 30.12.80 Institue a Autarquia em regime especial
AUTORIZAÇÃO:	Dec. Fed. nº 77.496 de 27.04.76 Autoriza o funcionamento da Universidade Estadual de Feira de Santana
RECONHECIMENTO:	Portaria Ministerial nº 874 de 19.12.86 Reconhece a Universidade

---

ANEXO 4

Leis

Nota Jornalística

DIÁRIO OFICIAL - 31 de dezembro de 1980
(quarta-feira)

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

Lei Delegada nº 12 de 30 de dezembro de 1980

Extingue e cria entidades da Administração Descentralizada e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, no exercício da competência que lhe foi delegada pela Resolução nº 1.164, de 24 de setembro de 1980, da Assembléia Legislativa do Estado,

PROMULGA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Ficam extintas as seguintes entidades da Administração Descentralizada do Estado:

I - FUNDAÇÕES

a) Fundação de Saúde do Estado da Bahia - FUSEB;

b) Fundação para o Desenvolvimento de Comunidades do Estado da Bahia - FUNDESCO;

c) Fundação Baiana para o Trabalho - FUNTRAB;

d) Fundação Centro de Educação da Bahia - CETEBA;

e) Fundação Universidade de Feira de Santana;

f) Fundação Educacional do Sudoeste;

g) Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia - FPACB;

Confere com o original que me foi apresentado dou fé.
Salvador 10/04/1990
TABELIONATO DO 10º OFICIO
Bacharela
Sonia Bandeira
Titular

ANEXO 5

Matrizes

h) Fundação Centro de Desenvolvimento Comercial - CEDEC;

i) Fundação Centro de Desenvolvimento Industrial - CEDIN;

j) Instituto Rádio-Difusão Educativa da Bahia - IRDEB;

l) Fundação Centro de Planejamento da Bahia - CEPLAB;

m) Fundação Centro de Pesquisas e Estudos - CPE;

n) Fundação Universidade do Sul da Bahia.

II - EMPRESAS PÚBLICAS

a) Empresa de Pesquisa Agropecuária da Bahia - EPABA;

b) Empresa de Desenvolvimento Urbano e Articulação Municipal - INTERURB.

III - AUTARQUIAS

a) Faculdade de Agronomia do Médio São Francisco;

b) Faculdade de Formação de Professores de Alagoinhas;

c) Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Juazeiro;

d) Faculdade de Formação de Professores de Jacobina;

e) Faculdade de Formação de Professores de Santo Antônio de Jesus;

f) Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras de Caetité.

Art. 2º - As atividades afetas às entidades indicadas nos incisos I, letras a, b, c, e, f, g, h e i, e II, letras a e b, do artigo anterior, passam, respectivamente, à competência das seguintes autarquias, ora criadas:

Confere com o original que me foi apresentado dou fé.
Salvador, 20/09/1995

TABELIONATO DO 10º OFÍCIO
Bacharela
Sonia Bandeira
Titular

I - Instituto de Saúde do Estado da Bahia - ISEB;

II - Superintendência para o Desenvolvimento das Comunidades do Estado da Bahia - SUDESCO;

III - Superintendência Baiana para o Trabalho - SUTRAB;

IV - Universidade de Feira de Santana - UFS;

V - Universidade do Sudoeste - US;

VI - Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia - IPAC;

VII - Centro de Desenvolvimento Comercial - CEDEC;

VIII- Centro de Desenvolvimento Industrial - CEDIN;

IX - Instituto de Pesquisa Agropecuária da Bahia - IPABA;

X - Instituto de Desenvolvimento Urbano e Articulação Municipal - INTERURB.

Art. 3º - Ficam criados, sob forma autárquica:

I - a Superintendência de Ensino Superior do Estado da Bahia - SESEB, que funcionará como instituição mantenedora das Faculdades indicadas no inciso III do artigo 1º e outras que venham a ser instituídas como unidades de ensino universitário, bem como dos cursos mantidos pela extinta Fundação Centro de Educação Técnica do Estado da Bahia - CETEBA;

II - o Centro de Planejamento e Estudos - CPE, que absorverá as atividades das extintas Fundações Centro de Pesquisas e Estudos e Centro de Planejamento da Bahia.

TABELIONATO DO 10º OFICIO
Bacharela
Sonia Bandeira
Titular
Salvador-Ba.

Confere com o original que me foi apresentado dou fé.
Salvador, 20/04/1990

Bacharela Sonia Bandeira

Art. 4º - As atividades a cargo da extinta Fundação Instituto Rádio-Difusão Educativa do Estado da Bahia passam à competência de órgão em regime especial de administração centralizada, sob a mesma denominação.

Art. 5º - As entidades e órgão criados nesta lei vinculam-se às mesmas Secretarias a que pertenciam as entidades extintas.

Art. 6º - O patrimônio das entidades extintas, revertido ao Estado, fica, de logo, afetado às entidades que as substituirem.

Art. 7º - Os dirigentes das entidades extintas ficam autorizados a praticar, em nome das entidades criadas, os atos necessários à continuidades dos serviços, até a definitiva estruturação das novas entidades, que deverá ocorrer no prazo de 90 (noventa) dias.

§ 1º - Incumbe-lhes, também, no mesmo prazo, adotar as providências destinadas à ultimação do processo de extinção, tais como inventário, tombamento dos bens e atos correlatos.

§ 2º - As atribuições previstas neste artigo serão exercidas, em relação à autarquia Centro de Planejamento e Estudos - CPE, conjuntamente, pelas Diretorias das extintas Fundações Centro de Planejamento da Bahia - CEPLAB e Centro de Pesquisas e Estudos - CPE.

Art. 8º - Com vistas ao aproveitamento dos dirigentes e empregados das entidades extintas, em exercício na data

Confere com o original que me foi apresentado dou fé.
Salvador, 20/04/1974
TABELIONATO DO 10º OFÍCIO
Bacharela
Sonia Bandeira
Titular

de publicação desta lei, ficam criados os cargos em comissão e efetivos necessários, observadas as normas gerais da Lei Delegada nº 11, de 29 de dezembro de 1980.

Art. 9º - O Poder Executivo, mediante decreto e no prazo de 90 (noventa) dias, promoverá a estruturação das entidades e órgão criados, definindo-lhes, inclusive, os respectivos quadros de pessoal.

Art. 10 - O Poder Executivo promoverá as modificações de ordem orçamentária necessárias ao cumprimento do disposto nesta lei, mediante decretos de abertura de créditos suplementares ou especiais ao Orçamento Estadual para o exercício de 1981, respeitados os valores globais nele consignados às entidades extintas.

Art. 11 - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em 30 de dezembro de 1980.

ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

PLÍNIO NARIANI GUERREIRO

TABELIONATO DO 10º OFICIO
Bacharela
Sonia Bandeira
Titular
Salvador-Ba.

Confere com o original que me foi apresentado e dou fé.
Salvador, 20/04/1990

Bacharela Sonia Bandeira
Tabeliã do 10. Ofício

DIÁRIO OFICIAL - 02 de junho de 1983
(quinta-feira)

LEI DELEGADA Nº 66 DE 01 DE JUNHO DE 1983

Cria a Universidade do Estado da Bahia - UNEB e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, no exercício da competência que lhe foi delegada pela Resolução nº 1176, de 03 de dezembro de 1982, da Assembléia Legislativa do Estado,

PROMULGADA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica criada, nos termos da Lei Federal nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, a Universidade do Estado da Bahia - UNEB, sob a forma de autarquia em regime especial, vinculada à Secretaria da Educação e Cultura, com personalidade jurídica de direito público, autonomia acadêmica, administrativa e financeira e patrimônio próprio.

Parágrafo único - A Universidade do Estado da Bahia, com sede e foro na Cidade do Salvador e jurisdição em todo o território do Estado, gozará das franquias e privilégios da administração centralizada.

TABELIONATO DO 10º OFICIO
Bacharela
Sonia Bandeira
Titular

Confere com o original que me foi apresentado dou fé.
Salvador, 20/04/1990
Bacharela Sonia Bandeira
Tabeliã do 10º Ofício

Art. 2º - A UNEB tem por finalidade desenvolver, de forma harmônica e planejada, a educação superior, promovendo a formação; o aperfeiçoamento dos recursos humanos, a pesquisa e extensão, bem como estimulando a implantação de cursos e campí universitários nas regiões do Estado, observadas as suas peculiaridades, bem como a legislação federal pertinente.

Art. 3º - A Universidade do Estado da Bahia - UNEB, estruturada sob a forma de um Sistema Multicampi de Educação Superior, fica constituída pelas seguintes unidades:

I - Faculdade de Agronomia do Médio São Francisco;

II - Faculdade de Formação de Professores de Alagoinhas;

III - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Juazeiro;

IV - Faculdade de Formação de Professores de Jacobina;

V - Faculdade de Formação de Professores de Santo Antonio de Jesus;

VI - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Caetité;

VII - Centro de Ensino Técnico da Bahia - CETEBA;

VIII- Faculdade de Educação da UNEB.

Parágrafo Único - Integrarão a UNEB, mediante decreto, outras Unidades de Educação Superior implantadas ou que venham a ser instituídas pelo Poder Executivo.

Art. 4º - Será assegurada autonomia para gestão de assuntos acadêmicos, administrativos e financeiros às uni-

Confere com o original que me foi apresentado dou fé.
Salvador, 20/04/1990
TABELIONATO DO 10º OFICIO
Bacharela
Sonia Bandeira
Titular

dades de educação superior, que são destituídas de personalidade e patrimônios próprios.

Art. 5º - Ficam extintos o Departamento de Ensino Superior e Aperfeiçoamento de Pessoal - DESAP, órgão integrante da estrutura da Secretaria da Educação e Cultura, e a autarquia Superintendência de Ensino Superior do Estado da Bahia - SESEB.

Parágrafo Único - OS dirigentes do órgão e da entidade referidos neste artigo praticarão, até a estraturação da Universidade do Estado da Bahia - UNEB, os atos indispensáveis ao desempenho de suas atividades.

Art. 6º - Para a consecução de sua finalidade, poderá a UNEB firmar convênios, contratos e ajustes com instituições públicas e privadas, nacionais, estrangeiras ou internacionais.

Art. 7º - A administração da UNEB será exercida pelos seguintes órgãos:

I - Conselho de Administração;

II - Reitoria;

III - Conselho Universitário;

IV - Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Parágrafo Único - A competência dos Órgãos aludidos neste artigo será estabelecida no Estatuto e no Regimento da UNEB, a serem aprovados pelo Governador do Estado.

Confere com o original que me foi apresentado dou fé.
Salvador, 20/04/1990

TABELIONATO DO 10º OFICIO
Bacharela
Sonia Bandeira
Titular

Art. 8º - O Conselho de Administração tem a seguinte constituição:

I - o Secretário da Educação e Cultura, que o presidirá;

II - o Reitor da Universidade do Estado da Bahia;

III - o Reitor da Universidade Estadual de Feira de Santana;

IV - o Superintendente da Universidade do Sudoeste;

V - o Procurador Geral do Estado;

VI - o Secretário do Planejamento, Ciência e Tecnologia;

VII - o Secretário da Administração;

VIII- quatro (04) membros escolhidos pelo Governo do Estado, entre pessoas de ilibada reputação e notória competência no campo educacional, oriundos das diversas regiões abrangidas pela UNEB.

§ 1º - Os membros do Conselho de Administração, nomeados pelo Governador do Estado, serão substituídos, em suas ausências e impedimentos, pelos respectivos suplentes.

§ 2º - Enquanto não se constituir o Conselho de Administração da UNEB; as atividades de orientação e deliberação superior serão exercidas pelo Secretário da Educação e Cultura.

Art. 9º - O primeiro Reitor da UNEB, bem como o Vice-Reitor, serão de livre escolha e nomeação do Governador do Estado; em caráter pro tempore, até que sejam instalados os órgãos deliberativos competentes para sua indicação.

Confere com o original que me foi apresentado dou fé.
Salvador, 20 / 04 / 1990

TABELIONATO DO 10º OFÍCIO
Bacharela
Sonia Bandeira
Titular

Art. 10 - Enquanto não estiverem instalados o Conselho Universitário e o Conselho Superior do Ensino, Pesquisa e Extensão, as suas competências serão exercidas pelo Conselho de Administração.

Art. 11 - A estrutura acadêmica e administrativa da UNEB será definida no Estatuto e no Regimento Geral, atendidas as disposições da presente lei e das normas que disciplinam a educação superior.

§ 1º - Até a sua definitiva estruturação, à UNEB contará com serviços acadêmico, administrativo, financeiro, jurídico, de pesquisa e de assessoramento ao Reitor, a serem estabelecidos por ato do Poder Executivo.

§ 2º - As unidades referidas no artigo 3º desta lei manterão sua atual organização interna, administrando suas atividades, até a definitiva estruturação da UNEB, nos termos do art. 8º da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968.

Art. 12 - Constituem receitas da UNEB:

I - dotações orçamentárias;

II - rendas patrimoniais e as provenientes da prestação de seus serviços;

III - produtos de operações de crédito;

IV - subvenções, auxílios e legados;

V - outros recursos eventuais ou extraordinários que lhe forem atribuídos.

Confere com o original que me foi apresentado e dou fé.
Salvador, 20/04/1990
Bacharela Sonia Bandeira
Tabelia do 10. Ofício

TABELIONATO DO 10º OFICIO
Bacharela
Sonia Bandeira
Titular
Salvador-Ba.

Art. 13 - Constituem patrimônio da UNEB:

I - bens, direitos e valores pertencentes ao Departamento de Ensino Superior e Aperfeiçoamento de Pessoal - DESAP, à Superintendência de Ensino Superior do Estado da Ba- Bahia - SESEB, e às unidades de ensino a que se refere o art. 3º desta lei, ou por eles administrados ou utilizados, a serem devidamente identificados, avaliados e transferidos;

II - bens, direitos e valores que, a qualquer título, lhe sejam assegurados ou transferidos;

III - o que vier a ser constituído na forma legal.

Parágrafo Único - Os bens e direitos da UNEB serão utilizados, exclusivamente, no cumprimento de seus objetivos, permitida, a critério do Conselho de Administração, a aplicação de uns e outros para obtenção de rendas destinadas ao atendimento de sua finalidade.

Art. 14 - A Universidade Estadual da Bahia disporá de quadros próprios de pessoal, submetidos ao regime estatutário ou da legislação trabalhista.

§ 1º - Integrarão os quadros de pessoal da UNEB, sob os regimes estatutário ou trabalhista, conforme o caso, os servidores das unidades de ensino aludidas no art. 3º desta lei, inclusive os pertencentes a seu corpo docente, obedecidas, quanto a estes, as disposições da Lei Estadual nº 3.905/81.

Confere com o original que me foi apresentado dou fé.
Salvador, 20/04/1990

Bacharela Sonia Bandeira
Tabeliã do 10.º Ofício

TABELIONATO DO 10º OFICIO
Bacharela
Sonia Bandeira
Titular
Salvador-Ba.

§ 2º - Os funcionários da extinta Superintendência de Ensino Superior do EStado da Bahia - SESEB, deverão optar, no prazo de 60 (sessenta) dias da publicação desta lei, pelo seu aproveitamento na UNEB, podendo, em caso negativo, ser redistribuídos pelos órgãos centralizados e autarquias da Secretaria da Educação e Cultura.

§ 3º - Os servidores da SESEB regidos pela legislação trabalhista serão integrados nos quadros da UNEB, que sucederá à entidade extinta em todas suas obrigações trabalhistas.

§ 4º - A UNEB poderá ter à sua disposição servidores da administração centralizada e descentralizada do Estado.

Art. 15 - O Conselho de Curadores, a quem sobre a fiscalização econômico-financeira da Universidade, terá sua disposição e funcionamento disciplinados no Regimento, obedecido o disposto no art. 15 da Lei nº 5.540/68.

Art. 16 - Ficam subrogados em favor da UNEB todos os direitos e obrigações decorrentes de contratos, convênios, acordos e ajustes celebrados pela Superintendência de Ensino Superior do Estado da Bahia - SESEB.

Art. 17 - Para efeito da jurisdição das diversas Universidades Estaduais e dos campi que vierem a ser criados, o Distrito Geo-Educacional do Estado da Bahia será dividido em distritos universitários, e aprovado por ato do Governador do Estado.

Confere com o original que me foi apresentado dou fé.
Salvador, 20/04/1990
Bacharela Sonia Bandeira

TABELIONATO DO 10º OFICIO
Bacharela
Sonia Bandeira
Titular
Salvador - Bahia

Art. 18 - Os cargos em comissão da UNEB são os constantes do Anexo Único desta lei.

Art. 19 - Fica o Poder Executivo autorizado a:

I - praticar, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, os atos regulamentares, estatutários e regimentais que decorram, implícita ou explicitamente, do disposto nesta lei, inclusive os que se relacionem com pessoal, material e patrimônio;

II - efetuar, mediante decreto, as modificações orçamentárias decorrentes do disposto nesta lei.

Art. 20 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em 01 de junho de 1983.

JOÃO DURVAL CARNEIRO
Governador

WALDECK VIEIRA ORNELAS
Secretário do Planejamento, Ciência e Tecnologia

EDIVALDO MACHADO BOAVENTURA
Secretário da Educação e Cultura

BENITO DA GAMA SANTOS
Secretário da Fazenda

TABELIONATO DO 10º OFÍCIO
Bacharela
Sonia Bandeira
Titular
Salvador-Ba.

Confere com o original que me foi apresentado dou fé.
Salvador, 20/04/1990

Bacharela Sonia Bandeira
Titular do 10º Ofício

DIÁRIO OFICIAL - 07 de março de 1983
(Segunda-feira)

CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO

Resolução nº 3 de 28 de fevereiro de 1983

Dispõe sobre autorização e reconhecimento de Universidades.

O Presidente do Conselho Federal de Educação, tendo em vista os arts. 10 e 11 do Regimento, assim como os termos do Parecer nº 538/82, de 05/10/82, homologado pela Senhora Ministra da Educação e Cultura,

R E S O L V E:

Art. 1º - A criação e o reconhecimento de universidades far-se-ão, nos temos da legislação vigente, consoante as presentes normas.

Art. 2º - O funcionamento de qualquer universidade será precedido: a) de ato de reconhecimento, quando criada a partir de estabelecimentos de ensino superior pré-existentes; ou b) de ato de autorização, quando inexistentes estes.

Art 3º - Observados os que forem estabelecidos em lei, especialmente os previstos no art. 11 da Lei nº 5.540/68,

Confere com o original que me foi apresentado, dou fé.
Salvador, 20/04/1990
TABELIONATO DO 10º OFÍCIO
Bacharela
Sonia Bandeira
Titular

o projeto de universidade deverá também respeitar os seguintes requisitos essenciais quanto à entidade mantenedora:

a) não distribuir qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas a título de lucro ou participação nos resultados;

b) aplicar integralmente no País os seus recursos, na manutenção dos objetivos institucionais;

c) manter escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão;

d) respeitar os tetos que venham a ser estabelecidos, no que se refere a superávits financeiros, variações patrimoniais positivas e gastos com pessoal de direção e administração, em cada exercício social;

e) estar constituída de tal forma que torne possível distinguir perfeitamente, para qualquer fim, o patrimônio individual de seus fundadores, dirigentes ou administradores;

f) não possibilitar em nenhuma hipótese, quando de eventual dissolução ou transformação, apropriação de qualquer parcela do patrimônio da instituição, por nenhuma pessoa física ou jurídica, a não ser a transferência a instituição congênere ou de fins filantrópicos, reconhecida de utilidade social pelo Governo Federal.

Art. 4º - O requisito previsto no art. 11, "e", da Lei 5.540/68 deverá corresponder às ciências matemáticas, físicas, químicas e biológicas, às geociências e às ciências humanas.

Confere com o original que me foi apresentado dou fé.
Salvador, 20/04/1990

TABELIONATO DO 18º OFÍCIO
Bacharela
Sonia Bandeira
Titular

nas, bem como à filosofia, às letras e às artes, devendo ser cobertas integralmente por meio das matérias componentes dos currículos plenos dos cursos.

Parágrafo Único - Os departamentos poderão abranger mais de uma das áreas fundamentais dos conhecimentos humanos referidas no caput deste artigo, tendo em conta as afinidades entre as disciplinas e a densidade dos recursos humanos e materiais correspondentes a cada área.

Art. 5º - Assegurada a universalidade do campo do conhecimento, deverá a universidade oferecer, pelo menos, quatro cursos nas áreas fundamentais das ciências exatas e naturais, das ciências humanas e das letras ou artes, e quatro de caráter técnico-profissional, todos reconhecidos.

§ 1º - Respeitados os requisitos mencionados no art. 4º e no caput deste artigo, a universidade poderá excepcionalmente oferecer cursos técnico-profissionais numa única área, não sendo admitidas qualificações restritivas ao princípio do art. 11, "e", da Lei nº 5.540/68.

§ 2º - Para os efeitos deste artigo não serão considerados cursos de curta duração.

§ 3º - Para os fins deste artigo, poderá a instituição indicar até dois cursos autorizados, dos quais o reconhecimento será processado simultaneamente com o da universidade.

Art. 6º - As universidades serão criadas mediante reconhecimento, a partir de estabelecimentos pre-existentes ou na forma do art. 7º.

Confere com o original que me foi apresentado dou fé.
Salvador 20/09/1990

TABELIONATO DO 10º OFICIO
Bacharela
Sonia Bandeira
Titular

§ 1º - O processo será iniciado mediante Carta-Consulta dirigida ao Conselho Federal de Educação, contendo:

a) identificação e condição jurídica da instituição mantenedora;

b) relação dos cursos oferecidos e atos de seu reconhecimento;

c) projeto de criação da universidade, incluindo sua concepção e características e a comprovação do atendimento aos requisitos estabelecidos no art. 3º.

§ 2º - A veracidade, regularidade e coerência dos elementos da Carta-Consulta serão apreciadas por uma Comissão especial de Conselheiros, constituída de integrantes das diversas Câmaras, designados pelo Presidente, cujo parecer será objeto de deliberação do Plenário.

§ 3º - Aprovada a Carta-Consulta, o Conselho Federal de Educação iniciará procedimentos de acompanhamento, sob coordenação do Conselheiro-Relator, para avaliação da qualidade e desempenho das atividades didático-pedagógicas e administrativas das unidades que deverão reunir-se para compor a nova universidade.

§ 4º - O acompanhamento previsto no parágrafo anterior deverá processar-se ao longo de, pelo menos, um ano.

§ 5º - O acompanhamento deverá, obrigatoriamente, proporcionar elementos de julgamento quanto aos seguintes itens, além de outros que, em cada caso, forem julgados pertinentes:

Confere com o original que me foi apresentado dou fé.
Salvador, 10/04/1990
Bacharela Sonia Bandeira
Tabeliã do 10º Ofício

TABELIONATO DO 10º OFICIO
Bacharela
Sonia Bandeira
Titular
Salvador-Ba.

a) qualificação da instituição, especificando tradição no campo do ensino superior, autonomia e condições gerais de funcionamento das unidades pré-existentes, bem como os dados essenciais relativos aos dirigentes, assessoramento disponível e outros elementos úteis, da instituição mantenedora;

b) caracterização da região geoeducacional em que se localizará a nova universidade;

c) organização curricular;

d) número de vagas, formas de preenchimento e organização das turmas e turnos de aulas;

e) qualificação e regime de trabalho dos docentes;

f) organização administrativa;

g) instalações materiais, incluindo laboratórios e biblioteca;

h) condições para realização de pesquisas nos campos de estudos abrangidos pelas unidades existentes;

i) condições para prática de atividades de extensão com participação nos assuntos comunitários;

j) planejamento econômico-financeiro.

§ 6º - Na apreciação da composição e organização do corpo docente deverão ser valorizadas, integradamente, as seguintes condições: a) as especializações de cada professor, consoante sua vinculação a disciplinas propedêuticas e de ciclo básico ou a disciplinas técnico-profissionais; b) a qualificação dos professores não apenas segundo a titulação formal, mas também de acordo com sua experiência acumulada e participação

Confere com o original
que me foi apresentado.
Dou fé.
Salvador, 20/04/1990
Bacharela Sonia Bandeira

TABELIONATO DO 10º OFICIO
Bacharela
Sonia Bandeira
Titular
Salvador - Bahia

atual no exercício profissional e em atividades de ensino, pesquisa ou de extensão; c) programa continuado de aperfeiçoamento.

§ 7º - O planejamento econômico-financeiro deverá fundamentar-se na evolução recente das receitas e despesas da instituição mantenedora e dos estabelecimentos de ensino existentes, e suas projeções plurianuais para o futuro imediato, destacando a participação de recursos outros que não anuidades, numa perspectiva dinâmica de acrescentamento e diversificação de fontes.

§ 8º - Concluída a fase de acompanhamento, o processo será encaminhado à Câmara de Ensino Superior, que, ouvida a Câmara de Planejamento quanto ao planejamento econômico-financeiro, poderá determinar as diligências complementares porventura cabíveis, inspeções in loco, convocar os dirigentes da instituição e adotar quaisquer outras providências tendentes a complementar os elementos disponíveis, para perfeito julgamento da matéria em parecer conclusivo a ser submetido ao Plenário.

Art. 7º - Uma universidade poderá também ser criada pela via da autorização, sem prévia existência de estabelecimento de ensino superior reconhecidos.

§ 1º - Na hipótese deste artigo, a instituição interessada deverá submeter ao Conselho a respectiva Carta-Consulta, contendo os elementos especificados nas alíneas a e c do § 1º e nas alíneas a e b do § 5º, ambos do art. 6º, além dos seguintes:

Confere com o original que me foi apresentado, dou fé.
Salvador, 20/04/1990

Bacharela Sonia Bandeira

TABELIONATO DO 10º OFÍCIO
Bacharela
Sonia Bandeira
Titular

a) indicação da natureza dos cursos pretendidos;

b) justificação de sua necessidade social;

c) capacidade econômico-financeira da mantenedora ;

§ 2º - A capacidade econômico-financeira constituirá requisito essencial, de forma a ficar demonstrada cabalmente a aptidão atual da mantenedora para instalar, colocar em funcionamento e manter, por um prazo inicial razoável, a universidade pretendida.

§ 3º - As instalações de que a mantenedora já disponha, próprias ou de terceiros, postas à sua disposição, e outros itens suscetíveis de observação in loco serão examinadas por comissão verificadora designada pelo Presidente do Conselho.

§ 4º - Se a Carta-Consulta for aceita (art. 6º, § 2º) deverá a mantenedora submeter ao Conselho projeto compreendendo as especificações das alíneas c a j do § 5º do art. 6º, com as adaptações cabíveis.

§ 5º - A apreciação final será feita mediante parecer da Câmara de Ensino Superior, na forma do § 8º do art. 6º.

Art. 8º - A Universidade autorizada na forma do artigo anterior fica obrigada, dentro do cinco anos, a contar da data da autorização, a requerer o seu reconhecimento, bem como o dos cursos que ainda não estiverem reconhecidos.

§ 1º - O pedido de reconhecimento ficará submetido ao processo de acompanhamento previsto nos parágrafos 3º e seguintes do art. 6º.

Confere com o original
que me foi apresentado,
dou fé.
Salvador 20/04/1990

TABELIONATO DO 10º OFICIO
Bacharela
Sonia Bandeira

§ 2º - No caso de omissão da instituição, o Conselho determinará a instauração do processo de reconhecimento mediante a designação da comissão de acompanhamento.

§ 3º - A universidade autorizada não poderá, sem autorização do Conselho, criar novos cursos nem aumentar as vagas dos existentes.

Art. 9º - É obrigatória a renovação periódica do reconhecimento das universidades, pelo menos a cada dez anos.

Parágrafo Único - O oitavo e o nono anos serão destinados ao acompanhamento, na forma do § 3º art. 6º, com adaptações cabíveis.

Art. 10 - A universidade, seja autorizada, seja reconhecida, conter-se-á geograficamente num mesmo Distrito ou Região Geoeducacional de forma a assegurar a plena e eficaz utilização de seus recursos.

Parágrafo Único - O disposto neste artigo não impede a criação de cursos fora da sede, devidamente autorizados na forma e segundo os procedimentos vigentes.

Art. 11 - Recusada a criação de universidade, por qualquer das vias previstas nesta Resolução, a renovação do pedido somente será possível após o decurso de três anos.

Art. 12 - Recusado o reconhecimento de universidade autorizada, o Conselho promoverá a revogação do ato de autorização.

Confere com o original que me foi apresentado, dou fé.
Salvador, 10/04/1990

Bacharela Sonia Bandeira
Titular do 10.º Ofício

TABELIONATO DO 10º OFICIO
Bachárela
Sonia Bandeira
Titular
Salvador-Ba.

Parágrafo Único - Nessa oportunidade, será reexaminada a situação dos cursos.

Art. 13 - A presente Resolução aplica-se às universidades não abrangidas pelo art. 15 da Lei nº 4.024/61.

Art. 14 - Na execução desta Resolução o Conselho Federal de Educação, valer-se-á, amplamente, da cooperação de outros órgãos do MEC, especialmente na fase de acompanhamento.

Art. 15 - O disposto no art. 9º aplica-se às universidades reconhecidas, existentes na data de aprovação desta Resolução, segundo prazos e instruções aprovadas pelo Conselho.

Art. 16 - As normas estabelecidas nesta Resolução aplicam-se aos processos em tramitação, no Conselho, com as adaptações cabíveis.

Art. 17 - O Presidente do Conselho baixará as "instruções" que se fizerem necessárias ao cumprimento desta Resolução, em especial no respeitante aos critérios, métodos e prazos para efetivação do acompanhamento previsto no § 3º do art. 6º.

Art. 18 - São da competência do Plenário os casos omissos e a interpretação desta Resolução.

Art. 19 - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas a Resolução nº 7/78 e demais disposições em contrário.

(a) Lafayette de Azevedo Pondé
Presidente

Confere com o original que me foi apresentado dou fé.
Salvador, 20/04/1982

Bacharela Sonia Bandeira
Tabeliã do 10. Ofício

TABELIONATO DO 10º OFICIO
Bacharela Sonia Bandeira
Titular
Salvador-Ba.

Jornal Correio da Bahia, Salvador, 12.08.1986, 1º Caderno, p. 5.

UNEB ESTÁ EM GRAVE CRISE FINANCEIRA

Criada há três anos com o objetivo de interiorizar o ensino superior, a UNEB - Universidade do Estado da Bahia foi reconhecida no mês passado, através de decreto assinado pelo Presidente José Sarney. Contudo, apesar, do novo título, a instituição, como todas as universidades do país, está em dificuldades por causa dos recursos escassos, ainda mais que só conta com verbas do Governo do Estado, prejudicando, inclusive, a ampliação de cursos necessários para o desenvolvimento regional.

Um dos cursos que podem ficar comprometidos por falta de verbas é o que está sendo criado atualmente, o de Nutrição e Tecnologia de Alimentos com Planejamento. Segundo o reitor da UNEB, José Edelzuíto Soares, esse curso é de extrema importância dentro do atual contexto do país, pois se o Governo está incentivando a agricultura "vai precisar de técnicos para processamento de alimentos, diversificar e lançá-los no mercado".

QUÍMICA - Os recursos serão pedidos para o próximo orçamento da UNEB, mas o próprio reitor não acredita que vai conseguir. Ele contou que há dois anos é pedido, no orçamento, verba para implantação de um laboratório de Química - já que o curso existe na UNEB - e sempre é negada. E acredita que terá dificuldades também para implantar novos cursos na área de educação, uma das principais metas da UNEB, com vistas a corrigir um problema crônico que existe no país e que, segundo afirmou, "é uma vergonha", o analfabetismo.

as cidades, em vez de atrair estudantes para a capital, como fazem as outras universidades. O reitor José Edelzuíto Soares salientou que a UNEB está voltada para atender o sertão do Estado, ou seja, a região semi-árida (Nordeste e Norte), sendo até denominada de universidade da seca.

Mas essa não é a única peculiaridade da UNEB. A instituição já ocupa lugar de vanguarda desde que começou a preparar professores para pré-escolar, coisa nunca feita antes no Brasil. Assim, também, como preparar professores para a educação de adultos com o objetivo de corrigir a distorção crônica do analfabetismo. Outro objetivo fundamentalda da UNEB é o de colaborar com o desenvolvimento regional, oferecendo cursos de extensão em diversas atividades. E foi com essa intenção que a UNEB criou, com ajuda do CNPq e do Ministério da Irrigação, o Centro de Treinamento de Irrigantes, ao lado da Faculdade de Juazeiro, para atingir agricultores de baixa renda.

O orçamento da UNEB, de acordo com o reitor, é dividido em três partes. A primeira, que representa 93 por cento, é para pagamentos a pessoal. A segunda, de quatro por cento, para encargo da dívida e, apenas três por cento para manutenção da Universidade. São cerca de Cz$ 6 milhões 500 para manutenção da parte física, compra de material e equipamento, conta de água, luz, telefone, livros e até criação de novos crusos e construções de novos prédios, destacou José Edelzuito a situação é tão crítica que o reitor já vendeu os nove veículos que serviam a instituição por falta de recursos para mantê-los, "Só resta 1 carro do reitor que só não foi vendido por

- Dos 21 milhões de analfabetos no Brasil - afirmou o reitor - 45 por cento estão na região Nordeste e a Bahia tem 51 por cento da população de analfabetos. É uma coisa que precisa acabar e por isso, a UNEB se propõe a formar cada vez mais, professores de 1º e 2º graus, para acabar também com o círculo vicioso que é a péssima qualidade de ensino na Bahia. Só para se ter uma idéia, dos 21 mil professores que atuam na rede estadual de ensino, apenas oito mil têm nível superior.

José Edelzuito considera que essas dificuldades só serão sanadas quando a comunidade se sentir responsável pela manutenção das universidades. Ele não defende o ensino superior pago, mas que os empresários e a comunidade em geral contribuam para que a universidade possa crescer, "como ocorre em vários países do mundo onde as universidades são muito boas", comentou. Para ele, universidade gratuita no Nordeste de um país do terceiro mundo "é utopia" e o próprio governo não pode arcar. Mesmo assim, o reitor disse que vai continuar lutando por mais recursos, seja junto do governo estadual, ou federal, enviando projetos para órgãos da União, buscando financiamento.

CRIAÇÃO - A Universidade do Estado da Bahia foi criada em 1º de julho de 1983 a partir da já existente Superintendência de Ensino do Estado (SESEB) e hoje, três anos depois, possui dois mil 600 alunos, 333 professores, 33 cursos e atua em 10 municípios, em sistema de multi campi. Sua implantação foi feita com o objetivo de interiorizar o ensino superior, atentando sempre que o mais importante seria levar os cursos para

que serve para atender autoridades que chegam de fora para visitar ou lecionar na universidade", completou.

MATRIZ DE ANÁLISE - QUESTÕES DA ENTREVISTA - INSTRUMENTO I

QUESTÃO Nº 3	INFORMANTE - SEGMENTO 1			
	01	02	03	04
É possível admitir-se que tenha havido de fato uma política de ensino superior para o Estado, na gestão anterior?	Muito claramente, Essa política foi definida pelo secretário e pela Assessoria do Secretário e pelo Conselho Estadual de Educação. (p. 05)	Se entendida como um conjunto de orientações sedimentadas e apoiadas em análises e estudos da realidade, com objetivos claros e explícitos, com certeza não existiu. (p. 20)	Não. Houve mais a iniciativa de autoridades e administradores de uma maneira improvisada e apressada, sem levar em conta as necessidades do próprio desenvolvimento do Estado. (p. 21-2)	Não existiu uma política de educação para o Estado. Inclusive porque não houve uma decisão para que o ensino superior fosse uma prioridade entre outras do Estado. (p. 29)

MATRIZ DE ANÁLISE - QUESTÕES DA ENTREVISTA - INSTRUMENTO I

QUESTÃO Nº 4	INFORMANTE - SEGMENTO 1			
	01	02	03	04
Em caso negativo porque e quais as principais inplicações do fato?	-	Ensejar um processo desordenado de expansão cujos critérios não se sabe porque não se tornaram públicos e que não se sabe a que objetivos atende senão os eleitoreiros e com prejuizos consideráveis que decorrem de todo empreendimento tocado de forma atabalhoada, apressada, sem planejamento. (p. 35)	Seria a de poder ficar tudo a nível de decisão pessoal dos dirigentes. (p. 14)	Dificuldade de toda ordem com repercussão sobre o funcionamento dos cursos. (p. 23)

MATRIZ DE ANÁLISE - QUESTÕES DA ENTREVISTA - INSTRUMENTO I

QUESTÃO Nº 5	INFORMANTE - SEGMENTO 1			
	01	02	03	04
Em caso afirmativo: em que consistiu concretamente essa política?	Remete a do documento e pronunciamentos onde essa política se expressa. (p. 07-8)			

MATRIZ DE ANÁLISE - QUESTÕES DA ENTREVISTA - INSTRUMENTO I

QUESTÃO Nº 7	INFORMANTE - SEGMENTO 1			
	01	02	03	04
A que se pode atribuir a ênfase conferida pelo Governo do Estado da Bahia à expansão/interiorização do ensino superior estadual iniciado em 1980, intensificado em 1983, através da UNEB, ou melhor que sentido se poderia dar a esse fenômeno?	Quando eu assumi a Secretaria de Educação meu interesse era expandir e ao mesmo tempo colocar isso dentro da Universidade. Eu encontrei a SESEB que já era virtualmente uma Universidade. Tinha um Conselho Departamental muito grande. Sendo um homem com uma experiência de mais de vinte anos na Universidade tratei de procurar uma estrutura. Eu vi que a melhor forma era criá-la sob a forma "multi campi". (p. 16)	A nível do discurso a ênfase pode ser atribuida a necessidades sociais e ao argumento de que cabe ao Estado propiciar o ensino superior. A nível do real, a ênfase atendia a uma racionalidade de ampliação da estrutura de poder e de diversificação dessa estrutura de poder, ao lado da vaidade pessoal de quem vai criar (do Governador, do Secretário). (p. 4-9)	Decisão política.	A uma mera decisão política de crescer o ensino superior associado à idéia de formar professores que pudessem enraizar pelo interior, forçando a integração dos professores de nível superior nas escolas de 1º e 2º graus. Apesar das boas intenções se pensou em voto de urna, já que o fato de se criar uma universidade é uma coisa que chama muito a atenção. (p. 2)

MATRIZ DE ANÁLISE - QUESTÕES DA ENTREVISTA - INSTRUMENTO I

QUESTÃO Nº 8	INFORMANTE - SEGMENTO 1			
	01	02	03	04
Que tipo de relação se pode fazer entre a expansão/interiorização do ensino superior na década de 80 com o quadro sócio-político e econômico da época, ou seja, quais os aspectos contextuais que determinaram a decisão de expandir a educação superior?	A primeira correlação é que a expansão do ensino superior se dirige quase que em sua totalidade para o interior, para o semi-árido, para o Nordeste. A intenção era seguir o Norte e Nordeste. Porém já haviam sido criadas faculdades em outros pontos. Não seria possível Barreiras que é a principal cidade do oeste baiano não ter nenhuma faculdade. (p. 26)	Mecanismo de cooptação política frente à decomposição do modelo autoritário e frente à proximidade das eleições do ano de 1986, obrigando a uma arregimentação política-eleitoral em outro patamar, e de outra racionalidade. (p. 11)	Crescimento da demanda social agravada pela restrição de vagas da rede federal, levando a uma decisão precipitada e improvisada frente à falta de condições de oferecer uma educação de boa qualidade. (p. 40)	Ao momento político. A cada momento depara-se com o Governador subindo nos palanques e prometendo escolas de nível superior. (p. 5)

MATRIZ DE ANÁLISE - QUESTÕES DA ENTREVISTA - INSTRUMENTO I

QUESTÃO Nº 9	INFORMANTE - SEGMENTO 1			
	01	02	03	04
Que funções cumpre esse crescimento/interiorização através da UNEB, ou seja, a quem e a que interesses respondem, frente aos setores econômico, político e social?	Responde diretamente aos setores comunitários e à formação de professores. (p. 32)	Em alguns casos ela responde a algumas evidências de consenso (Juazeiro-Barreiras). Mas no geral elas atendem meramente a interesses políticos pois muitas delas não são centros de coisa alguma, senão áreas de interesses oligárquicos a serem arregimentados e/ou preservados. (p. 24)	Sem resposta.	Esta resposta dependeria de dados e estudos que não se dispõem. (p. 11)

MATRIZ DE ANÁLISE - QUESTÕES DA ENTREVISTA - INSTRUMENTO I

QUESTÃO Nº10	INFORMANTE - SEGMENTO 1			
	01	02	03	04
O que garantia a viabilização técnica e financeira do projeto UNEB?	Os próprios recursos estaduais. (p. 37)	Não Houve garantia porque os recursos do Estado estavam comprometidos com programas megalomaníacos, como o de Pedra do Cavalo, por trás do qual existiam grandes empreiteiras como a Odebrecht que não podia ficar sem receber, porque suas folhas representam 40.000 empregos diretos no Brasil. (p. 57)	Não havia garantia porque o Estado da Bahia não dispunha de recursos para manter adequadamente a rede de ensino superior, prejudicando extremamente cursos já existentes e que exigem aparato laboratorial, como Agronomia, Zootecnia e Odontologia. (p. 17-9)	Não houve garantia real. A UNEB foi autorizada porque os dirigentes garantiram no processo os recursos exigidos sem que jamais tenham sido aprovados e porque o MEC e o CEE se pautaram apenas na análise das unidades que já existiam com seus cursos em funcionamento já aprovados. (p. 19 e 20)

MATRIZ DE ANÁLISE - QUESTÕES DA ENTREVISTA - INSTRUMENTO I

QUESTÃO Nº 11	INFORMANTE - SEGMENTO 1			
	01	02	03	04
O sistema contou efetivamente com recursos para a sua viabilização?	Sempre contou com esses recursos. (p. 37)	Não. Inclusive porque o sistema não tinha poder de barganha que justificasse uma participação maior no orçamento. (p. 60)	Não. (p. 08)	Não. (p. 19)

MATRIZ DE ANÁLISE - QUESTÕES DA ENTREVISTA - INSTRUMENTO I

QUESTÃO Nº 12	INFORMANTE - SEGMENTO 1			
	01	02	03	04
O que pode ter levado a SEC a expandir o ensino superior, considerando as conhecidas condições financeiras da Educação e da SEC e as consequências que poderiam gerar tanto para as novas, como para agravamento das condições de financiamento das antigas unidades, cujo desempenho já primava pela precariedade sem contar o 1º e o 2º graus?	A grande quantidade de alunos que terminaram o 2º grau e que não tem lugar na capital e que estão pressionando os centros urbanos do interior. (p. 39)	Provavelmente a uma decisão ao que parece, de caráter muito pessoal, não de consolidar o sistema, mas de fazer algo novo como o ensino superior, baseado na suposta obrigação do Estado quanto a propiciar educação em todos os níveis. (p. 14-7)	Da forma feita é uma sobrecarga para a Secretaria de Educação, porque a prioridade continua sendo o 1º e 2º graus vez, que esse último não atende nem 10% da população que deveria estar nas escolas de 2º grau. (p. 23)	Conseguir, através dessas investidas, maior adesão política dos partidos regionais. (p. 78)

MATRIZ DE ANÁLISE - QUESTÕES DA ENTREVISTA - INSTRUMENTO I

QUESTÃO Nº 14	INFORMANTE - SEGMENTO 1			
	01	02	03	04
Que papel as faculdades criadas cumprem junto à comunidade interiorana?	As faculdades funcionam como motor cultural. (p. 42)	A curto prazo elas atendem a um esforço de empreguismo pelo lado de quem cria; e um esforço de beneficiar-se do empreguismo pelo lado que se beneficiam do aparelho do Estado. (p. 33-5)	Embora não se disponha de dados avaliativos, a forma como foram criadas algumas unidades mostra as dificuldades que estarão encontrando para oferecer bons serviços à comunidade. (p. 25-6)	Apesar de toda falta de apoio e condições, as unidades têm servido pelo menos para aumentar o senso crítico das pessoas das comunidades beneficiadas. (p. 51)

6. A que e a quem se pode atribuir a criação da UNEB?

7. A que se pode atribur a ênfase conferida pelo Governo do Estado da Bahia à expansão/interiorização ao ensino superior estadual deslanchado no início de 80 e intensificado a partir de 1983 através da UNEB, ou melhor, que sentido se poderia dar a esse fenômeno?

8. Que tipo de relação se pode fazer entre a expansão/interiorização do ensino superior na década de 80, com o quadro político-econômico à época?

9. Que funções cumpre esse crescimento/interiorização através da UNEB, ou seja, a quem e a que interesses respondem frente aos setores: econômico, político e social?

10. O que garantia a viabilização técnica e financeira do projeto UNEB?

11. O sistema contou efetivamente com recursos para a sua viabilização?

12. O que pode ter levado à decisão de expandir o ensino superior, considerando as conhecidas condições financeiras da Educação e da SEC e as conseqüências que poderiam gerar, tanto para as novas como para o agravamento das antigas unidades em funcionamento, cujo desempenho já primava pela precariedade, sem contar o 1º e 2º graus?

13. O que significa para a Secretaria de Educação, que já tem ao seu encargo o 1º e 2º graus, liderar esse processo de expansão do ensino superior?

14. Que papel o senhor(a) acha que as faculdades criadas cumprem junto à comunidade interiorana?

15. O senhor(a) vê como positiva ou negativa a questão da expansão/interiorização do ensino superior estadual deslanchado através da UNEB?

16. Como deveria se processar a interiorização, e através de que esfera (estadual, municipal, particular ou federal)?

17. Em que consistiu efetivamente a tão propalada regionalização do ensino superior (uma das metas da gestão passada (no que toca à UNEB)?

18. Em que critérios baseou-se, então, a Secretaria da Educação para efetivar a regionalização em relação à UNEB?

19. De que modo os cursos oferecidos atendem às necessidades e vocações regionais?

20. Que fatores ou interesses presidem o modelo organizacional adotado para a UNEB (sistema multicampi)?

21. Quais as implicações desse modelo em termos de conferir maior ou menor autonomia às unidades integrantes?

22. O sistema universitário estadual foi pensado para ser o que ele é hoje, ou seja, formado por três universidades, ou fatores circunstanciais alteraram a idéia original? Nesse caso qual era a idéia original, e que fatores a modificaram?

23. Qual o sentido das sucessivas reformas por que tem passado a UNEB a partir de 1979 (CETEBA - FCETEBA - SESEB - e finalmente UNEB)?

UQAM/UNEG/UFBA

PESQUISA: "Crescimento do Ensino Superior Estadual e seu significado sociopolítico"

INSTRUMENTO II - ROTEIRO DE ENTREVISTA

Informantes: sociólogos - políticos - historiadores - educadores.

A Bahia dispõe de 01 Universidade Federal (UFBA), 01 particular (UCSAL) e 03 Universidades Estaduais: Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS, Universidade do Sudoeste Baiano - UESB, e Universidade do Estado da Bahia - UNEB, essa última criada em 1983 através Lei Delegada com maior raio de abrangência em relação ao interior baiano.

1. A que se pode atribuir a ênfase conferida pela Secretaria da Educação da Bahia à expansão/interiorização do ensino superior estadual deslanchada no início de 1980 e intensificada a partir de 1983 através da UNEB, ou melhor, que sentido se poderia dar a esse crescimento?

2. Que tipo de relação se pode fazer entre a expansão/interiorização do ensino superior estadual, na década de 80, com o quadro político e econômico da Bahia, à época?

3. Que funções cumpre esse crescimento/interioriza
ção através da UNEB, ou seja, a quem e a que interesses respondem, frente aos setores econômico, político e/ou social?

4. Que papel você acha que cumprem essas faculda
des junto à comunidade interiorana?

5. Como se considera a liderança da Secretaria da Educação nesse processo, frente às precárias condições financeiras-e demais encargos com o 1º e 2º graus?

6. O senhor(a) vê como positiva ou negativa a ques
tão da expansão/interiorização do ensino superior estadual deslanchado através da UNEB?

7. No seu entender como deveria se processar a in
teriorização do ensino superior, e através de que esferas (estadual, municipal, particular, federal)?

8. A atual organização espacial do sistema univer-
sitário,conforme mostra o mapa, expressa de fato uma regionalização? Por que?

9. Analisando a oferta de cursos,verifica-se que a grande maioria converge para a área de Ciências Humanas. O que significa no seu entender, a opção por esses cur
sos, e que importância poderiam ter em termos de transformação e desenvolvimento regional?

10. Que fatores ou interesses podem explicar o modelo organizacional adotado para a UNEB (sistema multicampi),com sede na Capital e agências escolares em outros municípios, mas, submetidas ao mesmo regime jurídico?

ANEXO 2

Quadros

Quadro 6

Características demográficas e educacionais das microrregiões do Estado da Bahia com indicação das que acolhem instituições estaduais de ensino superior

1	2	3	4	5	6	7		8		9		10		11		12		
Nº DA MICRO REGIÃO	MICRORREGIÃO	Nº MUNICÍPIO	FAC. ESTADUAIS (SITUAÇÃO EM 1987)	MUNICÍPIOS UNEB *	ÁREA	HAB/KM²		POP - 1970		POP - 1980		T.M.G.CRESCIMENTO POPULACIONAL		TAXA URBANIZAÇÃO		TAXAS DE ANALFABETISMO POP. DE 15 ANOS E MAIS		
						1970	1980	TOT.	URB.	TOT.	URB.	60/70	70/80	1970	1980	TOTAL	ANALFAB.	%
131	Chapadões do Alto R. Grande	12	1	Barreiras*	72.676	2,0	2,6	143.736	30.271	189.828	63.441	2,45	2,78	21,0	33,4	100.877	50.641	50,4
132	Chapadões do Rio Corrente	7			40.307	3,4	3,9	135.596	22.450	156.099	40.557	3,09	1,39	16,5	26,0	82.851	44.172	53,3
133	Baixo Médio S. Francisco	9			74.873	2,9	3,6	218.920	53.440	267.659	85.749	2,72	2,01	24,3	32,0	140.306	73.178	52,2
134	Médio São Francisco	4	1	B.Jesus da Lapa*	18.232	5,2	7,2	95.097	24.873	131.778	38.377	4,47	3,23	26,2	29,1	68.393	35.946	53,0
135	Chapada Diamantina Setentrional	13			21.963	9,9	12,60	217.241	58.093	276.532	93.158	4,14	0,24	26,7	33,7	146.125	63.410	43,4
136	Chapada Diamant. Merid.	31			45.891	8,2	9,1	378.135	64.905	418.489	85.209	1,34	1,02	17,2	20,3	239.866	118.694	49,5
137	Serra Geral da Bahia	25	1	Caetité*	35.091	11,7	13,5	408.846	77.728	472.197	121.679	2,26	1,43	19,0	25,7	264.357	139.354	53,0
138	Senhor do Bonfim	8	1	Sr. do Bonfim*	18.306	9,0	12,0	164.189	45.404	219.000	71.268	2,73	2,86	27,6	32,5	119.279	57.376	48,1
139	Piemonte da Diamantina	16	1	Jacobina*	22.837	14,5	16,8	330.166	88.733	383.853	128.575	1,91	1,46	26,7	33,5	206.280	104.480	51,0
140	Correiderias do S. Francisco	6	2	Juazeiro*	22.631	4,8	7,6	107.748	46.565	170.821	74.458	3,27	4,49	43,0	43,6	96.223	34.958	36,3
141	Sertão de Canudos	8	1	Euclides da Cunha*	72.676	9,6	11,5	210.422	28.157	251.219	39.928	3,02	1,77	13,3	15,9	134.086	75.283	56,1
142	Serrinha	12	1	Serrinha*	10.872	22,2	27,6	241.301	47.273	300.313	74.788	3,02	2,16	19,6	24,9	158.619	79.771	50,3
143	Feira de Santana	19	-	Feira de Santana	14.809	34,5	44,0	511.451	181.220	652.083	305.968	2,37	2,41	35,4	46,9	362.491	155.853	43,0
144	Jequié	23	2	Jequié	15.557	22,5	25,6	349.927	129.326	397.474	185.215	0,39	1,03	36,8	47,6	224.381	118.949	53,2
145	Planalto de Conquista	12	3	V. da Conquista	12.045	18,7	23,5	318.008	122.548	400.096	185.340	2,14	2,27	38,4	46,5	220.769	113.001	51,2
146	Pastoril de Itapetinga	6	2	Itapetinga*	10.251	13,8	13,3	141.604	59.952	136.271	73.905	0,53	-0,38	42,2	54,2	75.515	40.810	54,0
147	Sertão de Paulo Afonso	6	1	Paulo Afonso*	10.954	10,2	13,4	111.561	48.488	146.591	73.087	4,38	2,68	43,2	49,8	79.279	41.491	52,3
148	Agreste de Alagoinhas	17	2	Alagoinhas*	12.755	28,3	34,2	360.466	110.125	435.662	161.642	1,33	1,88	30,5	37,1	240.937	129.301	54,0
149	Litoral Norte Baiano	6		Ribeira do Pombal*	5.103	13,2	14,4	66.358	17.897	72.010	31.454	0,74	0,81	27,0	43,6	38.651	22.482	58,2
150	Salvador	9	3	Salvador*	3.407	350,6	538,3	1.194.578	1.101.800	1.808.300	1.740.635	4,54	4,21	92,1	95,2	1.119.566	195.405	17,4
151	Recôncavo Baiano	26	1	Stª Ant. de Jesus*	6.497	73,9	83,6	480.174	224.806	542.770	299.394	0,21	1,22	46,8	55,1	306.561	137.532	45,0
152	Tabuleiros de Valença	8			6.245	22,1	31,3	139.451	48.850	195.446	66.463	1,29	3,34	35,0	34,0	106.915	62.195	58,2
153	Encosta do Planalto de Conquista	12			7.964	21,1	21,5	168.206	53.263	171.047	66.848	0,07	0,16	31,6	39,0	90.862	52.272	57,5
154	Caçaueira	28			17.091	36,9	48,4	629.904	327.390	804.897	455.359	1,25	2,68	51,8	55,2	458.237	206.180	45,0
155	Interior do Ext. Sul da Bahia	6			9.440	19,6	18,8	186.687	49.388	177.742	70.054	2,89	-0,48	26,4	39,4	93.938	53.372	57,0
156	Litorânea do Ext. Sul da Bahia	7	1	T. de Freitas*	17.421	10,5	13,8	183.678	27.257	237.225	34.685	3,66	2,64	14,8	14,6	128.314	69.342	54,0
	ESTADO DA BAHIA	336	24		559.951	13,41	16,92	7.493.470	3.090.360	9.455.392	4.667.247	2,39	2,31	41,2	49,4	5.303.678	2.275.648	43,7
	NORDESTE	1.375	-		1.542.271	18,59	22,97	28.150.008	11.706.463	34.061.907	17.586.464		1,95	41,0	50,4	20.108.467	9.365.137	46,6
	BRASIL	3.991	-		8.456.508	11,18	14,33	93.215.301	52.108.756	119.098.993	80.479.448		2,30	55,0	67,6	74.436.482	18.716.847	26,0

FONTE: FIBGE - Censo Demográfico da Bahia - 1970
Censo Demográfico da Bahia - 1980 V.I. - Tomo 4 - nº 15
Tabulações Avançadas do Censo Demográfico da Bahia - 1980.

1. Criadas e/ou ativadas.
2. Utilizou-se como referência básica para os totais da Bahia - Nordeste e Brasil, as Tabulações Avarçadas do Censo Demográfico de 1980. A inexistência de dados segundo as microrregiões neste documento, exigiu a sua complementação com base no Censo Demográfico de 1980.

* Municípios que incorporam faculdades da UNEB

Quadro 13

Tipo de curso por faculdade oferecido pelo sub-sistema estadual de ensino superior segundo as suas respectivas universidades em 1987

Nº de ordem	TIPO DE CURSO OFERECIDO	U N E B																	U E F S	TOTAL DE CURSOS FACULDADES
		SALVADOR			ALAGOINHAS	JUAZEIRO	JACOBINA	S.Iº ANTONIO DE JESUS	CAETITÉ	SENHOR DO BONFIM	PAULO AFONSO	BARREIRAS	V. DA CONCEITA	SERRINHA	CAMACÃ	AMB. DO JUCURI	S. JESUS DA LAPA	VITÓRIA DA CONQUISTA			JEQUIÉ		ITAPETINGA		FEIRA DE SANTANA	
		CENTRO EDUC. TECNICA	FACULDADE DE EDUCAÇÃO	CENT. DE CIENC. SAUDE E DOS ALIM.	FACULDADE FORMAÇÃO DE PROF.	FACULDADE AGRONOMIA	FAC.FILOSOFIA CIÊNCIAS LETRAS	FACULDADE FORMAÇÃO DE PROF.	FAC.FILOSOFIA CIÊNCIAS LETRAS	FACULDADE DE EDUCAÇÃO	CENTRO ENSINO SUPERIOR	CENTRO ENSINO SUPERIOR	FACULDADE DE EDUCAÇÃO	FACULDADE DE EDUCAÇÃO	FACULDADE DE EDUCAÇÃO	FACULDADE DE EDUCAÇÃO	FACULDADE DE EDUCAÇÃO	FACULD. FORMAÇÃO PROF.	ESCOLA ADMINISTRAÇÃO	ESC.DE AGRONOMIA	FACULDADE FORMAÇÃO PROF.	FACULDADE ENFERMAGEM	ESCOLA FONOAUDIOL.	FACULDADE DE EDUCAÇÃO		
01	Administ. de Empresas - BACH.					X													X						X	03
02	Agronomia - BACH.																			X					X	02
03	Biologia - LIC.				X													X	(1)		X			(1)	X	04
04	Ciências - BACH.	X																							X	03
05	Ciências Contábeis - BACH.																									01
06	Ciências Econômicas - BACH.	X																								01
07	Comunicação - BACH.	X																				X			X	02
08	Desenho Industrial - BACH.	X																							X	02
09	Enfermagem e Obstetrícia - BACH.						X	X	X																X	02
10	Engenharia Civil - BACH.																	X							X	01
11	Estudos Sociais - LIC.																								X	01
12	Geografia - LIC.																	X							X	02
13	Grad.Prof.P.Sup.Curso.2º Gr. - LIC.	X			X								(2)			(1)		X							X	05
14	História - LIC.				X													X			X					04
15	Letras - LIC.						X	X	X																X	03
16	Letras - LIC.				X					X																01
17	Matemática - LIC.																								X	01
18	Nutrição e Dietética - BACH.			X							(3)	(3)			(2)		(1)								X	07
19	Odontologia - LIC.		X				X																X			01
20	Pedagogia - LIC.																									01
21	Secretaria - BACH.																									01
	TOTAL	04	02	01	04	01	01	02	02	02	01	01	01	01	01	01	01	-	04	02	01	02	01	01	01	22	69

(1) - Em transição da Fac. Estad. de Educação - FEE
(2) - Previsto para 1988
(3) - Previsto para 1989

ANEXO 3

Relação das faculdades criadas e/ou ativadas a partir de 1980

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB

AÇÃO: Lei Delegada nº 66/83 de 1º/06/83 - D.O. de 02.06.83

ULAMENTO: DEC. nº 31.299 de 30.11.84

ATUTO: RES-CEE-1.544/85 de 30.08.85

ORIZAÇÃO/FUNCIONAMENTO - Dec. Federal nº 92.937 de 17.07. 86

.	UNIDADES UNIVERSITÁRIAS INTEGRANTES DA UNEB	ATO DE CRIAÇÃO	CRIADAS OU ATIVADAS NA DÉCADA DE 80
	Centro de Educação Técnica da Bahia - (CETEBA) Salvador-Bahia (1)	Port. Ministerial nº 111 de 19.02.68 e DEC 21455/69 de 29.09.69	
	Faculdade de Educação do Estado da Bahia (FAEEBA) Salvador-Bahia	Lei Delegada nº 66 de 1º de junho de 83	X
	Centro de Ciências da Saúde e dos Alimentos (CENSISA) Salvador-Bahia	Dec. nº 31.669 de 10.05.85 D.O. de 11 e 12.05.85	X
	Faculdade de Formação de Professores de Alagoinhas (FFDA) Alagoinhas-Bahia (1)	Lei Estadual nº 2.741 de 11.11.1969 D.O. de 12.11.69	
	Faculdade de Agronomia do Médio São Francisco (FAMESF) Juazeiro-Bahia (1)	Lei Estadual nº 1.537/61 de 26.10.1961 D.O. 08.11.61	
	Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Juazeiro (FFCLJ) Juazeiro-Bahia (1)	Lei Estadual 1.802/62 de 25.10.62 D.O. 26.10.62	X
	Faculdade de Formação de Professores de Jacobina (FFPJ) Jacobina-Bahia (1)	Lei 3.825 de 19.09.80 D.O. 23.09.1980	X
	Faculdade de Formação de Professores de Stº Antônio de Jesus (FFPSAJ) Santo Antônio de Jesus-Bahia (1)	Lei 3.810 de 30.06.1980 D.O. 01.07.1980	X
	Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Caetité (FFCLC) Caetité-Bahia (1)	Lei 1.802/62 de 25.10.62 D.O. 26.10.62	X

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB

ÇÃO: Lei Delegada nº 66/83 de 1º/06/83 - D.O. de 02.06.83

ULAMENTO: DEC. nº 31.299 de 30.11.84

ATUTO: RES-CEE-1.544/85 de 30.08.85

ORIZAÇÃO/FUNCIONAMENTO - Dec. Federal nº 92.937 de 17.07.86

	UNIDADES UNIVERSITÁRIAS INTEGRANTES DA UNEB	ATO DE CRIAÇÃO	CRIADAS OU ATIVADAS NA DÉCADA DE 80
	Faculdade de Educação de Senhor do Bonfim(FESB) Senhor do Bonfim-Bahia	Dec. nº 31.574 de 27.03.85 D.O. de 28.03.85	X
	Centro de Ensino Superior de Paulo Afonso(CESPA) Paulo Afonso-Bahia (2)	Dec. nº 31.829 de 26.06.85 D.O. de 27.06.85	X
	Centro de Ensino Superior de Barreiras (CESB) Barreiras-Bahia (3)	Dec. nº 31.830 de 26.06.85 D.O. de 27.06.85	X
	Faculdade de Educação de Teixeira de Freitas Teixeira de Freitas-Bahia (4)	Dec. nº 34.370 de 11.02.87 D.O. de 12.02.87	X
	Faculdade de Educação de Serrinha Serrinha-Bahia	Dec. nº 32.307 de 07.10.85 D.O. de 08.10.85	X
	Faculdade de Formação de Prof. de Euclides da Cunha Euclides da Cunha-Bahia	Dec. nº 32.324 de 10.10.85 D.O. de 11.10.85	X
	Faculdade de Educação de Ribeira do Pombal Ribeira do Pombal-Bahia	Dec. nº 32.344 de 15.10.85 D.O. de 16.10.85	X
	Faculdade de Educação de Bom Jesus da Lapa	Dec. nº 33.129 de 14.05.86	X
	TOTAL		14

Incorporadas à SESEB (Superintendência do Ensino Superior do Estado da Bahia) através Lei Delegada nº 12/80 de 30.12.80- D.O. de 31.12.80, e posteriormente incorporadas à UNEB - Universidade do Estado da Bahia, através da Lei Delegada nº 66/83 de 1º/06/83 - D.O. de 02.06.83.

Ex-Núcleo de Paulo Afonso vinculado ao CETEBA.

Ex-Núcleo de Barreiras vinculado ao CETEBA.

Ex-Núcleo de Teixeira de Freitas vinculado à Faculdade de Formação de Professores de Alagoinhas

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA - UESB

ÃO: Lei Delegada nº 12 de 30.12.80

AMENTO: Dec. nº 28.169 de 25.08.81

UTO: Dec. nº 1.931 de 11.11.88

IZAÇÃO/FUNCIONAMENTO: Dec. nº 94.250 de 22.04.87

UNIDADES UNIVERSITÁRIAS INTEGRANTES	ATO DE CRIAÇÃO	CRIADAS OU ATIVADAS NA DÉCADA DE 80
Faculdade de Formação de Professores de Vitória da Conquista Vitória da Conquista-Bahia	Dec. nº 21.363/69 de 30.07.69	
Escola de Administração de Vitória da Conquista Vitória da Conquista-Bahia	Dec. 85.363 de 17.11.80	X
Escola de Agronomia de Vitória da Conquista Vitória da Conquista-Bahia	Dec. Fed. nº 90.842 de 23.01.85	X
Faculdade de Formação de Professores de Jequié Jequié-Bahia	Lei nº 2.852 de 09.11.70	
Faculdade de Enfermagem de Jequié Jequié-Bahia	Dec. Fed. nº 90.587 de 29.11.84	X
Escola de Zootecnia de Itapetinga Itapetinga-Bahia	Dec. Fed. nº 90.842 de 23.01.85	X
Faculdade de Educação de Itapetinga Itapetinga-Bahia	Decreto nº 90.841 de 23.01.85	X
TOTAL		05

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA - (UESF)

(UNICAMPI)

CRIAÇÃO:	Dec. Est. nº 20.647 de 10.04.68 cria a Fac. Est. de Educação de Feira de Santana. Lei nº 2.784 de 24.01.70 Cria a Fundação Universidade de Feira de Santana. Lei Delegada nº 12 de 30.12.80 Institue a Autarquia em regime especial
AUTORIZAÇÃO:	Dec. Fed. nº 77.496 de 27.04.76 Autoriza o funcionamento da Universidade Estadual de Feira de Santana
RECONHECIMENTO:	Portaria Ministerial nº 874 de 19.12.86 Reconhece a Universidade

---

ANEXO 4

Leis

Nota Jornalística

DIÁRIO OFICIAL - 31 de dezembro de 1980
(quarta-feira)

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

Lei Delegada nº 12 de 30 de dezembro de 1980

Extingue e cria entidades da Administração Descentralizada e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, no exercício da competência que lhe foi delegada pela Resolução nº 1.164, de 24 de setembro de 1980, da Assembléia Legislativa do Estado,

PROMULGA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Ficam extintas as seguintes entidades da Administração Descentralizada do Estado:

I - FUNDAÇÕES

a) Fundação de Saúde do Estado da Bahia - FUSEB;

b) Fundação para o Desenvolvimento de Comunidades do Estado da Bahia - FUNDESCO;

c) Fundação Baiana para o Trabalho - FUNTRAB;

d) Fundação Centro de Educação da Bahia - CETEBA;

e) Fundação Universidade de Feira de Santana;

f) Fundação Educacional do Sudoeste;

g) Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia - FPACB;

Confere com o original que me foi apresentado dou fé.
Salvador, 10/04/1990

TABELIONATO DO 10º OFICIO
Bacharela
Sonia Bandeira
Titular

ANEXO 5

Matrizes

h) Fundação Centro de Desenvolvimento Comercial - CEDEC;

i) Fundação Centro de Desenvolvimento Industrial - CEDIN;

j) Instituto Rádio-Difusão Educativa da Bahia - IRDEB;

l) Fundação Centro de Planejamento da Bahia - CEPLAB;

m) Fundação Centro de Pesquisas e Estudos - CPE;

n) Fundação Universidade do Sul da Bahia.

II - EMPRESAS PÚBLICAS

a) Empresa de Pesquisa Agropecuária da Bahia - EPABA;

b) Empresa de Desenvolvimento Urbano e Articulação Municipal - INTERURB.

III - AUTARQUIAS

a) Faculdade de Agronomia do Médio São Francisco;

b) Faculdade de Formação de Professores de Alagoinhas;

c) Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Juazeiro;

d) Faculdade de Formação de Professores de Jacobina;

e) Faculdade de Formação de Professores de Santo Antônio de Jesus;

f) Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras de Caetité.

Art. 2º - As atividades afetas às entidades indicadas nos incisos I, letras a, b, c, e, f, g, h e i, e II, letras a e b, do artigo anterior, passam, respectivamente, à competência das seguintes autarquias, ora criadas:

Confere com o original que me foi apresentado dou fé.
Salvador, 20/09/1995
TABELIONATO DO 10º OFÍCIO
Bacharela
Sonia Bandeira
Titular

I - Instituto de Saúde do Estado da Bahia - ISEB;

II - Superintendência para o Desenvolvimento das Comunidades do Estado da Bahia - SUDESCO;

III - Superintendência Baiana para o Trabalho - SUTRAB;

IV - Universidade de Feira de Santana - UFS;

V - Universidade do Sudoeste - US;

VI - Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia - IPAC;

VII - Centro de Desenvolvimento Comercial - CEDEC;

VIII- Centro de Desenvolvimento Industrial - CEDIN;

IX - Instituto de Pesquisa Agropecuária da Bahia - IPABA;

X - Instituto de Desenvolvimento Urbano e Articulação Municipal - INTERURB.

Art. 3º - Ficam criados, sob forma autárquica:

I - a Superintendência de Ensino Superior do Estado da Bahia - SESEB, que funcionará como instituição mantenedora das Faculdades indicadas no inciso III do artigo 1º e outras que venham a ser instituídas como unidades de ensino universitário, bem como dos cursos mantidos pela extinta Fundação Centro de Educação Técnica do Estado da Bahia - CETEBA;

II - o Centro de Planejamento e Estudos - CPE, que absorverá as atividades das extintas Fundações Centro de Pesquisas e Estudos e Centro de Planejamento da Bahia.

TABELIONATO DO 10º OFICIO
Bacharela
Sonia Bandeira
Titular
Salvador-Ba.

Confere com o original que me foi apresentado e dou fé.
Salvador, 20/04/1990
Bacharela Sonia Bandeira

Art. 4º - As atividades a cargo da extinta Fundação Instituto Rádio-Difusão Educativa do Estado da Bahia passam à competência de órgão em regime especial de administração centralizada, sob a mesma denominação.

Art. 5º - As entidades e órgão criados nesta lei vinculam-se às mesmas Secretarias a que pertenciam as entidades extintas.

Art. 6º - O patrimônio das entidades extintas, revertido ao Estado, fica, de logo, afetado às entidades que as substituirem.

Art. 7º - Os dirigentes das entidades extintas ficam autorizados a praticar, em nome das entidades criadas, os atos necessários à continuidades dos serviços, até a definitiva estruturação das novas entidades, que deverá ocorrer no prazo de 90 (noventa) dias.

§ 1º - Incumbe-lhes, também, no mesmo prazo, adotar as providências destinadas à ultimação do processo de extinção, tais como inventário, tombamento dos bens e atos correlatos.

§ 2º - As atribuições previstas neste artigo serão exercidas, em relação à autarquia Centro de Planejamento e Estudos - CPE, conjuntamente, pelas Diretorias das extintas Fundações Centro de Planejamento da Bahia - CEPLAB e Centro de Pesquisas e Estudos - CPE.

Art. 8º - Com vistas ao aproveitamento dos dirigentes e empregados das entidades extintas, em exercício na data

Confere com o original que me foi apresentado dou fé.
Salvador, 20/04/1979
TABELIONATO DO 10º OFÍCIO
Bacharela
Sonia Bandeira
Titular

de publicação desta lei, ficam criados os cargos em comissão e efetivos necessários, observadas as normas gerais da Lei Delegada nº 11, de 29 de dezembro de 1980.

Art. 9º - O Poder Executivo, mediante decreto e no prazo de 90 (noventa) dias, promoverá a estruturação das entidades e órgão criados, definindo-lhes, inclusive, os respectivos quadros de pessoal.

Art. 10 - O Poder Executivo promoverá as modificações de ordem orçamentária necessárias ao cumprimento do disposto nesta lei, mediante decretos de abertura de créditos suplementares ou especiais ao Orçamento Estadual para o exercício de 1981, respeitados os valores globais nele consignados às entidades extintas.

Art. 11 - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em 30 de dezembro de 1980.

ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

PLÍNIO NARIANI GUERREIRO

TABELIONATO DO 10º OFICIO
Bacharela
Sonia Bandeira
Titular
Salvador-Ba.

Confere com o original que me foi apresentado e dou fé.
Salvador, 20/04/1990

Bacharela Sonia Bandeira
Tabeliã do 10. Ofício

DIÁRIO OFICIAL - 02 de junho de 1983
(quinta-feira)

LEI DELEGADA Nº 66 DE 01 DE JUNHO DE 1983

Cria a Universidade do Estado da Bahia- UNEB e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, no exercício da competência que lhe foi delegada pela Resolução nº 1176, de 03 de dezembro de 1982, da Assembléia Legislativa do Estado,

PROMULGADA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica criada, nos termos da Lei Federal nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, a Universidade do Estado da Bahia - UNEB, sob a forma de autarquia em regime especial, vinculada à Secretaria da Educação e Cultura, com personalidade jurídica de direito público, autonomia acadêmica, administrativa e financeira e patrimônio próprio.

Parágrafo único - A Universidade do Estado da Bahia, com sede e foro na Cidade do Salvador e jurisdição em todo o território do Estado, gozará das franquias e privilégios da administração centralizada.

TABELIONATO DO 10º OFICIO
Bacharela
Sonia Bandeira
Titular

Confere com o original que me foi apresentado dou fé.
Salvador, 20/04/1990
Bacharela Sonia Bandeira
Tabeliã do 10º Ofício

Art. 2º - A UNEB tem por finalidade desenvolver, de forma harmônica e planejada, a educação superior, promovendo a formação; o aperfeiçoamento dos recursos humanos, a pesquisa e extensão, bem como estimulando a implantação de cursos e campí universitários nas regiões do Estado, observadas as suas peculiaridades, bem como a legislação federal pertinente.

Art. 3º - A Universidade do Estado da Bahia - UNEB, estruturada sob a forma de um Sistema Multicampi de Educação Superior, fica constituída pelas seguintes unidades:

I - Faculdade de Agronomia do Médio São Francisco;

II - Faculdade de Formação de Professores de Alagoinhas;

III - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Juazeiro;

IV - Faculdade de Formação de Professores de Jacobina;

V - Faculdade de Formação de Professores de Santo Antonio de Jesus;

VI - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Caetité;

VII - Centro de Ensino Técnico da Bahia - CETEBA;

VIII- Faculdade de Educação da UNEB.

Parágrafo Único - Integrarão a UNEB, mediante decreto, outras Unidades de Educação Superior implantadas ou que venham a ser instituídas pelo Poder Executivo.

Art. 4º - Será assegurada autonomia para gestão de assuntos acadêmicos, administrativos e financeiros às uni-

Confere com o original que me foi apresentado dou fé.
Salvador, 20/04/1990
TABELIONATO DO 10º OFICIO
Bacharela
Sonia Bandeira
Titular

dades de educação superior, que são destituídas de personalidade e patrimônios próprios.

Art. 5º - Ficam extintos o Departamento de Ensino Superior e Aperfeiçoamento de Pessoal - DESAP, órgão integrante da estrutura da Secretaria da Educação e Cultura, e a autarquia Superintendência de Ensino Superior do Estado da Bahia - SESEB.

Parágrafo Único - OS dirigentes do órgão e da entidade referidos neste artigo praticarão, até a estraturação da Universidade do Estado da Bahia - UNEB, os atos indispensáveis ao desempenho de suas atividades.

Art. 6º - Para a consecução de sua finalidade, poderá a UNEB firmar convênios, contratos e ajustes com instituições públicas e privadas, nacionais, estrangeiras ou internacionais.

Art. 7º - A administração da UNEB será exercida pelos seguintes órgãos:

I - Conselho de Administração;

II - Reitoria;

III - Conselho Universitário;

IV - Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Parágrafo Único - A competência dos Órgãos aludidos neste artigo será estabelecida no Estatuto e no Regimento da UNEB, a serem aprovados pelo Governador do Estado.

Confere com o original que me foi apresentado dou fé.
Salvador, 20/04/1990

TABELIONATO DO 10º OFICIO
Bacharela
Sonia Bandeira
Titular

Art. 8º - O Conselho de Administração tem a seguinte constituição:

I - o Secretário da Educação e Cultura, que o presidirá;

II - o Reitor da Universidade do Estado da Bahia;

III - o Reitor da Universidade Estadual de Feira de Santana;

IV - o Superintendente da Universidade do Sudoeste;

V - o Procurador Geral do Estado;

VI - o Secretário do Planejamento, Ciência e Tecnologia;

VII - o Secretário da Administração;

VIII- quatro (04) membros escolhidos pelo Governo do Estado, entre pessoas de ilibada reputação e notória competência no campo educacional, oriundos das diversas regiões abrangidas pela UNEB.

§ 1º - Os membros do Conselho de Administração, nomeados pelo Governador do Estado, serão substituídos, em suas ausências e impedimentos, pelos respectivos suplentes.

§ 2º - Enquanto não se constituir o Conselho de Administração da UNEB; as atividades de orientação e deliberação superior serão exercidas pelo Secretário da Educação e Cultura.

Art. 9º - O primeiro Reitor da UNEB, bem como o Vice-Reitor, serão de livre escolha e nomeação do Governador do Estado; em caráter pro tempore, até que sejam instalados os órgãos deliberativos competentes para sua indicação.

Confere com o original que me foi apresentado dou fé.
Salvador, 20/04/1990

TABELIONATO DO 10º OFICIO
Bacharela
Sonia Bandeira
Titular

Art. 10 - Enquanto não estiverem instalados o Conselho Universitário e o Conselho Superior do Ensino, Pesquisa e Extensão, as suas competências serão exercidas pelo Conselho de Administração.

Art. 11 - A estrutura acadêmica e administrativa da UNEB será definida no Estatuto e no Regimento Geral, atendidas as disposições da presente lei e das normas que disciplinam a educação superior.

§ 1º - Até a sua definitiva estruturação, à UNEB contará com serviços acadêmico, administrativo, financeiro, jurídico, de pesquisa e de assessoramento ao Reitor, a serem estabelecidos por ato do Poder Executivo.

§ 2º - As unidades referidas no artigo 3º desta lei manterão sua atual organização interna, administrando suas atividades, até a definitiva estruturação da UNEB, nos termos do art. 8º da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968.

Art. 12 - Constituem receitas da UNEB:

I - dotações orçamentárias;

II - rendas patrimoniais e as provenientes da prestação de seus serviços;

III - produtos de operações de crédito;

IV - subvenções, auxílios e legados;

V - outros recursos eventuais ou extraordinários que lhe forem atribuídos.

...confere com o original que me foi apresentado e dou fé.
Salvador, 20/04/1990
Bacharela Sonia Bandeira
Tabelia do 10. Ofício

TABELIONATO DO 10º OFICIO
Bacharela
Sonia Bandeira
Titular
Salvador-Ba.

Art. 13 - Constituem patrimônio da UNEB:

I - bens, direitos e valores pertencentes ao Departamento de Ensino Superior e Aperfeiçoamento de Pessoal - DESAP, à Superintendência de Ensino Superior do Estado da Ba- Bahia - SESEB, e às unidades de ensino a que se refere o art. 3º desta lei, ou por eles administrados ou utilizados, a serem devidamente identificados, avaliados e transferidos;

II - bens, direitos e valores que, a qualquer título, lhe sejam assegurados ou transferidos;

III - o que vier a ser constituído na forma legal.

Parágrafo Único - Os bens e direitos da UNEB serão utilizados, exclusivamente, no cumprimento de seus objetivos, permitida, a critério do Conselho de Administração, a aplicação de uns e outros para obtenção de rendas destinadas ao atendimento de sua finalidade.

Art. 14 - A Universidade Estadual da Bahia disporá de quadros próprios de pessoal, submetidos ao regime estatutário ou da legislação trabalhista.

§ 1º - Integrarão os quadros de pessoal da UNEB, sob os regimes estatutário ou trabalhista, conforme o caso, os servidores das unidades de ensino aludidas no art. 3º desta lei, inclusive os pertencentes a seu corpo docente, obedecidas, quanto a estes, as disposições da Lei Estadual nº 3.905/81.

Confere com o original que me foi apresentado dou fé.
Salvador, 20/04/1990

Bacharela Sonia Bandeira
Tabeliã do 10.º Ofício

TABELIONATO DO 10º OFICIO
Bacharela
Sonia Bandeira
Titular
Salvador-Ba.

§ 2º - Os funcionários da extinta Superintendência de Ensino Superior do EStado da Bahia - SESEB, deverão optar, no prazo de 60 (sessenta) dias da publicação desta lei, pelo seu aproveitamento na UNEB, podendo, em caso negativo, ser redistribuídos pelos órgãos centralizados e autarquias da Secretaria da Educação e Cultura.

§ 3º - Os servidores da SESEB regidos pela legislação trabalhista serão integrados nos quadros da UNEB, que sucederá à entidade extinta em todas suas obrigações trabalhistas.

§ 4º - A UNEB poderá ter à sua disposição servidores da administração centralizada e descentralizada do Estado.

Art. 15 - O Conselho de Curadores, a quem sobre a fiscalização econômico-financeira da Universidade, terá sua disposição e funcionamento disciplinados no Regimento, obedecido o disposto no art. 15 da Lei nº 5.540/68.

Art. 16 - Ficam subrogados em favor da UNEB todos os direitos e obrigações decorrentes de contratos, convênios, acordos e ajustes celebrados pela Superintendência de Ensino Superior do Estado da Bahia - SESEB.

Art. 17 - Para efeito da jurisdição das diversas Universidades Estaduais e dos campi que vierem a ser criados, o Distrito Geo-Educacional do Estado da Bahia será dividido em distritos universitários, e aprovado por ato do Governador do Estado.

Confere com o original que me foi apresentado dou fé.
Salvador, 20/04/1990

Bacharela Sônia Bandeira

TABELIONATO DO 10º OFÍCIO
Bacharela
Sonia Bandeira
Titular
Salvador

Art. 18 - Os cargos em comissão da UNEB são os constantes do Anexo Único desta lei.

Art. 19 - Fica o Poder Executivo autorizado a:

I - praticar, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, os atos regulamentares, estatutários e regimentais que decorram, implícita ou explicitamente, do disposto nesta lei, inclusive os que se relacionem com pessoal, material e patrimônio;

II - efetuar, mediante decreto, as modificações orçamentárias decorrentes do disposto nesta lei.

Art. 20 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em 01 de junho de 1983.

JOÃO DURVAL CARNEIRO
Governador

WALDECK VIEIRA ORNELAS
Secretário do Planejamento, Ciência e Tecnologia

EDIVALDO MACHADO BOAVENTURA
Secretário da Educação e Cultura

BENITO DA GAMA SANTOS
Secretário da Fazenda

TABELIONATO DO 10º OFÍCIO
Bacharela
Sonia Bandeira
Titular
Salvador-Ba.

Confere com o original que me foi apresentado dou fé.
Salvador 20/04/1990

Bacharela Sonia Bandeira
Titular do 10º Ofício

DIÁRIO OFICIAL - 07 de março de 1983
(Segunda-feira)

CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO

Resolução nº 3 de 28 de fevereiro de 1983

Dispõe sobre autorização e reconhecimento de Universidades.

O Presidente do Conselho Federal de Educação, tendo em vista os arts. 10 e 11 do Regimento, assim como os termos do Parecer nº 538/82, de 05/10/82, homologado pela Senhora Ministra da Educação e Cultura,

R E S O L V E:

Art. 1º - A criação e o reconhecimento de universidades far-se-ão, nos temos da legislação vigente, consoante as presentes normas.

Art. 2º - O funcionamento de qualquer universidade será precedido: a) de ato de reconhecimento, quando criada a partir de estabelecimentos de ensino superior pré-existentes; ou b) de ato de autorização, quando inexistentes estes.

Art 3º - Observados os que forem estabelecidos em lei, especialmente os previstos no art. 11 da Lei nº 5.540/68,

Confere com o original que me foi apresentado, dou fé.
Salvador, 20/04/1990
TABELIONATO DO 10º OFÍCIO
Bacharela
Sonia Bandeira
Titular

o projeto de universidade deverá também respeitar os seguintes requisitos essenciais quanto à entidade mantenedora:

a) não distribuir qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas a título de lucro ou participação nos resultados;

b) aplicar integralmente no País os seus recursos, na manutenção dos objetivos institucionais;

c) manter escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão;

d) respeitar os tetos que venham a ser estabelecidos, no que se refere a superávits financeiros, variações patrimoniais positivas e gastos com pessoal de direção e administração, em cada exercício social;

e) estar constituída de tal forma que torne possível distinguir perfeitamente, para qualquer fim, o patrimônio individual de seus fundadores, dirigentes ou administradores;

f) não possibilitar em nenhuma hipótese, quando de eventual dissolução ou transformação, apropriação de qualquer parcela do patrimônio da instituição, por nenhuma pessoa física ou jurídica, a não ser a transferência a instituição congênere ou de fins filantrópicos, reconhecida de utilidade social pelo Governo Federal.

Art. 4º - O requisito previsto no art. 11, "e", da Lei 5.540/68 deverá corresponder às ciências matemáticas, físicas, químicas e biológicas, às geociências e às ciências [illegible]

Confere com o original que me foi apresentado dou fé.
Salvador, 20/04/1990

TABELIONATO DO 18º OFÍCIO
Bacharela
Sonia Bandeira
Titular

nas, bem como à filosofia, às letras e às artes, devendo ser cobertas integralmente por meio das matérias componentes dos currículos plenos dos cursos.

Parágrafo Único - Os departamentos poderão abranger mais de uma das áreas fundamentais dos conhecimentos humanos referidas no caput deste artigo, tendo em conta as afinidades entre as disciplinas e a densidade dos recursos humanos e materiais correspondentes a cada área.

Art. 5º - Assegurada a universalidade do campo do conhecimento, deverá a universidade oferecer, pelo menos, quatro cursos nas áreas fundamentais das ciências exatas e naturais, das ciências humanas e das letras ou artes, e quatro de caráter técnico-profissional, todos reconhecidos.

§ 1º - Respeitados os requisitos mencionados no art. 4º e no caput deste artigo, a universidade poderá excepcionalmente oferecer cursos técnico-profissionais numa única área, não sendo admitidas qualificações restritivas ao princípio do art. 11, "e", da Lei nº 5.540/68.

§ 2º - Para os efeitos deste artigo não serão considerados cursos de curta duração.

§ 3º - Para os fins deste artigo, poderá a instituição indicar até dois cursos autorizados, dos quais o reconhecimento será processado simultaneamente com o da universidade.

Art. 6º - As universidades serão criadas mediante reconhecimento, a partir de estabelecimentos pre-existentes ou na forma do art. 7º.

Confere com o original que me foi apresentado dou fé.
Salvador 20/09/1990

TABELIONATO DO 10º OFICIO
Bacharela
Sonia Bandeira
Titular

§ 1º - O processo será iniciado mediante Carta-Consulta dirigida ao Conselho Federal de Educação, contendo:

a) identificação e condição jurídica da instituição mantenedora;

b) relação dos cursos oferecidos e atos de seu reconhecimento;

c) projeto de criação da universidade, incluindo sua concepção e características e a comprovação do atendimento aos requisitos estabelecidos no art. 3º.

§ 2º - A veracidade, regularidade e coerência dos elementos da Carta-Consulta serão apreciadas por uma Comissão especial de Conselheiros, constituída de integrantes das diversas Câmaras, designados pelo Presidente, cujo parecer será objeto de deliberação do Plenário.

§ 3º - Aprovada a Carta-Consulta, o Conselho Federal de Educação iniciará procedimentos de acompanhamento, sob coordenação do Conselheiro-Relator, para avaliação da qualidade e desempenho das atividades didático-pedagógicas e administrativas das unidades que deverão reunir-se para compor a nova universidade.

§ 4º - O acompanhamento previsto no parágrafo anterior deverá processar-se ao longo de, pelo menos, um ano.

§ 5º - O acompanhamento deverá, obrigatoriamente, proporcionar elementos de julgamento quanto aos seguintes itens, além de outros que, em cada caso, forem julgados pertinentes:

Confere com o original que me foi apresentado dou fé.
Salvador, 10/04/1990
Bacharela Sonia Bandeira
Tabelia do 10. Ofic.

TABELIONATO DO 10º OFICIO
Bacharela
Sonia Bandeira
Titular
Salvador-Ba.

a) qualificação da instituição, especificando tradição no campo do ensino superior, autonomia e condições gerais de funcionamento das unidades pré-existentes, bem como os dados essenciais relativos aos dirigentes, assessoramento disponível e outros elementos úteis, da instituição mantenedora;

b) caracterização da região geoeducacional em que se localizará a nova universidade;

c) organização curricular;

d) número de vagas, formas de preenchimento e organização das turmas e turnos de aulas;

e) qualificação e regime de trabalho dos docentes;

f) organização administrativa;

g) instalações materiais, incluindo laboratórios e biblioteca;

h) condições para realização de pesquisas nos campos de estudos abrangidos pelas unidades existentes;

i) condições para prática de atividades de extensão com participação nos assuntos comunitários;

j) planejamento econômico-financeiro.

§ 6º - Na apreciação da composição e organização do corpo docente deverão ser valorizadas, integradamente, as seguintes condições: a) as especializações de cada professor, consoante sua vinculação a disciplinas propedêuticas e de ciclo básico ou a disciplinas técnico-profissionais; b) a qualificação dos professores não apenas segundo a titulação formal, mas também de acordo com sua experiência acumulada e participação

Confere com o original
que me foi apresentado.
Dou fé.
Salvador, 20/04/1990
Bacharela Sonia Bandeira
TABELIONATO DO 10º OFÍCIO
Bacharela
Sonia Bandeira
Titular
Salvador-Ba.

atual no exercício profissional e em atividades de ensino, pesquisa ou de extensão; c) programa continuado de aperfeiçoamento.

§ 7º - O planejamento econômico-financeiro deverá fundamentar-se na evolução recente das receitas e despesas da instituição mantenedora e dos estabelecimentos de ensino existentes, e suas projeções plurianuais para o futuro imediato, destacando a participação de recursos outros que não anuidades, numa perspectiva dinâmica de acrescentamento e diversificação de fontes.

§ 8º - Concluída a fase de acompanhamento, o processo será encaminhado à Câmara de Ensino Superior, que, ouvida a Câmara de Planejamento quanto ao planejamento econômico-financeiro, poderá determinar as diligências complementares por ventura cabíveis, inspeções in loco, convocar os dirigentes da instituição e adotar quaisquer outras providências tendentes a complementar os elementos disponíveis, para perfeito julgamento da matéria em parecer conclusivo a ser submetido ao Plenário.

Art. 7º - Uma universidade poderá também ser criada pela via da autorização, sem prévia existência de estabelecimento de ensino superior reconhecidos.

§ 1º - Na hipótese deste artigo, a instituição interessada deverá submeter ao Conselho a respectiva Carta-Consulta, contendo os elementos especificados nas alíneas a e c do § 1º e nas alíneas a e b do § 5º, ambos do art. 6º, além dos seguintes:

Confere com o original que me foi apresentado, dou fé.
Salvador, 20/04/1990

Bacharela Sonia Bandeira

TABELIONATO DO 10º OFÍCIO
Bacharela
Sonia Bandeira
Titular
Salvador - Ba.

a) indicação da natureza dos cursos pretendidos;

b) justificação de sua necessidade social;

c) capacidade econômico-financeira da mantenedora;

§ 2º - A capacidade econômico-financeira constituirá requisito essencial, de forma a ficar demonstrada cabalmente a aptidão atual da mantenedora para instalar, colocar em funcionamento e manter, por um prazo inicial razoável, a universidade pretendida.

§ 3º - As instalações de que a mantenedora já disponha, próprias ou de terceiros, postas à sua disposição, e outros itens suscetíveis de observação in loco serão examinadas por comissão verificadora designada pelo Presidente do Conselho.

§ 4º - Se a Carta-Consulta for aceita (art. 6º, § 2º) deverá a mantenedora submeter ao Conselho projeto compreendendo as especificações das alíneas c a j do § 5º do art. 6º, com as adaptações cabíveis.

§ 5º - A apreciação final será feita mediante parecer da Câmara de Ensino Superior, na forma do § 8º do art. 6º.

Art. 8º - A Universidade autorizada na forma do artigo anterior fica obrigada, dentro do cinco anos, a contar da data da autorização, a requerer o seu reconhecimento, bem como o dos cursos que ainda não estiverem reconhecidos.

§ 1º - O pedido de reconhecimento ficará submetido ao processo de acompanhamento previsto nos parágrafos 3º e seguintes do art. 6º.

Confere com o original que me foi apresentado, dou fé.
Salvador 20/04/1970
TABELIONATO DO 10º OFICIO
Bacharela
Sonia Bandeira
Titular

§ 2º - No caso de omissão da instituição, o Conselho determinará a instauração do processo de reconhecimento mediante a designação da comissão de acompanhamento.

§ 3º - A universidade autorizada não poderá, sem autorização do Conselho, criar novos cursos nem aumentar as vagas dos existentes.

Art. 9º - É obrigatória a renovação periódica do reconhecimento das universidades, pelo menos a cada dez anos.

Parágrafo Único - O oitavo e o nono anos serão destinados ao acompanhamento, na forma do § 3º art. 6º, com adaptações cabíveis.

Art. 10 - A universidade, seja autorizada, seja reconhecida, conter-se-á geograficamente num mesmo Distrito ou Região Geoeducacional de forma a assegurar a plena e eficaz utilização de seus recursos.

Parágrafo Único - O disposto neste artigo não impede a criação de cursos fora da sede, devidamente autorizados na forma e segundo os procedimentos vigentes.

Art. 11 - Recusada a criação de universidade, por qualquer das vias previstas nesta Resolução, a renovação do pedido somente será possível após o decurso de três anos.

Art. 12 - Recusado o reconhecimento de universidade autorizada, o Conselho promoverá a revogação do ato de autorização.

Confere com o original que me foi apresentado, dou fé.
Salvador, 20/04/1990

Bacharela Sonia Bandeira
Titular do 10.º Ofício

TABELIONATO DO 10º OFICIO
Bachárela
Sonia Bandeira
Titular
Salvador-Ba.

Parágrafo Único - Nessa oportunidade, será reexaminada a situação dos cursos.

Art. 13 - A presente Resolução aplica-se às universidades não abrangidas pelo art. 15 da Lei nº 4.024/61.

Art. 14 - Na execução desta Resolução o Conselho Federal de Educação, valer-se-á, amplamente, da cooperação de outros órgãos do MEC, especialmente na fase de acompanhamento.

Art. 15 - O disposto no art. 9º aplica-se às universidades reconhecidas, existentes na data de aprovação desta Resolução, segundo prazos e instruções aprovadas pelo Conselho.

Art. 16 - As normas estabelecidas nesta Resolução aplicam-se aos processos em tramitação, no Conselho, com as adaptações cabíveis.

Art. 17 - O Presidente do Conselho baixará as "instruções" que se fizerem necessárias ao cumprimento desta Resolução, em especial no respeitante aos critérios, métodos e prazos para efetivação do acompanhamento previsto no § 3º do art. 6º.

Art. 18 - São da competência do Plenário os casos omissos e a interpretação desta Resolução.

Art. 19 - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas a Resolução nº 7/78 e demais disposições em contrário.

(a) Lafayette de Azevedo Pondé
Presidente

Confere com o original que me foi apresentado dou fé.
Salvador, 20/04/1982
Bacharela Sonia Bandeira
Titular do 10. Ofício

TABELIONATO DO 10º OFICIO
Bacharela Sonia Bandeira
Titular
Salvador-Ba.

Jornal Correio da Bahia, Salvador, 12.08.1986, 1º Caderno, p. 5.

UNEB ESTÁ EM GRAVE CRISE FINANCEIRA

Criada há três anos com o objetivo de interiorizar o ensino superior, a UNEB - Universidade do Estado da Bahia foi reconhecida no mês passado, através de decreto assinado pelo Presidente José Sarney. Contudo, apesar, do novo título, a instituição, como todas as universidades do país, está em dificuldades por causa dos recursos escassos, ainda mais que só conta com verbas do Governo do Estado, prejudicando, inclusive, a ampliação de cursos necessários para o desenvolvimento regional.

Um dos cursos que podem ficar comprometidos por falta de verbas é o que está sendo criado atualmente, o de Nutrição e Tecnologia de Alimentos com Planejamento. Segundo o reitor da UNEB, José Edelzuíto Soares, esse curso é de extrema importância dentro do atual contexto do país, pois se o Governo está incentivando a agricultura "vai precisar de técnicos para processamento de alimentos, diversificar e lançá-los no mercado".

QUÍMICA - Os recursos serão pedidos para o próximo orçamento da UNEB, mas o próprio reitor não acredita que vai conseguir. Ele contou que há dois anos é pedido, no orçamento, verba para implantação de um laboratório de Química - já que o curso existe na UNEB - e sempre é negada. E acredita que terá dificuldades também para implantar novos cursos na área de educação, uma das principais metas da UNEB, com vistas a corrigir um problema crônico que existe no país e que, segundo afirmou, "é uma vergonha", o analfabetismo.

as cidades, em vez de atrair estudantes para a capital, como fazem as outras universidades. O reitor José Edelzuíto Soares salientou que a UNEB está voltada para atender o sertão do Estado, ou seja, a região semi-árida (Nordeste e Norte), sendo até denominada de universidade da seca.

Mas essa não é a única peculiaridade da UNEB. A instituição já ocupa lugar de vanguarda desde que começou a preparar professores para pré-escolar, coisa nunca feita antes no Brasil. Assim, também, como preparar professores para a educação de adultos com o objetivo de corrigir a distorção crônica do analfabetismo. Outro objetivo fundamentalda da UNEB é o de colaborar com o desenvolvimento regional, oferecendo cursos de extensão em diversas atividades. E foi com essa intenção que a UNEB criou, com ajuda do CNPq e do Ministério da Irrigação, o Centro de Treinamento de Irrigantes, ao lado da Faculdade de Juazeiro, para atingir agricultores de baixa renda.

O orçamento da UNEB, de acordo com o reitor, é dividido em três partes. A primeira, que representa 93 por cento, é para pagamentos a pessoal. A segunda, de quatro por cento, para encargo da dívida e, apenas três por cento para manutenção da Universidade. São cerca de Cz$ 6 milhões 500 para manutenção da parte física, compra de material e equipamento, conta de água, luz, telefone, livros e até criação de novos crusos e construções de novos prédios, destacou José Edelzuito a situação é tão crítica que o reitor já vendeu os nove veículos que serviam a instituição por falta de recursos para mantê-los, "Só resta 1 carro do reitor que só não foi vendido por

- Dos 21 milhões de analfabetos no Brasil - afirmou o reitor - 45 por cento estão na região Nordeste e a Bahia tem 51 por cento da população de analfabetos. É uma coisa que precisa acabar e por isso, a UNEB se propõe a formar cada vez mais, professores de 1º e 2º graus, para acabar também com o círculo vicioso que é a péssima qualidade de ensino na Bahia. Só para se ter uma idéia, dos 21 mil professores que atuam na rede estadual de ensino, apenas oito mil têm nível superior.

José Edelzuito considera que essas dificuldades só serão sanadas quando a comunidade se sentir responsável pela manutenção das universidades. Ele não defende o ensino superior pago, mas que os empresários e a comunidade em geral contribuam para que a universidade possa crescer, "como ocorre em vários países do mundo onde as universidades são muito boas", comentou. Para ele, universidade gratuita no Nordeste de um país do terceiro mundo "é utopia" e o próprio governo não pode arcar. Mesmo assim, o reitor disse que vai continuar lutando por mais recursos, seja junto do governo estadual, ou federal, enviando projetos para órgãos da União, buscando financiamento.

CRIAÇÃO - A Universidade do Estado da Bahia foi criada em 1º de julho de 1983 a partir da já existente Superintendência de Ensino do Estado (SESEB) e hoje, três anos depois, possui dois mil 600 alunos, 333 professores, 33 cursos e atua em 10 municípios, em sistema de multi campi. Sua implantação foi feita com o objetivo de interiorizar o ensino superior, atentando sempre que o mais importante seria levar os cursos para

que serve para atender autoridades que chegam de fora para visitar ou lecionar na universidade", completou.

MATRIZ DE ANÁLISE - QUESTÕES DA ENTREVISTA - INSTRUMENTO I

QUESTÃO Nº 3	INFORMANTE - SEGMENTO 1			
	01	02	03	04
É possível admitir-se que tenha havido de fato uma política de ensino superior para o Estado, na gestão anterior?	Muito claramente, Essa política foi definida pelo secretário e pela Assessoria do Secretário e pelo Conselho Estadual de Educação. (p. 05)	Se entendida como um conjunto de orientações sedimentadas e apoiadas em análises e estudos da realidade, com objetivos claros e explícitos, com certeza não existiu. (p. 20)	Não. Houve mais a iniciativa de autoridades e administradores de uma maneira improvisada e apressada, sem levar em conta as necessidades do próprio desenvolvimento do Estado. (p. 21-2)	Não existiu uma política de educação para o Estado. Inclusive porque não houve uma decisão para que o ensino superior fosse uma prioridade entre outras do Estado. (p. 29)

MATRIZ DE ANÁLISE - QUESTÕES DA ENTREVISTA - INSTRUMENTO I

(CONTINUAÇÃO)

QUESTÃO Nº 3	INFORMANTE - SEGMENTO 1			
	05	06	07	08
É possível admitir-se que tenha havido de fato uma política de ensino superior para o Estado, na gestão anterior?	Houve a idéia de criação de uma grande universidade estadual, grande no sentido de expandí-la por todo o Estado. Foi uma idéia discutida por mim e pelo depois Secretário Edivaldo Boaventura (no Governo João Durval) lá nos EUA, e materializada como um dos primeiros atos de Edivaldo (ao assumir a Secretaria) com o objetivo de servir a todo o Estado. (p. 01-2) Todavia no interior, as escolas são criadas por influência política e não por um planejamento. (p. 32)	Definições políticas e planos podem ter existido. Porém não são realistas porque há uma conjunção política que inviabiliza a sua coerência. Não existe uma política para a educação, mas uma política para utilização da educação em benefício de outros setores. (p. 4-5).	Não. Foi um trabalho aleatório. Não se deu unidade ao processo de ensino superior. (p. 23)	Tudo foi feito de uma forma espontaneista, sem planejamento, muito a nível político-eleitoreiro, na medida em que a Secretaria de Educação era dirigida por pessoas que tinham o propósito de fazer carreira política, de se tornarem deputados. (p. 07 e 16)

MATRIZ DE ANÁLISE - QUESTÕES DA ENTREVISTA - INSTRUMENTO I

QUESTÃO Nº 4	INFORMANTE - SEGMENTO 1			
	01	02	03	04
Em caso negativo porque e quais as principais inplicações do fato?	—	Ensejar um processo desordenado de expansão cujos critérios não se sabe porque não se tornaram públicos e que não se sabe a que objetivos atende senão os eleitoreiros e com prejuizos consideráveis que decorrem de todo empreendimento tocado de forma atabalhoada, apressada, sem planejamento. (p. 35)	Seria a de poder ficar tudo a nível de decisão pessoal dos dirigentes. (p. 14)	Dificuldade de toda ordem com repercussão sobre o funcionamento dos cursos. (p. 23)

MATRIZ DE ANÁLISE - QUESTÕES DA ENTREVISTA - INSTRUMENTO I

(CONTINUAÇÃO)

QUESTÃO Nº 4	INFORMANTE - SEGMENTO 1			
	05	06	07	08
Em caso negativo porque e quais as principais implicações do fato?		O Estado vai atendendo a interesses momentâneos, e com isso vai criando uma estrutura tal que depois para manter é difícil. (p. 4-5)	Redundar no esfacelamento do processo. (p. 23)	O desenvolvimento de ações imediatistas ao sabor de interesses momentâneos, evitando-se questionamentos e cobranças que certamente teriam lugar, caso houvesse um plano bem definido e claro. (p. 8)

MATRIZ DE ANÁLISE - QUESTÕES DA ENTREVISTA - INSTRUMENTO I

QUESTÃO Nº 5	INFORMANTE - SEGMENTO 1			
	01	02	03	04
Em caso afirmativo: em que consistiu concretamente essa política?	Remete a do documento e pronunciamentos onde essa política se expressa. (p. 07-8)			

MATRIZ DE ANÁLISE - QUESTÕES DA ENTREVISTA - INSTRUMENTO I

(CONTINUAÇÃO)

QUESTÃO Nº 5	INFORMANTE - SEGMENTO 1			
	05	06	07	08
Em caso afirmativo: em que consistiu concretamente essa política?	Não se aplicou.			

MATRIZ DE ANÁLISE - QUESTÕES DA ENTREVISTA - INSTRUMENTO I

QUESTÃO Nº 7	INFORMANTE - SEGMENTO 1			
	01	02	03	04
A que se pode atribuir a ênfase conferida pelo Governo do Estado da Bahia à expansão/interiorização do ensino superior estadual iniciado em 1980, intensificado em 1983, através da UNEB, ou melhor que sentido se poderia dar a esse fenômeno?	Quando eu assumi a Secretaria de Educação meu interesse era expandir e ao mesmo tempo colocar isso dentro da Universidade. Eu encontrei a SESEB que já era virtualmente uma Universidade. Tinha um Conselho Departamental muito grande. Sendo um homem com uma experiência de mais de vinte anos na Universidade tratei de procurar uma estrutura. Eu vi que a melhor forma era criá-la sob a forma "multi campi". (p. 16)	A nível do discurso a ênfase pode ser atribuida a necessidades sociais e ao argumento de que cabe ao Estado propiciar o ensino superior. A nível do real, a ênfase atendia a uma racionalidade de ampliação da estrutura de poder e de diversificação dessa estrutura de poder, ao lado da vaidade pessoal de quem vai criar (do Governador, do Secretário). (p. 4-9)	Decisão política.	A uma mera decisão política de crescer o ensino superior associado à idéia de formar professores que pudessem enraizar pelo interior, forçando a integração dos professores de nível superior nas escolas de 1º e 2º graus. Apesar das boas intenções se pensou em voto de urna, já que o fato de se criar uma universidade é uma coisa que chama muito a atenção. (p. 2)

MATRIZ DE ANÁLISE - QUESTÕES DA ENTREVISTA - INSTRUMENTO I

(CONTINUAÇÃO)

QUESTÃO Nº 7	INFORMANTE - SEGMENTO 1			
	05	06	07	08
A que se pode atribuir a ênfase conferida pelo Governo do Estado da Bahia à expansão/interiorização do ensino superior estadual iniciado em 1980, intensificado em 1983, através da UNEB, ou melhor que sentido se poderia dar a esse fenômeno?	Ao vazio existente, pois não havia nada antes e ao fato de nenhum governo estar interessado em promover o 1º grau ou mesmo o 2º. Portanto a necessidade de que houvesse uma grande universidade estadual, no sentido de expandí-la por todo o Estado. (p. 6)	Atender a interesses do governo de penetração em cumunidades políticas e de favorecimento a grupos políticos. (p. 12-3) Parece ter sido reflexo também de intenções a nível nacional de estadualização e municipalização do ensino superior no país. (p. 8)	Atende a interesses políticos ... (p. 17-8) No sentido de ganhos eleitorais pois havia uma conotação política no sentido de político-partidário mesmo. (p. 27)	Há interesses políticos (partidário) de quem está no poder e não de quem vai atender, dado a inadequação dos cursos e o descaso a dotá-los de infra-estrutura para funcionamento adequado. (p. 9)

MATRIZ DE ANÁLISE - QUESTÕES DA ENTREVISTA - INSTRUMENTO I

QUESTÃO Nº 8	INFORMANTE - SEGMENTO 1			
	01	02	03	04
Que tipo de relação se pode fazer entre a expansão/interiorização do ensino superior na década de 80 com o quadro sócio-político e econômico da época, ou seja, quais os aspectos contextuais que determinaram a decisão de expandir a educação superior?	A primeira correlação é que a expansão do ensino superior se dirige quase que em sua totalidade para o interior, para o semi-árido, para o Nordeste. A intenção era seguir o Norte e Nordeste. Porém já haviam sido criadas faculdades em outros pontos. Não seria possível Barreiras que é a principal cidade do oeste baiano não ter nenhuma faculdade. (p. 26)	Mecanismo de cooptação política frente à decomposição do modelo autoritário e frente à proximidade das eleições do ano de 1986, obrigando a uma arregimentação política-eleitoral em outro patamar, e de outra racionalidade. (p. 11)	Crescimento da demanda social agravada pela restrição de vagas da rede federal, levando a uma decisão precipitada e improvisada frente à falta de condições de oferecer uma educação de boa qualidade. (p. 40)	Ao momento político. A cada momento depara-se com o Governador subindo nos palanques e prometendo escolas de nível superior. (p. 5)

MATRIZ DE ANÁLISE - QUESTÕES DA ENTREVISTA - INSTRUMENTO I

(CONTINUAÇÃO)

QUESTÃO Nº 8	INFORMANTE - SEGMENTO 1			
	05	06	07	08
Que tipo de relação se pode fazer entre a expansão/ interiorização do ensino superior na década de 80 com o quadro sócio-político e econômico da época, ou seja, quais os aspectos contextuais que determinaram a decisão de expandir a educação superior?	É difícil responder quais os motivos contextuais. Houve uma oportunidade de se fazer e foi feito. Houve a discussão da idéia pelo menos entre eu e Edivaldo quando fazíamos o doutorado na Penn State no Estado da Pennsylvania. (p. 7,8,9)	Favorecimento a empresas construtoras que aliás crescem violentamente nesses dois governos de A.C.M. e João Durval, sendo que uma delas (a OAS) tinha vinculação direta com o governo do Estado, à época. (p. 12-14)	Não parece haver relação desse investimento em educação superior com necessidades de desenvolvimento econômico, do contrário, unidades que poderiam oferecer mais diretamente essa contribuição, como é o caso da FAMESF, teriam recebido maior apoio do governo. (p. 01-3)	O momento político. (p. 09)

MATRIZ DE ANÁLISE - QUESTÕES DA ENTREVISTA - INSTRUMENTO I

QUESTÃO Nº 9	INFORMANTE - SEGMENTO 1			
	01	02	03	04
Que funções cumpre esse crescimento/interiorização através da UNEB, ou seja, a quem e a que interesses respondem, frente aos setores econômico, político e social?	Responde diretamente aos setores comunitários e à formação de professores. (p. 32)	Em alguns casos ela responde a algumas evidências de consenso (Juazeiro-Barreiras). Mas no geral elas atendem meramente a interesses políticos pois muitas delas não são centros de coisa alguma, senão áreas de interesses oligárquicos a serem arregimentados e/ou preservados. (p. 24)	Sem resposta.	Esta resposta dependeria de dados e estudos que não se dispõem. (p. 11)

MATRIZ DE ANÁLISE - QUESTÕES DA ENTREVISTA - INSTRUMENTO I

(CONTINUAÇÃO)

QUESTÃO Nº 9	INFORMANTE - SEGMENTO 1			
	05	06	07	08
Que funções cumpre esse crescimento/ interiorização através da UNEB, ou seja, a quem e a que interesses respondem, frente aos setores econômico, político e social?	É uma questão de prestígio político-social e econômico. Os políticos ganham mais votos e perpetuam-se no poder. A população sofrerá os seus efeitos benéficos porque uma universidade é um móvel de crescimento econômico. A opção por esses cursos é uma questão de se decidir pela quantidade. (p. 24,29)	Todos os cursos estarão sempre produzindo mão-de-obra,pondo-a a serviço do capital. A nível político eles atendem a interesses de composição governamental de governo do estado ou de governos municipais. (p. 18)	Só responde ao político e ao econômico. O político no sentido de interesse político-partidário de determinada gestão administrativa. Quando encaradas a nível mais amplo essas ações atendem a interesses do capital. (p. 17-8)	Tem de se buscar a própria política talvez muito bem traçada, muito bem proposita do próprio governo federal, que de um modo geral tem uma despreocupação com os setores mais fundamentais, como a educação, por exemplo. (p. 10-1)

MATRIZ DE ANÁLISE - QUESTÕES DA ENTREVISTA - INSTRUMENTO I

QUESTÃO Nº10	INFORMANTE - SEGMENTO 1			
	01	02	03	04
O que garantia a viabilização técnica e financeira do projeto UNEB?	Os próprios recursos estaduais. (p. 37)	Não Houve garantia porque os recursos do Estado estavam comprometidos com programas megalomaníacos, como o de Pedra do Cavalo, por trás do qual existiam grandes empreiteiras como a Odebrecht que não podia ficar sem receber, porque suas folhas representam 40.000 empregos diretos no Brasil. (p. 57)	Não havia garantia porque o Estado da Bahia não dispunha de recursos para manter adequadamente a rede de ensino superior, prejudicando extremamente cursos já existentes e que exigem aparato laboratorial, como Agronomia, Zootecnia e Odontologia. (p. 17-9)	Não houve garantia real. A UNEB foi autorizada porque os dirigentes garantiram no processo os recursos exigidos sem que jamais tenham sido aprovados e porque o MEC e o CEE se pautaram apenas na análise das unidades que já existiam com seus cursos em funcionamento já aprovados. (p. 19 e 20)

MATRIZ DE ANÁLISE - QUESTÕES DA ENTREVISTA - INSTRUMENTO I

(CONTINUAÇÃO)

QUESTÃO Nº 10	INFORMANTE - SEGMENTO 1			
	05	06	07	08
O que garantia a viabilização técnica e financeira do projeto UNEB?	A liderança do próprio Secretário pois as vezes não havia recurso algum. (p. 15-7)	Questão não aplicável ao informante.	Questão não aplicável ao informante.	Questão não aplicável ao informante.

MATRIZ DE ANÁLISE - QUESTÕES DA ENTREVISTA - INSTRUMENTO I

QUESTÃO Nº 11	INFORMANTE - SEGMENTO 1			
	01	02	03	04
O sistema contou efetivamente com recursos para a sua viabilização?	Sempre contou com esses recursos. (p. 37)	Não. Inclusive porque o sistema não tinha poder de barganha que justificasse uma participação maior no orçamento. (p. 60)	Não. (p. 08)	Não. (p. 19)

MATRIZ DE ANÁLISE - QUESTÕES DA ENTREVISTA - INSTRUMENTO I

(CONTINUAÇÃO)

QUESTÃO Nº 11	INFORMANTE - SEGMENTO 1			
	05	06	07	08
O sistema contou efetivamente com recursos para a sua viabilização?	Questão não aplicável ao informante.	Questão não aplicável ao informante.	Questão não aplicável ao informante.	Questão não aplicável ao informante.

MATRIZ DE ANÁLISE - QUESTÕES DA ENTREVISTA - INSTRUMENTO I

QUESTÃO Nº 12	INFORMANTE - SEGMENTO 1			
	01	02	03	04
O que pode ter levado a SEC a expandir o ensino superior, considerando as conhecidas condições financeiras da Educação e da SEC e as consequências que poderiam gerar tanto para as novas, como para agravamento das condições de financiamento das antigas unidades, cujo desempenho já primava pela precariedade sem contar o 1º e o 2º graus?	A grande quantidade de alunos que terminaram o 2º grau e que não tem lugar na capital e que estão pressionando os centros urbanos do interior. (p. 39)	Provavelmente a uma decisão ao que parece, de caráter muito pessoal, não de consolidar o sistema, mas de fazer algo novo como o ensino superior, baseado na suposta obrigação do Estado quanto a propiciar educação em todos os níveis. (p. 14-7)	Da forma feita é uma sobrecarga para a Secretaria de Educação, porque a prioridade continua sendo o 1º e 2º graus vez, que esse último não atende nem 10% da população que deveria estar nas escolas de 2º grau. (p. 23)	Conseguir, através dessas investidas, maior adesão política dos partidos regionais. (p. 78)

MATRIZ DE ANÁLISE - QUESTÕES DA ENTREVISTA - INSTRUMENTO I

(CONTINUAÇÃO)

QUESTÃO Nº 12	INFORMANTE - SEGMENTO 1			
	05	06	07	08
O que pode ter levado a SEC a expandir o ensino superior, considerando as conhecidas condições financeiras da Educação e da SEC e as consequências que poderiam gerar tanto para as novas, como para agravamento das condições de financiamento das antigas unidades, cujo desempenho já primava pela precariedade sem contar o 1º e 2º graus?	A necessidade de preparar professores. Não pode pensar em expandir o 1º grau para todos sem ter professores para trabalhar nesses graus, e fica mais difícil levar o professor para ensinar no interior a troco de um salário irrisório. (p. 21-23)	É plausível que tenha sido pelo fato do próprio Secretário de Educação ter sido seu Reitor, à época. (p. 16)	A política eleitoreira que acarreta a pressa, a criação antes da hora, a gestação prematura. Em função disso não replaneja, não se alocam recursos, não se constrói a infra-estrutura necessária. A questão não é tanto de falta de recursos, mas de planejamento. (p. 07)	O interesse imediato, o partidário, pessoal. Não consegue escapar à questão política. (p. 18-9)

MATRIZ DE ANÁLISE - QUESTÕES DA ENTREVISTA - INSTRUMENTO I

QUESTÃO Nº 14	INFORMANTE - SEGMENTO 1			
	01	02	03	04
Que papel as faculdades criadas cumprem junto à comunidade interiorana?	As faculdades funcionam como motor cultural. (p. 42)	A curto prazo elas atendem a um esforço de empreguismo pelo lado de quem cria; e um esforço de beneficiar-se do empreguismo pelo lado que se beneficiam do aparelho do Estado. (p. 33-5)	Embora não se disponha de dados avaliativos, a forma como foram criadas algumas unidades mostra as dificuldades que estarão encontrando para oferecer bons serviços à comunidade. (p. 25-6)	Apesar de toda falta de apoio e condições, as unidades têm servido pelo menos para aumentar o senso crítico das pessoas das comunidades beneficiadas. (p. 51)

MATRIZ DE ANÁLISE - QUESTÕES DA ENTREVISTA - INSTRUMENTO I

(CONTINUAÇÃO)

QUESTÃO Nº 14	INFORMANTE - SEGMENTO 1			
	05	06	07	08
Que papel as faculdades criadas cumprem junto à comunidade interiorana?	Elas conferem prestígio à comunidade. (p. 28)	Esse papel (mais criativo, mais rico ou menos rico) vai depender das circunstâncias em que foram criadas e que possibilitaram essas instituições nos lugares onde estão localizadas. O Governo fundou essas escolas muito em atendimento a fins políticos e não por estudos desenvolvidos pela própria universidade para saber que caráter teve essa universidade e qual sua importância para a Região. Da maneira como foram fundadas deixa a desejar pelo fato de ter sido utilizada para fins eleitoreiros no momento próximo à campanha eleitoral. (p. 28)	Não deve estar cumprindo o papel a elas destinado, uma vez que a maioria não dispõe de instalações adequadas, de corpo docente devidamente qualificado e estável dentro da faculdade, nem autonomia financeira para tomar suas próprias decisões. Frente a tudo isso nada impede de que alunos e/ou egressos dessas escolas busquem outros centros à cota de melhor aperfeiçoamento. (p. 13-4)	É necessário fazer uma avaliação, porque não se tem um trabalho sistematizado nesse sentido. (p. 10)

MATRIZ DE ANÁLISE - QUESTÕES DA ENTREVISTA - INSTRUMENTO I

QUESTÃO Nº 15	INFORMANTE - SEGMENTO I			
	01	02	03	04
O Senhor(a) vê como positivo ou negativo o processo de expansão/interiorização do ensino superior deslanchado através da UNEB?	Como fator positivo a grande demanda satisfeita do ensino superior, e como negativo, a escassez de recursos financeiros. (p. 43.1)	Ela é negativa na forma, no processo atropelado, clientelístico e irresponsável. E é positiva, na medida em que essas faculdades são embriões que podem vir a germinar. (p. 40-2)	O sentido de descentralização. (p. 45) É a descentralização improvisada. É a falta de um plano-diretor permitindo a interferência de pressões político-partidária com o desvio dos seus objetivos. (p. 45)	FATORES POSITIVOS . A perspectiva de que venha modificar alguma coisa dentro da sociedade e fixar o homem na sua região, por exemplo. (p. 2-3) FATORES NEGATIVOS . O apoio não permanente do projeto e sim momentâneo e a interferência.

MATRIZ DE ANÁLISE - QUESTÕES DA ENTREVISTA - INSTRUMENTO I

(CONTINUAÇÃO)

QUESTÃO Nº 15	INFORMANTE - SEGMENTO 1			
	05	06	07	08
O Senhor(a) vê como positivo ou negativo o processo de expansão/interiorização do ensino superior deslanchado através da UNEB?	A criação de escolas no interior. (p. 31-4) O fato dessas escolas não terem recebido o apoio necessário para se tornarem boas escolas. Pesa ainda a ausência de um planejamento abrindo brechas para a pressão político-partidária no sentido eleitoreiro. (p. 31-4)	Acho positivo expandir escolas num Estado campeão de analfabetismo, como é a Bahia. É favorável a que se crie escolas, seja de 1º, de 2º ou de 3º graus, desde que se dê condições de funcionamento e de existir. (p. 29)	O ponto positivo é o de ter levantado a discussão em torno da problemática do ensino superior na Bahia, despertando a comunidade à nível de questionamentos. (p. 23) A pressa daí decorrente seria o ponto negativo. (p. 24)	A possibilidade de que possam estar de alguma forma atendendo às carências de 1º e 2º graus. Porém, será necessário passar por um processo de avaliação desses cursos. Já que se vale da deficiência de qualificação de professores que lecionam nesses cursos. (p. 20-1)

MATRIZ DE ANÁLISE - QUESTÕES DA ENTREVISTA - INSTRUMENTO I

QUESTÃO Nº 16	INFORMANTE - SEGMENTO 1			
	01	02	03	04
Como deveria processar-se a interiorização, e através de que esferas (estadual, municipal, particular ou federal?)	A educação na Bahia tem de ser liderada pelo Governo da Bahia. Considero, no entanto, que o melhor seria se nós tivéssemos outra Universidade Federal. (p. 62)	Em direção ao interior essas ações devem estar afetas à esfera estadual, o que se torna fora de propósito, na capital, cuja responsabilidade deveria caber ao governo federal. (p. 43)	Sem resposta.	Deveria processar-se com um mínimo de interferência do executivo. A questão da interiorização não está ligada a que tipo de esfera administrativa deverá assumí la, ao tipo de condução do seu processo, recursos e autoridade. (p. 86-89)

MATRIZ DE ANÁLISE - QUESTÕES DA ENTREVISTA - INSTRUMENTO I

(CONTINUAÇÃO)

QUESTÃO Nº16	INFORMANTE - SEGMENTO 1			
	05	06	07	08
Como deveria processar-se a interiorização, e através de que esferas (estadual, municipal, particular ou federal?)	Sem resposta.	Tendo recursos qualquer esfera poderá fazê-lo. Contudo, os critérios para esse crescimento deverão passar pela Universidade e não critérios meramente políticos. (p. 30).	O ideal seria o de manter uma Universidade do Estado, e, no interior, onde as unidades estão alocadas, receber o apoio da comunidade local. Na prática, o risco é o de interferência político-partidária, uma vez que "como foi criada por questões políticas, continua a funcionar por questões políticas, descaracterizando a Universidade e o seu papel". (p. 24-5)	A partir do envolvimento, de fato, da comunidade e de estudos e levantamentos que tivessem correspondência com o real, de modo a assegurar uma definição mais filosófica do que se fazer e a elaboração de um plano. (p. 21)

MATRIZ DE ANÁLISE - QUESTÕES DA ENTREVISTA - INSTRUMENTO I

QUESTÃO Nº 17	INFORMANTE - SEGMENTO 1			
	01	02	03	04
Em que consistiu a propalada regionalização do ensino superior, uma das metas da gestão passada, no que toca à UNEB?	As faculdades foram criadas em centros que têm um papel regional significativo para o Estado. Admite todavia não ter havido um estudo específico. (p. 45-7)	Aparentemente essa distribuição não responde a um trabalho sistemático mais profundo de regionalização. Do contrário levaria seguramente a uma distribuição diferente da existente. (p. 22)	Sem resposta.	Em mecanismo utilizado para atacar problemas que vinham assolando o sistema de educação. (p. 58)

MATRIZ DE ANÁLISE - QUESTÕES DA ENTREVISTA - INSTRUMENTO I

(CONTINUAÇÃO)

QUESTÃO Nº17	INFORMANTE - SEGMENTO 1			
	05	06	07	08
Em que consistiu a propalada regionalização do ensino superior, uma das metas da gestão passada, no que toca à UNEB?	Haveria necessidade de se fazer uma projeção para o futuro, e isso não foi feito ainda. Na verdade, nós não sabemos as tendências, necessidades e vocações de cada região. (p. 18)	Não crê que tenha havido um estudo sério que fundamentasse a implantação das faculdades/cursos. (p. 21)	Até agora não se constatou nada. (p. 24)	Não houve uma política mais difundida sobre essa questão, o que se deduz das distorções verificadas quanto à distribuição das unidades. (p. 14)

MATRIZ DE ANÁLISE - QUESTÕES DA ENTREVISTA - INSTRUMENTO I

QUESTÃO Nº 18	INFORMANTE - SEGMENTO 1			
	01	02	03	04
Em que critérios baseou-se a Secretaria de Educação para efetivar a regionalização em relação à UNEB?	No caso de pelo menos dois municípios foi feito um estudo sobre as condições locais. (p. 46)	Não sei se existiu de fato algum estudo sobre regionalização. Se existiu, não chegou ao meu conhecimento. (p. 22)	Não me consta que tenha havido estudos para essa regionalização. Sempre se buscou respostas no Conselho de Administração, sem que se obtivesse resposta, ou seja, que critérios foram utilizados para implantação de cursos em tais lugares e não em outros. (p. 29 a 31)	O mais fundamental é o "lobby" político mesmo. (p. 59)

MATRIZ DE ANÁLISE - QUESTÕES DA ENTREVISTA - INSTRUMENTO I

(CONTINUAÇÃO)

QUESTÃO Nº 18	INFORMANTE - SEGMENTO 1			
	05	06	07	08
Em que critérios baseou-se a Secretaria de Educação para efetivar a regionalização em relação à UNEB?	Isso não foi feito ainda. (p. 18)	Não acredito que haja nenhum estudo sério feito, para dali se implantar tal ou qual curso. Parece-me que elas nesse aspecto são um tanto quanto aleatórias. (p. 21)	Não existe a questão da regionalização. Não se percebe na UNEB. (p. 24)	A criação das faculdades de Serrinha que dista poucos quilômetros de Feira de Santana e a de Teixeira de Freitas que deveriam ligar-se à UESB, são exemplos de distorções que atestam a ausência de critérios de regionalização. (p. 19)

MATRIZ DE ANÁLISE - QUESTÕES DA ENTREVISTA - INSTRUMENTO I

QUESTÃO Nº 20	INFORMANTE - SEGMENTO 1			
	01	02	03	04
Que fatores ou interesses presidem o modelo organizacional adotado para a UNEB (Milticampi)?	Primeiro, a instalação do sistema de educação. Segundo, a instalação de um Centro de Educação Superior voltado para Ciências de Saúde e Tecnologia. Terceiro, seria dotar as cidades do interior de Centros de Educação Superior. (p. 49)	O modelo é muito propício à pretensão de estender os tentáculos do Estado, daí ganhando simpatia e apoio do governo. (p. 8)	O sentido prático é de centralizar, uma vez que as unidades estão com toda a parte administrativa vinculada ao Sistema Central. (p. 33)	Resposta inadequada.

MATRIZ DE ANÁLISE - QUESTÕES DA ENTREVISTA - INSTRUMENTO I

(CONTINUAÇÃO)

QUESTÃO Nº 20	INFORMANTE - SEGMENTO 1			
	05	06	07	08
Que fatores ou interesses presidem o modelo organizacional adotado para a UNEB (Multicampi)?	O interesse seria de conferir às unidades do interior a mesma autonomia que tem as unidades da capital. (p. 25)	Não tem conhecimento sobre documentos oficiais ou quem tenha sido responsável pela idéia do multicampi. (p. 22)	Ao que parece, o sentido foi mais de incorporação das unidades. O modelo anterior (SESEB)aglomerava mas não incorporava em um todo. Contudo, isso não lhe conferiu melhores condições de funcionamento, na medida em que não se garantiu a infra-estrutura necessária e se impôs uma excessiva centralização. (p. 30)	A justificativa oficial se dava no sentido de atender à população interiorana. Contudo, pode-se aduzir outras razões que ficaram até de forma explícita, à exemplo do interesse político-eleitoreiro na sua criação. Assim concretizavam-se níveis de interesse distintos, tanto o político a nível local, como o do próprio Secretário de Educação e seu "Staff", aí entrando a sua candidatura a deputado federal, que não chegou a concretizar-se. (p. 24-5)

MATRIZ DE ANÁLISE - QUESTÕES DE ENTREVISTA - INSTRUMENTO I

QUESTÃO Nº 21	INFORMANTE - SEGMENTO 1			
	01	02	03	04
Quais as implicações desse modelo em termos de conferir maior ou menor autonomia às unidades integrantes?	Sem resposta	Em tese, o modelo deveria ensejar maior autonomia para as unidades. Todavia, a fragilidade e incipiência das IES tolhe a busca ou conquista da autonomia com implicações em termos de uma descentralização formal e uma centralização funcional. (p. 53)	Sem as condições adequadas pode trazer grandes dificuldades para o funcionamento das unidades. (p. 32)	O modelo que si não traz qualquer tipo de influência (1) quanto a maior ou menor autonomia. (p. 64)

MATRIZ DE ANÁLISE - QUESTÕES DA ENTREVISTA - INSTRUMENTO I

(CONTINUAÇÃO)

QUESTÃO Nº 21	INFORMANTE - SEGMENTO 1			
	05	06	07	08
Quais as implicações desse modelo em termos de conferir maior ou menor autonomia às unidades integrantes?	Nenhuma.	A questão é que no momento em que não se dispõe de recursos financeiros cai por terra qualquer idéia de autonomia. (p. 23)	Os documentos legais (Estatuto e Regimento) conferem abertura e autonomia, mas essa é cerceada pelo comportamento administrativo dos órgãos superiores, em termos de centralizar as decisões, descaracterizando a multicampi. (p. 32)	

MATRIZ DE ANÁLISE - QUESTÕES DE ENTREVISTA - INSTRUMENTO I

QUESTÃO Nº 22	INFORMANTE - SEGMENTO 1			
	01	02	03	04
O sistema universitário Estadual foi pensado para ser o que é hoje (formado por três universidades)? Em caso negativo, qual foi a idéia original, e que fatos a modificaram?	A idéia é que houvesse uma grande Universidade. Mas houve obstáculos do ponto jurídico-institucional já que a legislação não permite uma autarquia liderando outra autarquia. (p. 51)	Não dispõe de maiores informações. (p. 55)	A coisa correria por conta de pressões de grupos políticos a nível regional. (p. 20)	A primeira idéia lançada foi de fusão das três Universidades por parte da Universidade de Feira de Santana, pensou-se encampar a Universidade do Sudoeste que também resistiu à idéia. Num terceiro momento surgiu a idéia de transformar a SESEB em UNEB. (p. 37)

MATRIZ DE ANÁLISE - QUESTÕES DE ENTREVISTA - INSTRUMENTO I

(CONTINUAÇÃO)

QUESTÃO Nº 22	INFORMANTE - SEGMENTO 1			
	05	06	07	08
O sistema universitário Estadual foi pensado para ser o que é hoje (formado por três universidades)? Em caso negativo, qual foi a idéia original, e que fatos a modificaram?	Questão não aplicável ao informante.	Questão não aplicável ao informante.	Questão não aplicável ao informante.	Questão não aplicável ao informante.

MATRIZ DE ANÁLISE DAS QUESTÕES DA ENTREVISTA - INSTRUMENTO II

QUESTÕES	INFORMANTE - SEGMENTO 2			
	09	10	11	12
01- A que se pode atribuir a ênfase conferida pela Secretaria da Educação do Estado à expansão/interiorização do ensino superior deslanchada na década de 80 e intensificada a partir de 1983, através da UNEB, que sentido se poderia dar a esse crescimento?	Expressa interesses político-eleitoreiro, principalmente quando a instalação dessas escolas não foi precidida de estudos mais sérios, tanto no que toca à definição de áreas de localização, quanto a cursos a serem ministrados (p.05).	A necessidade ou desejo pessoal do seu criador de participar do processo de construção de uma universidade, de fazer o seu nome, até por vaidade pessoal, associada à existência de uma demanda potencial real por esse grau de ensino, determinada por fatores históricos. Há, ainda, a considerar, a falta de competência dos políticos quanto a aproveitarem o momento histórico de representatividade do Nordeste, no Governo, para reivindicar uma ou mais universidades federais para a Bahia (p.01 e 09).	De um lado, prestar serviços que são demandados socialmente, e do outro, prestar serviços que tenham um bom resultado político, num momento em que se tem que fazer política eleitoral com maior intensidade, pelo fato de se estar perdendo espaço, perdendo terreno, no qual expandir o aparelho do Estado se torna fundamental. (p.50-1).	Expressa um interesse político-eleitoreiro da questão, pois a implantação de faculdades traz dividendos políticos, sem contar o lado pessoal no sentido de realização humana do seu mentor, de não querer passar pela Secretaria sem deixar a marca de sua passagem com uma obra que esteja à sua altura, à sua formação acadêmica e de literata. (p.30-5).

MATRIZ DE ANÁLISE DAS QUESTÕES DA ENTREVISTA - INSTRUMENTO II

(CONTINUAÇÃO)

QUESTÕES	INFORMANTE - SEGMENTO 2			
	09	10	11	12
02- Que tipo de relação se pode fazer entre a expansão /interiorização do ensino superior estadual, na década de 80, com o quadro político-econômico da Bahia e Brasil, à época?	Pode-se relacionar essa expansão ao momento de abertura democrática e a necessidade por parte do poder dominante de gestos de efeito político.	Interesses político-eleitoreiro, porque dava título ao governo, dava reforço político às oligarquias que o sustentavam e dava ao Secretário uma dimensão de deputado.	Primeiro, do que a aceleração do ensino superior ocorre num momento, onde a luta política e ideológica necessitava mostrar serviços para manter o poder. Segundo, que se aprofunda um modelo econômico com requerimentos quantitativos mínimos de mão-de-obra, onde a educação parece representar muito pouco, mantendo-se uma situação de desenvolvimento desigual (p.12,21,70).	A expansão viria responder a necessidade de compensar um quadro de desequilíbrios regionais gerados e/ou ampliadas pelo próprio modelo de desenvolvimento econômico em curso na Bahia, concentrador de investimentos, na RMS, em detrimento do interior do Estado (p.18).

MATRIZ DE ANÁLISE DAS QUESTÕES DA ENTREVISTA - INSTRUMENTO II

(CONTINUAÇÃO)

QUESTÕES	INFORMANTE - SEGMENTO II			
	09	10	11	12
03- Que funções cumpre esse crescimento/interiorização do ensino superior através da UNEB, ou seja, a quem e a que interesses responde frente aos setores econômico, político e social?			professores existentes ou para produzir professores para a Secretaria de Educação. (p.29).	

MATRIZ DE ANÁLISE DAS QUESTÕES DA ENTREVISTA - INSTRUMENTO II

(CONTINUAÇÃO)

QUESTÕES	INFORMANTE - SEGMENTO II			
	09	10	11	12
03- Que funções cumpre esse crescimento/interiorização do ensino superior através da UNEB, ou seja, a quem e a que interesses responde frente aos setores econômico, político e social?	Responde a interesses políticos, sendo as unidades implantadas a partir de uma movimentação política e não de pressões sociais, embora exista uma aspiração natural das comunidades interioranas pelo ensino superior (p.13 e 18).	Resposta inadequada (p. 19).	Funciona como instrumento de prestígio, e de cooptação ou de fortalecimento das elites locais que um governo que está enfrentando uma modernização, um núcleo político partidário, que está enfrentando um crescimento da oposição pode utilizar em seu favor (p.07). Por outro lado, existe uma demanda real. Primeiro essas escolas atendem a uma ampliação do sistema educacional e da necessidade dos professores de 2º grau que preencham requisitos exigidos pela legislação para enquadramentos burocráticos nos cargos e funções (p.50). A UNEB cresce também como universidade para a Secretaria do Estado, para regularizar a situação dos	Do lado social, responde a uma demanda social dominantemente feminina, presa à localidades por laços os mais diversos, respondendo também a necessidades do próprio sistema de ensino (p.32). Do lado do político, compensava o discurso vazio de interiorização das ações do governo que não estava podendo ser viabilizada por outros setores, impedida pela própria lógica do grande capital (p.24).

MATRIZ DE ANÁLISE DAS QUESTÕES DA ENTREVISTA - INSTRUMENTO II

(CONTINUAÇÃO)

QUESTÕES	INFORMANTE - SEGMENTO II			
	09	10	11	12
04- Que papel você acha que cumpre essas faculdades junto a comunidades interioranas?	Embora não causem prejuízo à comunidade, os recursos gastos teriam, para as próprias cidades, melhor repercussão se fossem aplicados em outros setores.(p.15).	Esse papel está comprometido pela qualidade dos serviços prestados e pelo ônus que gera para a sociedade, vez que, os recursos públicos do Estado não têm dimensão para sustentar esse tipo de investimento (p.19).	Atende a exigências legais que passa a exigir diplomas para classificar pessoal, enquadrar pessoal. 2) para ascender a um novo nível na sua própria cidade ou perto dela. Por outro lado, compensa aqueles que não querem ou não podem deslocar-se para outros centros, dado os baixos salários para manterem-se. (p.4,5,6).	Ela cumpre a função de oferta de um tipo de serviço educacional para a juventude, para a classe média local e que tem retorno para a região. Só que ela não é universidade. É uma outra coisa ou poderia se assumir como outra coisa.(p.56-7). Por outro lado, dá moral, dá prestígio, dando também alguns empregos que se não são importantes quantitativamente, são muito importantes simbolicamente em termos políticos. (p.39).

MATRIZ DE ANÁLISE DAS QUESTÕES DA ENTREVISTA - INSTRUMENTO II

(CONTINUAÇÃO)

QUESTÕES	INFORMANTE - SEGMENTO II			
	09	10	11	12
05- Como considera a liderança da Secretaria da Educação nesse processo, frente às precárias condições financeiras e demais encargos com o 1º e 2º graus?	A liderança implica em inverter a ordem das coisas, priorizando áreas onde o Governo do Estado deveria entrar de forma suplementar, simplesmente, porque não tem recursos e não tem condições próprias, de modo a não sacrificar o 1º e 2º graus. (p.8).	Caberia ao Estado acionar esse processo, desde que houvesse condições para tal. Porém não havia condições de respaldo financeiro na carga de tributo do Estado. Para atendê-la havia de se buscar ajuda financeira no interior da política econômica do governo federal, que era sustentado por grupos políticos do Nordeste, principalmente da Bahia, o que não foi feito por mera incompetência política, tornando pois o processo irresponsável (p.09).	Provavelmente porque o resultado prioritário desejado, não tenha sido uma educação de boa qualidade mas de formar professores para o 2º grau da cidade e/ou região, oportunizando-os aprenderem alguma coisa, e regularizar a sua situação junto à burocracia e a legislação(p.59).	Não vê a questão dos níveis de ensino de forma concorrente, uma vez que, havendo recursos para o 3º grau, se esses não forem aplicados nesse grau de ensino, certamente não serão reconvertidos para o 1º grau. (p.55).

MATRIZ DE ANÁLISE DAS QUESTÕES DA ENTREVISTA - INSTRUMENTO II

(CONTINUAÇÃO)

QUESTÕES	INFORMANTE - SEGMENTO II			
	09	10	11	12
06- O senhor(a) vê como positiva, ou negativa a questão da expansão/interiorização do ensino superior estadual deslanchada através da UNEB?	A expansão tem sentido no momento em que seja direcionada e destinada a atender a objetivos definidos e reais (p.17).	A forma em que foi estruturada, a partir de um expansionismo predatório do ensino universitário na Bahia, e que foi acobertada pelo Estado para se reproduzir, vai resultar num atraso, numa exigência de um tempo muito maior para se transformar numa Universidade. (p.39).	Como fator negativo seria manter uma educação arcaica e clientelista, reproduzindo e reforçando ideologias de ascensão social que já não vigoram mais, a partir da vulgarização da oferta de diplomas de 2º ou 3º nível, de 2ª ou 3ª classe, pois uma coisa é democratizar a formação de nível superior, outra é vulgarizar (p.66). Talvez como positivo poder-se-ia dizer que seria o de atender a uma demanda pré-existente, apesar de fazê-lo em um curso fácil e frágil (p.68).	Como negativo poderá se apontar o próprio processo de expansão da UNEB, considerando que as Universidades que terminaram se consolidando, foram muito mais aquelas que se beneficiaram de um impulso estrutural vigente e que apresentaram reivindicação regional e que se constituiram como universidades locais, com uma direção integrada, uma política acadêmica, enfim, com uma real estrutura universitária. (p.27).

MATRIZ DE ANÁLISE DAS QUESTÕES DA ENTREVISTA - INSTRUMENTO II

(CONTINUAÇÃO)

QUESTÕES	INFORMANTE - SEGMENTO II			
	09	10	11	12
07- No seu entender como deveria se processar a expansão /interiorização do ensino superior, através de que esfera(estadual, municipal, particular ou federal)?	Teria de se promover um amplo debate na sociedade do qual deveria resultar um plano capaz de atender às expectativas de melhorias das condições que aí estão. Por outro lado, esse grau de ensino deverá se desenvolver com prioridade para o governo federal, com o Estado entrando de forma suplementar, cabendo-lhe como prioridade maior o ensino de 2º grau, a partir de uma transferência gradativa do 1º grau aos municípios. (p.8).	Todos os três segmentos têm responsabilidade nessa área, porém ela deveria ser coordenada ou gerida pelo Estado, através de seu projeto (supostamente confiável) que inclua a participação federal, estadual e municipal.(p. 41).	O importante é que se parta para essa ação reconhecendo a realidade de que a maior parte das escolas é de professores e que se desenvolva uma reforma de alto a baixo do sistema público de ensino, na linha de revitalizá-la, forçando-a a ter um bom padrão. (p.60).	Não vê nenhum argumento que justifique uma distribuição de competências por esferas. Qualquer esfera tendo recursos e expressando uma vontade política de sua base social pode ter a iniciativa. (p.50).

MATRIZ DE ANÁLISE DAS QUESTÕES DA ENTREVISTA - INSTRUMENTO II

(CONTINUAÇÃO)

QUESTÕES	INFORMANTE - SEGMENTO II			
	09	10	11	12
08- A atual organização espacial do sistema universitário estadual, conforme mostra o mapa, expressa de fato uma regionalização?	A distribuição espacial das IES, de forma nenhuma deixa transparecer que a localização dessas escolas foi precedida de estudos mais sérios, não só para definir a área onde seriam instaladas como para definir os cursos que seriam ministrados.(p. 05).	A lógica de distribuição espacial dessas unidades, demonstra que muitas delas foram "benesses" distribuidas pelo governo para que mantivesse suas bases de apoio (p. 15-6).	Observa-se uma mistura de cidades com funções diferenciadas. Algumas são centros de áreas em expansão, como é o caso de Barreiras e Stº Antonio de Jesus. Outras se destacam pelo peso ou importância histórica, social, política, que se mantêm ou declinam, como é o caso de Caetité. (p.07).	Não reflete, talvez porque a regionalização seja ainda, uma questão não resolvida até do ponto de vista do diagnóstico sócio-econômico. Cada governo que chega monta um agrupamento de municípios/regiões diferentes, de acordo com os interesses políticos mais conjunturais. (p.46).

MATRIZ DE ANÁLISE DAS QUESTÕES DA ENTREVISTA - INSTRUMENTO II

(CONTINUAÇÃO)

QUESTÕES	INFORMANTE - SEGMENTO II			
	09	10	11	12
09- Analisando a oferta de cursos, verifica-se que a grande maioria converge para a área de Ciências Humanas. O que significa a opção por esses cursos e que importância poderá ter em termos de transformação e desenvolvimento regional?	Esses cursos são preferidos dado às poucas exigências para o seu funcionamento. (p.16).	São cursos que não requerem maiores investimentos, porque são cursos de ensino verbalizado. (p.38).	Seria o de atender à demanda do curso secundário de modo mais simples, e talvez mais barato. (p.6).	São cursos mais baratos, sendo que o tipo de curso que é oferecido ajusta-se às necessidades de expansão de outros serviços, a exemplo do ensino de 1º e 2º graus. (p.26).

MATRIZ DE ANÁLISE DAS QUESTÕES DA ENTREVISTA - INSTRUMENTO II

(CONTINUAÇÃO)

QUESTÕES	INFORMANTE - SEGMENTO II			
	09	10	11	12
10- Que fatores e/ ou interesses podem explicar o modelo organizacional adotado para a UNEB (sistema multicampi) com sede na capital e agências escolares em outros municípios, mas submetido ao mesmo regime jurídico?	Seria o de administrar o conjunto das unidades criadas e não o de criar um espírito universitário de associação, de inter-comunicação entre professores e entre estudantes.(p.11).	Ela foi um projeto político-burocrático de intervenção nas comunidades para resolver um problema, expressando-se como uma burocracia montada, com o nome de universidade. (p.26).	O sentido seria o de uma articulação político-burocrática cujos atores principais são o governo e as lideranças locais/regionais (p.54).	A UNEB é apenas uma inspetoria de faculdades isoladas, com estrutura de poder local com problemas locais com diretores locais,com brigas locais,resumindo-se a cada sociedade local sem se constituir num pólo de progresso, de dinamização, de avanço, nem pela quantidade nem pela qualidade dos cursos que concentra. (p.40).